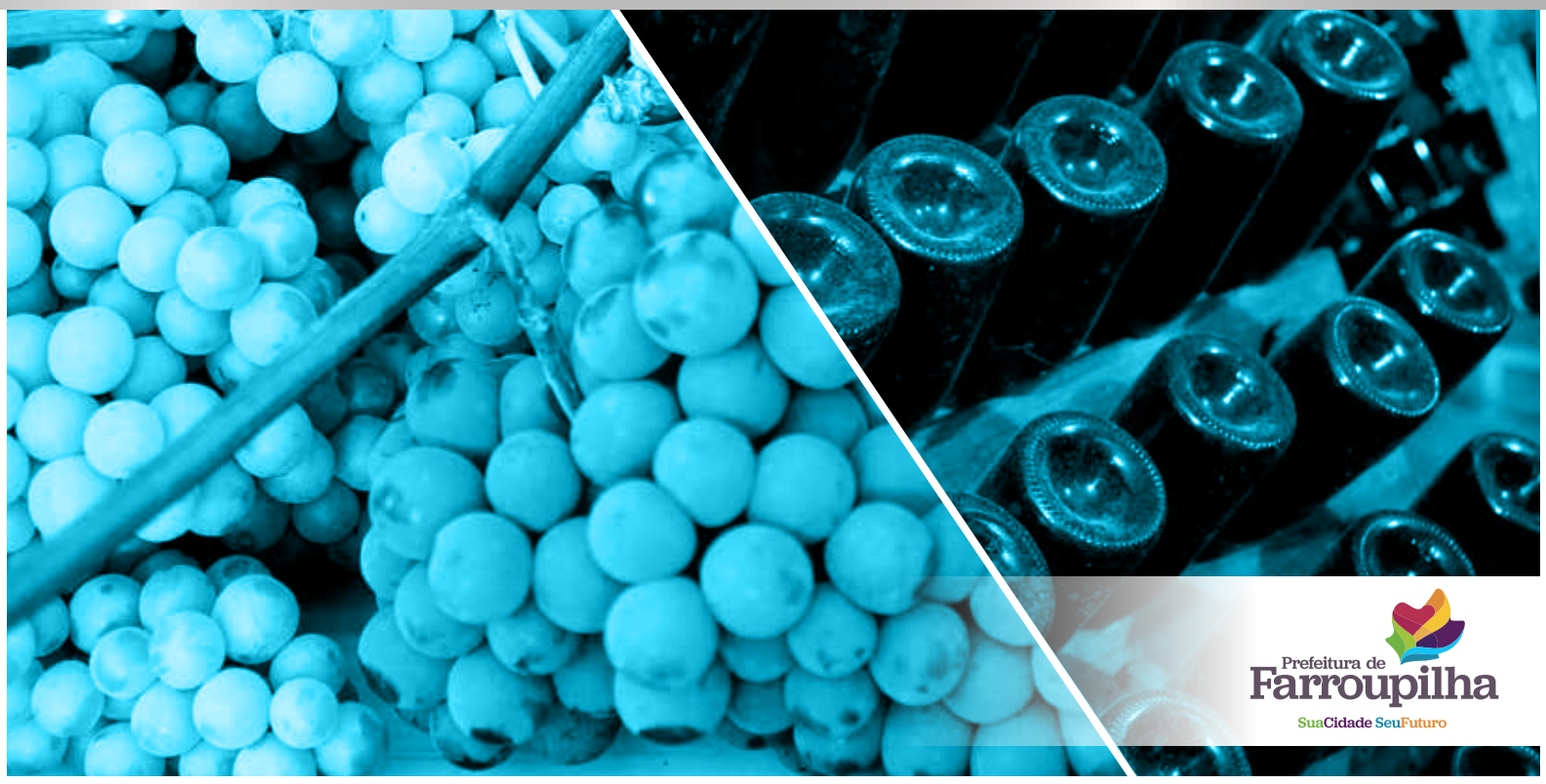
2040

FARROUPILHA
2020 - 2040

O FUTURO COMEÇA AQUI



Prefeitura de Farroupilha

SuaCidade SeuFuturo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Farroupilha. Prefeitura.
2040 Farroupilha : 2020-2040 : o futuro começa aqui / Prefeitura do Município de Farroupilha. -- 1. ed. -- Farroupilha, RS : A Prefeitura, 2019.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-81148-00-3

1. Administração municipal - Farroupilha (RS) 2. Administração pública - Farroupilha (RS) 3. Cidades - Desenvolvimento 4. Planejamento estratégico 5. Políticas públicas I. Título.

19-30552 CDD-352.14098165

Índices para catálogo sistemático:

1. Farroupilha : Rio Grande do Sul : Estado : Plano estratégico 2020-2040 : Diretrizes : Administração pública municipal 352.14098165

Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária - CRB-8/7639

Prefeitura de Farroupilha
SuaCidade SeuFuturo

2040
FARROUPILHA
2020 - 2040

O FUTURO COMEÇA AQUI

1ª Edição – Volume Único

MUNICÍPIO DE FARROUPILHA
Farroupilha

2019

FARROUPILHA 2020 - 2040

O FUTURO COMEÇA AQUI

Coordenadoras
Andrieli Zatti
Francyelle Bonaci
Mainara Torcheto

Edição de Arte
Hellen Cristine Dias

Fotógrafos
Adroir Silva
Jonas Viega
Rafael Maso
Vinícius Nicolini
Imprensa de Farroupilha
Equipes Técnicas

Outras imagens
Unsplash.com
Photopin.com

Revisão do Texto
Andréa Vieira Soares
Paulo César de Carvalho

Colaboradores
FEA júnior USP

Prefeitura de Farroupilha
SuaCidade SeuFuturo

SUMÁRIO

08 Apresentação

12 História de Farroupilha

16 A Farroupilha que queremos

20 Plano Farroupilha 2040

36 **Eixo 1** Gestão Pública

52 **Eixo 2** Desenvolvimento social

154 **Eixo 3** Qualidade de vida

224 **Eixo 4** Infraestrutura

270 **Eixo 5** Economia

340 **Eixo 6** Inovação

362 Colaboradores

372 Considerações Finais

APRESENTAÇÃO

O Plano Farroupilha 2040 nasceu do anseio de viver em uma cidade melhor. Ele nasceu do coração do estudante e da sua vontade de relacionar o que ele aprendeu na escola à realidade do mundo que ele encontra. Ele também nasceu da necessidade que a dona de casa tem de servir o melhor para os seus familiares. Nasceu, além disso, da obrigação do trabalhador da indústria de ser contemplado, por meio da garantia de que seu trabalho o permita ter renda e, com ela, poder ajudar no sustento e desenvolvimento de sua família.

Por isso, o 2040 ouviu a comunidade, seus anseios, suas angústias e seus investimentos diários e, em seguida, os transformou em atos de governança. Tudo o que nós fazemos como cidadãos tem um grau de investimento. Através de impostos e de taxas, nós construímos nossa cidade e ela tem que devolver para o cidadão boa água, iluminação, infraestrutura viária, escolas, saúde e muito mais. O 2040 busca aproximar o investimento do cidadão a entregas, procurando devolver o melhor possível.

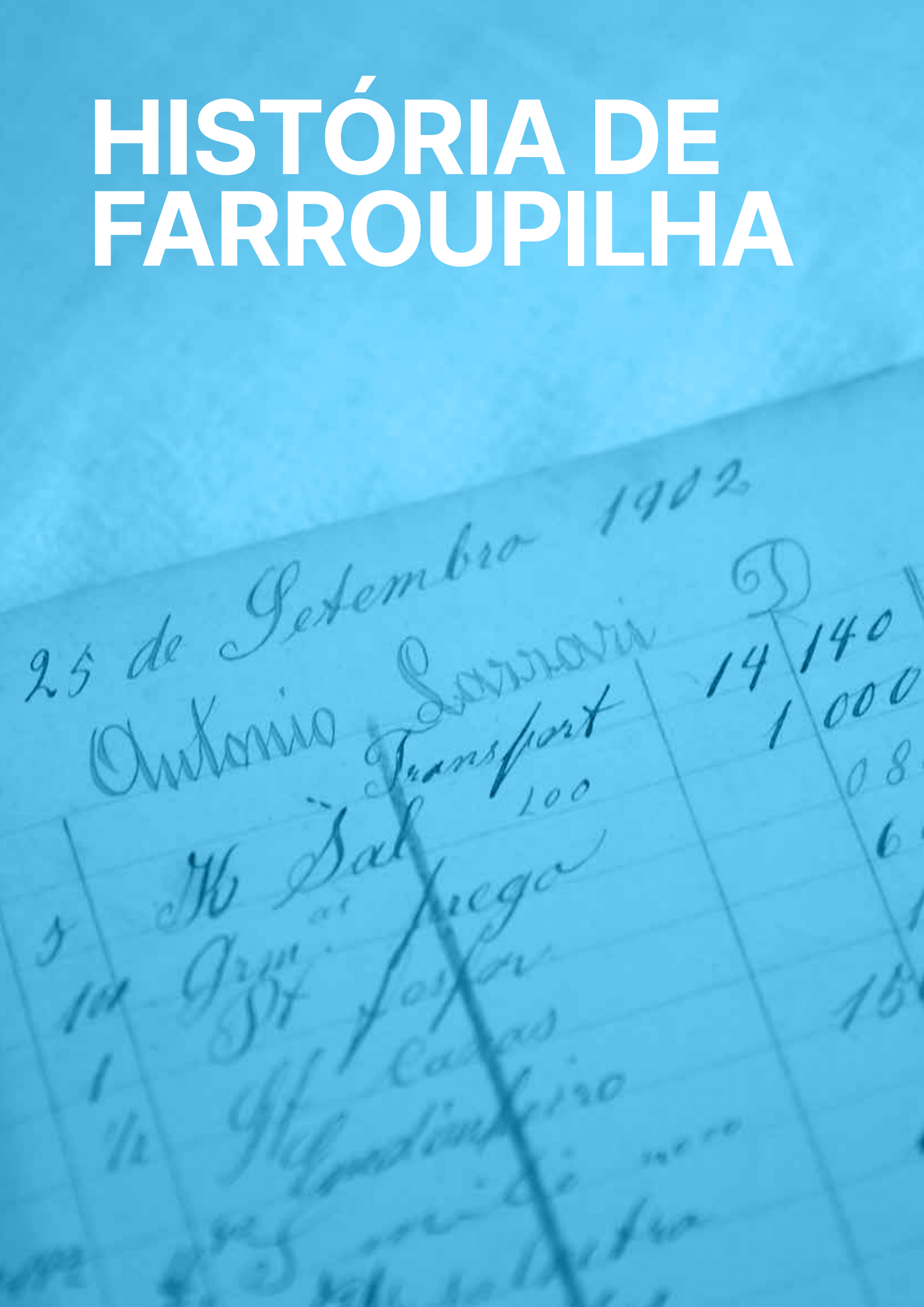
Essa construção não é simples porque em uma cidade com mais de 70 mil habitantes as necessidades e ideias são muito diversas. O 2040 se formou a partir das opiniões da população, orientadas por coordenadores em painéis de discussões. Por isso, tornou-se uma ferramenta preciosa de governança. Quando tratamos do tema da água, por exemplo, não podemos fazê-lo como um tema político. Devemos discutir a água com quem a toma. A respeito do tema do lixo, devemos entender qual impacto ele tem no meio ambiente e no solo. Assim, a melhor ferramenta que um governo pode ter é o planejamento estratégico do seu futuro. Somente a partir dele poderemos saber quanto iremos gastar em infraestrutura. Se o orçamento não é definido, essa infraestrutura compromete o orçamento, tais quais a saúde, a educação e os demais setores também o fazem.

É importante entendermos que, em uma sociedade justa e equilibrada, temos que trazer o menos favorecido. Todo esse esforço deve alcançar o elo mais fraco da nossa sociedade. Sempre digo que a fortaleza de uma corrente está dada pelo seu elo mais fraco, uma vez que este é o indicador de qualidade do desenvolvimento da nossa cidade. Sendo assim, ele precisa ser contemplado pelo desenvolvimento para, dessa maneira, indicar uma mudança positiva.

O 2040 é como uma tela em branco na qual são jogados pigmentos coloridos, criando assim uma cor. O 2040 é a transformação do branco em uma cor, como um ato social de alcance das pessoas e dos seus corações. O 2040 é a mistura de tudo: é a transformação de uma tela sem cor em uma tela colorida e a cor obtida no final é cada cidadão farroupilhense.

Claiton Gonçalves
Prefeito de Farroupilha

HISTÓRIA DE FARROUPILHA



DECRETO ESTADUAL

N. 5779 de 11 de Dezembro de 1934.

Crêa o município de FARROUPILHA

O Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Sul, na conformidade do Artigo 20, n.º 15 da Constituição, e Artigo 1.º do Decreto N.º 4311, de 15 de Maio de 1929:

CONSIDERANDO ser aspiração colotiva a autonomia municipal do território constituido pelo segundo e sexto distritos do município de Caxias, pelo terceiro de Bento Gonçalves e pelo nono de Montenegro;

CONSIDERANDO que o referido território, com uma população de cêrca de 12.800 habitantes, tem comércio e industrias bastante desenvolvidos, pois em 1933 contribuiu para os cofres municipais com uma renda de Rs. 345.000$000;

CONSIDERANDO que o seu desmembramento não será muito sensivel aos municípios de que faz parte, os quais ficarão com rendas mais que suficientes para provêr as exigências de sua vida autônoma:

DECRETA

Artigo 1.º — Fica elevado a categoria de município com denominação de "FARROUPILHA" a séde o povoado de Nova Vicenza o território constituido pelos 2.º, 6.º distritos de Caxias (Nova Vicenza e Nova Milano) incluido o Travessão Quatro Colonias, que ultimamente foi desanexado do referido 6.º distrito, pelo 3.º distrito de Bento Gonçalves (Jansen) e pelo 9.º distrito de Montenegro (Nova Sardenha).

§ ÚNICO — O 2.º distrito do município de Caxias, o 3.º de Bento Gonçalves e o 9.º de Montenegro conservarão as suas atuais divisas.

Artigo 2.º — Emquanto permanecer a situação instituida pelo Decreto Federal n.º 19.398, de 11 de Novembro de 1930, serão observadas no novo município a Lei Orgânica de de Caxias e a Lei de Orçamento para o corrente exercício no que fôr aplicavel.

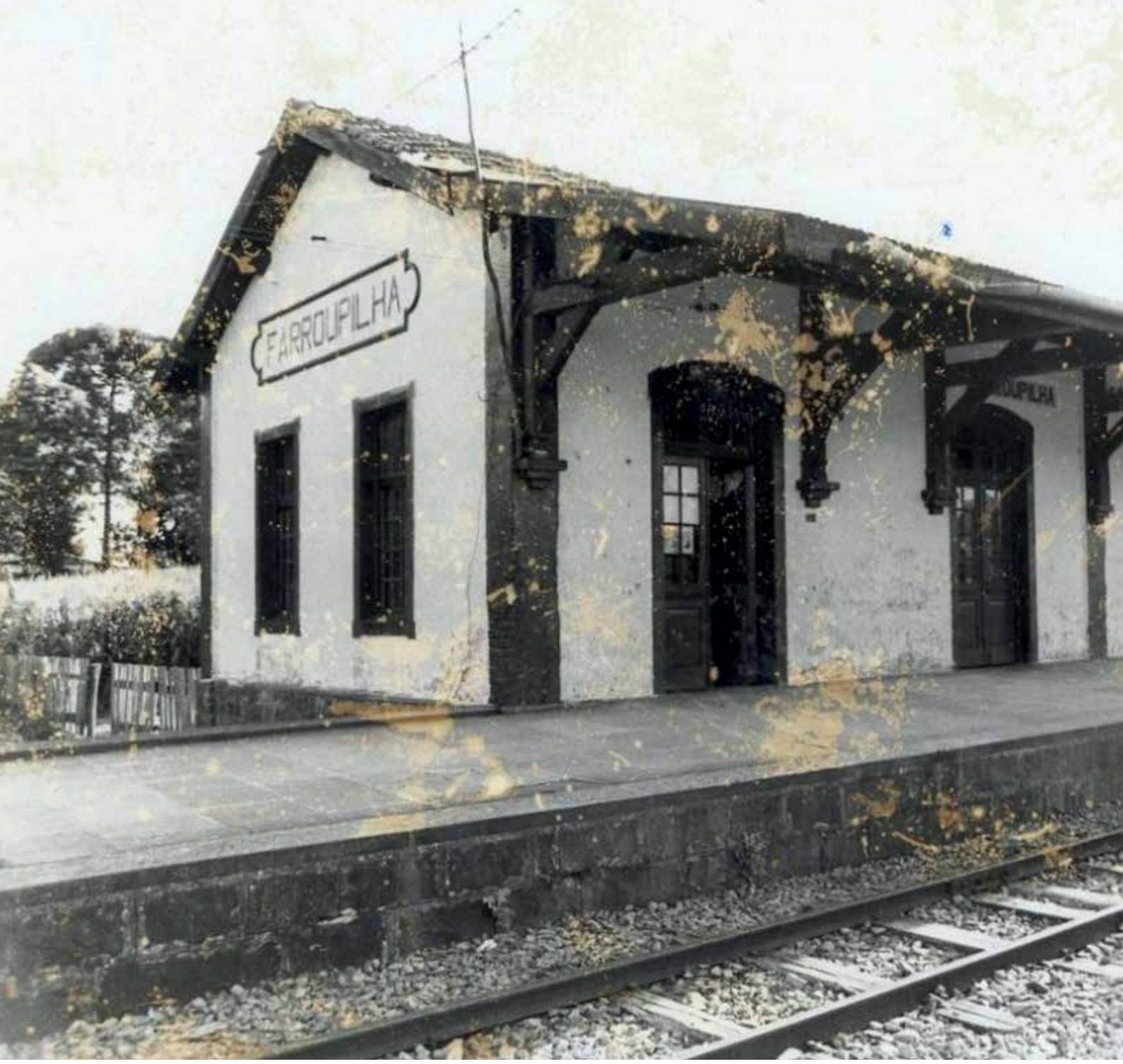
Artigo 3.º — Fica transferida ao novo município "FARROUPILHA" a divida Ativa dos impostos e taxas dos contribuintes dos territórios desmembrados dos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro.

Artigo 4.º — Fica Fixado o "quantum" da Divida Pública que o município de "FARROUPILHA" se obriga a pagar aos municípios, de cujos territórios foi constituido, a saber: Ao de Caxias . . . . . 907:500$000
Bento Gonçalves . . . . . 150:500$000
Montenegro . . . . . 172:000$000

Artigo 5.º — O Município de "FARROUPILHA" será Têrmo da Comarca de Caxias.

Palacio do Govêrno em Pôrto Alegre, 11 de Dezembro de 1934

José Antonio Flores da Cunha
João Carlos Machado
Carlos Heitor de Azevedo
Francisco Rodolfo Simch



Antiga Estação Férrea de Farroupilha

O Município de Farroupilha, atualmente conhecido como capital nacional da malha, do moscatel e do kiwi, é considerado o berço da imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul. A localidade foi foco de atração de famílias de imigrantes que chegaram à cidade em maio de 1875 e a denominaram Nova Milano, que é, atualmente, a sede do 4º distrito de Farroupilha. Essas famílias vieram da província de Milão, situada no norte da Itália, trazendo então tal referência para a nova cidade.

As primeiras famílias tiveram como representantes Stefano Crippa, Tomazo Radaelli e Luigi Sperafico, que encontraram as terras devolutas e praticamente inexploradas da região e foram guiados por um índio semicivilizado conhecido como Luís Bugre. As famílias não se atemorizaram e, apesar de terem, frequentemente, o pinhão nativo como único alimento, elas empreenderam na brava tarefa de vencer a natureza bruta e iniciar uma agricultura regular.

De acordo com dados históricos aqui reunidos, entre os anos de 1885 e 1886, na Colônia Particular Sertorina, localizada parte dentro do atual território de Farroupilha, entre a Linha Palmeiro (na atual Bento Gonçalves) e a 1ª e 2ª Léguas (atual Caxias do Sul), o dono da Colônia, Luis Antônio Feijó Junior instalou uma comunidade habitada por imigrantes italianos trentinos e trevisanos (ou seja, da província de Trento e da cidade de Treviso). A localidade, distante oito quilômetros ao norte de Nova Milano, tomou o nome de Linha Vicenza e, posteriormente, de Nova Vicenza. Atualmente, Nova Vicenza é um dos bairros de Farroupilha.

No entanto, essa foi apenas uma de várias colônias da região que se desenvolveram a ponto de construir o que conhecemos hoje de Farroupilha. Os primeiros moradores de Nova Vicenza teriam sido imigrantes italianos vicentinos já assentados na Colônia Conde D'Eu (atual Garibaldi). Tais imigrantes passaram a tomar maior noção do potencial de crescimento da nova comunidade e, por consequência, venderam o que possuíam e instalaram-se na nova área. Como o local era muito distante de Caxias do Sul e da Colônia Dona Isabel (atual Bento Gonçalves), eles tiveram que criar condições de subsistência. Nisso, surgiram os primeiros artesãos, a casa de comércio, a igreja e o ferreiro, além da gradativa evolução da agricultura. O núcleo prosperou rapidamente, influenciado pela circunstância de estar situado no entroncamento das estradas que conduziam às colônias vizinhas de Caxias do Sul, Conde D'Eu e Dona Isabel. Simultaneamente, fora da Colônia Particular Sertorina, Nova Milano também progredia.

Nova Vicenza cresceu muito em função do grande empenho direcionado ao seu desenvolvimento. Um padre passou a celebrar missas permanentemente e uma escola foi instalada sob a responsabilidade das irmãs da congregação de São Carlos.

Não havia estradas na Colônia Particular Sertorina, então era utilizada a estrada Caxias do Sul - Dona Isabel (em Bento Gonçalves), que corria junto à linha do limite norte. Nova Milano, por

outro lado, também avançava: tinha cartório, padre, igreja, subintendente e intensa atividade agrícola. No ano de 1902, Nova Milano foi elevada à categoria de 3º distrito de Caxias do Sul, pelo Ato Municipal nº 38, do dia 25 de setembro.

No dia 1º de junho de 1910, foi inaugurada a ferrovia Montenegro - Caxias do Sul. A linha férrea passava entre Nova Milano e Nova Vicenza e sua estação de trem e armazém da ferrovia foram construídos onde atualmente se localiza a área central de Farroupilha. A estação foi denominada "Nova Vicenza" e, em torno dela, começou a surgir um novo núcleo habitacional. No ano seguinte surgiu a estrada estadual Júlio de Castilhos, que iniciava em São Sebastião do Caí, passava por Nova Milano, pela estação Nova Vicenza, pela cidade homônima e seguia até Antônio Prado. Isso deu mais força à expansão do novo núcleo urbano, esvaziando Nova Milano e a primeira Nova Vicenza no que toca às suas populações e economias.

Em 1917, Nova Milano teve sua sede administrativa transferida para Nova Vicenza, através do Ato Municipal nº 84, do dia 21 de dezembro, passando a ser denominado com o nome da estação férrea. Em 1927, foi designada como 2º distrito de Caxias do Sul, em função do elevado desenvolvimento. Nesse contexto houve o florescimento de um movimento de emancipação voltado à reivindicação de autonomia administrativa e política, apoiado no progresso econômico da nova região.

Sendo assim, em 1934 uma comitiva de 35 pessoas, lideradas por Ângelo Antonello, representando as comunidades da nova Nova Vicenza, Nova Milano, Vila Jansen e Nova Sardenha, entregou uma petição a José Antônio Flores da Cunha, interventor federal do estado. O Município de Farroupilha foi criado através do Decreto Estadual nº 5779, de 11 de dezembro de 1934. Seu território foi desmembrado dos Municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Montenegro. Seu nome foi dado em homenagem ao

Antigo Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio

Foto aérea da Rua Coronel Pena de Moraes, década de 1970

centenário da Revolução Farroupilha, que foi comemorado no ano seguinte.

Farroupilha está localizada geograficamente na região metropolitana da Serra Gaúcha, distante 110 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. O município está contido na mesorregião do Nordeste do Rio Grande do Sul e na microrregião de Caxias do Sul. Sua altitude é de 783 metros acima do mar. Possui área total de 361,684 quilômetros quadrados, com área urbana de 40,32 quilômetros quadrados e área rural de 318,98 quilômetros quadrados. O clima predominante é subtropical.

O gentílico utilizado no município é farroupilhense. A população de Farroupilha é majoritariamente de ascendência italiana, mas imigrantes de outros países também formaram famílias na região, como os que vieram da Alemanha, Polônia, Portugal, Espanha, diversos países da África e descendentes de povos indígenas.

A FARROUPILHA QUE QUEREMOS

Eixos	Propostas de cada Subeixo	
Gestão Pública	**Enxugamento e Otimização da Máquina Pública**: A importância da otimização de processos para uma boa gestão pública	
Desenvolvimento Social	**Assistência Social**: A política de Assistência Social efetivada através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	**Educação**: Estudantes e comunidade como protagonistas da educação
Qualidade de Vida	**Arborização**: Escolher a árvore certa para o lugar certo	**Esporte**: Fazer da prática esportiva um elemento de mudança efetiva na vida da nossa comunidade
Infraestrutura	**Mobilidade Urbana**: A integração dos caminhos leva a mobilidade urbana	**Recursos Naturais e Saneamento Básico**: Universalização do saneamento básico
Economia	**Agricultura e Agropecuária**: Diretrizes para um futuro promissor do agronegócio farroupilhense	**Comércio e Serviços**: Ferramentas de desenvolvimento
Inovação	**Cidade Sustentável e Novas Tecnologias**: Utilizar tecnologia de forma inteligente e eficiente para tornar Farroupilha sustentável	**Iluminação Pública e Eficiência Energética**: Uma Farroupilha que ilumine o caminho das pessoas e adote energias limpas que pensem no meio ambiente

Habitação: Habitação digna como política pública

Saúde: Desenvolver em cada indivíduo o protagonismo de sua própria saúde

Segurança Pública: Integração das forças de segurança, investimento em tecnologia e inteligência

Juventude: Construção de melhores oportunidades voltadas para a juventude

Lazer: Lazer com segurança para todos

Valorização dos Espaços Públicos: Espaços Públicos que promovam a consolidação urbana e a qualidade de vida

Comunicação e Divulgação: Interatividade com a notícia pela expansão das mídias digitais

Indústria: A indústria que evolui proporciona uma sociedade sustentável

Turismo: Consolidar Farroupilha como destino turístico da Serra Gaúcha

PLANO FARROUPILHA 2040

O Plano

O Plano Farroupilha 2020-2040 tem como objetivo principal apresentar uma visão de futuro, construída pelo governo municipal, com ampla participação da sociedade civil – que contribuiu com informações, críticas e proposições. Além dessa colaboração, nossa comunidade também ajudou a elencar prioridades e eixos a serem trabalhados pelo Plano Estratégico nos próximos vinte anos.

Buscando diferentes ideias e visões, o plano também contou com a participação e interação de associações, academias e autoridades. Por isso, o projeto torna-se relevante justamente por permear esses diferentes setores da sociedade do município.

Diretrizes do Plano Estratégico 2020-2040

Dada a necessidade de dar destaque às estratégias voltadas às diversas garantias de nossos cidadãos e nossa cidade, foram tratados 20 subeixos distribuídos em 6 eixos da seguinte forma:

Eixo 1: Gestão Pública

- Enxugamento e Otimização da Máquina Pública

Eixo 2: Desenvolvimento Social

- Assistência Social
- Educação
- Habitação
- Saúde
- Segurança Pública

Eixo 3: Qualidade de vida

- Arborização
- Esporte
- Juventude
- Lazer
- Valorização dos Espaços Públicos

Eixo 4: Infraestrutura

- Mobilidade Urbana
- Recursos Naturais e Saneamento Básico

Eixo 5: Economia

- Agricultura e Agropecuária
- Comércio e Serviços
- Comunicação e Divulgação
- Indústria
- Turismo

Eixo 6: Inovação

- Cidade Sustentável e Novas Tecnologias
- Iluminação Pública e Eficiência Energética

Evento de Lançamento

O evento de lançamento do Plano Farroupilha 2020-2040 ocorreu no dia 11 de dezembro de 2018 e contou com a presença de, aproximadamente, 500 pessoas. Na passagem dos 84 anos do município, empresários, lideranças políticas e a imprensa reuniram-se para conhecer o projeto, cujo objetivo é atrair investimentos e projetar a cidade para o futuro.

Na abertura do evento, o prefeito Claiton Gonçalves falou sobre o sentido estratégico do projeto: "Abrimos as portas de Farroupilha para o capital externo, para o capital nacional, para as inteligências do país e de fora do Brasil para que possamos construir uma cidade mais rica. Instalamos um novo equipamento de desenvolvimento da cidade", conta.

Propósito do Plano

OBJETIVO DO PLANO

Projetar a construção de uma cidade desenvolvida, moderna e sustentável.

→

IMPORTÂNCIA DO PLANO

Formular estratégias que permitam a interação dos propósitos de cada parte e segmento da cidade.

→

Farroupilha que queremos.

Processo de Elaboração e Estruturação

AS FASES

1ª FASE

Diagnóstico sobre a cidade que somos hoje.

2ª FASE

Concepção sobre a Farroupilha que queremos.

3ª FASE

Elaboração e organização das ações/atividades que nos levarão a construir a Farroupilha que queremos.

4ª FASE

Análise da participação e interação dos envolvidos, integrando as informações dos grupos de trabalho.

5ª FASE

Integração da análise interna do grupo de trabalho com as contribuições da comunidade, entidades de classe, acadêmicos e setores governamentais.

6ª FASE

Entrega do estudo.

Iniciamos todos os capítulos com uma introdução de cada eixo. O objetivo dessa contextualização é termos um entendimento maior de quais temas serão tratados em cada um dos capítulos.

Em seguida, discutimos cada subeixo que compõe o capítulo. Para cada um deles estruturamos da seguinte maneira:

APRESENTAÇÃO DO TEMA	FASE DO PLANO QUE SERÁ TRATADA
Como é hoje?	fase 1
Coleta de dados	fases 1, 4 e 5
Visão de futuro	fase 2
Objetivos	fase 3
Planos de ação	fase 3

No fim de cada subeixo apresentamos planos de desenvolvimento e crescimento para a cidade com estratégias de curto, médio e longo prazo.

Participação da comunidade e estratégias de envolvimento

Encontros Públicos

Os encontros públicos aconteceram em espaços públicos e sedes de entidades locais.

Cada um dos encontros dos subeixos contou com a participação de profissionais e entusiastas de seus respectivos temas. Além disso, foi um momento para que a comunidade presente pudesse contribuir e expor seus anseios sobre os temas.

Realizamos encontros públicos para cada um dos subeixos. A seguir segue a lista dos nomes e convidados que participaram desses momentos com a comunidade farroupilhense.

SUBEIXO	TEMA	CONVIDADOS
Enxugamento e Otimização da Máquina Pública	Simplificação de Processos e Governo Digital	Fabiano André Piccoli Deivid Argenta Giuseppe M. Riesgo
Assistência Social	Sistema Único de Assistência Social - SUAS: Possibilidades e Limites	Berenice Rojas Couto
Educação	As Perspectivas do Futuro da Educação e da Juventude	João Ignácio Pires Lucas
Habitação	Habitação Digna como Política Pública	Carlos Eduardo Mesquita Pedone
Saúde	Saúde, Farroupilha no Século XXI	Elson Romeu Farias
Segurança Pública	O Futuro da Segurança Pública	Antonio Carlos Pacheco Padilha Juliano do Amaral Reginaldo Maurício Rocha
Valorização dos Espaços Públicos	A Importância dos Espaços Públicos para a (Re)qualificação Urbana das Cidade	Rafael Brener da Rosa
Esporte	A Importância do Esporte e Lazer para a Qualidade de Vida	Gledson de Campos Fabrício Filipe Spinelli Luiz Fernando Rosa Márcio Velasquez Suzana Iara Fetter
Juventude	As Perspectivas do Futuro da Educação e da Juventude	João Ignácio Pires Lucas
Lazer	A Importância do Esporte e Lazer para a Qualidade de Vida	Gledson de Campos Fabrício Filipe Spinelli Luiz Fernando Rosa Márcio Velasquez Suzana Iara Fetter
Mobilidade Urbana	Mobilidade Urbana: Caminhos da Integração	Arnoldo Debatin Neto Vinícius Ribeiro
Agricultura e Agropecuária	Tendências da Agricultura e do Agronegócio em Farroupilha	Geraldo Sandri
Comércio e Serviços	Os Desafios do Comércio e dos Serviços na Era Tecnológica	Cintia Schoeninger Ivanir Ântonio Gasparin
Comunicação e Divulgação	Comunicação e o Comportamento Urbano na Era Digital	Andrei Rosetto Babiana Mugnol Vinni Biazzus
Indústria	A Indústria e seus Desafios	Adir Ubaldo Rech Enor J. Tonolli Jr. Eloide Teresa Pavoni
Turismo	Ciclo de Vida do Turismo: a Importância da promoção para Divulgação do Destino	Eduardo Zorzanello Marlei Salete Mecca
Cidade Sustentável e Novas Tecnologias	O Papel de Novas Tecnologias no Ambiente *Smart Cities*	Aline Lucia Deparis Eduardo Makiyama Marcelo Soares Lubaszewski
Iluminação Pública e Eficiência Energética	Eficiência Energética e Iluminação Pública: Potencialidades e Caminhos para Farroupilha	Luciano Rosito Maurício Medeiros Rodrigo Salvati Sidinei Terebinto de Andrade

Missão do Plano Farroupilha 2020-2040: Planejamento construído com ampla participação da sociedade para uma Farroupilha inovadora, sustentável, inclusiva e com altos índices educacionais e de desenvolvimento.

Visão do Plano Farroupilha 2020-2040: Ser um projeto efetivo na busca de uma cidade que ofereça crescente qualidade de vida e oportunidades de trabalho, cultura, educação e lazer.

Valores do Plano Farroupilha 2020-2040:

- Ética;
- Transparência;
- Compromisso com a comunidade;
- Transformação;
- Inclusão social;
- Coparticipação;
- Eficiência.

Audiência Pública

Uma das principais etapas do Plano Farroupilha 2020-2040 foi a Audiência Pública na Câmara de Vereadores, que reuniu aproximadamente 100 pessoas entre comunidade em geral e técnicos. Eles puderam acompanhar uma síntese de todos os planos estratégicos em cada eixo: Gestão Pública, Desenvolvimento Social, Qualidade de Vida, Infraestrutura, Economia e Inovação.

Enxugamento e Otimização da Máquina Pública

Assistência Social

Habitação

Saúde

Segurança Pública

Valorização dos Espaços Públicos

Juventude e Educação

Esporte e Lazer

Mobilidade Urbana

Agricultura e Agropecuária

Comércio e Serviços

Comunicação e Divulgação

Indústria

Turismo

Cidade Sustentável e Novas Tecnologias

Iluminação Pública e Eficiência Energética

Rap temático do Plano Farroupilha 2020-2040

A música foi criada por jovens durante uma oficina de rimas oferecida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). O objetivo, proposto pelo subeixo de Assistência Social, foi mostrar a essência do plano estratégico.

LETRA

ESSA NOITE EU TIVE UM SONHO – UM SONHO DIFERENTE

SONHEI QUE EU ESTAVA 20 ANOS PRA FRENTE

E NO SONHO EU VIAJEI – VI MEU POVO, A MINHA GENTE

VI UMA COMUNIDADE MUITO MAIS INTELIGENTE

A ESCOLA MAIS MODERNA – TOUCHSCREEN E DIGITAL

DEU ESPAÇO PRA CRIANÇA – SER DESTAQUE NO JORNAL

O ESPORTE, O SOCIAL, O HIP HOP MIL GRAU

DEU MORAL PRA GERAÇÃO - QUE É FIRMEZA TOTAL

COM MAIS EDUCAÇÃO - SE TEM MAIS SEGURANÇA

UMA NAÇÃO CHEIA DE CONFIANÇA

EU ACREDITO, BOTO FÉ NA ESPERANÇA

SALVE, SALVE – NOSSAS CRIANÇAS

OLHA QUE LOUCO – TÁ TUDO DIFERENTE

ESTÁ BEM MELHOR QUE UM PASSADO RECENTE

A EDUCAÇÃO SALVOU, LITERALMENTE

ESSA GERAÇÃO ANDA BEM MAIS SORRIDENTE - 20 – 40 – CONSEQUENTEMENTE

Equipe Técnica

GESTÃO PÚBLICA

ENXUGAMENTO E OTIMIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA

Coordenador: Gabriel Bianchet Tavares

Adriana Martins
Alexandra Simonaggio
Ana Cristina Malmann de Oliveira
Carina Danna
Fernanda Franceschini
Gilmar Paulus
Nadiele Brollo

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Coordenadora: Mára Macena de Oliveira

Miriam Inês Mandelli Maeda

EDUCAÇÃO

Coordenador: Vinicius Grazziotin De Cezaro

Cássio Henz
Márcia Finimundi Nóbile
Zilmar Machado Bittencourt

HABITAÇÃO

Coordenador: Ricardo Moraes Ferraro

Linamar Amaro de Souza

SAÚDE

Coordenadora: Adriane Callegari Lume

Daniela Zanco
Davi André de Almeida
Denise Colombo
Diane Campetti
Gabriela Gambato
Giselle Rombaldi
Juelci de Souza
Rosane Inês Bourscheidt da Rosa
Vanessa Zardo

SEGURANÇA PÚBLICA

Coordenador: Paulo Fabiano da Silva

Leandro Silveira da Silva
Paulo Ricardo Biegelmeyer

QUALIDADE DE VIDA

ARBORIZAÇÃO

Coordenador: Pablo Cesar Uez

Camila Facchi Fachin Pegoraro
Claudiomar Pegoraro
Samila Balbinot
Tarciana Maino

ESPORTE

Coordenador: Adriano Colferai

Aline Ditadi Amaral
Cesare Augusto Marramarco
Débora Zeni Vargas
Juliano Luiz Baumgarten

JUVENTUDE

Coordenador: Juliano Luiz Baumgarten

Adriano Colferai
Aline Ditadi do Amaral
Débora Zeni Vargas
Gabriela Massolini
Lauro Edson da Cás
Marlon Ditadi Gonçalves

LAZER

Coordenadora: Renata Parisotto

Ana Cristina Malmann de Oliveira
Emilio Nunes
Fernanda Vetorazzi
Ricardo Menezes
Tainara Bertuzzi Chiele

VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Coordenadora: Maiara Lívia Bogo Piccoli

Andréia Marchet
Camila Facchi Fachin Pegoraro
Patrícia Felicetti
Samila Balbinot
Tainara Bertuzzi Chiele

INFRAESTRUTURA

MOBILIDADE URBANA

Coordenador: Pablo Cesar Uez

Camila Facchi Fachin Pegoraro
Carolina Oliveira da Silva
Daniela Kosvoski de Goes
Eduardo Pizoni
Paulo de Castro
Paulo Ricardo Biegelmeyer
Ricardo Silva Menezes
Vinícius Nicollini

RECURSOS NATURAIS E SANEAMENTO BÁSICO

Coordenador: Rui Ernesto Gonçalves de Oliveira

Alex Gustavo Marques Gobbato
André Trevisan de Souza
David Junior da Silva
Gabriel Puhl
Nelson Edir Gonçalves Junior
Rogerio Pergher
Tarciana Maino

ECONOMIA

AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

Coordenadora: Adriana Lins

André Trevisan de Souza
Danielle Maggioni
Luessa Dal Prá de Lima
Jerônimo Gonçalves da Silva Brum
Thauã Rosa de Oliveira

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Coordenador: Gabriel Venzon

Adriana Lins
Claudia Chiele
Jonas Viega
Laoni Jablonski
Matheus Chieli Capellari
Roger de Souza Pereira

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Coordenadora: Teresinha Bianchet Tavares

Cristiano Soares
Ederson Scussiatto Frá
Gabriel Bianchet Tavares
Lissandra Fachini Correia
Sérgio Luiz Sanfelice

INDÚSTRIA

Coordenador: Vinícius Filipini

Débora Zeni Vargas
Ederson Scussiatto Frá
Leotenir Aguirre Dias

TURISMO

Coordenadora: Marisa Poloni

Helen Kaipper
Raphael Felipe Giacomoni

INOVAÇÃO

CIDADE SUSTENTÁVEL E NOVAS TECNOLOGIAS

Coordenadora: Hiassana de Barros Figueiredo

Fábio Luiz Rasche
Gabriel Bianchet Tavares
Leonardo Manfredini
Márcio Kuse Da Silva
Pablo Cesar Uez
Comitê de governança

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Coordenador: Calebe Andrade De Boni

Alex Gustavo Marques Gobbato
Daniela Kosvoski de Goes
Nelson Edir Gonçalves Junior
Tainara Bertuzzi Chiele
Wagner Felipe Kramar

GRUPO DE APOIO

Davi Andrade de Boni
Gladiane Freisleben
Rudialva Vigolo
Maíra Bitencourt de Azevedo

SECRETARIADO

Procurador Geral do Município
Gelso Priotto

Secretário de Gestão e Des. Humano
Vandré Fardin

Secretário de Planejamento
Gabriel Bianchet Tavares

Secretária de Educação
Elaine Giuliato

Secretária de Saúde
Rosane Inês Bouscheidt da Rosa

Secretário de Meio Ambiente
Tiago Ilha

Secretário de Finanças
Benalmi Spilki

Secretário de Des.Rural
Fernando Silvestrin

Secretária de Des.Social e Habitação
Maria da Glória Menegotto

Secretário de Des. Urbano, Infraestrutura e Trânsito
Gilberto do Amarante

Secretário de Turismo, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude
Francis Dobner Casali

Secretário de Des. Econômico
Cleonir Roque Severgnini

Prefeito Municipal – Claiton Gonçalves e **Primeira Dama** – Francis Somensi
Vice Prefeito – Pedro Evori Pedrozo e Cláudia Capelari Pedrozo

EIXO 1
GESTÃO PÚBLICA

GESTÃO PÚBLICA

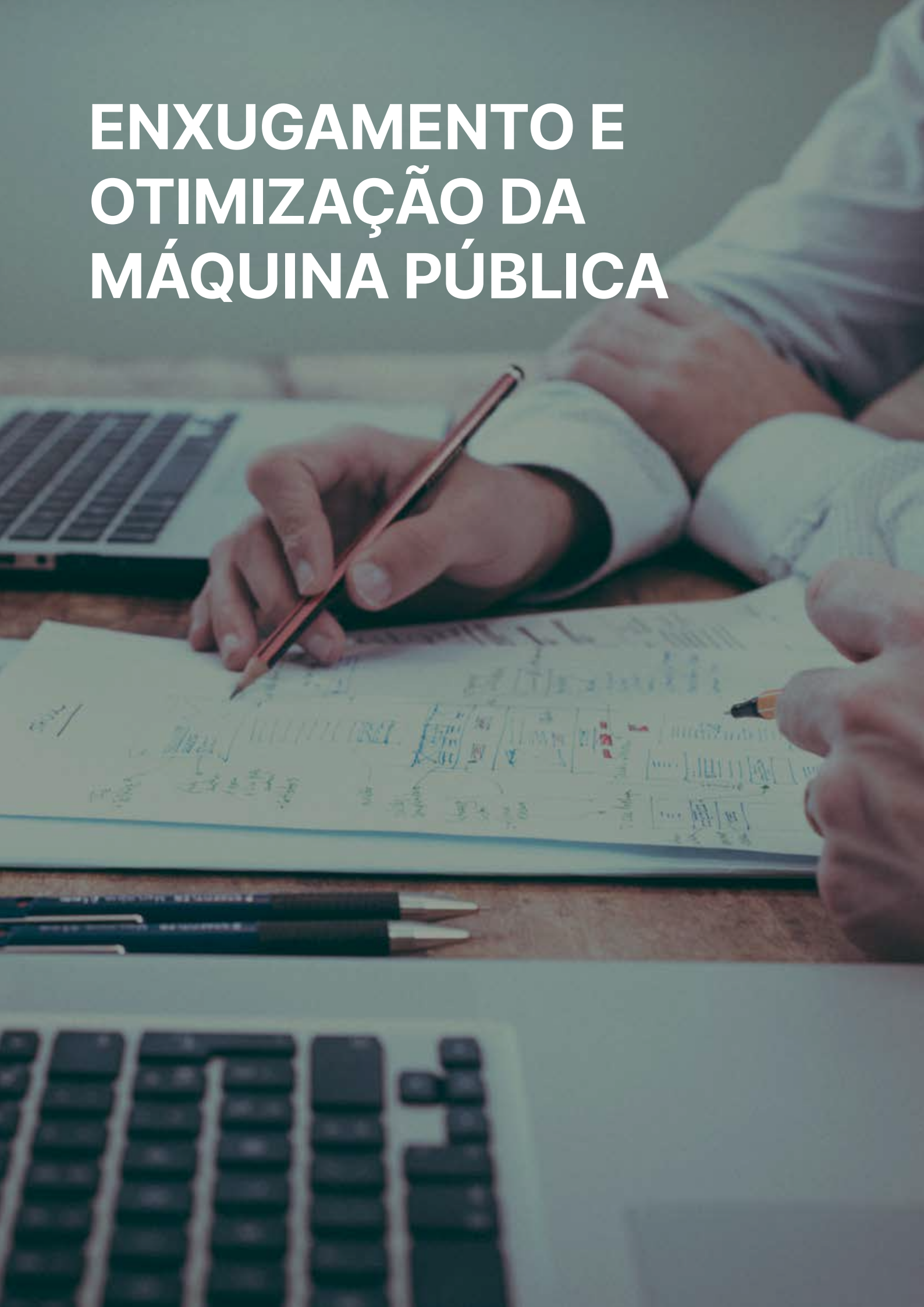
Para planejar um Plano Estratégico como o Farroupilha 2020-2040, é fundamental entendermos e pensarmos sobre Gestão Pública. Este foi um dos temas com extrema importância, tendo em vista sua relevância para a implementação de todo o plano.

Isso porque toda grande cidade, com altos índices de desenvolvimento, precisou de um planejamento e uma boa gestão para alcançar seus objetivos. É por isso que otimizar processos e enxugar a máquina, no sentido de diminuir custos e oferecer um melhor serviço à comunidade, se faz necessário. Ao construir todo o projeto, temos trabalhado com o planejamento estratégico da área de Gestão Pública e também com ações de governo, como o IPTU sustentável, mapeamento e otimização de processos internos, implementação de sistema de nuvem na prefeitura e reestruturação da administração tributária.

Sabemos que os governos municipais são passageiros e é preciso trabalhar para dar continuidade nas ações. Mais do que ter responsabilidade com a comunidade farroupilhense, essa sequência pode fornecer uma oportunidade de nossa cidade ser conhecida e reconhecida como próspera e estável.

A seguir será apresentada a situação em que se encontra a área, além dos planos para o futuro e os planos de ação para alcançarmos esse reconhecimento.

ENXUGAMENTO E OTIMIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA



Apresentação

Para introduzir o tema, iremos apresentar um recurso inteligente que aumenta a produtividade e, por meio do qual, torna-se muito fácil manter um fluxo de trabalho organizado e que engloba todas as atividades de maneira clara e objetiva.

Essa ferramenta é o **mapeamento de processos**, que define como os setores irão funcionar, os objetivos de cada um deles e permite visualizá-los de forma micro e macro, o que proporciona observar melhorias no processo como um todo.

Ao expandirmos para o serviço público, tema do capítulo, o mapeamento de processos pode proporcionar agilidade e eficiência, já que com ele é possível descrever objetivamente a trajetória de cada fluxo, designar os responsáveis pelas etapas, prever os recursos necessários, conhecer os principais gargalos no sistema da organização pública e muitas outras coisas que contribuem para aperfeiçoar o tempo de trabalho, bem como uma entrega de melhores resultados à população.

Outro motivo para trabalhar com o mapeamento é poder identificar as melhorias capazes de promover a eficiência no serviço público, bem como ter clareza e objetividade para facilitar a tomada de decisões.

Dessa mesma forma, o nosso Município de Farroupilha poderá contar com indicadores de desempenho de setores para que, assim, possa ser implantado algum tipo de campanha interna a fim de motivar o funcionalismo a entregar um serviço público cada vez melhor, mudando tanto a mentalidade da população, quanto a sua visão dos serviços públicos.

Além disso, com fluxos bem mapeados e claros, o tempo de resposta à comunidade ficará mais rápido, bem como a identificação de problemas para que seus reflexos sejam controlados antes mesmo de influenciar a vida do munícipe.

A seguir apresentamos a análise de controle e processos:

- **A produtividade da equipe aumenta**
- **Os erros e as falhas humanas diminuem consideravelmente ou desaparecem**
- **A comunicação entre os envolvidos fica muito mais fácil e objetiva**
- **A aprendizagem dos servidores sobre o funcionalismo público se torna muito mais eficiente**
- **O tempo investido no mapeamento de processos representa tempo livre no futuro**
- **Diminui a necessidade de novas contratações, o que pode proporcionar melhor reconhecimento aos servidores ativos**
- **O nível de domínio e controle cresce exponencialmente**
- **Fica mais fácil gerenciar a qualidade do atendimento, os prazos e os compromissos**
- **O trabalho reflete diretamente na satisfação dos munícipes**

Para um melhor entendimentos das análises de sobre Enxugamento e Otimização da Máquina Pública, separamos esta análise por temas:

- Otimização e Simplificação de Processos;
- Digitalização de Processos e Criação de Indicadores;
- Publicidade dos Fluxos e dos Indicadores;
- Acolhimento do Contribuinte.

OTIMIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS

Como é hoje?

A partir das informações a respeito da importância de mapear os processos públicos, ao analisar a situação da Prefeitura de Farroupilha, percebe-se a necessidade de usar essa ferramenta.

Pelas análises realizadas, podemos observar que os recursos como o "**Fala Cidadão**" e "**Sistemas em Geral**" não possuem seu funcionamento adequado por causa da falta de fluxos de informação bem definidos. Isso porque esses recursos não são utilizados de forma correta por todas as secretarias, o que não permite que sejam ágeis.

De qualquer forma, não podemos ignorar que, com relação ao passado, essas ferramentas vieram a agregar, porém não da forma exponencial com a qual se pretende com o Plano Farroupilha 2040. Com esse trabalho, observou-se a real necessidade do pensamento como um "todo", ou seja, visão geral da área com um objetivo: a eficiência da instituição pública.

O mapeamento dos processos auxilia justamente no entendimento do porquê as ferramentas não são utilizadas como deveriam, observado todo seu potencial, além dos motivos pelos quais algumas secretarias também não as utilizam corretamente.

Coleta de dados

Para fazer um diagnóstico das falhas das ferramentas usadas na gestão, foram feitas análises e, a partir delas, constatadas algumas informações e necessidades:

As secretarias que usam a ferramenta "Fala Cidadão" apresentam um tempo de resposta muito grande, o que demonstra ineficiência do sistema. **Sendo assim, o mapeamento de fluxos proporciona uma análise mais objetiva a fim de identificar quais gargalos estariam criando esta situação.**

Necessidades

Há pouco controle e gerência dos gestores sobre o setor e seus funcionários. Essa situação faz com que os superiores não tenham conhecimento dos fluxos de informação e processos nos mínimos detalhes. **Novamente, ao mapear as tarefas, deve-se vincular um responsável por cada serviço. Desse modo, o gestor poderá entender as demandas de forma objetiva, as necessidades de pessoal, de treinamento e, assim, aperfeiçoar a prestação do serviço público.**

Demora nos processos: **em complemento à colocação anterior, a partir do mapeamento dos fluxos, o gestor poderá contar com uma ferramenta de controle de prazos, proporcionando-lhe conhecimento e métrica a fim de embasar a cobrança por resultados e/ou a identificação dos gargalos de ineficiência.**

Poderá realizar a tomada de decisões, quais sejam as necessidades de capacitação em certa área ou até mesmo a necessidade de contratação de pessoal. Com a ferramenta, o próprio gestor poderá ser cobrado hierarquicamente por melhores resultados em sua secretaria. O resultado final será no sentido da compressão dos "porquês" da demora dos processos, proporcionando a criação de alternativas que visem agilizar os resultados.

Necessidade de produzir manuais de instrução e orientação: **a implantação de um sistema de fluxos está diretamente ligada aos manuais. O principal objetivo dos manuais é fazer com que o funcionalismo público não fique à mercê de um servidor. Isso proporciona a qualquer servidor, com o manual, realizar as tarefas e continuar a prestação do serviço público.**

Quanto à complexidade das tarefas no momento do retorno aos atendimentos, **a partir do conhecimento dos fluxos é que se poderá realizar uma análise da necessidade real de tempo para finalizar uma tarefa. Isso também mostrará os servidores que estão sobrecarregados e os que estão ociosos. A ferramenta dará ao gestor o controle da situação que, embasado, poderá distribuir de forma mais equilibrada as tarefas a seus funcionários. O que irá refletir na eficiência do serviço público e também na motivação das equipes de trabalho. Ainda quanto às respostas aos munícipes, nos casos de denúncias, sugere-se a implantação de um sistema "pós-venda", onde será possível medir a satisfação do contribuinte nos serviços prestados, bem como a identificação de problemáticas visando à melhoria do serviço**.

Percepção de excesso de burocracia: **a partir do mapeamento dos fluxos, poderá ser identificado onde encontram-se os gargalos burocráticos, bem como identificar se são necessários ou não. Sendo eles necessários, será possível buscar alternativas para agilizar os processos, seja com o oferecimento de mais protocolos online, seja na autenticação de documentos pelo próprio servidor, o que a lei hoje permite em alguns casos. Percebendo a situação de forma clara, será possível buscar as alternativas necessárias para otimizar a prestação do serviço público, desburocratizando-o quando possível. Igualmente, será possível revisar o processo para refletir sobre a real necessidade de cobrança de certos documentos que, talvez, pudessem ser dispensados ou, coletadas as informações, autenticados dentro da própria organização**.

Orientações não dadas corretamente: **quando o fluxo estiver mapeado, ele estará mais claro para o servidor e, assim, a orientação será dada com mais objetividade**. Percebe-se, hoje, que o servidor, na maioria das vezes, não tem a noção do "todo", tendo domínio somente da parte que executa. O mapeamento dos fluxos irá proporcionar o melhor entendimento do servidor quanto ao funcionamento da organização.

Após essa análise, percebemos que o funcionalismo público deveria buscar aproximar-se mais das formas tradicionais da organização privada. Entretanto, entende-se que existem barreiras em relação à diversidade dos serviços prestados, a burocracia do serviço público e principalmente a cultura do funcionalismo público que, historicamente, o faz ser reconhecido como vilão.

Entende-se também que, por se tratar de dinheiro público, a burocracia é necessária, porém não é um obstáculo para buscar essa aproximação estrutural nos moldes da administração privada.

Além de a implantação do mapeamento dos fluxos ser ideal para a constatação da instituição como um todo – o que proporcionará melhorias no sistema público – ela também traz ao próprio servidor mais tranquilidade para realizar suas tarefas e segurança aos gestores no momento da tomada de decisões. Então, se implantada a ferramenta de forma séria e responsável, todos ganharão melhorias – os funcionários, os gestores, o legislativo e a população geral – pois refletirá diretamente no dia a dia do nosso munícipe, gerando agilidade nas mais diversas áreas onde o poder público atua. Esse é o primeiro e mais importante passo para quebrar o paradigma cultural da má prestação e execução dos serviços públicos.

RECURSOS HUMANOS

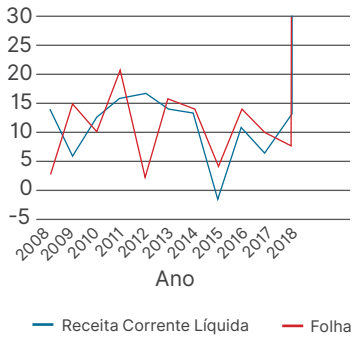
INDICADOR: CUSTO DE PESSOAL X ARRECADAÇÃO

ÍNDICES: PERCENTUAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR E FOLHA SOBRE RECEITA

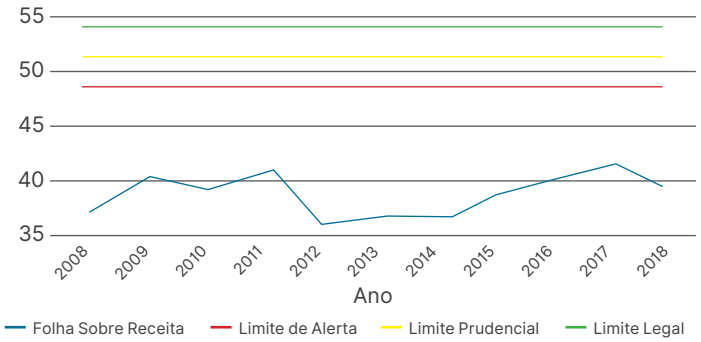
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2007-2018	2013-2018
Receita Corrente Líquida	13,93	6,1	12,31	16,05	16,58	13,43	13,44	-1,47	10,41	6,36	13,23	209,68	68
Folha	2,03	14,98	9,95	20,89	2,24	15,73	13,61	4,01	14,52	9,79	7,45	194,54	84
Folha Sobre Receita	36,93	40,02	39,18	40,82	35,8	36,52	63,58	38,61	40,05	41,34	39,23		
Limite de Alerta	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6	48,6
Limite Prudencial	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3	51,3

Também foi realizado um diagnóstico dos Recursos Humanos da área do município. A partir dele, constatou-se que, como pontos fortes, há uma relação saudável entre a arrecadação e a folha de pagamento e que o quadro de servidores, em geral, é extremamente qualificado do ponto de vista da educação formal.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E FOLHA (EVOLUÇÃO PERCENTUAL)



FOLHA SOBRE RECEITA



Fonte: Dados dos sistemas integrados de gestão municipal

INDICADOR: CARGO X ESCOLARIDADE EXIGIDA X ESCOLARIDADE ATUAL

ESTATUTÁRIOS EM CARGOS DE NÍVEL MÉDIO: 95

ESCOLARIDADE ATUAL:

ENSINO MÉDIO: 11 (12%)

ACIMA: 84 (88%), SENDO:

ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO: 24 (25%)

ENSINO SUPERIOR COMPLETO: 46 (48%)

PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO: 13 (14%)

PÓS-GRADUAÇÃO/DOUTORADO: 01 (1%)

ESTATUTÁRIOS EM CARGO DE NÍVEL SUPERIOR: 39

ESCOLARIDADE ATUAL:

SUPERIOR COMPLETO: 14 (36%)

ACIMA: 25 (64%), SENDO:

PÓS-GRADUAÇÃO / ESPECIALIZAÇÃO: 23 (59%)

PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO: 02 (5%)

PÓS-GRADUAÇÃO/DOUTORADO: 01 (1%)

ESTATUTÁRIOS EM CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO OU INCOMPLETO: 211

ESCOLARIDADE ATUAL:

FUNDAMENTAL COMPLETO OU INCOMPLETO: 69 (33%)

ACIMA: 142 (67%), SENDO:

MÉDIO COMPLETO OU INCOMPLETO: 107 (51%)

SUPERIOR INCOMPLETO: 11 (5%)

SUPERIOR COMPLETO: 22 (10%)

PÓS-GRADUAÇÃO / ESPECIALIZAÇÃO: 02 (1%)

ESTATUTÁRIOS EM CARGOS DE NÍVEL MÉDIO (EDUCAÇÃO): 64

ESCOLARIDADE ATUAL:

ENSINO MÉDIO: 9 (14%)

ACIMA: 55 (86%), SENDO:

ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO: 9 (14%)

ENSINO SUPERIOR COMPLETO: 22 (34%)

PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO: 23 (36%)

PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO: 01 (2%)

ESTATUTÁRIOS EM CARGO DE NÍVEL SUPERIOR (EDUCAÇÃO): 533

ESCOLARIDADE ATUAL:

SUPERIOR COMPLETO: 86 (16%)

ACIMA: 447 (84%), SENDO:

PÓS-GRADUAÇÃO / ESPECIALIZAÇÃO: 418 (78%)

PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO: 24 (5%)

PÓS-GRADUAÇÃO / DOUTORADO: 5 (1%)

PÓS-GRADUAÇÃO/DOUTORADO: 01 (1%)

RESULTADO TOTAL:

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS PESQUISADOS: 942

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS COM ESCOLARIDADE IGUAL À EXIGÊNCIA DO CARGO: 189 (20%)

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS COM ESCOLARIDADE SUPERIOR À EXIGÊNCIA DO CARGO: 753 (80%)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR:

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS PESQUISADOS: 134

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS COM ESCOLARIDADE IGUAL À EXIGÊNCIA DO CARGO: 25 (19%)

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS COM ESCOLARIDADE SUPERIOR À EXIGÊNCIA DO CARGO: 109 (81%)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR:

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS PESQUISADOS: 597

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS COM ESCOLARIDADE IGUAL À EXIGÊNCIA DO CARGO: 95 (16%)

TOTAL DE ESTATUTÁRIOS COM ESCOLARIDADE SUPERIOR À EXIGÊNCIA DO CARGO: 502 (84%)

Informações obtidas através do Sistema Sênior – Gestão de Pessoas (nome, matrícula e cargo), arquivo de recadastramento do FPS do ano de 2018 (nome, matrícula e escolaridade atual) e legislação vigente (exigência de escolaridade de cada cargo).

No total, foram levantados indicadores referentes à 942 servidores estatutários, considerando os diferentes cargos e escolaridades. Ficaram fora do levantamento todos os cargos de confiança e função gratificada, bem como todos os secretários.

O PAPEL DO SERVIDOR PÚBLICO VAI ALÉM DE SUAS ATRIBUIÇÕES: TRATA-SE DE ACOLHIMENTO AO CIDADÃO.

Ainda assim, existem pontos a serem melhorados nesses dois aspectos. Dentre eles, verificou-se que não há um adequado reconhecimento dos servidores por parte do município, tampouco, o aproveitamento das suas habilidades e competências, de acordo com o perfil desejado. Como consequência, perde-se, por vezes, bons profissionais que buscam melhores oportunidades, já que não vislumbram a possibilidade de crescimento e desenvolvimento profissional.

Também, a movimentação de servidores entre secretarias ocorre, por vezes, sem o conhecimento do Departamento de Recursos Humanos e, portanto, desconsiderando critérios técnicos e as reais necessidades de trabalho, comprometendo o resultado como um todo. Além disso, identificamos dificuldades que afetam a qualidade dos serviços prestados pelos servidores, como: a ausência ou indefinição de padronização dos processos de trabalho e regulamentação de fluxos; inadequadas condições de trabalho em todos os órgãos; a ausência da definição da missão, visão e valores do município e de cada secretaria, bem como de seu planejamento, com metas e objetivos claros a serem implementados; a ausência de alinhamento dos gestores com as políticas DGRH (Diretoria Geral de Recursos Humanos); a ausência de uma comunicação interna que garanta clareza e transparência e que mantenha os servidores informados sobre o que se pretende, para que as pessoas entendam seu papel dentro deste contexto e quais são as suas responsabilidades; ausência de valorização e reconhecimento de servidores; e o inadequado aproveitamento da gestão de pessoas para sanar conflitos internos. Esses fatores permitem que a atual estrutura gere insegurança, insatisfação e desmotivação nos servidores e, consequentemente, a falta de alinhamento que afeta o comprometimento pessoal e coletivo, o que impacta diretamente na gestão de recursos humanos.

Visão de futuro | Objetivos

A Gestão Pública que queremos para Farroupilha baseia-se em alguns pontos, como:

- Um planejamento estratégico definido (missão, visão, valores, metas e objetivos), criando condições para que a gestão de Recursos Humanos esteja alinhada à gestão municipal, permitindo propor estratégias para oferecer melhores condições de trabalho, ampliando o bem-estar e a motivação dos servidores e, consequentemente, promovendo o alcance dos resultados;

- Ações realizadas de acordo com o planejado, evitando desperdícios e prejuízos e causando diminuição dos custos, economia que poderá ser direcionada;
- Qualidade de vida no trabalho alinhada a fatores como condições e ferramentas de trabalho adequadas que contribuam para um melhor desempenho, adequada remuneração, qualificação e plano de carreira. Pessoas felizes produzem mais e melhor;
- Política de recursos humanos que possibilite crescimento e desenvolvimento profissional dos servidores, por meio da avaliação de desempenho e plano de carreira;
- Possibilidade da permanente qualificação aos servidores, em uma Escola de Carreiras Públicas, a exemplo de órgãos federais, com atividades presenciais e *on-line*;
- Diretrizes e orientações claras para otimização dos processos de trabalho, com a definição e regulamentação de fluxos que resultem na qualidade dos serviços prestados;
- Servidores valorizados e reconhecidos de acordo com sua qualificação e desempenho;
- Servidores alocados conforme suas habilidades e competências, previamente mapeadas e alinhadas às necessidades de trabalho das secretarias;
- Comunicação interna eficaz.

COM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: MENOS RETRABALHO, MAIS RESULTADOS!

Planos de Ação

Os planos de ação pensados para alcançarmos nossa visão de futuro são:

- Elaboração do planejamento estratégico do município, elencando missão, visão, valores, metas e objetivos, estabelecendo com clareza e de forma participativa os propósitos e horizontes de atuação em um processo contínuo, envolvendo todos os níveis hierárquicos do município;
- Revisão da legislação municipal na área de Recursos Humanos, para atualização, e elaboração de regulamentos inexistentes;
- Elaboração de plano de carreira, incluindo a avaliação de desempenho e o incentivo à qualificação que, além de ampliar a satisfação dos servidores, contribuirá com a retenção de talentos;
- Implantação do programa de desenvolvimento constante para os servidores, a partir dos resultados da avaliação de desempenho;
- Criação de uma Escola de Carreiras Públicas para atender às necessidades de qualificação permanente;
- Padronização nos processos de trabalho de todas as secretarias, a partir da definição e regulamentação de fluxos;
- Dimensionamento da quantidade de servidores necessários, por secretaria, para o adequado desempenho das tarefas, considerando cargo, conhecimento e habilidades;
- Gerenciamento da lotação e movimentação de pessoas no DGRH, de acordo com as demandas de cada secretaria, considerando critérios técnicos e competências (conhecimentos, habilidades e atitudes);
- Acompanhamento do clima organizacional, incluindo ações de planejamento

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

a partir de demandas identificadas nas pesquisas;
- Implantação de novos programas para ampliar a satisfação de servidores e melhoria dos serviços ofertados;
- Criação de um eficiente sistema de comunicação interna, vinculado ao RH, que oportunize aos servidores conhecer a estrutura, compreender o funcionamento da organização da qual fazem parte, e participar dos processos de mudanças propostas, mantendo-os informados sobre os objetivos e metas, estimulando a alcançá-los;
- Oportunizar ao DGRH condições para gerenciamento e intervenção nas situações envolvendo a gestão de pessoas, permitindo adequada operacionalização do Plano 2020-2040, a partir da conscientização dos servidores da sua importância e de seu papel no trabalho.

DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS E CRIAÇÃO DE INDICADORES

Coleta de dados

Por meio de dados levantados no Portal da Transparência do Município de Farroupilha, identificou-se que há apenas sete serviços online disponíveis aos cidadãos, sendo eles:

- emissão de guias e taxas;
- emissão de NFe;
- ouvidoria (fala cidadão);
- acompanhamento de processos;
- portal da transparência;
- consulta a leis;
- decretos e editais;
- diário oficial.

Nota Fiscal Eletrônica

Se, por um lado, é impossível dizer, em termos relativos, o quanto isso representa na totalidade dos serviços oferecidos pelo município (e isto, por si só, é também resultado da análise do diagnóstico – a ausência de dados sobre quais são todos os serviços disponibilizados pela prefeitura), por outro lado, mesmo em termos absolutos, esse número parece diminuto. Na prática, diagnostica-se que o munícipe precisa recorrer presencialmente aos órgãos municipais para solicitar um serviço ou ter sua demanda atendida. Entende-se que a ausência de serviços *online* é, em si mesma, um fator burocratizante.

Entretanto, quando se discute digitalização de processos, a oferta de serviços digitais é apenas uma das dimensões a serem analisadas; na burocracia pública, existem inúmeros fluxos internos que são suportados, hoje, apenas parcialmente por sistemas digitais (através do módulo de *workflow* do Sistema Integrado de Gestão Municipal). Ainda assim, há setores e secretarias que utilizam a ferramenta apenas para dar andamento aos trâmites do processo, registrando os despachos apenas em papel; há setores que registram os despachos no sistema, mas apenas parcialmente; e há setores em que processos sequer entram na ferramenta, resultando num déficit de métricas e de padronizações. O município peca, ainda, por não utilizar um sistema digital de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), prática preconizada por órgãos federais.

Em relação a métricas e indicadores, o município é cliente do sistema "Fala Cidadão", em que os munícipes podem registrar demandas através de aplicativo móvel ou de aplicativo web. Entretanto, os indicadores obtidos por meio do "Fala Cidadão" mostram que há secretarias e setores que não utilizam a ferramenta (perdendo, portanto,

participação no resultado final de indicadores de desempenho, dentre outros), bem como há secretarias em que os prazos registrados provavelmente não coincidem com os prazos reais (e aqui se infere que as demandas são finalizadas digitalmente muito tempo depois de o terem sido no "mundo real"). Outro ponto diagnosticado é que a ferramenta não dispõe de classificação de demandas por nível de complexidade – parâmetro que tornaria os indicadores mais precisos. Além disso, as secretarias que usam a ferramenta ("Fala Cidadão") aparentemente têm tempo de resposta muito grande, o que pode ser real (atraso) ou mau uso da ferramenta (demandas são concluídas, mas o registro da conclusão é tardio).

Abaixo, encontram-se os dados obtidos na ferramenta "Fala Cidadão" para o ano de 2018 e que embasaram o diagnóstico acima.

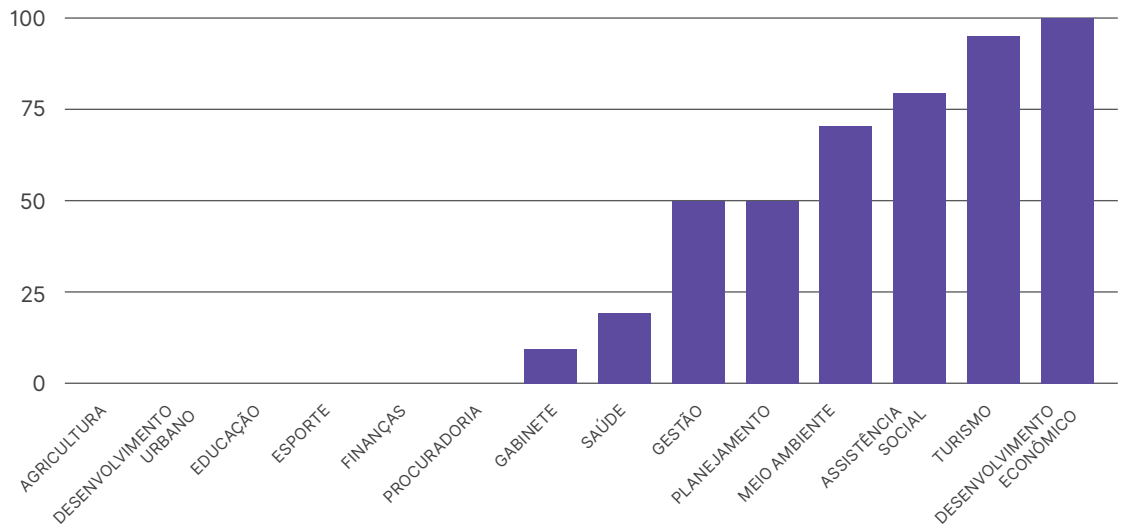
INDICADOR: TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA DAS DEMANDAS

PRAZOS 2018												
Secretarias	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**
Secretaria de Turismo	-	-	-	3m, 29d	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria da Saúde	-	-	2m, 24d	2m, 29d	2m, 29d	5m, 15d	2m, 17d	7d, 23h	1m, 23d	1m, 10d	-	1m, 25d
Secretaria de Planejamento	-	-	2 horas	-	3d, 11h	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Obras	1m, 19d	1m, 19d	1m, 22d	-	1m, 15d	1m, 15d	1m, 14d	1m, 6d	25d, 10h	19d, 21h	16d, 19h	9d, 8h
Secretaria de Meio Ambiente	1m, 17h	4m, 11d	3m, 7d	7m, 22d	-	-	28d, 16h	14d, 22h	5d, 21h	-	-	10d, 4h
Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Humano	7m, 1d	8m, 18d	-	-	-	-	13d, 23h	-	-	-	-	27d, 3h
Secretaria de Finanças	-	-	2m, 29h	4m, 7h	3m, 29d	3m, 16d	2m, 3d	1m, 21d	1m, 16d	14d, 23h	17d, 16h	26d, 11h
Secretaria de Educação	-	6m, 15h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Assistência Social e Habitação	1m, 15d	-	-	1m, 26d	-	-	-	-	-	17d, 3h	8d, 1h	-
ECOFAR	6m, 12d	5m, 29d	7m, 28d	7m, 12d	5m, 21d	4m, 4d	3m, 25d	3m, 4d	2m, 16d	1m, 11d	22d, 8h	1m, 11d
Desenvolvimento Rural	4m, 8d	3m, 16d	3m, 29d	2m, 25d	3m, 17d	3m, 7d	4m, 27d	2m, 22d	2m, 10d	2m, 11d	1m, 17d	24d, 13h

Fundamental também para a digitalização de processos é que a Administração Municipal conheça todos os fluxos que suportam os processos internos e externos de trabalho. Isso é essencial porque não se pode digitalizar o que não se tem mapeado – na melhor das hipóteses, a burocracia deixa de ser analógica para se tornar digital. Um levantamento feito junto às secretarias do município indica uma média de apenas 34% dos fluxos mapeados, conforme abaixo:

INDICADOR: SECRETARIAS COM FLUXOS MAPEADOS		
PLANEJAMENTO	50	média pmf=34
MEIO AMBIENTE	70	
GESTÃO	50	
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	100	
GABINETE	10	
FINANÇAS	0	
EDUCAÇÃO	0	
SAÚDE	20	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	80	
ESPORTE	0	
PROCURADORIA	0	
AGRICULTURA	0	
DESENVOLVIMENTO URBANO	0	
TURISMO	95	

Fonte: Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Humano de Farroupilha



INDICADOR: SECRETARIAS COM FLUXOS MAPEADOS

Visão de futuro | Objetivos

O diagnóstico feito acima já sugere um caminho para um plano de melhoria da Gestão Pública, no que tange à digitalização de processos. De fato, as grandes dimensões a serem endereçadas para atingirmos uma Farroupilha em que haja o máximo de digitalização de processos (e em que se possa começar a falar em Governo Eletrônico) são:

1. Aumentar o número de serviços online oferecidos ao cidadão;
2. Completar o mapeamento de fluxos de processos da Administração Municipal;
3. Digitalizar os processos mapeados;
4. Implementar Gestão Eletrônica de Documentos;
5. Implementar sistema digital e universalizado de métricas e indicadores padronizados de demandas e de processos.

Planos de Ação

Para que o plano "A Farroupilha que Queremos" seja atingido, considerando-se o diagnóstico levantado, sugerem-se algumas ações na área de digitalização de processos:

1. Identificar, através dos fluxos de processos de cada secretaria, quais serviços o Poder Público Municipal pode tornar *online*; parametrizar tais serviços e estudar o uso de ferramentas gratuitas ou do Sistema Integrado de Gestão Municipal já em uso pelo município;
2. Formar Comissão Interdisciplinar para completar o mapeamento dos fluxos de processos – definir cronograma, responsáveis e metas; mapear por serviço, não por secretaria (foco no processo, não no departamento);
3. Formar Comissão Permanente para acompanhamento dos fluxos já mapeados, de modo a garantir que quaisquer alterações nos processos sejam refletidas na documentação dos fluxos;

4. Identificar, por meio dos fluxos, serviços internos e externos;

5. Realizar análise dos fluxos para identificar necessidade de manuais, recursos, entre outros, bem como gargalos e duplicidades;

6. Fazer *benchmarking* de melhores práticas (por exemplo, usando os manuais da Receita Federal Brasileira);

7. Identificar e nomear responsáveis pelos fluxos;

8. Registrar em Lei e/ou Decreto os procedimentos contínuos de mapeamento de fluxos e de serviços *online*;

9. Implementar o uso de nível de complexidade para as métricas de atendimento da prefeitura (hoje no "Fala Cidadão");

10. Engajar os gestores, de modo contínuo, na mensuração da velocidade dos prazos de atendimento das demandas (para isso, sugere-se a publicação de indicadores, tanto internamente, através de ferramenta de *business intelligence*, como externamente, por meio dos canais de comunicação da prefeitura; sugerir ao Prefeito Municipal que exija de seu secretariado, de maneira habitual, relatórios de indicadores);

11. Estudar mecanismos para recompensar o desempenho de servidores, levando em conta o nível de complexidade das tarefas e os indicadores de cada secretaria/departamento.

Processo de busca das melhores práticas de outros órgãos, visando a implementação em Farroupilha

PUBLICIDADE DOS FLUXOS E DOS INDICADORES

Coleta de dados

A Prefeitura de Farroupilha possui um sistema chamado "Fala Cidadão", onde o contribuinte pode solicitar serviços, dar sugestões e fazer reclamações. Contudo, temos inúmeros serviços que são protocolados diretamente na secretaria responsável pelo atendimento. Isso distorce a estatística e representa que a prefeitura teria pouca demanda. Os resultados apurados na pesquisa realizada via *web* por esse grupo apontaram um longo período de espera do contribuinte em suas demandas. O sentimento do cidadão é de que todos os serviços ou informações solicitados à prefeitura são demorados. Uma simples informação pode representar transtorno ao contribuinte, visto que o servidor que lhe atende tem pouco conhecimento e repassa a demanda para outro servidor que também não resolve seu problema. Os serviços oferecidos pela prefeitura não possuem classificação de complexidade. Isso reporta uma informação não real. O tempo de espera por uma resposta varia conforme a complexidade e, isso, a pesquisa não levou em consideração, reforçando a sensação do cidadão de que tudo na prefeitura é demorado, mesmo naquelas demandas que, realmente, têm necessidade de um prazo maior.

Visão de futuro

Os fluxos dos processos e os prazos para atendimento das demandas devem ser de conhecimento público. A publicidade de fluxos e metas de prazos permite que os cidadãos conheçam o trâmite

e o tempo de cada processo e, assim, planejem melhor suas demandas junto à administração. Tal planejamento previne a criação de demandas urgentes pelos munícipes, com expectativas irreais de prazo de resposta, reduzindo, assim, a sensação de morosidade do poder público. Também são fundamentais a produção e a publicidade de indicadores quanto ao efetivo atendimento das demandas e sua tempestividade. Tais informações constituem uma importante ferramenta de gestão que permite à administração identificar gargalos e alocar melhor seus recursos. A publicação desses dados amplia o controle social sobre a eficiência da gestão pública.

Objetivos | Planos de Ação

Padronizar as ferramentas de controle dos processos para que possamos medir e, assim, ter maior eficácia nos serviços ofertados pela prefeitura aos contribuintes. Utilizar ferramentas que informem ao contribuinte toda vez que seu processo mudar de status. Disponibilizar juntamente com os documentos para dar entrada aos processos na prefeitura o fluxo que a demanda irá passar. Também, esse fluxo deverá contemplar o tempo razoável a cada etapa, para que o cidadão possa acompanhá-lo. Isso diminuirá o pedido de informações sobre o andamento do processo. Todavia, é necessário um estudo aprofundado no momento de definição dos fluxos e o tempo de cada etapa. Esse estudo vai normatizar e otimizar tempo e mão de obra dos servidores.

ACOLHIMENTO DO CONTRIBUINTE

Coleta de dados

Caracteriza-se por acolhimento a forma como as pessoas são recebidas ao acessarem o serviço público municipal, à hospitalidade, à receptividade e ao cuidado que transparece no atendimento dos servidores aos contribuintes do município. Contribuintes são pessoas sujeitas às obrigações tributárias municipais, podendo ser uma pessoa física, produtor rural, pessoa jurídica, dentre outros.

Visão de futuro

Determinar os procedimentos a serem adotados para o acolhimento dos contribuintes, quando acessarem o serviço prestado pelos órgãos públicos sob a jurisdição da Prefeitura Municipal de Farroupilha. Conjunto de procedimentos, medidas e controles que visam atender ao contribuinte de forma correta e eficaz todas as vezes que ele necessitar contatar os serviços públicos municipais.

Objetivos | Planos de Ação

Elaboração de um Manual Operacional para orientação ao contribuinte, com o objetivo de unificar informações e padronizar orientações práticas, para que ele tenha acesso às informações de forma clara, objetiva e resolutiva. Registrar o atendimento de cada contribuinte que acessa o serviço público municipal para posterior avaliação e monitoramento das condições em que o acolhimento foi realizado nas seguintes fases:

SOLUÇÃO; ANÁLISE E MONITORAMENTO DAS INFORMAÇÕES REGISTRADAS PARA MELHORIA DO FLUXO E DA QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE	a. Informar as áreas interessadas sobre a demanda; b. Informar sobre a necessidade identificada de forma mais clara possível, com informações pertinentes à orientação e encaminhamento; c. Avaliar através do meio a ser definido, como foi o acolhimento.
GESTÃO DO ACOLHIMENTO	a. Conhecer o funcionamento de todas as secretarias, órgãos e entidades do município; b. Definição de todos os procedimentos a serem executados, tais como: orientações, rotinas, e demais informações que fizerem necessárias; c. Definir rotina de relacionamento do servidor com o contribuinte, incluindo indicadores de satisfação e sugestões de eventuais ações de melhoria; d. Implantar medidas preventivas com vistas a sanar eventuais falhas identificadas durante a execução do acolhimento; e. Assegurar o cumprimento integral das responsabilidades a cada parte envolvida.
SERVIDOR	a. Acolher o contribuinte para a prestação de serviço; b. Realizar o atendimento com cordialidade; c. Registrar formalmente todas as orientações prestadas aos contribuintes; d. Orientar o contribuinte sempre de forma correta, para que este não seja onerado com informações perdidas e desencontradas; e. Buscar auxílio no grupo gestor do acolhimento, quando forem situações atípicas e não classificadas no Manual de Orientação ao contribuinte.

Síntese do Capítulo

A seguir serão apontados os principais tópicos comentados neste capítulo e que são importantes para ter uma visão abrangente do eixo 1:

Iniciamos o tema Enxugamento e Otimização da Máquina Pública explicando sobre a importância da ferramenta de mapeamento de processos. Ela promove melhorias a eficiência no serviço público, bem como clareza e objetividade que facilita a tomada de decisão.

Em seguida, tratamos dos diagnósticos dos seguintes temas:

- Otimização e Simplificação de Processos;
- Digitalização de Processos e Criação de Indicadores;
- Publicidade dos Fluxos e dos Indicadores;
- Acolhimento do Contribuinte.

Também realizamos, para cada um deles, visões de futuro e objetivos estratégicos para essas áreas.

Por fim, chegamos nas definições dos planos de ações, visando a execução das metas.

EIXO 2
DESENVOLVIMEN
SOCIAL

NTO

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ao refletir sobre o tema, acreditamos que o Desenvolvimento Social de uma cidade é muito mais abrangente do que a Assistência Social. É composto por ela, mas também pela Educação, Habitação, Saúde, e Segurança Pública, ou seja, os direitos básicos de qualquer cidadão.

Por esse motivo, trabalhamos para manter os direitos adquiridos nessas áreas e ampliar outros benefícios que estiverem ao alcance do município.

Como exemplo: oferecer um centro especializado em saúde da mulher, ter uma farmácia única do município, transformar o nosso hospital referência em traumatologia e ortopedia, além da sáude, pensar em segurança pública também, trabalhando com um cercamento eletrônico e central de câmeras da cidade.

No tema habitação, temos a distribuição de casas para trabalhadores que se enquadram na faixa II do “Minha Casa, Minha Vida” e orientação e oferecimento de serviços habitacionais do município à população. Ademais, evidenciamos a garantia dos serviços assistenciais assegurados por legislação municipal, estadual e federal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social
Para quem dela necessitar

10 direitos socioassistenciais

1. **Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos**: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito.

2. **Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva**: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.

3. **Direito de equidade social e de manifestação pública**: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.

4. **Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial**: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.

5. **Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade**: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e

elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.

6. **Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social**: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas.

7. **Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas**: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna, trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.

8. **Direito à renda**: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.

9. **Direito ao cofinanciamento da proteção social não contributiva**: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o cofinanciamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural.

10. **Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais**: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

APRESENTAÇÃO

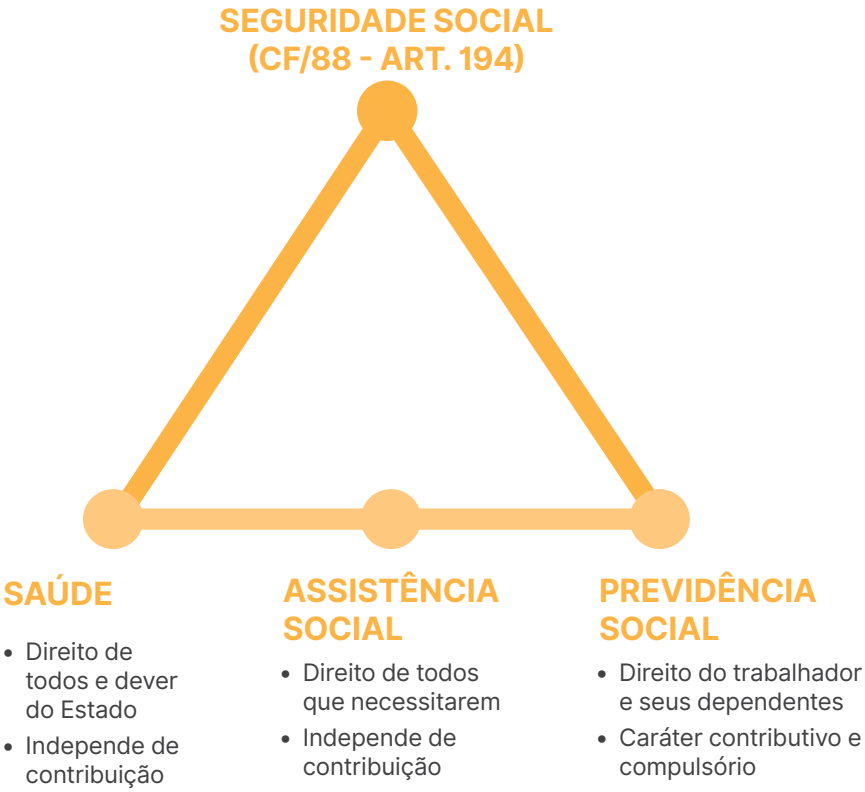
Neste capítulo abordaremos o tema da Assistência Social e descreveremos suas características, contexto atual, objetivos, metas e planos de ação, considerando o planejamento para o Farroupilha 2040. No subeixo aqui disposto, definiremos as especificidades da Assistência Social enquanto política pública, organizando de forma a apresentar a estrutura com base em um sistema única apoiado no tripé da Seguridade Social, como bem colocado na Constituição Federal de 1988. Serão colocados princípios organizativos da política de Assistência Social e seus eixos estruturantes, de acordo com os quais ela se orienta. Adiante, apresentaremos como se estruturam no contexto atual os centros de assistência, bem como se dispõem suas políticas e, dentro delas, como são assegurados os direitos de seus usuários. Para a montagem de propostas de ação,

foram coletados dados e, subsequentemente, estratégias e diretrizes para que os objetivos sejam alcançados. Além disso, planos de ação foram seccionados em menores intervalos de tempo, considerando a meta máxima para 2040.

A Assistência Social será tratada como uma política pública, portanto, direito de todo cidadão e dever do Estado. Desse modo, ela prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos.

Ela está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que está presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos por meio de serviços, benefícios, programas e projetos que se constituem como apoio aos indivíduos, famílias, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e para a comunidade no enfrentamento de suas dificuldades. O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização das ações socioassistenciais. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnicas e políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil. Além disso, os últimos têm papel efetivo na sua implantação e implementação.

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), como política social pública, a assistência social virou-se para um novo campo: dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a Política de Assistência Social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social, configurando o tripé juntamente com a Saúde e a Previdência Social.



PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em consonância com o disposto na LOAS, Capítulo II, seção I, artigo 4°, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

De acordo com a NOB-SUAS – 2012, são princípios organizativos do SUAS:

I. Universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II. Gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III. Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV. Intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;

V. Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território. O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos:

a) Matricialidade sociofamiliar: A família[1], independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora

1 Considera-se o surgimento de diversos arranjos familiares como: "famílias com base em uniões livres, sem casamento civil e religioso; famílias monoparentais com chefia feminina, decorrentes de diversas situações; divórcio, separação e/ou abandono do componente masculino; mães/adolescentes solteiras que assumem seus filhos; mulheres que decidem ter filhos, dentro do que é conhecido como a "produção independente", ou seja, sem o casamento e o convívio com o pai da criança; famílias formadas por casais homossexuais, entre os quais há os que, além de morarem juntos, assumem os cuidados e/ou a guarda de um filho de relacionamento anterior, sobrinho/parente ou uma criança em estado de abandono; famílias formadas por pessoas convivendo no mesmo espaço, sem vínculos de aliança ou consanguinidade, mas com ligações afetivas de mútua dependência e responsabilidade". (CALDERÓN e GUIMARÃES, 1994, p.27 apud Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003).

das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradoras de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS/SUAS – 2004)

b) **Descentralização Político-Administrativa e Territorialização**: No campo da assistência social, no artigo 6º, da LOAS, dispõe que as ações na área são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, articulando meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas, compostas pelos diversos setores envolvidos na área. O artigo 8º estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei, fixarão suas respectivas políticas de assistência social. (PNAS/SUAS - 2004).

A política de assistência social tem sua expressão em cada nível da Federação na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de um Conselho de composição paritária entre sociedade civil e governo, do Fundo, que caracteriza os recursos na área, controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, do Plano de Assistência Social que expressa a política e suas interrelações com as demais políticas setoriais e ainda com a rede socioassistencial. Portanto, Conselho, Plano e Fundo são os elementos fundamentais de gestão da Política Pública de Assistência Social. (PNAS/SUAS - 2004)

Considerando a alta densidade populacional do país e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes entre os municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade dinâmica demográfica à dinâmica socioterritorial em curso. (PNAS/SUAS - 2004)

c) **Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil**: O legislador constituinte de 1988 foi claro no art. 204, ao destacar a participação da sociedade civil tanto na execução dos programas através das entidades beneficentes e de assistência social, bem como na participação, na formulação e no controle das ações em todos os níveis. (PNAS/SUAS - 2004)

A Lei Orgânica da Assistência Social propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para garantir proteção social para quem dela necessitar. (PNAS/SUAS - 2004)

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, pro-

jetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma. (PNAS/SUAS - 2004)

d) **Financiamento**: Tendo sido a assistência social inserida constitucionalmente no tripé da Seguridade Social, é o financiamento desta a base para o financiamento da política de assistência social, uma vez que este se dá com: a participação de toda a sociedade; de forma direta e indireta; nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; mediante contribuições sociais do empregador e do trabalhador; sobre a receita de concursos e prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior ou de quem a lei a ele equiparar. (PNAS/SUAS - 2004)

e) **Controle Social**: O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação e participação popular no processo de gestão político-administrativo-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais. (PNAS/SUAS - 2004)

   Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará essa participação são os conselhos e as conferências, não sendo, no entanto, os únicos, já que outras instâncias somam forças a esse processo. (PNAS/SUAS - 2004)

f) **O desafio da participação popular/ cidadão usuário**: Para a análise dessa participação são necessárias algumas reflexões. A primeira delas, sobre a natureza da assistência social, que só em 1988 foi efetivada à categoria de política pública. A concepção de doação, caridade, favor, bondade e ajuda que, tradicionalmente, caracterizou essa ação, reproduz usuários como pessoas dependentes, frágeis, vitimizadas, tuteladas por entidades e organizações que lhes "assistiam" e se pronunciavam em seu nome. Como resultado, esse segmento tem demonstrado baixo nível de atuação propositiva na sociedade, e pouco participou das conquistas da Constituição como sujeitos de direito. (PNAS/SUAS - 2004)

   A segunda reflexão a ressaltar é a necessidade de um amplo processo de formação, capacitação, investimentos físicos, financeiros, operacionais e políticos, que envolva esses atores da política de assistência social. (PNAS/SUAS - 2004)

   Assim, há que se produzir uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação de indivíduos dispersos e desorganizados, e habilitação para que a política de assistência social seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlada pelos seus usuários.(PNAS/SUAS - 2004)

g) **A Política de Recursos Humanos**: É sabido que a produtividade e a qualidade dos serviços ofertados à sociedade no campo das políticas públicas estão relacionadas com a forma e as condições como são tratados os recursos humanos. (PNAS/SUAS - 2004)

   O tema recursos humanos não tem sido matéria prioritária de debate e

formulações, a despeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do encolhimento da esfera pública do Estado, implicando precarização das condições de trabalho e do atendimento à população. (PNAS/SUAS - 2004)

h) **A Informação, o Monitoramento e a Avaliação**: A formulação e a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação e um sistema de informação em assistência social são providências urgentes e ferramentas essenciais a serem desencadeadas para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social e para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Trata-se, pois, de construção prioritária e fundamental que deve ser coletiva e envolver esforços dos três entes da federação. (PNAS/SUAS - 2004)

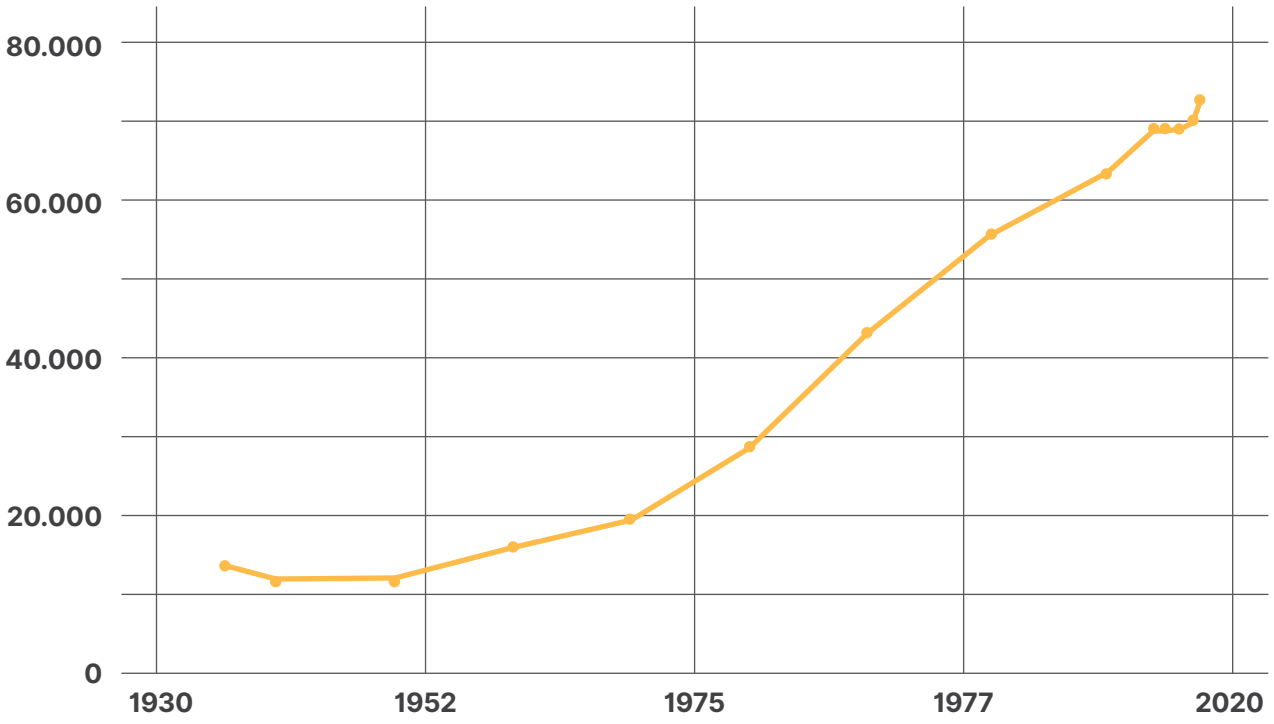
A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social.

Como é hoje?

Nos últimos anos houve um grande crescimento no nosso município e, por consequência, se transformou, também, em um grande pólo de migração. Os resultados econômicos sem dúvida foram positivos, mas sequelas foram surgindo. As desigualdades sociais têm se apresentado nas mesmas proporções ou mais.

Em alguns dos territórios do município evidenciam-se expressões da questão social relacionada especialmente à pobreza, são eles: de parte dos Bairros Medianeira e América, do Bairro Industrial, Monte Pasqual, 1º de Maio, São José e da Vila Esperança. Estes locais são os de maior concentração de problemas sociais, porém, não significa que os demais bairros da cidade não apresentem necessidades.

POPULAÇÃO DE FARROUPILHA



Devido a essa realidade, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I está localizado em território de maior vulnerabilidade, ou seja, no Bairro Industrial, abrangendo os bairros: Alvorada, América, Centenário, Industrial I, Industrial II, Ipanema, Medianeira e Monte Pasqual. **Área Rural**: 4º Distrito e Vila Esperança. O CRAS II está localizado no Centro, e abrange os Bairros: Bela Vista, Belvedere, Centro, Cinquentenário, Cruzeiro, Do Parque, Fátima, Imigrante, Monte Verde, Nova Vicenza, Pio X, Planalto, 1º de Maio, Santa Catarina, Santa Rita, Santo Antônio, São Francisco, São José, São Luiz, São Roque, Vicentina e Volta Grande. **Área Rural**: 1º Distrito: São Marcos, 2º Distrito: Vila Jansen e 3º Distrito: Nova Sardenha.

Atualmente estão cadastradas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, através do CRAS I, CRAS II e CREAS 34.000 famílias, o que representa em torno de 47% da população estimada do município segundo o IBGE de 2018.

Outro indicador importante no município, é com relação às pessoas com deficiência. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, as pessoas com alguma deficiência representam um percentual de mais de 24% da população total.

Em Farroupilha, de acordo com o CENSO de 2010, existem 7.413 pessoas com algum tipo de deficiência. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, sistema SUAS/WEB de dezembro de 2018, efetivamente 285 recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como Pessoa com Deficiência. Destas, 85 crianças e adolescentes integram o Programa BPC na Escola.

Segundo o CENSO Demográfico 2010 (IBGE Cidades), a população idosa do município é de aproximadamente 6.871 pessoas, representando 10,58% da população total. Deste total, aproximadamente 400 participam dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Convivência Idosos São José, unidade pública de atendimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação. Segundo o SUAS/WEB, em março de 2019 167 idosos do município recebiam o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

As principais vulnerabilidades e riscos sociais apresentados pelas famílias cadastradas estão ligadas ao desemprego, falta de habitação, saneamento básico e infraestrutura precários, pobreza, falta de alimentação, falta de vestuário, dependência química, abandono, saúde física e mental, trabalho infantil, negligência, situação de rua e mendicância, defasagem escolar, isolamento social, gravidez precoce, perda de vínculos familiares, maus tratos físicos e psicológicos, violência física, sexual e psíquica, entre outras. Além dessas questões, que são de ordem mais objetiva, existem as de ordem subjetivas ligadas à falta de autoestima e conhecimento de direitos da população enquanto cidadãos.

Diante do exposto, entende-se que muito se avançou na Política de Assistência Social no município nos últimos anos. Porém, podemos e devemos avançar muito mais nos próximos 20 anos. Para auxiliar na minimização das vulnerabilidades e riscos sociais supracitados, será necessária a implementação de mais unidades de referência, bem como a ampliação e qualificação de serviços socioassistenciais, principalmente os prestados na área da proteção so-

cial básica, destinados à prevenção das vulnerabilidades e riscos sociais de famílias, as quais incluem crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e Pessoas Com Deficiência – PCDs.

SEGURANÇAS AFIANÇADAS PELO SUAS

São seguranças afiançadas pelo SUAS: (NOB-SUAS – 2012):

I. Acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- **a)** Condições de recepção;
- **b)** Escuta profissional qualificada;
- **c)** Informação;
- **d)** Referência;
- **e)** Concessão de benefícios;
- **f)** Aquisições materiais e sociais;
- **g)** Abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- **h)** Oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II. Renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados nos termos da lei para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social e que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III. Convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- **a)** A construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- **b)** O exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV. Desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

- **a)** O desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;
- **b)** A conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;
- **c)** Conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

V. Apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Constituem o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico,

cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS/SUAS – 2004)

As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território. (Lei 12.435, de 06 de julho de 2011).

São objetivos do SUAS:

I. Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva e garantem os direitos dos usuários;

II. Estabelecer as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

III. Definir os níveis de gestão, de acordo com estágios de organização da gestão e ofertas de serviços pactuados nacionalmente;

IV. Orientar-se pelo princípio da unidade e regular, em todo o território nacional, a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades quanto à oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social;

V. Respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais;

VI. Reconhecer as especificidades, iniquidades e desigualdades regionais e municipais no planejamento e execução das ações;

VII. Assegurar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social;

VIII. Integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS, de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

IX. Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social. (NOB-SUAS – 2012)

X. Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;

XI. Afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos como funções da política de assistência social.

DIRETRIZES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A organização da assistência social tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS:

I. Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV. Centralidade da família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (PNAS/SUAS – 2004)

De acordo com a NOB-SUAS – 2012, são diretrizes estruturantes da gestão do SUAS:

I. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;

II. Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo;

III. Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV. Matricialidade sociofamiliar;

V. Territorialização;

VI. Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII. Controle social e participação popular.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação é o Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social no Município de Farroupilha.

Atualmente está organizada conforme segue:

Proteção Social Básica

Segundo a Política Nacional de Assistência Social, são considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (PNAS/SUAS – 2004)

De acordo com a Lei Nº 12.435, a proteção social básica consiste num conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

UNIDADE PÚBLICA ESTATAL

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I – Bairro Industrial

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II – Centro

O CRAS é a unidade pública municipal de base territorial localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (Lei 12.435)

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada nos CRAS. Isso ocorre por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. Este serviço deve ser prestado de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais 2009.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento e de iden-

tidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal/Programa Bolsa Família – Cadastra, por meio de um instrumento único, todas as famílias que se encontram em situação de pobreza, racionalizando assim, o processo de cadastramento para os programas de transferência direta de renda do Governo Federal, bem como subsidiando ações de planejamento de políticas públicas dos Governos Federal, Estadual e Municipal. O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), disciplinado pelo Decreto n° 6.135, de 36 de junho de 2007, e regulamentado pela Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país.

Benefício de Prestação Continuada – BPC - O BPC é um benefício da política de Assistência Social, por isso não é contributivo. Está previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93), Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e em normativas de caráter operacional. O benefício consiste no pagamento de um salário mínimo mensal às pessoas idosas e pessoas com deficiência, cujas rendas familiares por pessoa não ultrapassem o correspondente a ¼ do salário mínimo por mês.

Benefício de Prestação Continuada – BPC na Escola - Promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência e beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos de idade, garantindo-lhes acesso e permanência na escola por meio de ações articuladas da área de saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

Benefícios Eventuais - Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. De acordo com a Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, em seu Artigo 22:

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social;

§ 2º O CNAS, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% do salário mínimo para cada criança de até seis anos de idade;

§ 3º Os benefícios eventuais subsidiários não poderão ser cumulados com aqueles instituídos pelas Leis Nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, e Nº 10.458, de 14 de maio de 2002.” (NR).

Primeira Infância no SUAS: Programa Criança Feliz - O Programa Primeira Infância no SUAS materializa a participação da política de Assistência Social no Programa Criança Feliz, de natureza intersetorial, instituído por meio do Decreto nº 8.869/2016. O Programa Primeira Infância no SUAS foi instituído - nos termos do §1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – por meio da Resolução CIT n°4, de 21 de outubro de 2016 e aprovado pelo CNAS. Potencializa as atenções já desenvolvidas pela política de Assistência Social às gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias e traz novos elementos para fortalecer o enfrentamento da pobreza para além da questão da renda e para reduzir desigualdades. Avança nas estratégias de apoio à família e de estímulo ao desenvolvimento infantil, elegendo os vínculos familiares e comunitários e as brincadeiras como elementos fundamentais para o trabalho com famílias com gestantes e crianças na primeira infância. O Programa é orientado por um conjunto de princípios que devem ser observados no trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade social. O Programa Primeira Infância no SUAS fortalece a referência do CRAS nos territórios para as famílias beneficiárias do Bolsa Família e com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI - Programa que articula um conjunto de ações visando a proteger e retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, resguardado o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em conformidade com o que estabelece a Lei de Aprendizagem (10.097/2000). O programa compreende transferência de renda – prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família -, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais, atuando de forma articulada com estados e municípios e com a participação da sociedade civil, em torno do desenvolvimento de iniciativas, estratégias e ações voltadas ao enfrentamento ao trabalho infantil.

UNIDADE PÚBLICA ESTATAL

Centro de Convivência Idosos São José

O Centro de Convivência Idosos São José é uma unidade pública municipal que presta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Para Idosos.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. (PNAS/SUAS – 2004)

Segundo a Lei Nº 12.435, "proteção social especial organiza-se por um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos".

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI – Integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC - O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes

e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessária a responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. Na sua operacionalização é necessária a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida e perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

Serviço Especializado em Abordagem Social - Serviço ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias - Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados. As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive.

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços

socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização como referência do usuário. Nesse serviço deve se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (PNAS/SUAS – 2004)

A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (Lei Nº 12.435).

ABRIGO (CASA LAR PADRE OSCAR BERTHOLDO – INSTITUIÇÃO PRIVADA ADMINISTRADA E COORDENADA PELA ASSOCIAÇÃO PRÓ-SAÚDE DE FARROUPILHA)

Serviço de Acolhimento Institucional – Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos, a fim de favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, com o intuito de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando ao desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Modalidade: Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do

dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

Albergue Municipal

O Albergue Municipal é uma unidade pública municipal que se constitui em um espaço de acolhida, de permanência breve, com funcionamento apenas noturno e destinado a pessoas adultas em situação de exclusão social.

Coleta de dados e metodologia

Para a construção de propostas realizamos as seguintes ações:

- Reuniões com a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação
- Reuniões com as Coordenadoras das unidades de referência de Assistência Social (Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I e CRAS II, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Centro de Convivência Idosos São José
- Realização de reuniões com membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e representantes de entidades da rede socioassistencial privada
- Encontros com usuários da política de assistência social, nos CRAS I e II, no CREAS e no Centro de Convivência Idosos São José
- Construção de rap, por adolescentes vinculados ao CREAS, inspirado no Plano Farroupilha 2020 2040.
- Divulgação do Plano Farroupilha 2020 – 2040 através de site da prefeitura e redes sociais
- Realização de Encontro Público, no mês de julho de 2019
- Organização um instrumento para coleta de sugestões e propostas

Visão de futuro

A ASSISTÊNCIA SOCIAL SERÁ UMA POLÍTICA PÚBLICA MAIS EFETIVA, COM A INTEGRAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E DO CONTROLE SOCIAL, AMBOS ALINHADOS NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DOS FARROUPILHENSES QUE DELA NECESSITAREM.

Objetivos

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à

universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

1. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;

2. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;

3. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS/SUAS – 2004).

AÇÕES PROPOSTAS EM CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

- Implantar e implementar um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS III.
- Manutenção e fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
- Garantir que as equipes de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estejam de acordo com a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/RH.
- Constituir equipe volante exclusiva de trabalhadores do SUAS, para atender as demandas da área rural.
- Ampliar as parcerias com organizações da sociedade civil.
- Qualificar os processos e protocolos de trabalho.
- Implementar política de capacitação continuada para trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Garantir concurso público para todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Garantir o cofinanciamento público e continuado na execução das ações realizadas no SUAS, nas esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal).
- Garantir acessibilidade aos usuários do SUAS.
- Dar foco na prevenção social básica.
- Ampliar benefícios, serviços, programas e projetos com caráter universalizante.
- Fortalecer a política de assistência social enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

- Implantar e implementar um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS IV.
- Criar espaços e mecanismos de participação do usuário.
- Criar estratégias de atendimento à população em situação de rua.
- Implementar horário estendido para atendimento nas unidades de referência de Assistência Social.

- Manutenção e fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
- Implantar e implementar uma Casa de Passagem para Adultos e Famílias.
- Implantar e implementar um Centro Dia Para Idosos e Pessoas Com Deficiência.
- Garantir que as equipes de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estejam de acordo com a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/RH.
- Garantir concurso público para todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Implementar política de capacitação continuada para trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Qualificar os processos e protocolos de trabalho.
- Ampliar as parcerias com organizações da sociedade civil.
- Garantir o cofinanciamento público e continuado na execução das ações realizadas no SUAS, nas esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal).
- Garantir acessibilidade aos usuários do SUAS.
- Dar foco na prevenção social básica.
- Ampliar benefícios, serviços, programas e projetos com caráter universalizante.
- Criar espaços e mecanismos de participação do usuário.
- Criar estratégias de atendimento à população em situação de rua.
- Implementar horário estendido para atendimento nas unidades de referência de Assistência Social.
- Fortalecer a política de assistência social enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

- Implantar e implementar um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP.
- Garantir que as equipes de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estejam de acordo com a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/RH.
- Manutenção e fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
- Ampliar as parcerias com organizações da sociedade civil.
- Qualificar os processos e protocolos de trabalho.
- Implementar política de capacitação continuada para trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Garantir concurso público para todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

- Garantir o cofinanciamento público e continuado na execução das ações realizadas no SUAS, nas esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal).
- Garantir acessibilidade aos usuários do SUAS.
- Dar foco na prevenção social básica.
- Ampliar benefícios, serviços, programas e projetos com caráter universalizante.
- Fortalecer a política de assistência social enquanto direito do cidadão e dever do Estado.
- Implementar horário estendido para atendimento nas unidades de referência de Assistência Social.
- Criar estratégias de atendimento à população em situação de rua.
- Criar espaços e mecanismos de participação do usuário.

As principais ameaças à concretização dessas diretrizes

Diagnosticar quais possíveis barreiras o município encontrará durante o processo para aplicar as diretrizes

- Fragilização do cofinanciamento compartilhado entre União, Estado e Município;
- A inexistência de comando único para a política de assistência social, ou seja, preferencialmente uma Secretaria exclusiva para a Política de Assistência Social;
- A escassez de equipes de trabalhadores para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, compatíveis com a Norma Operacional Básica–NOB/SUAS/RH;
- A escassez de unidades de referência de Assistência Social (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, entre outros);
- A baixa qualificação técnica e operacional dos trabalhadores do SUAS.
- A partir dessas constatações o que pode ser feito para viabilizar a execução das diretrizes
- Fomentar a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- Garantir o cofinanciamento compartilhado entre União, Estado e Município;
- Garantir que as equipes de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS estejam de acordo com a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/RH;
- Implementar Política de capacitação continuada para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

EDUCAÇÃO

Apresentação

A sociedade precisa dedicar atenção constante ao desenvolvimento de seu sistema de educação, uma vez que é através dele que são formados os cidadãos do futuro, que devem ser qualificados para a vida coletiva e ter visão crítica.

A constante evolução da sociedade demanda que os métodos pedagógicos sejam atualizados, dado que o aluno de hoje não é igual ao de ontem e nem ao de amanhã.

Com o mundo do trabalho cada vez mais competitivo, a educação precisa atender a uma demanda crescentemente exigente de qualidade. As famílias e alunos tem permanente preocupação com a preparação para bons vestibulares, colocando todas as etapas de ensino básico em constante necessidade de atualização de ferramentas e abordagens.

A CRENÇA DE QUE A EDUCAÇÃO É FERRAMENTA QUE FORMA O SER HUMANO EM SEUS ASPECTOS COGNITIVO, SOCIAL, AFETIVO E PSICOMOTOR VALIDA A NECESSIDADE DAS LEITURAS, LEVANTAMENTOS DE DADOS, PESQUISAS, DEBATES, DISCUSSÕES E TROCAS DE IDEIAS, QUE TORNEM O COTIDIANO DE NOSSA POPULAÇÃO UMA IMERSÃO NO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO DE FARROUPILHA.

Como é hoje?

EDUCAÇÃO NO BRASIL

Em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem força constitucional e ultrapassa governos, responsabilizando a educação para outras instâncias.

Lei 13.005/2014

Como forma de orientar a gestão educacional, considerando os avanços sociais e a participação cidadã, o Plano Municipal de Educação (PME) tem força de lei e é alavancado pelo Plano Nacional de Educação.

Lei 4125/2015

Da mesma maneira que deve ser coerente com o PNE, o Plano Municipal de Educação também deve estar alinhado ao plano do estado a que pertence. Para o cidadão, os planos de educação do estado e do município onde ele mora devem formar um conjunto coerente, integrado e articulado, para que seus direitos sejam garantidos e todos tenham educação de qualidade.

Educação de Farroupilha

Para analisarmos a educação de Farroupilha, dividiremos em grupos de interesse e temas para cada um deles.

GRUPOS	ALUNOS	PROFESSORES	PAIS E RESPONSÁVEIS
TEMAS	1) Universalização	9) Formação Continuada	11) Escola e Família
	2) Educação Inovadora	10) Tecnologia	
	3) Infraestrutura		
	4) Abordagem Socioemocional		
	5) Atendimento Educacional Especializado		
	6) Atendimento de Tempo Integral		
	7) Qualidade do Ensino		
	8) Educação de Jovens e Adultos		

Alunos:

1. Universalização

Coleta de dados

Embora o Plano Municipal de Educação tenha previsto apenas para 2016 a universalização da pré-escola aos 4 anos de idade, a rede pública municipal já tem atendido inteiramente a demanda manifesta por essas matrículas desde 2014. Desse ano em diante, Farroupilha conta com cargos específicos de professores e auxiliares de turma para atuar na educação infantil. As matrículas de creche, para crianças de 0 a 3 anos, no entanto, estão sendo atendidas progressivamente pela rede nas cinco Escolas dos Anjos distribuídas pela cidade e através de convênios com a rede privada. Um cadastro centralizado na Secretaria Municipal de Educação registra as demandas por vagas, que são preenchidas segundo critérios de vulnerabilidade social e necessidade familiar. Desde 2018 está implantado em toda a rede de escolas um sistema informatizado de gestão e registros educacionais, que está sendo adaptado para que a central de vagas seja alimentada *online* pelos pais, possibilitando maior eficiência na distribuição dos alunos em todas as etapas da educação infantil e fundamental.

EDUCAÇÃO INFANTIL

	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Meta prevista	–	–	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Meta executada no período	97,66%	93,24%	100%	100%	100%						

	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Meta prevista	–	–	–	–	–	–	–	–	50%	50%	50%
Meta executada no período	44,90%	47,63%	48,79%	59,54%	67,14%						

NASCIDOS EM FARROUPILHA/RS

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Número de nascidos	761	751	736	755	795	746	723	815	871	818	888	914	770	746	856

Fonte: Cartório de Registro Civil, acesso em 25/01/2019

MATRÍCULAS

Número de Matrículas na Educação Infantil - Ensino Regular e/ou Especial														
ANO	UF	Município	Número de Matrículas na Educação Infantil - Ensino Regular e/ou Especial											
			Etapa de Ensino/Dependência Administrativa											
			Total 1-3	Creche					Pré-Escola					
				Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2014	RS	Farroupilha	2.659	1.157	-	-	-	1.157	1.502	-	58	912	532
2015			2.820	1.248	-	-	-	1.248	1.572	-	51	1.043	478
2016			2.960	1.255	-	-	288	967	1.705	-	58	1.193	454
2017			3.171	1.473	-	-	817	656	1.698	-	12	1.343	343
2018			3.305	1.622	-	-	942	680	1.683	-	5	1.329	349

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2015/2016/2017/2018
Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
2 - Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
3 - Inclui matrículas na Creche, na Pré-Escola e de turmas unificadas de Ensino Regular e/ou Especial.

ENSINO FUNDAMENTAL

	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAM OU QUE JÁ CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL - EM 2010 ERAM 98,5%										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Meta prevista	-	-	-								100%
Meta executada no período	97,50%	100%	100%	100%	100%						

	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Meta prevista											95%
Meta executada no período	73,7 %	94,98%	93,44%	93,03%	94,10%						

Número de Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

ANO	Anos Iniciais							Anos Finais							TOTAL 6 a 14 anos
	Número de Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Ensino Regular							Número de Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Ensino Regular							
	Total 1-4	Faixa Etária						Total 1-4	Faixa Etária						
		Até 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 anos ou mais		Até 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	
2014	4.434	13	4.106	314	1	-	-	3.365	23	2.938	396	7	1	-	7.381
2015	4.364	7	4.045	311	1	-	-	3.346	19	2.959	363	5	-	-	7.334
2016	4.255	7	3.934	313	1	-	-	3.536	31	3.026	476	3	-	-	7.304
2017	4.191	2	3.882	300	5	1	1	3.586	21	3.059	498	7	1	-	7.262
2018	4.044	-	3.795	245	4	-	-	3.574	59	3.091	417	7	-	-	7.190

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2014/2015/2016/2017/2018
Notas 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
2 - Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
3 - O total dos Anos Inicias do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos de Ensino Regular.
4 - A faixa etária é calculada considerando a idade do aluno na data de referência do Censo Escolar.

Objetivo

Garantir atendimento a toda a população farroupilhense em idade escolar, da Educação Infantil aos anos finais do Ensino Fundamental, assegurando o ingresso de todos no Ensino Médio e fazendo da educação básica um alicerce equânime para que a inteira população tenha condições de acesso ao ensino superior.

Planos de Ação

2024 – O início das operações da 6ª Escola dos Anjos, construída no Bairro Monte Pasqual, deve suprir a demanda excedente atual.

2032 – Para completar a universalização da educação básica pela rede pública municipal, faz-se necessário expandir a rede de escolas de educação infantil, de forma que toda a demanda manifesta possa ser prontamente suprida. Nesse sentido, o início das operações da 6ª Escola dos Anjos, construída no Bairro Monte Pasqual, deve suprir a demanda excedente atual. Entretanto, a rede precisa manter-se atenta à demanda futura, de forma a antever os ajustes necessários em seu tamanho, seja quanto ao quadro de profissionais

como em relação ao número e localização das escolas.

2) Educação Inovadora

Coleta de dados

Visando proporcionar múltiplos aprendizados práticos que habilitem o desenvolvimento integral das potencialidades dos alunos, bem como a sua capacidade de lidar com os temas contemporâneos para o seu progresso pessoal e da sociedade, as escolas ofertam aulas e desenvolvem projetos de empreendedorismo, robótica, educação ambiental e financeira, entre outros. Tais temas são trabalhados de forma multidisciplinar pelos professores, que recebem formação continuada específica para tal.

Objetivos

A escola deve visualizar o aluno na sua integralidade, comprometendo-se com o seu desenvolvimento pleno, ajudando-o a aprimorar todas as habilidades necessárias para seu sucesso como adulto e para o competente exercício de sua cidadania. As aulas, por conseguinte, devem ofertar mais espaços *makers*, aproximando-se cada vez mais da realidade atual, compreendendo temas do contexto social com foco na construção de cidadãos bem qualificados e capazes de melhorar o futuro.

Planos de Ação

2024 – A rede municipal deve estabelecer de forma permanente os temas contemporâneos como parte indispensável do currículo escolar, atualizando-se e garantindo que todos os alunos, do início ao fim da educação básica, trabalhem tais conteúdos de ano em ano com profundidade progressiva, através de projetos cujos resultados possam ser apresentados à comunidade em feiras escolares, por exemplo. Para esse fim, faz-se necessária a manutenção de espaços tecnológicos e de pesquisa em cada escola, além da formação contínua dos professores, serão capacitados a trabalhar empreendedorismo, robótica, meio ambiente e educação financeira de forma fluente e integrada aos conteúdos tradicionais, observadas as áreas do conhecimento com que se relacionam.

3) Infraestrutura

Coleta de Dados

A rede conta com 22 escolas de ensino fundamental e 5 escolas de educação infantil, atendendo por volta de 7800 alunos. A maioria das escolas de ensino fundamental dispõe de quadra poliesportiva e laboratório de informática, equipados com materiais esportivos e equipamentos de informática, propiciando as condições para aulas diversas. Tais recursos, no entanto, estão sendo universalizados progressivamente, observados os tamanhos das escolas e a quantidade de alunos atendidos. Até 2019, a forma de acesso à internet variava de estabelecimento para estabelecimento conforme sua adesão aos programas de conectividade disponibilizados pelo governo federal, tais como o *Educação Conectada* e *Banda Larga nas Escolas*. Em 2019 foi implementada uma rede exclusiva de fibra óptica interligando toda a rede de ensino, levando 100mb a cada sala de aula, possibilitando que professores e alunos disponham de internet de alta capacidade por tempo integral. Também foi criado um sistema interligado de segurança, em que um centro de controle na prefeitura tem acesso simultâneo a 4

câmeras instaladas em cada escola de ensino infantil e fundamental.

Objetivos

Mais do que escolas em quantidade suficiente para atendimento pleno da demanda por matrículas no município, a infraestrutura da rede municipal deve servir aos objetivos de qualidade da educação. Por isso, quadras poliesportivas e laboratórios de informática bem equipados, bem como itens tecnológicos tais como lousas interativas, televisores e projetores, são recursos físicos fundamentais para a implementação de aulas que satisfaçam as necessidades da educação moderna, acolhendo as melhores estratégias para a aprendizagem do aluno atual, cada vez mais imerso na cultura digital. Em paralelo, portanto, professores e alunos devem dispor de ampla conexão com a internet, de forma a usufruírem dos mais avançados benefícios da conectividade digital, seja no planejamento de aulas diversificadas como no contato dos estudantes com um mundo de conhecimentos sem fronteiras.

Planos de Ação

2024 – O acervo de materiais afins precisa ser atualizado regularmente. Com internet de alta velocidade à disposição, cada sala de aula deve dispor de ferramentas que otimizem o benefício desse recurso, tais como dispositivos de acesso móvel e equipamentos de projeção de áudio e vídeo.

2032 – Todas as escolas devem dispor de espaços próprios para a prática de múltiplos esportes e para a utilização de recursos tecnológicos, bem como para o desenvolvimento de projetos especiais, tais como robótica, empreendedorismo e experimentos práticos. O acervo de materiais afins precisa ser atualizado regularmente. Com internet de alta velocidade à disposição, cada sala de aula deve dispor de ferramentas que otimizem o benefício desse recurso, tais como dispositivos de acesso móvel e equipamentos de projeção de áudio e vídeo.

4) Abordagem Socioemocional

Coleta de Dados

Entendendo o aluno na sua integralidade, a rede municipal de educação tem profissional de psicologia à disposição das escolas, atendendo chamados reportados pelas direções e prestando atenção constante sobre ambientes que demandam um trabalho de apoio mais concentrado. Contando com a atenção especial dos professores, alunos com necessidade de atendimento mais detido são encaminhados para a rede municipal de saúde. Paralelamente, as escolas que identificam maior necessidade contratam assistentes sociais e psicólogos através de projetos em parceria com o COMDICA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Visando estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e promover saúde mental, os professores recebem formação de prática de cultura de paz e as escolas promovem atividades complementares no contraturno escolar, que incluem dança, esportes e teatro, conforme demanda e possibilidades da comunidade escolar.

Objetivos

O foco no desenvolvimento de competências socioemocionais atende à demanda prática da sociedade do futuro, formando cidadãos aptos a capacidades

que envolvem características como resiliência, empatia, autogerenciamento, fluência de ideias, relação interpessoal, capacidade de expressar emoções, entre outras. A visão estratégica nesse caso se traduz em preparar os alunos para habilidades que lhes serão fundamentais não apenas nos ambientes acadêmicos, mas também em sua vida privada e profissional. Também, uma vez que os estudantes ainda estão desenvolvendo suas capacidades cognitivas, problemas de ordem psicoemocional têm influência direta sobre o rendimento na aprendizagem. As escolas, portanto, se deparam com problemas tais como comportamento agressivo, drogadição, depressão e baixa autoestima, contra os quais devem atuar com políticas de apoio psicológico da cultura da paz.

Planos de Ação

2024 – O desenvolvimento dos alunos em nível socioemocional demanda um projeto específico de atividades complementares de grupo na rede de escolas, abrangendo esporte, dança, música, teatro e prática circulares de paz. Tal empreendimento faz necessária a formação continuada de professores para esse fim e a reordenação dos espaços e quadros escolares. A participação em tais ações pode ser incentivada através de apresentações à comunidade, e mesmo em campeonatos entre escolas organizados pela rede. Quanto aos cuidados com saúde mental, cada escola deve ter profissional capacitado para orientação de estudantes e professores no seu bem-estar.

2032 – Quanto aos cuidados com saúde mental, cada escola deve ter profissional especializado à disposição permanente e orientando projetos dos professores.

5) Atendimento Educacional Especializado

Coleta de Dados

A rede municipal de ensino tem promovido a adequação física e profissional de todas as escolas para o atendimento dos alunos com necessidades especiais, seja em razão de especificidades físicas. A Secretaria Municipal de Educação dispõe de profissional que supervisiona toda a rede e acompanha o atendimento aos alunos de inclusão, orientando o trabalho adaptado realizado pelos professores. As escolas dispõem de professor especializado para atuar na sala de recursos. Além de profissionais de apoio que acompanham cada aluno cujo diagnóstico demande auxílio. Paralelamente, eles são incluídos nas turmas regulares e recebem atividades e avaliações adaptadas, usufruindo do convívio comum a todo o ambiente escolar.

Objetivos

As peculiaridades de todos os alunos precisam ser levadas em conta na condução do aprendizado escolar, pois o potencial do estudante é explorado na sua plenitude apenas quando sua história, experiências e competências são consideradas. O professor, por sua vez, tem o papel de atuar como guia facilitador, conduzindo a sua pedagogia conforme o perfil de assimilação do aluno, respeitando o seu ritmo de rendimento. Uma vez que essa visão abrangente da educação se aplica a todos os alunos, pois todos tem características únicas, compreende-se que os alunos com necessidades especiais não constituem uma categoria segregada, mas são estudantes como todos os outros, devendo, como todos, receber a atenção que for necessária ao seu de-

senvolvimento. As escolas, portanto, são ambientes de acolhimento, sem fazer distinção, com preparo para promover o desenvolvimento de todos os que nela estiverem matriculados.

Planos de Ação

2024 – Os professores devem aprimorar competências para a educação especial de forma que seus alunos tenham condições de manejar seu futuro além da escola. Também, é necessário que sejam implementados projetos multidisciplinares permanentes de educação para o respeito às diferenças, integrando os alunos com e sem necessidades especiais, a fim de que a inclusão escolar seja uma realidade fluida nos estabelecimentos de ensino, contribuindo para o desenvolvimento humano de todos e para uma sociedade inclusiva.

2032 – O futuro da educação para alunos portadores de necessidades especiais envolve investimento na preparação de todos os professores para o correto manejo da inclusão escolar. Todo o quadro docente precisa receber formação continuada e estímulos à qualificação para o trabalho com alunos especiais, desenvolvendo aulas de qualidade que contribuam para o verdadeiro progresso deles, habilitando-os para o seu pleno potencial no mercado de trabalho. Os professores, portanto, devem aprimorar competências para a educação especial de forma que seus alunos tenham condições de manejar seu futuro além da escola. Também, é necessário que sejam implementados projetos multidisciplinares permanentes de educação para o respeito às diferenças, integrando os alunos com e sem necessidades especiais, a fim de que a inclusão escolar seja uma realidade fluida nos estabelecimentos de ensino, contribuindo para o desenvolvimento humano de todos e formando uma sociedade inclusiva.

6) Atendimento de Tempo Integral

Coleta de Dados

Três escolas da rede municipal ofertam atendimento em tempo integral para os estudantes da educação infantil e ensino fundamental, blocos anexos, denominados Centros de Atendimento Integral (CAI). Além disso, a maioria das escolas municipais ofertam atividades complementares no contraturno escolar, atividades que variam da demanda de escola para escola conforme a necessidade e possibilidades da comunidade escolar. Os alunos participam de projetos de reforço escolar, com foco em português e matemática ou através dos Projeto Crescer que atendem as necessidades individuais, como também práticas esportivas; de práticas esportivas, tais como xadrez e futebol; de música, de coral a orquestra; de meio ambiente, com a implementação dos COM-VIDAs (Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida); e de dança e teatro, visando o desenvolvimento socioemocional. Quando não ministrados por professores da rede municipal, os projetos são desenvolvidos em parcerias com o COMDICA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que financia a contratação de profissionais tais como músicos e instrutores de teatro e dança, além de outros parceiros.

Objetivos

A escola, como agente de transformação social, deve promover mais do que o ensino de conteúdos teóricos e a cobrança da retenção de informações. A

educação abrange dimensões do desenvolvimento das crianças e adolescentes que envolvem convivência social, senso de coletividade e atenção às necessidades de reforço na aprendizagem, dimensões que necessariamente transcendem 4h diárias na sala de aula regular. Atividades no contraturno escolar, portanto, além de atender a tais necessidades, cumprem o papel social de manter os alunos bem ocupados enquanto suas famílias exercem suas ocupações laborais, prevenindo o envolvimento juvenil em ambientes e comportamentos de risco, com efeitos práticos imediatos para toda a sociedade.

Planos de Ação

2040 – Ampliação do atendimento integral de forma a atender um número maior de estudantes em vulnerabilidade, visto que o ensino de tempo integral tem o potencial de aprimorar significativamente o rendimento escolar, promovendo benefícios que vão além de ocupar crianças e adolescentes cujos pais não podem supervisioná-los no contraturno. Tal empreendimento demanda o incremento progressivo da rede de profissionais e a criação de espaços que comportem a ampliação do atendimento.

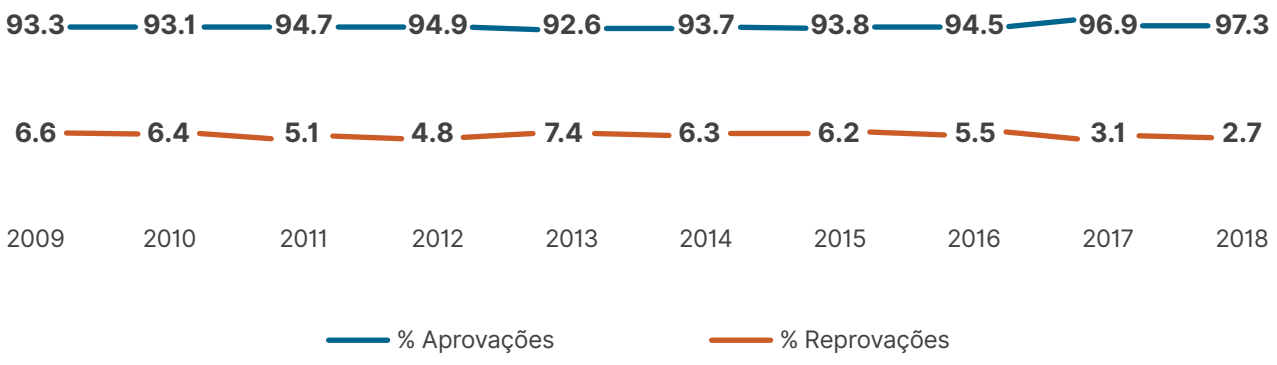
7) Qualidade do Ensino

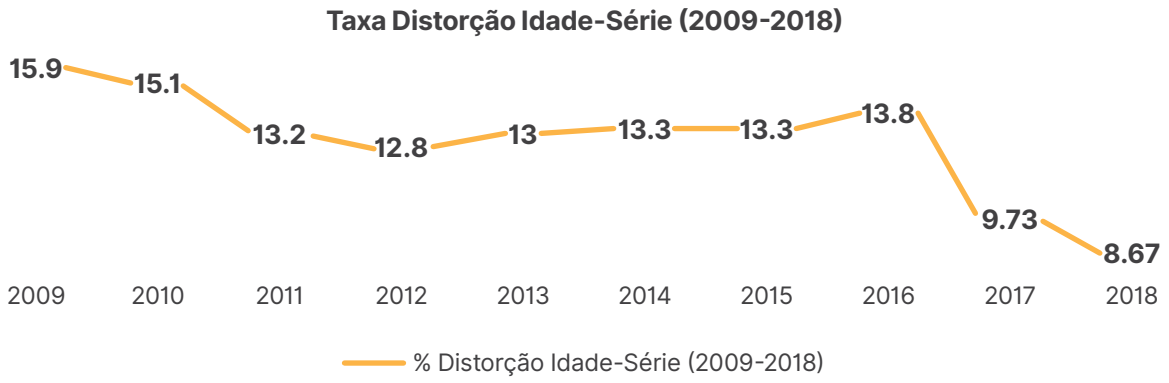
Coleta de Dados

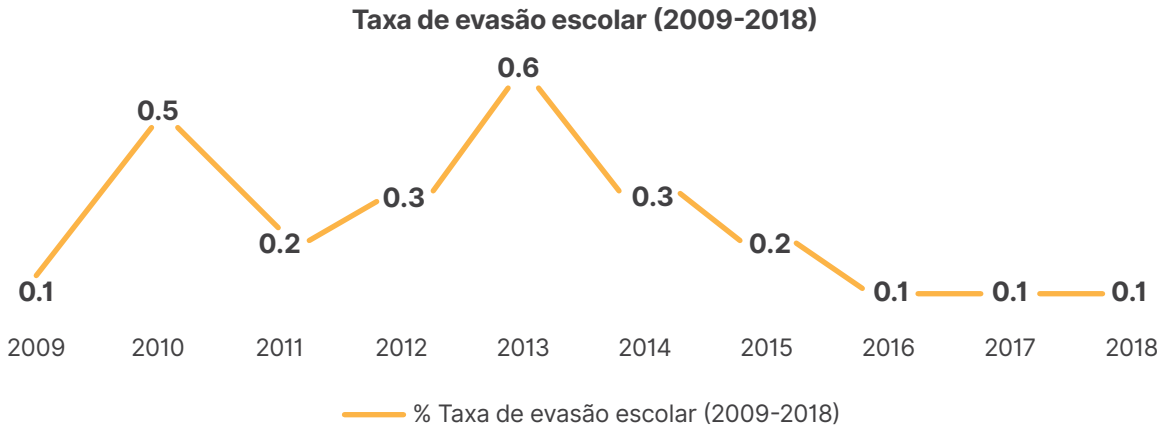
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Até o ano presente, o último IDEB divulgado é o de 2017. A escola que se destaca nos anos iniciais e finais é a EMEF Santa Cruz, com IDEB nos anos iniciais de 8,4 e nos anos finais de 7,6, o que faz dela a 1º colocada no Estado do Rio Grande do Sul nos anos iniciais. Outras escolas da rede municipal também se destacam no estado, como a EMEF Angelo Chiele, que ficou em 4º lugar no estado em anos finais, com IDEB de 7,3, e a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Grendene, que na última avaliação elevou seus índices de 6,1 para 7,6 em anos iniciais e de 4,7 para 6,5 em anos finais. Através da realização de visitas às equipes diretivas e aos orientadores educacionais, são obtidos diagnósticos que embasam ações para o aprimoramento efetivo dos índices. Seguem dados sobre os resultados obtidos pela rede municipal nos últimos anos, evidenciando a melhora crescente de todos os indicadores:

Taxa de aprovação e reprovação da rede municipal (2009-2018)





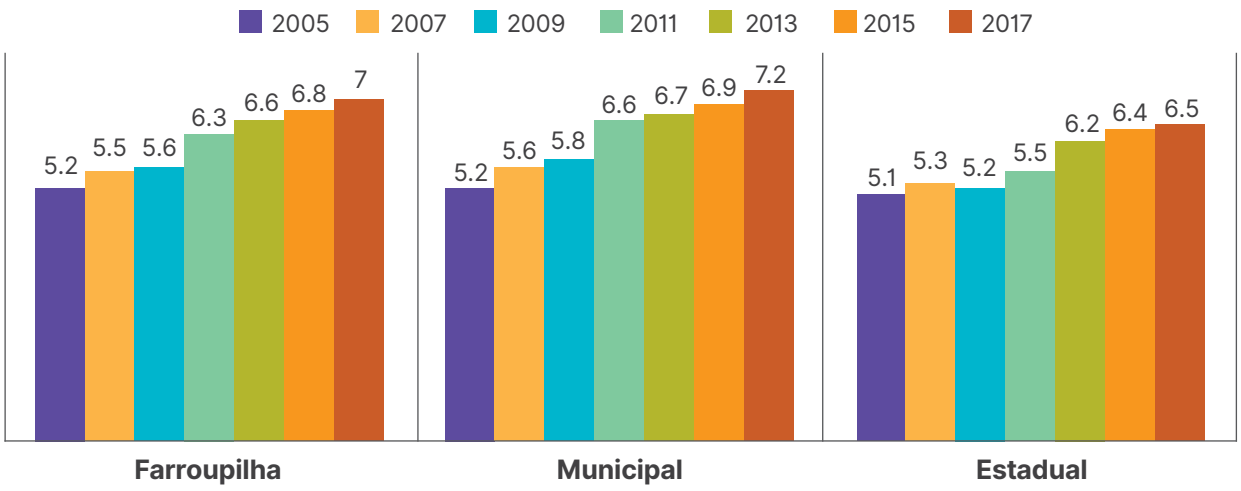


ANOS INICIAIS	IDEB OBSERVADO						
MUNICÍPIO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
FARROUPILHA	5.2	5.5	5.6	6.3	6.6	6.8	7.0
REDE MUNICIPAL	5.2	5.6	5.8	6.6	6.7	6.9	7.2
REDE ESTADUAL	5.1	5.3	5.2	5.5	6.2	6.4	6.5

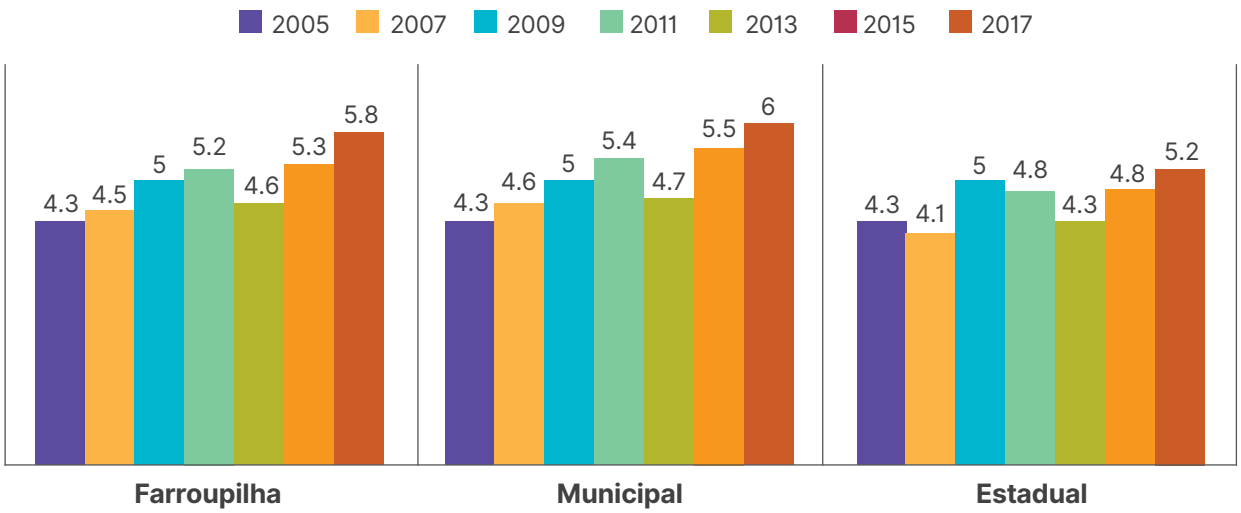
ANOS INICIAIS	IDEB OBSERVADO						
ESCOLA	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
EMEF SANTA CRUZ	5.8	5.7	6.1		8.0	8.7	**8.4**
EMEF ANGELO CHIELE	5.6	6.4	6.8	7.3	7.5	7.2	**7.8**
EMEF ANTONIO MINELLA		5.4	5.6	7.1	7.0	7.3	**7.7**
EMEF JOAO GRENDENE	4.9	5.3	5.4	6.3	6.2	6.1	**7.6**
EMEF OSCAR BERTHOLDO		5.2	6.0	7.7	7.1	7.4	**7.3**
EMEF PRESIDENTE DUTRA		5.8	5.7	7.3	6.7	7.2	**7.2**
EMEF N. SRA. DE CARAVAGGIO							**7.1**
EMEF PADRE VICENTE BERTONI				6.6	7.4	6.9	**7.1**
EMEF CINQUENTENARIO	5.1	5.4	6.1	6.3	6.6	7.4	**7.0**
EMEF ILZA MOLINA MARTINS	5.2	5.5	5.9	6.8	7.0	6.8	**6.9**
EMEF N. SRA. MEDIANEIRA	4.9	5.8	5.4		6.5	7.4	**6.9**
EMEF PRIMEIRO DE MAIO	4.8	5.0	5.7	6.4	6.8	6.7	**6.9**
EMEF MARIA BEZ CHIELE			5.4				**6.5**
EMEF ZELINDA RODOLFO PESSIN		4.8	5.5		5.7	7.1	**6.1**
EMEF CARLOS PAESE							**5.5**
EMEF ANGELO VENZON NETO		5.1	5.0	6.2	6.2	6.5	*
EMEF NOVA SARDENHA			5.0	5.6	6.3	6.5	*
EMEF S. TEOTONIO VILELA	4.8	5.8	5.5	5.8	5.8	5.4	*

ANOS FINAIS	IDEB OBSERVADO						
ESCOLA	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
EMEF SANTA CRUZ	4.5	4.9	6.0	6.8	6.5	7.2	**7.6**
EMEF ANGELO CHIELE	4.7	5.3	5.8	5.7	4.8	5.8	**7.3**
EMEF JOAO GRENDENE	4.7	5.0	4.8	5.1	5.1	4.7	**6.5**
EMEF PRESIDENTE DUTRA	3.6	4.4	4.7	5.7	4.8	5.0	**6.5**
EMEF N. SRA. MEDIANEIRA							**6.3**
EMEF OSCAR BERTHOLDO		5.1	5.4	5.8	5.4	6.2	**6.3**
EMEF N. SRA. DE CARAVAGGIO							**6.0**
EMEF ANGELO VENZON NETO				4.7	4.8	4.8	**5.9**
EMEF ANTONIO MINELLA			5.7	4.8	3.8	6.1	**5.8**
EMEF PADRE VICENTE BERTONI							**5.8**
EMEF NOVA SARDENHA			4.7	4.7	4.7	5.3	**5.6**
EMEF ILZA MOLINA MARTINS	4.0	5.2	4.9	5.3	4.7	5.3	**5.4**
EMEF PRIMEIRO DE MAIO	4.2	4.2	4.4	5.3	4.6	5.2	**5.4**
EMEF ZELINDA RODOLFO PESSIN		4.4			4.6		**4.4**
EMEF CINQUENTENARIO	4.1	4.4	5.1	5.2	4.6	4.9	*
EMEF S. TEOTONIO VILELA	4.1	3.9	4.2	5.4	4.2	4.8	*

Evolução ideb – anos INICIAIS



Evolução ideb – anos FINAIS



Para que a educação impacte a qualidade de vida da inteira população, classes de aceleração complementam o combate à evasão escolar nos casos de reincidente reprovação, contribuindo para a correção da distorção idade-série e preservando a relação escola-aluno, demonstrando aos estudantes que a rede está comprometida com o seu rendimento e, assim, evitando que perca a motivação pelos estudos.

Objetivos

As taxas de aproveitamento dos alunos são indicadores de qualidade que necessitam de constante atenção, tendo como objetivo qualificar a aprendizagem nas escolas. Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de desempenho da educação divulgado a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que relaciona o desempenho dos estudantes em avaliações nacionais com as taxas de aprovação. Além da melhora progressiva da qualidade do ensino prestado, deve-se buscar o atendimento pleno da população em idade escolar através de prevenção e combate ao abandono escolar.

Planos de Ação

2024 – O contínuo progresso na busca por qualidade na educação envolve o aprimoramento das formas de monitoramento das realidades escolares e a implementação de intervenções eficientes, que satisfaçam adequadamente quaisquer dificuldades no sucesso da relação ensino-aprendizagem. Em paralelo a bons programas de formação continuada aos professores, o monitoramento deve ser capaz de identificar prontamente os alunos que manifestam dificuldades e promover o seu necessário atendimento específico, com bons sistemas de recuperação e reforço escolar. O combate à evasão escolar passa pela permanente transformação dos currículos escolares visando uma sala de aula envolvente e de um ambiente de acolhimento integral do aluno, em que a escola seja parte de uma rede de proteção social.

2032 – O combate à evasão escolar passa pela permanente transformação dos currículos escolares visando uma sala de aula envolvente e de um ambiente de acolhimento integral do aluno, em que a escola seja parte de uma rede de proteção social. Nesse papel, a ampliação do atendimento integral desempenhará uma importância crucial.

8) Educação de Jovens e Adultos

Coleta de Dados

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) recebe matrículas de adultos interessados e alunos da rede municipal que não concluíram os estudos na faixa etária correta, combatendo a baixa qualificação da mão de obra adulta ao mesmo tempo em que evita a evasão escolar de jovens, lhes dando condições para novos progressos educacionais e profissionais. As aulas são ministradas à noite em turmas localizadas na EMEF Presidente Dutra, privilegiando a proximidade com os bairros de maior demanda e o horário mais adequado aos adultos, que durante o dia exercem suas ocupações laborais.

Objetivos

Compreendendo o papel estratégico da educação para a população farroupilhen-

se, a rede municipal não deve se limitar a atender alunos em idade escolar, mas estender oportunidades a adultos que não tiveram condições de estudar na idade certa, através da modalidade de ensino EJA – Educação de Jovens e Adultos, desenvolvendo projetos com foco no mercado de trabalho.

Planos de Ação

2024 – O futuro da educação de jovens e adultos está relacionado ao direcionamento dos currículos ao aprendizado prático focado no mercado de trabalho, com a promoção de parcerias com a iniciativa privada, fazendo da busca por qualificação uma porta para oportunidades efetivas de progresso pessoal e profissional.

Professores

9) Formação Continuada

Coleta de Dados

Todos os professores da rede municipal recebem formação continuada a nível mensal, participando de grupos de formação, conforme a área atuante. Da educação infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental cada ano constitui um grupo, e do 6º ao 9º ano os grupos são divididos por componentes curriculares. Os diretores, vice-diretores e orientadores educacionais de cada escola também participam de reuniões mensais para suas formações específicas. Compete ao Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação a preparação das formações, temas a serem abordados e pautas, bem como a organização dos eventos, que contam com formadores convidados de instituições parceiras, tais como o Campus Farroupilha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, o SEBRAE, o SICREDI, o CDL Jovem da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, o Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho – SIMPLÁS e universidades da região. São feitas sondagens no início do ano letivo com todos os grupos a fim de serem identificadas as maiores demandas, consideradas as exigências do Plano Nacional e Plano Municipal de Educação. Além de obterem orientações sobre como aprimorar o seu trabalho, os professores recebem instruções sobre como trabalhar temas inovadores e multidisciplinares, como Educação Fiscal, Empreendedorismo, Robótica, Educação Ambiental, entre outros.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Número de Docentes na Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica

Número de Docentes na Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou EJA

Ano	Total 1-8	Escolaridade/Formação Acadêmica							
		Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior					
				Graduação			Pós-Graduação		
				Total	Com Licenciatura	Sem Licenciatura	Especialização	Mestrado	Doutorado
2014	781	-	116	665	641	24	250	32	6
2015	806	-	137	669	636	33	269	40	11
2016	826	-	134	692	658	34	314	41	10
2017	823	-	136	687	651	36	294	49	9
2018	815	-	99	716	678	38	391	49	15

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2014/2015/2016/2017/2018
Notas: 1 - Docentes referem-se aos indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar.
2 - No total do Brasil, os docentes são contados uma única vez, independente de atuarem em mais de uma região geográfica, unidade da federação, município ou possuam mais de uma escolaridade/formação acadêmica.
3 - No total da Região Geográfica, os docentes são contados uma única vez em cada região, portanto, o total não representa a soma das regiões, das unidades da federação ou dos municípios, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
4 - No total da Unidade da Federação, os docentes são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), portanto o total não representa a soma das 26 UFs e do Distrito Federal ou dos municípios, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
5 - No total do município, os docentes são contados uma única vez em cada município, portanto o total não representa a soma dos 5.570 municípios, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.
6 - Não inclui os docentes de turmas de atividade complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
7 - Inclui os docentes que atuam no Ensino Regular, Especial e/ou EJA.
8 - Não inclui auxiliares da educação infantil.
9 - O mesmo docente pode ter mais de uma graduação e/ou pós-graduação.
10 - Inclui cursos de complementação pedagógica.

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Meta prevista	-	-	-	-							50,00%
Meta executada no período	-	39,80%		41,90%							

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA - BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2013-2016

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Meta prevista	-	-	-	-							50,00%
Meta executada no período	-	-	-	31,10%							

Objetivos

O mundo do conhecimento é dinâmico, e as práticas pedagógicas para apresentá-lo aos alunos necessariamente precisam acompanhar as constantes mudanças da realidade em que estamos inseridos. Por isso, não basta aos professores trabalharem com as informações e metodologias que aprenderam na sua formação universitária, mas devem permanecer em constante atualização, cientes que o objeto de seu trabalho está em incessante transformação, tanto no que diz respeito ao que ensinam, como a melhor forma de fazê-lo, e as características do aluno cuja formação ajudam a construir.

Planos de Ação

2024 – Ao mesmo tempo em que implementa incentivos a que seus professores busquem pessoalmente constante atualização profissional, a rede municipal deve manter e qualificar seus programas internos de formação continuada, estabelecendo parcerias permanentes com instituições parceiras, possivelmente associando o quadro de professores a projetos desenvolvidos por cursos de graduação ou especialização que, como contrapartida, possam dispor da rede municipal como campo de estudos e implementação de projetos. Uma linha de desenvolvimento para modalidades inovadoras de formação continuada deve incluir a troca de experiências entre colegas, tornando o conhecimento de cada professor parte de uma construção coletiva que soma os sucessivos avanços em benefício compartilhado, prevenindo retrocessos.

2032 – O estabelecimento de parcerias permanentes com instituições parceiras, possivelmente associando o quadro de professores a projetos desenvolvidos por cursos de graduação ou especialização que, como contrapartida, possam dispor da rede municipal como campo de estudos e implementação de projetos.

10) Tecnologia

Coleta de Dados

Desde 2018, a Secretaria Municipal disponibiliza aos professores da inteira rede municipal um sistema de gestão escolar integrada em que todos os registros de aulas são feitos *online* a partir de dispositivos com acesso à internet, promovendo praticidade, segurança e portabilidade das informações, que alimentam automaticamente os atestados de frequência, diários de classe, relatórios de conteúdos, boletins e históricos escolares, bem como todos os outros documentos eventualmente escriturados pelas escolas. Quanto ao uso de tecnologias na preparação e aplicação de aulas, a partir de 2019 os professores passam a ter à disposição uma rede exclusiva de fibra óptica interligando toda a rede de ensino, levando 100mb a cada sala de aula, possibilitando que professores e alunos disponham de internet de alta capacidade. Equipamentos, tais como computadores, notebooks, lousas interativas e reprodutores de áudio e imagem, variam conforme o uso que cada escola decide fazer das verbas anuais oriundas do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, e seus arranjos no âmbito de seus Círculos de Pais e Mestres.

Objetivos

Nos bastidores do trabalho visível em sala de aula, além de dedicar muito tempo para a preparação de aulas, o professor precisa registrar cada conteúdo trabalhado, as presenças dos alunos e as avaliações que ministrou, gerando informações que

alimentam os bancos de dados das secretarias escolares e constituem acervo da escola. Diante disso, faz-se necessário um sistema informatizado que armazene e articule tais registros, servindo para dar eficiência administrativa e facilitar o trabalho docente. No que diz respeito à qualidade das aulas, devem estar disponíveis recursos de áudio e vídeo e amplo acesso à internet, de modo que possam ser planejadas abordagens diversificadas que capturem a atenção dos alunos e contribuam para a melhor apreensão do conhecimento.

Planos de Ação

2024 – As salas de aula devem dispor a todos os alunos equipamentos multimídia para projeção e/ou navegação *online*.

2032 – A fim de que os professores tenham as melhores condições de planejar, executar e registrar suas aulas, os investimentos em tecnologia devem contemplar a disponibilidade de dispositivos móveis, tais como notebooks ou tablets, que os professores possam levar à sala de aula e manejar projeções em tela ou TV, bem como registrar presenças e conteúdos trabalhados em tempo real, ou durante suas horas de planejamento fora da sala de aula. Paralelamente, as salas de aula devem dispor aos alunos equipamentos multimídia para projeção e/ou navegação online.

Pais e responsáveis

11) Escola e Família

Coleta de Dados

As escolas promovem uma assembleia geral de introdução ao ano letivo em que toda a comunidade escolar discute a programação de eventos da escola e acerta as combinações sugeridas pelo Círculo de Pais e Mestres. A direção apresenta os professores e linhas gerais sobre a organização da escola. No decorrer do ano, os responsáveis são convidados a conversar com os professores regentes trimestralmente por ocasião da entrega dos resultados, ou a qualquer tempo quando em função de alguma necessidade especial, geralmente sob agendamento para dia em que o professor esteja cumprindo horas de planejamento fora da sala de aula. Também, toda a comunidade tem cinco eventos especiais como oportunidade de confraternização, tais como homenagem às mães, Festa Junina, bingo da família, mostra de trabalhos e encerramento do ano letivo. Em 2019, o sistema informatizado de gestão escolar utilizado na rede municipal passou a contar com um portal *online* em que pais/responsáveis podem acessar notas, faltas e recados, aproximando e facilitando a conexão entre escola e família.

Objetivos

A educação das crianças e adolescentes é um processo operado a muitas mãos, com participação das escolas num empreendimento de longo prazo sob responsabilidade primordial dos pais/responsáveis. Portanto, faz-se essencial que as famílias sejam parte ativa do trabalho desenvolvido na escola, envolvendo-se com cada etapa importante vivenciada pelos alunos e acompanhando o seu rendimento. O desafio da escola é promover tal envolvimento, ciente da importância que a atenção dos pais/responsáveis desempenha como fator socioemocional sobre o comportamento e a motivação dos estudantes na relação ensino-aprendizagem.

Planos de Ação

2024 – Devem ser aprofundados mecanismos de gestão democrática em que as famílias sejam estimuladas a compartilhar da responsabilidade por decisões da escola, como sobre a alocação de recursos e a organização administrativa.

2040 – A parceria entre escola e família deve ser fortalecida através de projetos que demandem participação constante dos pais/responsáveis no desenvolvimento da escolarização, possivelmente pela criação de estratégias em que temas e trabalhos, de preferência multidisciplinares, sejam executados pelos alunos com apoio da família. Podem ser desenvolvidas abordagens permanentes, conforme a faixa etária dos alunos, em que membros da família, inclusive, sejam convidados a participar da sala de aula, ou mesmo contribuir com relatos sobre suas experiências pessoais no âmbito acadêmico e/ou profissional. Também, devem ser aprofundados mecanismos de gestão democrática em que as famílias sejam estimuladas a compartilhar da responsabilidade por decisões da escola, como sobre a alocação de recursos e a organização administrativa.

Visão de futuro

Para antever a educação do futuro, apresentaremos tendências que ultrapassam as tecnologias do momento e abrangem os conceitos que guiaram os objetivos e planos de ação descritos acima. São elas:

- Conectividade Fluida;
- Sistemas de Gerenciamento e de Análise de Dados;
- Educação Personalizada.

Jogos com fins educativos que utilizam-se de personagens, prêmios, pontuação e níveis de dificuldade para prender a atenção do estudante e fixar conteúdos e habilidades

CONECTIVIDADE FLUIDA

Esse conceito refere-se a conectividade que os alunos da geração atual tem desde que nascem, passando a aprender com a tecnologia. Por isso, uma escola sem tecnologia pode parecer-lhes desconexa da vida.

O papel dos educadores, nesse cenário, será não apenas de oferecer salas de aula conectadas e outros dispositivos tecnológicos, mas implementar novos métodos de ensino que usem a tecnologia. Um exemplo é a *gamificação*, que na educação se apresenta como uma tendência crescente, em sintonia com as características desses alunos que tem a tecnologia como parte natural do seu cotidiano.

Como futuro do setor, vislumbram-se salas de aula repletas de recursos em texto, áudio e vídeo que se complementam em possibilidades de criação de trabalhos e realização de atividades, com alunos podendo interagir em fóruns e até mesmo cursar aulas gravadas, além de permanecer conectados a aplicativos de ensino que “conversem” com sua rotina, aprendendo que a educação é uma construção pessoal que permeia toda a vida.

Nesse momento, métodos como o trabalho em equipe, o estímulo ao pensamento criativo, à resolução de problemas e a superação de desafios tornam-se os novos paradigmas. Assim, o aprendizado não ocorre mais unicamente através de professores que dominam conteúdos, mas com alunos que sabem usufruir de múltiplas fontes de conhecimento. Desse modo, pratica-se a **aprendizagem ativa**, ou seja, quando os alunos se beneficiam dos professores como guias para o conhecimento, e não como meros transmis-

sores de informação. Para alcançar o máximo potencial de seu rendimento escolar, o aluno deve ser empoderado.

Nesse sentido, uma técnica inovadora apresenta-se através do **ensino híbrido**, em que dinâmicas entre ensino-aprendizagem invertem os papéis de aluno e professor. Recebendo antecipadamente o material a ser estudado, os alunos aprendem com métodos de estudo pessoal e se preparam para ministrar os conteúdos aos colegas. O professor analisa o rendimento obtido pelo entendimento construído pelo aluno e faz observações pontuais. A sala de aula se transforma num ambiente de troca de ideias, em que o professor sana dúvidas e eventualmente propõe projetos interdisciplinares. O clima leve e descontraído favorece o aprendizado na medida em que relaxa a mente e torna orgânico o processo. No entanto, o professor deve calibrar sua atuação para que a descontração não se transforme em superficialidade, ciente de que o aluno deve assumir uma posição ativa, mas guiada pelos objetivos do projeto pedagógico do professor.

As artes prendem a atenção e podem ser usadas de forma a enriquecer as aulas, tornando o aprendizado muito mais envolvente. Recursos como cenas do cotidiano, imagens, vídeos, trilha sonora, infográficos e textos atraentes podem ser incluídos através da tecnologia, com equipamentos interativos.

SISTEMAS DE GERENCIAMENTO E DE ANÁLISE DE DADOS

Identificar as necessidades educacionais é a base para a busca de soluções eficientes e adequadas. Por isso, quanto mais informações sobre o sistema escolar forem reunidas, melhores serão os diagnósticos e, por consequência, os planos de ação para resolver as dificuldades.

Por esse motivo, as instituições de ensino devem focar em eficientes sistemas de gerenciamento e de análise de dados, com o uso de ferramentas que analisem não apenas o desempenho, preferências e hábitos dos alunos, mas também usem as informações para checar os procedimentos mais bem-sucedidos e mais deficitários adotados pela escola.

INOVAR NA EDUCAÇÃO NÃO DEVE SER VISTO COMO UMA TAREFA OCASIONAL DE ATUALIZAÇÃO DE SISTEMAS E MÉTODOS, MAS COMO UM MODO PERMANENTE DE PENSAR DA ESCOLA, ENXERGANDO E PREPARANDO CADA ALUNO NA ENGRENAGEM DA SOCIEDADE E TREINANDO-OS PARA MELHORAR O FUTURO.

EDUCAÇÃO PERSONALIZADA

Outra tendência que queremos trazer para a educação de Farroupilha é a **educação personalizada**, que busca compreender e se preocupa com as peculiaridades de cada aluno na condução do aprendizado escolar. Desse modo, o potencial do estudante é explorado com base na sua história, experiências e competências.

As transformações sociais, culturais e de visões de mundo ocasionadas pelas novas tecnologias desenvolveram um aluno que não responde mais aos métodos tradicionais de ensino, e sistemas de inteligência artificial podem auxiliar os professores na preparação de aulas que atendam as suas necessidades educacionais. A inteligência artificial pode dar eficiência ao uso do tempo com tarefas colaterais e promover aulas inovadoras com aplicativos e programas de computador.

O professor, por sua vez, age como um facilitador, conduzindo o conteúdo conforme o perfil de seu aluno e respeitando o seu ritmo e forma de aprendizagem.

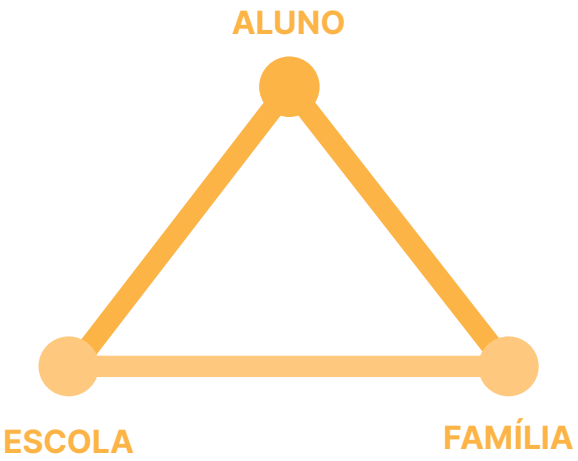
As metodologias educacionais devem ser ativas e ajudar a construir cidadãos aptos a capacidades que envolvem características como resiliência, empatia, autogerenciamento, fluência de ideias, relação interpessoal, capacidade de expressar emoções, entre outras. A visão estratégica nesse caso se traduz em preparar os alunos para habilidades que lhes serão fundamentais não apenas nos ambientes acadêmicos, mas também em sua vida privada e profissional.

Além de aspectos positivos advindos do progresso da humanidade refletido na tecnologia, fatores de influência negati-

va podem derivar do excessivo contato das crianças e adolescentes com mundos virtuais em que suas condições psicoemocionais não são adequadamente consideradas. Assim, estudantes que ainda estão desenvolvendo suas capacidades cognitivas podem padecer emocionalmente diante de situações potencialmente estressantes. Tal cenário coloca as escolas em posição de se deparar com problemas tais como depressão e baixa autoestima, contra os quais pode atuar com políticas de apoio psicológico, entendendo o aluno na sua integralidade como pessoa. Essa compreensão integral do aluno leva em conta que o rendimento escolar está diretamente relacionado à boa saúde mental.

> **O estímulo ao desenvolvimento de competências socioemocionais possibilita a transposição dessas aprendizagens para outras esferas da vida acadêmica e geral do aluno.**

Por fim, é fundamental que seja promovida a consciência de que escola, família e aluno constituem um tripé que, atuando em harmonia, resulta na boa educação da sociedade. O sucesso na colaboração entre esses três entes na gestão democrática garantirá a formação de cidadãos críticos capazes de contribuir com a coletividade e com o contínuo progresso humano. O cerne dessa busca está na formação de alunos empreendedores, que empreendem a busca por conhecimentos e habilidades que, antes de tudo, construirão a si mesmos como pessoas. Nesse sentido, cabe às escolas estimular o gosto pelo aprendizado e ensinar a aprender.



PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O Centro de Formação é um espaço de produção de conhecimento e tem como objetivo promover a formação continuada aos servidores da rede municipal de ensino e o acesso à informação digital para a comunidade escolar. Neste espaço são discutidas e refletidas as melhores práticas de ensino para serem aplicadas nas escolas da rede, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, sempre buscando a inovação e o desenvolvimento completo das competências e habilidades. As capacitações são ofertadas dentro da carga horária dos professores, demonstrando o compromisso com os profissionais de ensino.

O espaço do Centro de Formação promove cursos nas mais diversas áreas de ensino, ofertando projetos e minicursos com os temas e capacitações como empreendedorismo, educação financeira, educação fiscal, educação do consumidor, justiça restaurativa, robótica, entre outros, contando com a parceria de várias instituições. O ambiente conta com múltiplos recursos que podem ser utilizados pelas escolas, com computadores, impressoras, projetores, equipamentos de som e salas específicas para treinamentos. Em um futuro breve será dispo-

nibilizado um Espaço Maker (aprendizado "mão na massa") de aprendizagem para professores e estudantes, onde irão expressar toda a sua criatividade em projetos interdisciplinares por meio de ferramentas e recursos tecnológicos.

CULTURA DA PAZ

A Secretaria Municipal de Educação beneficiou 50 profissionais com o Programa de Círculos de Construção da Paz nas Escolas, por meio da promoção do curso de Facilitadores. A demanda surgiu da necessidade de a escola promover experiências educativas de desenvolvimento integral dos alunos. A Justiça Restaurativa trabalha para atuar na prevenção de conflitos e no fortalecimento de vínculos. Assim, com diálogo, cria-se um espaço sem hierarquia em um ambiente restaurativo.

Os Círculos de Paz baseiam-se na filosofia e nos princípios da Justiça Restaurativa, modalidade de trabalho em grupo na qual busca restabelecer laços, curar feridas e tomar decisões para a resolução de conflitos por meio de diálogo empático, participação ativa e consenso. Nele, voluntariamente, os participantes compartilham suas histórias de vida, preocupações e posições sobre um tema específico para entender melhor o assunto. A modalidade incentiva a comunicação honesta, o desenvolvimento de vínculos e o fortalecimento da comunidade em grupos, oferecendo um espaço privilegiado para o diálogo, criado para construir relacionamentos e superar diferenças de maneira proativa e participativa.

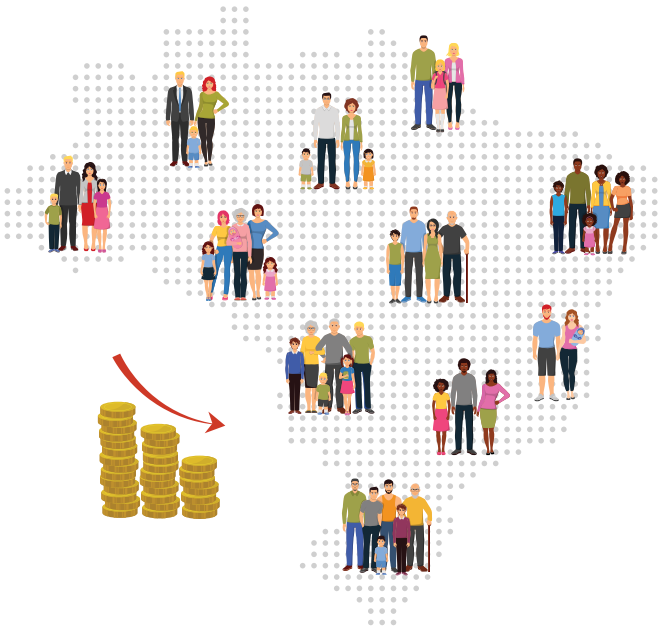
Assim, hoje, Farroupilha conta com 50 profissionais da Rede Municipal atuantes como Facilitadores de Círculos da Paz, podem atuar no fortalecimento de vínculos. O módulo avançado está no planejamento da Secretaria Municipal de Educação para um futuro de paz.

HABITAÇÃO

Apresentação

Para entender a situação das Políticas Habitacionais de Farroupilha, será explicado, primeiramente, o cenário deste setor no país.

Voltamos para 2014, quando houve um redução do crédito para financiamento de imóveis e um aumento do desemprego que gerou uma queda na renda das famílias brasileiras. Isso fez o sonho da casa própria ficar ainda mais distante, como pode ser visto no aumento do déficit habitacional no país, para mais de 220 mil imóveis entre 2015 e 2017.



Para atender essa demanda, nos próximos dez anos, o país necessitará construir doze milhões de moradias para reduzir o déficit habitacional. Esse déficit ocorre, sobretudo, pela situação precária dessas moradias, sem condições de habitabilidade, o que deve ser combatido.

Esse dado também mostra a necessidade de priorizar programas que resolvam a diferença entre as necessidades habitacionais e a oferta de moradias adequadas para a **população com renda** de até 1 salário mínimo e de 1 a 3 salários mínimos. Ela corresponde a 91,7% do déficit total, o equivalente a 7,1 milhões de unidades.

Isso porque o perfil socioeconômico dessas famílias depende do cenário econômico do país, uma vez que a renda está relacionada ao cenário de crescimento da economia.

Super-oferta espalhada por todo o país, preços inibem vendas.

- **Manaus:** Citado como uma das Capitais com super-estoques em relatório do NRE-Poli-Usp de Dez/13
- **DF:** Queda de 50% nos lançamentos, mesmo assim, estoque 30% maior que 2 anos antes
- **Rio Grande do Sul:** Aumento de 90% na oferta de aluguel
- **Florianópolis:** Aumento de 50% na oferta de aluguel
- **Curitiba:** Super-estoque de 23 meses de imóveis residenciais novos à venda. Oferta de aluguel comercial subiu 600% de 2012 para 2013. Paraná com crescimento de 100% na oferta de aluguel residencial
- **São Paulo:** Imóveis novos de 1 dormitório vendidos na planta para investidores no 1S13 triplicarão oferta de aluguel na entrega. Aumento de 30% na oferta de aluguel para todas as tipologias, já ocorreu
- **São José dos Campos:** Oferta de aluguel subiu 300%, investidores colocando para alugar após preço do m² cair 25%
- **Belo Horizonte:** Prédios novos com 50% de inadimplência em condomínio porque investidores compraram e não conseguiram repassar imóveis, acumulando no estoque a vender
- **Vitória:** Citada como uma das Capitais com super-estoques em relatório do NRE-Poli-USP de Dez/13
- **Salvador:** Super-estoque de 25 meses (maior do Brasil)
- **Pernambuco:** Número de imóveis para alugar dobrou

Estoque de residenciais com construtoras: dobrou de 2011 para 2012. Em 2013 vários depoimentos no ReclameAqui de investidores com prejuízo por "descontos" elevados na entrega, de construtoras com super-estoques.

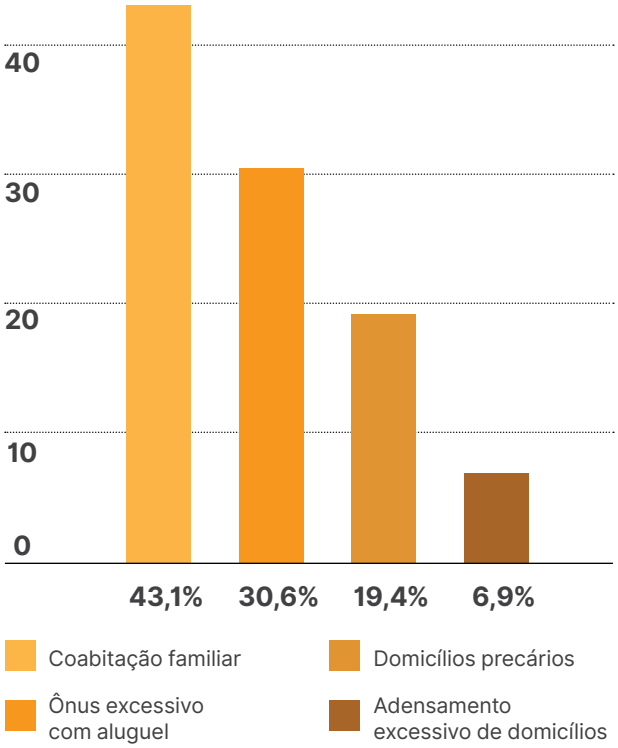
Estoque de imóveis comerciais: bolha já "assumida", super-oferta, não só em capitais, mas em cidades do interior também.

Déficit Habitacional

- Até 100 mil
- De 100 a 200 mil
- De 200 a 500 mil
- Mais de 500 mil

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

Causas do déficit no Brasil



Fonte: Fundação João Pinheiro/Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010

Déficit habitacional em Porto Alegre

75MIL FAMÍLIAS

ou 400 mil habitantes desabrigados ou residindo em situação de risco. Esse número corresponde a cerca de 1/3 da população

IMÓVEIS ABANDONADOS

40MIL

sendo 7 mil desses apenas no Quarto Distrito

750 OCUPAÇÕES

em situação irregular apenas na Região Metropolitana. cada uma abriga em média mais de 100 pessoas

IMÓVEIS DO GOVERNO DO ESTADO

16%

dos 18 mil prédios que são propriedade do Rio Grande do Sul estão abandonados

Fontes: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Departamento Municipal de Habitação; Movimento Nacional de Luta pela Moradia

Como é hoje?

A Política Nacional da Habitação tem como principal função garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna.

Determinadas pela Constituição Federal em 2004, as políticas de habitação planejam, elaboram e implementam projetos na esfera municipal que atendam as demandas da comunidade, como o acesso facilitado da população à habitação e a otimização da infraestrutura básica e de equipamentos sociais. Desse modo, a partir de estudos e pesquisas socioeconômicas e habitacionais, essas políticas têm como objetivo evitar o déficit habitacional, ou seja, a quantidade de cidadãos sem moradia adequada.

Tendo em vista sua função e importância, será tratado, a seguir, como essas políticas apresentam-se no Município de Farroupilha. Para isso, é preciso esclarecer alguns pontos.

A questão habitacional como uma política de Estado deve ser uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo, uma vez que o poder público é o agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização fundiária. A formulação de políticas e programas atende a objetivos e planos previamente definidos.

Essas políticas têm agentes responsáveis e devem ser construídas em conjunto com a sociedade, sendo o poder público um intermediador que regulariza a situação da moradia urbana e o mercado imobiliário, além dos assentamentos precários.

Outro aspecto é entender os investimentos técnicos e financeiros destina-

dos, ao longo do tempo, para a política de habitação municipal e sua importância para a compreensão atual do setor e suas necessidades. Os indicadores que serão explicados ao longo do capítulo e que ajudam no diagnóstico da situação habitacional municipal se baseiam nos Investimentos Públicos realizados pela Prefeitura Municipal na Política de Habitação (Programas e Projetos realizados até o ano de 2018) e nas Necessidades Habitacionais em Farroupilha.

Investimentos Públicos

Para iniciar, serão apresentados os Investimentos Públicos realizados pela Prefeitura Municipal na Política de Habitação e sua capacidade de gerenciamento e execução de Programas e Projetos que foram realizados até o ano de 2018.

Lei municipal nº 2.590

A Secretaria Municipal de Habitação foi criada em 2001, a partir da separação da antiga Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social. Desde então, a mesma já passou por algumas reformas administrativas em seu organograma sendo, neste momento, um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação em 02 de Janeiro de 2017.

Decreto nº 6.138

A partir desse momento, as responsabilidades da secretaria foram definidas como:

I. Atuar no planejamento, organização, articulação, direção, coordenação, execução, controle e avaliação das políticas públicas de assistência social e habitação;

II. Promover a política de desenvolvimento social de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender questões sociais e à universalização dos direitos sociais;

III. Executar programas, projetos e ações que visem à melhoria das condições sociais, econômicas e sanitárias da comunidade;

IV. Coordenar programas de habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V. Desenvolver mecanismos de proteção à família, à mulher, à infância, à adolescência e ao envelhecimento da população;

VI. Promover o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

VII. Promover ações que assegurem o pleno exercício da cidadania;

VIII. Coordenar a execução da política de defesa dos direitos humanos e das minorias étnico-sociais;

IX. Desenvolver programas, projetos e ações destinadas a facilitar o acesso da população à habitação de interesse social;

X. Promover a integração, racionalização e otimização da infraestrutura básica e de equipamentos sociais;

XI. Coordenar e apoiar a implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social;

XII. Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica e habitacional do município;

XIII. Monitorar áreas públicas suscetíveis de invasões e áreas de risco;

XIV. Coordenar e administrar o banco de materiais;

XV. Assessorar o Prefeito e as demais secretarias nos assuntos de sua competência;

XVI. Exercer outras atividades afins.

Desafios da implementação dessas funções e coleta de dados

Uma grande dificuldade em produzir a elaboração de um diagnóstico e coletar dados da situação atual da Política de Habitação em Farroupilha está na ausência e/ou não consolidação de informações, dados e histórico dos programas e projetos habitacionais de interesse social já executados pela prefeitura, por meio de seu departamento. Ainda que o poder executivo municipal apresente capacidade administrativa bastante adequada para a implementação e o gerenciamento da política de habitação.

Marcos regulatórios e legais

A respeito das leis que permeiam o cenário de habitação, pode-se citar as obrigações a seguir.

O município conta com uma lei que institui o Fundo e o Conselho Gestor Municipal de Habitação de Interesse Social. Ainda por outras leis, ficam definidos a finalidade e os requisitos de acesso ao Banco de Materiais, cujo setor é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, Departamento de Habitação.

Lei Municipal nº 2.635/2001

Na **Lei Orgânica Municipal**, há um capítulo dedicado à habitação que prevê que o município estabelecerá política de habitação, articulada e integrada às ações do Poder Público e a participação das comunidades organizadas, bem como os instrumentos institucionais e financeiros para sua execução.

Capítulo III do Título V

Em relação ao **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Far-**

Leis nº 5.369/2013, nº 3.903/2013 e Decreto nº 6.077/2016

roupilha (PDDUA), há um regulamento em lei que também prevê seções relacionadas à Política Urbana e Política de Habitação, bem como a delimitação de Área Especial de Interesse Social (AEIS), áreas demarcadas no território da cidade para assentamentos habitacionais de população de baixa renda. A existência do Código de Obras – que autoriza a instituição de loteamento especial, estabelecendo exceção sobre o Código de Obras, como o caso do loteamento Industrial I e II, Vila Esperança, Vida Nova – e do Código de Posturas são instrumentos legais relacionados ao planejamento e operacionalização da política de habitação de interesse social, com maior ou menor grau de influência.

Lei Municipal nº 3.464/2008

Lei nº 1061/1975 e a Lei nº 1273/1982

Lei nº 818/1969

Na elaboração do PLHIS, foram utilizados pesquisa de campo, atividades grupais com a população e técnicos e especialistas da área, além de realização de audiências públicas. Estes dados foram confrontados e atualizados, pela equipe técnica do Departamento de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, ao longo da execução da política municipal, desde a publicação do PLHIS (Decreto Municipal nº 5014 de 24 de fevereiro de 2011).

Instrumentos de Planejamentos

No ano de 2010 o município elaborou, por meio de um convênio com a Universidade de Caxias do Sul, o seu **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**, quando foi realizado o diagnóstico do setor habitacional e foram elencados cinco eixos estratégicos para atuação pública que viabilizem o cumprimento dos seus objetivos. São eles:

- Reduzir o déficit quantitativo;
- Reduzir o déficit qualitativo;
- Regulamentar as cooperativas habitacionais;
- Regulamentar os marcos legais;
- Prevenir o surgimento de novos núcleos irregulares.

Fonte: Site Cooperativas

O Poder Executivo Local deve ser reconhecido pelo seu esforço em acompanhar as metas propostas nas perspectivas apresentadas pelo PLHIS, porém nem todos os objetivos foram, de fato, atingidos devido a fatores internos e externos à gerência municipal. Desde a elaboração do PLHIS e a partir de dados levantados, nota-se que o foco da atuação municipal foi a redução do déficit quantitativo e do déficit qualitativo, além da execução de Projetos de Regularização Fundiária em assentamentos informais.

Historicamente, em Farroupilha, as ações de habitação foram de iniciativa da sociedade civil, organizadas por cooperativas habitacionais que pretendiam adquirir terrenos e sistematizar o processo para receber as habitações. Segundo o Núcleo Cooperativista Habitacional, há o registro de 10 cooperativas habitacionais ativas. Neste sentido, o PLHIS enxerga a necessidade de autonomia destas Cooperativas Habitacionais na busca de soluções que viabilizem seus projetos, cabendo ao poder público capacitá-las para que busquem recursos financeiros. A Prefeitura Municipal seria uma facilitadora do processo. Também seria importante um processo de regulamentação para a existência delas. É bom esclarecer que as ações voltadas a esse fim foram pontuais e em demandas específicas apresentadas pelas cooperativas ao Departamento de Habitação.

Também a partir dos dados, percebe-se que pouco se avançou na atualização e realização de ajustes no aparato legal municipal, pois, como apontado pelo PLHIS, há necessidades como a de substituir as AEIS (Área especial de interesse social) por ZEIS (Zona especial de interesse social) (conforme orientação do Estatuto da Cidade) no Mapa de Zoneamento do Plano Diretor; prevê outras ZEIS, já indicadas

dentro do PLHIS, como áreas compatíveis para esse fim; elaborar a Política de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária de forma a conceituar/definir/direcionar a operacionalização da política pública em questão.

A partir do segundo semestre do ano de 2016, percebeu-se um considerável aumento do número de ocupações irregulares de áreas públicas, principalmente em áreas de domínio da linha férrea, Áreas de Preservação Permanente (APP) e outras em áreas públicas passíveis de permanência das famílias ocupantes para a Regularização Fundiária, partindo da necessidade de realizar uma prevenção contra o surgimento de novos núcleos irregulares.

Dentre eles, há três áreas prioritárias para monitoramento: uma no bairro Industrial - sob uma Linha de Transmissão de Energia Elétrica, Vida Nova e Vila Esperança. Estas últimas áreas, desde 2008, já vem sendo restauradas por meio de reconstrução, reassentamento e melhorias de unidades habitacionais, infraestrutura urbana e regularização fundiária.

Outras ações também foram realizadas com o objetivo de inibir novas construções, como a articulação de estratégias de intervenção junto ao Ministério Público, Brigada Militar, Polícia Civil, Ouvidoria Municipal e Guarda Municipal sendo o setor municipal o que recebe maior volume de denúncias de ocupações irregulares e que repassa ao Departamento de Habitação.

Para informar, orientar e prevenir a população sobre a localização de áreas públicas, foram instaladas placas informativas em 19 localidades, entre 2017 e 2018. Além disso, nesse período, foram inibidas mais de 106 construções em áreas públicas e cerca de 38 delas tiveram os materiais que seriam utilizados para a edificação de residências apreendidos e que ficaram, posteriormente, disponíveis no Banco de Materiais da Prefeitura para utilização em Programas Habitacionais.

Os desafios postos para a prevenção de ocupação irregular de áreas públicas estão relacionados com a oferta de moradias e o controle do espaço urbano, uma vez que há ausência de regulamentação para a atuação e definição de funções entre os diversos órgãos de fiscalização envolvidos neste processo.

Capacidade de Gestão Financeira

Diferente de outras políticas públicas, como educação, assistência social, saúde que contam com recursos financeiros mais regulares, a política de habitação é financiada a partir da existência de programas, projetos e linhas de créditos. Assim, para que o Sistema de Habitação possa ser realizado, é necessário promover ações e medidas de natureza econômica, institucional e jurídicas.

O setor habitacional pode contar com diversos programas para o atendimento das necessidades por habitações populares e também para seu financiamento.

O Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria de Habitação, junto com seus operadores financeiros, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, possuem programas em condições específicas de seleção que podem atender diferentes tipos de demandas municipais. Além disso, o estado do Rio Grande do Sul, via Secretaria Estadual de Obras e Habitação, é parceiro financeiro há longo tempo do Município de Farroupilha.

Desse modo, para qualquer programa habitacional que o município adotar, será necessário ter capacidade financeira para compensar o investimento, o que exige da prefeitura a alocação precisa de recursos ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

O valor dos recursos destinados ao FMHIS gira em torno de 0,16% do total do orçamento, quantidade inviável para a execução da política pública, dado que a maior demanda está na faixa da população com renda de até três salários mínimos. Esse cenário exige que os investimentos financeiros sejam realizados por parceirias do município (com, no mínimo, 8% de recurso próprio) com os governos federal e estadual.

Conforme apontado pelo PLHIS, o repasse ao FMHIS teria que ter, no mínimo, previsão de investimento de 1% do valor total do orçamento a cada ano.

Corpo técnico disponível – Recursos Humanos

Tendo em vista o volume populacional a ser atendido com as políticas de habitação e os desafios apresentados nesse diagnóstico, nota-se que o atual número de funcionários que trabalham no Departamento de Habitação é mínimo, necessitando ser, ao menos, mantido para garantir a execução dos trabalhos técnicos da Política de Habitação de Interesse Social do município. Uma quantidade adequada de profissionais, atuando no Departamento de Habitação e que sejam diversificados e qualificados, é fundamental para que se alcance com sucesso uma capacidade de acompanhar as operações das políticas públicas.

Abaixo está listada a equipe de profissionais que compõem o Departamento de Habitação em 2019. Esses funcionários estão envolvidos em três principais dimensões que compõem todos os projetos e programas na área habitacional: **físico-urbanístico, trabalho técnico social e jurídico/legal**.

PROFISSÃO / CARGO	QUANTIDADE	VÍNCULO OCUPACIONAL
Arquiteto	01	Concursado
Assistente superior	01	Comissionado
Agente Administrativo	01	Concursado
Agente de Serviço Social	02	Concursadas
	02	Processo Seletivo
Estagiário de arquitetura	01	Estágio Curricular
Educador Social	01	Concursado

Programas e Projetos executados até o ano de 2018

Desde a elaboração do PLHIS, os programas e projetos a serem planejados pelo Poder Público Municipal são estruturados em linhas programáticas que representam grupos de priorização das demandas do setor.

Cada uma dessas linhas corresponde um programa específico, conforme a característica de determinadas demandas habitacionais.

LINHAS PROGRAMÁTICAS	
LINHAS PROGRAMÁTICAS	**PROGRAMAS**
Integração urbana de assentamentos precários informais	Urbanização e regularização de assentos informais
	Urbanização e regularização de assentos precários
Produção e aquisição da habitação	Promoção de novas unidades habitacionais urbanas e rurais
Desenvolvimento institucional	Revisão ou organização de marcos regulatórios
	Organização institucional
	Monitoramento do déficit habitacional

Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social (2011)

no art. 137

A Lei Orgânica do Município de Farroupilha prevê que "o município promoverá programas de interesse social, destinados a facilitar o acesso da população à habitação, priorizando a regularização fundiária; a dotação de infraestrutura básica e de equipamentos sociais e a implantação de empreendimentos habitacionais".

Serão mostrados os programas executados, a partir da elaboração do PLHIS, como marco referencial do Planejamento Público para o Setor Habitacional em Farroupilha.

PROGRAMAS	RESULTADOS EFETIVADOS
Reduzir o déficit habitacional qualitativo	Entre os anos de 2011 e 2018, 851 famílias receberam auxílio de materiais de construção para realização de reformas nas unidades habitacionais. Entre os anos de 2011 e 2018 foram realizadas 341 Liberações de Cláusulas de contratos de loteamentos que haviam sido regularizados há mais de 10 anos. 2016/2017: regularização de 4 loteamentos com um total de 152 famílias beneficiadas. 2016: iniciado processo de regularização de mais de 5 loteamentos que beneficiará 162 famílias.
Reduzir o déficit habitacional quantitativo	2012: Construção de 240 apartamentos através do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV faixa 1. 2013: Construção de 49 unidades habitacionais através do Programa de Subsídio de Habitação de Interesse Social – PSH. 2017/2018: Implementação do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV faixa 1,5, para a construção de 220 apartamentos. 2017/2018: Construção de 06 unidades habitacionais na aldeia indígena – Santa Rita. Entre os anos de 2013 e 2018 foi realizado o cadastramento de 2.066 famílias com interesse de serem incluídas em programas habitacionais.
Prevenir o surgimento de novos núcleos habitacionais irregulares	Em fase de planejamento e elaboração de projetos a construção de 16 moradias, no bairro América, para o reassentamento de famílias moradoras as margens da Barragem Julieta/ CORSAN. Reuniões com órgãos de segurança, MP, ouvidoria com o objetivo de acordar o desenvolvimento de ações contínuas para evitar novas práticas de invasão. Criação do Decreto Municipal nº 6077, de 26/07/2016 que destina os materiais apreendidos Banco de Materiais e serão utilizados em programas habitacionais. 2017 a 2018: Instalação de 19 placas informativas identificando áreas públicas. 2º semestre de 2016 e final de 2018: foram inibidas mais de 106 construções. 2016: mapeamento das áreas com ocupações irregulares, onde foram identificados 5 pontos com maior concentração de moradias. 2017 e 2018 foram cadastradas 403 famílias residindo em áreas de ocupação irregular. A partir do mapeamento das áreas em 2016: realização de cadastramento e levantamento socioeconômico constante das famílias residentes nas áreas. Até o final de 2017, 261 famílias cadastradas. No ano de 2018 foram cadastradas 142 famílias.

O Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, além de beneficiar trabalhadores do meio urbano, beneficia também trabalhadores rurais e agricultores familiares dos municípios brasileiros. Em Farroupilha, o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares, em 2013, organizou o programa e, em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG/ RS), com a Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar (COOHAF), com a Prefeitura Municipal, a EMATER e a Caixa Econômica Federal, realizou o levantamento das demandas para encaminhar o projeto de construção de habitação para o meio rural.

Dividido em três grupos, cuja seleção dependia da renda da família agricultora – comprovada pela Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os beneficiários não poderiam ter casa própria ou tê-la sem condições de reforma, podendo financiar reforma ou ampliação de suas moradias. Nesse sentido, o Programa MCMV Rural, no segundo semestre de 2013, contemplou 14 famílias, cuja renda na DAP era menor que 15 mil reais ao ano e, portanto, enquadrando-se no Grupo 1, cuja casa construída era de 60m². Para esse grupo, o subsídio do governo federal foi de R$ 28.500,00 e a contrapartida da família foi de 4% sobre esse valor, além da mão de obra para a construção. Essas primeiras famílias contempladas residem em diferentes comunidades: Linha Amadeu e Linha 30, no 2º Distrito; Linha Ely, São João, Linha Muller, São Luiz e Linha Alencastro, no 3º Distrito; Linha Boêmios, no 4º Distrito; São Marcos e Caravaggio, no 4º Distrito.

Necessidades Habitacionais em Farroupilha

A taxa de urbanização de Farroupilha aumentou de maneira considerável nos últimos anos, como coletado pelo censo de 2010. Dos 63.641 habitantes levantados, 86,51% residiam em área urbana e 13,49% em perímetro rural.

(2010, p. 35)

Segundo informações no PLHIS, "a partir da entrada em vigor do Plano Diretor, em 2008, a área territorial do Município de Farroupilha aumentou em quatro vezes, para 11% do total do território".

O censo de 2010 também apontou uma estimativa de déficit habitacional qualitativo de 5.172 moradias e déficit habitacional quantitativo de 1.574 no Município de Farroupilha, sendo que tal abrangência do déficit quantitativo (rural e urbano) está no fato de que há diversas famílias em situação de coabitação familiar, isto é, soma das famílias conviventes secundárias e das que vivem em domicílios localizados em cômodos e que declaram intenção de constituir um novo domicílio.

Nesse sentido o déficit quantitativo habitacional de Farroupilha pode ser caracterizado como um déficit tipicamente urbano, com 97% correspondentes a situação de coabitação familiar e com um perfil de renda de até três salários mínimos (38%).

Estima-se que as necessidades habitacionais são um significativo componente por carência e/ou deficiência de infraestrutura urbana, onde somente 22% do déficit habitacional do município referem-se à necessidade de construção de novas moradias. Disso resulta que 78% do déficit qualitativo está associado à inadequação fundiária e à carência de infraestrutura urbana, como a falta de saneamento. Esse, ao lado da provisão de serviços básicos como rede geral de abastecimento de água encanada, rede geral de esgoto sanitário ou fossa séptica, iluminação elétrica e coleta de lixo são os principais problemas a serem resolvidos para a redução deste déficit.

Até o final de 2017 foram cadastradas 261 famílias residindo em áreas de ocupação irregular, que têm acesso a água e energia elétrica sob forma de ligações clandestinas. O cadastramento dessas famílias é constante, sendo que no decorrer do ano de 2018 já foram identificadas mais 142 famílias e estima-se que cerca de 700 ocupam, atualmente, áreas públicas. Ainda segundo informações do PLHIS, a estimativa da demanda habitacional futura em Farroupilha, até o ano de 2030, poderia ser definida mantendo se as atuais expectativas de crescimento populacional e a não ocorrência de alterações significativas no ramo do setor habitacional:

ANO	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS	DÉFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO (UHS)	DÉFICIT HABITACIONAL QUALITATIVO (UHS)
2000	55.308	16.013	1.075	3.736
2008	60.816	17.608	1.233	4.050
2009	63.375	18.349	1.284	4.220
2015	69.535	20.132	1.409	4.630
2020	75.167	21.763	1.523	5.005
2030	87.345	25.288	1.770	5.816

Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social (2012)

Quanto as famílias cadastradas no déficit habitacional do município entre o ano de 2013 e 2018, foram cadastradas no sistema de gestão da secretaria 2125 famílias com interesse de serem inseridas em programas habitacionais. A valorização de algumas áreas inflacionou os valores dos terrenos, mesmo nos bairros mais afastados do centro urbano ou onde há focos de pobreza. Este fato está gerando a segregação dos lotes entre famílias ou mesmo particulares, dificultando o acesso da população de baixa renda a imóveis próprios. Está ocorrendo um crescimento desordenado sobre a zona rural, fora da área de expansão urbana.

Visão de futuro | Objetivos

A necessidade de priorizar programas voltados para resolver a questão das necessidades habitacionais e a oferta de moradias adequadas para aqueles com renda mais baixa, deve ser reflexo para o planejamento governamental e nas três esferas da Política de Habitação de Interesse Social para os próximos anos.

É importante lembrar que os planos de ação relativos às demandas habitacionais para o Município de Farroupilha não devem ser entendidos como certezas absolutas, mas como hipóteses prováveis de resolução do problema, baseadas nas percepções da população, coletadas durante a Fase 1. Por isso, dependerá, ao longo de 20 anos, da população, dos sucessivos Governos Municipais, Estaduais e Federais e de instituições, empresas e corporações atuando para que o planejamento seja implementado.

PROJETAR OS PLANOS DE AÇÃO ORIUNDOS DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS COM A DEFINIÇÃO DE METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.

A gestão eficiente de governo e de empresas se faz em harmonia com as necessidades da sociedade em longo prazo e, dentro desse princípio, mudanças estruturais na população devem ser acompanhadas de perto pelos governos e empreendedores para que os planejamentos de políticas públicas e privadas se tornem ações eficazes.

A formulação de políticas e programas, sabe-se, atende a objetivos e planos previamente definidos. Nessa perspectiva, o Município de Farroupilha elaborou o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PLHIS (2011), onde foi realizado o diagnóstico mais recente para o setor, como descrito anteriormente.

Planos de Ação

A partir do diagnóstico e análises do setor, as demandas habitacionais identificadas e mensuradas no Município de Farroupilha foram divididas em eixos. São eles:

Eixo I – Gestão Habitacional e Desenvolvimento Institucional;

Eixo II – Requalificação de Aglomerados Subnormais;

Eixo III – Oferta e Provisão de Moradias – Reduzindo Déficit Quantitativo e Qualitativo;

Eixo IV – Regularização Fundiária.

Para cada um deles há objetivos específicos e as ações estratégicas para sua execução foram aperfeiçoadas e ampliadas, visando distribuí-las para os próximos 20 anos.

EIXO I GESTÃO HABITACIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Consolidação de estrutura institucional adequada visando ampliar a capacidade operacional na área habitacional, nas ações correspondentes à gestão do solo, no cumprimento da função social da cidade e da propriedade. 1. O Programa Cidades Sustentáveis oferece aos gestores públicos uma agenda completa de sustentabilidade urbana, um conjunto de indicadores associados a esta agenda e um banco de práticas com casos exemplares nacionais e internacionais como referências a serem perseguidas pelos municípios. (Fonte: https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional)	• Realizar estudo aprofundado da estrutura organizacional e administrativa do departamento de habitação para definição da estrutura apropriada ao atendimento das demandas do departamento; • Proceder à revisão/ elaboração da legislação que especifica áreas prioritárias para a construção de unidades habitacionais, categorias de uso Habitação de Interesse Social – HIS, bem como da legislação sobre ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, tal como previsto no PDDTI; • Proceder à elaboração da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária Urbana (REURB Municipal); • Revisar o PLHIS, com novos diagnósticos sobre a realidade habitacional do município e o respectivo plano de ação; • Documentar a experiência de projetos/programas/ações, com identificação e registro dos procedimentos seguidos, permitindo a avaliação sistemática, a difusão e eventual treinamento de técnicos que sejam agregados à equipe; • Ampliar e diversificar o quadro técnico do Departamento de Habitação com servidores efetivos, que opera em sua composição mínima, no momento, identificando perfil dos profissionais necessários para o atendimento da demanda do departamento; • Capacitar continuamente gestores, técnicos, conselheiros, agentes públicos e privados para atuação, execução e monitoramento, vinculando as ações de capacitação aos processos de planejamento, implementação e avaliação dos programas e projetos da Política Habitacional; • Estruturar banco de dados da habitação, com a caracterização da população e registro da demanda habitacional do município para subsidiar a elaboração e a implementação dos projetos habitacionais do poder público; • Consolidar/regulamentar/adquirir instrumentos de gestão, implementando (entre outros) *software* de georreferenciamento integrado e acessível às secretarias envolvidas na política habitacional, urbana e fundiária; • Adesão ao Programa Cidades Sustentáveis[1]; • Consolidar o trabalho técnico social, estabelecendo diretrizes e estratégias para o monitoramento do mesmo, nos empreendimentos e intervenções habitacionais realizados pelo poder público municipal, tanto em caso de execução direta ou indireta.
II. Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHI fortalecido, capacitado sobre conteúdos do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, de suas atribuições para o controle social.	• Realizar conferência municipal a cada quatro anos, em concomitância às conferências estadual e nacional convocadas pelo Conselho Nacional das Cidades; • Revisar legislação atual sobre o CMHI no que se refere a sua operacionalização, competências, representatividade e monitoramento do PLHIS; • Qualificar e regulamentar o CMHIS (Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social) como órgão de cogestão da política habitacional, tendo seus conselheiros cientes de suas atribuições e das exigências de implementação e monitoramento do PLHIS; • Promover informação, divulgação e conhecimento a população farroupilhense sobre as funções e importância do CMHI, publicizando reuniões, ações e canais de comunicação/consulta/denúncias mais eficientes.

III. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS efetivado como instrumento central da política municipal e receptor dos recursos oriundos dos orçamentos municipal, estadual e federal, destinados à política habitacional; das contribuições (quando for o caso) dos beneficiários dos programas implementados; e de outras origens como os recursos a serem obtidos com a regulamentação e aplicação dos instrumentos urbanísticos incluídos no Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial Integrado – PDDTI; com regulamentação revisada no que se refere a sua operacionalização.	• Fundo Municipal fortalecido, efetivado e contribuindo na viabilização das ações da política de HIS, com canal de financiamento da mesma; • Previsão legal de percentual mínimo, obrigatório, do orçamento anual municipal para a política de habitação de interesse social; • Repasse financeiro regular, programático e adequado às metas de atendimento propostas, articulando recursos federais, estaduais e de complementação do município; • Revisar legislação atual sobre o FMHIS; • Promover informação, divulgação e conhecimento a população farroupilhense sobre as funções, operacionalidade e formas de cofinanciá-lo.
AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS efetivado e atuando para o processo permanente, participativo e transparente de implementação e monitoramento das ações da política habitacional, incluindo sistema de informações.	• Melhorar a capacidade de gestão dos projetos e programas habitacionais; • Elaborar e implementar Sistema Municipal de Informações Habitacionais (SMIH); • Acompanhar os resultados da política habitacional e das metas estabelecidas no PLHIS; • Formatação e implementação gradativa dos bancos de dados que vão sendo construídos e atualizados com a implantação dos programas, com o monitoramento do quadro de déficit, e com o conjunto de cadastros elaborados como instrumentos de gestão da demanda, do acesso a terra, dos beneficiários; • Unificar dados sobre os assentamentos subnormais do município; identificar áreas ociosas inutilizáveis públicas (municipal/estadual/união/ou sob cedência) e privadas para fins de habitação de interesse social e/ou equipamentos públicos; classificá-los como assentamento consolidável/ consolidáveis/não consolidáveis; atualizar estes dados e migrá-los para o software de georeferenciamento, fazendo o uso regular e adequado desta plataforma eletrônica.
II. Atuação integrada com a implementação dos programas e ações da habitação articulados às demais políticas sociais, ambientais e urbana, e a formalização das instâncias para esta integração.	• Conceber a política de habitação de interesse social integrada à política de desenvolvimento urbano articulando-a às políticas fundiária, de infraestrutura e saneamento ambiental e de mobilidade e transporte, de forma a garantir a inclusão cidadã; • Apoiar a atualização da legislação de parcelamento e de controle do uso e ocupação do solo com base no Estatuto da Cidade, estabelecendo mecanismos de regulação da ação do mercado nas cidades, inclusive para as áreas especiais de interesse social; • Capacitar continuamente gestores, técnicos, conselheiros, agentes públicos e privados para atuação, execução e monitoramento, vinculando as ações de capacitação aos processos de planejamento, implementação e avaliação dos programas e projetos da Política Habitacional; • Romper com a fragmentação e setorização das ações, principalmente, entre as políticas de planejamento urbano, habitação, infraestrutura/obras, meio ambiente, mobilidade e transporte, saneamento ambiental, propiciando uma intervenção integrada e ágil no atendimento das demandas, na otimização de recursos humanos e financeiros, assim como aproveitando a estrutura existente de todas as secretarias envolvidas.

III. Parceria público-privado na produção da Habitação de Interesse Social – HIS fortalecidas, qualificadas e regulamentadas, especialmente no que se refere às relações com movimento organizado quando ocorre repasse de recursos na forma de terra urbana, obras e/ou investimento.	• Capacitar e regulamentar as parcerias para produção de HIS (Habitação de Interesse Social) pelos setores privados, movimento organizado e demais empreendedores sociais; • Incentivar/ser apoiador à constituição/fortalecimento de cooperativas, associações de moradores com a finalidade de organizar empreendimentos de caráter solidário e reunir a demanda; • Viabilizar os instrumentos operacionais e administrativos para a gestão da política de HIS, e mais especificamente, os instrumentos da promoção das parcerias (cadastro de terras, banco de projetos, cadastro da demanda, legislações específicas, entre outros).
AÇÕES DE LONGO PRAZO 2033 – 2040	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Plena aplicação dos pressupostos e instrumentos previstos no Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial Integrado do Município de Farroupilha – PDDTI, em especial para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.	• Modernização do controle urbanístico e agilização de procedimentos para aprovação de projetos e empreendimentos habitacionais e de parcelamento do solo; • Propiciar as condições para o acesso dos agentes públicos ao arcabouço técnico-informacional necessário ao desempenho do seu papel, com ênfase em levantamentos e constituição de bases cartográficas e criação e atualização de sistemas de informação; • Tornar as ruas, praças, escolas, parques, jardins, postos de saúde, museus, rios espaços para as pessoas e não para a especulação imobiliária; • Fazer cumprir com rigor a função social da propriedade, aplicando todas as medidas legais e judiciais para o aproveitamento de áreas já consolidada e ociosas (públicas e privadas), principalmente para moradia, equipamentos comunitários, parques, praças.
II. Tornar Farroupilha uma cidade inclusiva, participativa e socialmente justa.	• Garantir a todos os munícipes o direito à terra urbana com preço acessível; • Produzir moradias bem localizadas, especialmente para a população mais pobre, em condições de habitabilidade com disposição de saneamento, infraestrutura urbana, acesso ao transporte e aos serviços públicos; • Melhorar a distribuição das pessoas e atividades em espaços seguros, aproximando os locais de moradia dos locais de trabalho, lazer e dos equipamentos de saúde e educação; • Melhorar as condições de vida nos assentamentos precários e irregulares; • Ampliar e diversificar o sistema de transporte público com rotas em todos os bairros da cidade.
III. Participação efetiva da sociedade farroupilhense na condução da política de habitação de interesse social.	• Criação de Fórum Municipal de usuários e entidades ligadas ao tema da habitação, de sobremaneira, com participação de moradores residentes nas áreas de interesse social e participantes de movimentos populares de defesa de direitos; • Fomentar a democracia participativa por meio dos instrumentos legais.
EIXO II REQUALIFICAÇÃO DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS	
AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Executar a gestão do solo, a partir de uma visão sustentável e integrada da ocupação do território, por meio da cooperação entre agentes públicos e privados e a corresponsabilidade das esferas governamentais no atendimento às demandas habitacionais.	• Eleger, comissões de moradores, residentes próximas as áreas/terrenos públicos não edificáveis, para colaborarem no processo de monitoramento e controle das mesmas, com vistas a prevenir ocupações irregulares de famílias; • Desenvolver ações de orientação e informação junto aos proprietários de terras particulares sobre suas áreas desocupadas, visando prevenir ocupações irregulares; • Concluir processo de cadastro e selagem das moradias irregulares em áreas de risco não regulável – sob rede de alta tensão, linha férrea, rodovias, preservação ambiental, alta declividade, promovendo ação continuada junto ao Conselho Municipal de Habitação para discussão das situações identificadas; • Revisão permanente do Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e outras legislações correlatas.

II. Possibilitar o exercício pleno do direito à cidade por meio de ações que promovam o acesso integral à infraestrutura urbana permitindo a inclusão socioespacial das famílias.	• Liquidar todas as pendências, que seja de âmbito técnico/administrativo/financeiro, para a conclusão de obras de infraestrutura, saneamento, regularização fundiária, reassentamento de famílias referente as frentes de trabalho, em andamento até o ano de 2019, no Departamento de Habitação: Vila Esperança, Residencial Vida Nova (América), Barragem da Julieta, Industrial (áreas de risco – alta tensão, APP e linha férrea); • Executar, via recursos próprios ou oriundos de fontes externas (governos federal/estadual, financiamentos internacionais) o projeto de Requalificação Urbana do Bairro Industrial, que consiste no reassentamento das famílias no mesmo local, com qualificação urbana (infraestrutura, pavimentação, criação de espaços públicos) e construção de habitações de interesse social, em lotes regulares; • Promover a permanência e sustentabilidade das famílias nas novas moradias de reassentamento/melhorias habitacionais e regularização fundiária, contribuindo com a inclusão socioespacial das populações reassentadas, por meio de ações de melhorias sociais focadas em saúde, educação, geração de trabalho e renda/inclusão produtiva, educação ambiental e patrimonial; desenvolvimento local com inclusão dos residentes em grupos organizados de representação e defesa de direitos; • Promover a participação popular: buscar a participação dos moradores na elaboração do diagnóstico e das propostas e estratégias de intervenção.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Redução das situações de risco através da realocação das famílias e/ou implantação de obras de drenagem urbana e consolidação dos planos emergenciais e contingenciais – com Estado e Município atuando de forma qualificada para a prevenção, na mitigação dos efeitos de eventos climáticos e no controle do território não ocorrer novos aglomerados subnormais.	• Unificação das ações para promover processos de inclusão social, rompendo com a abordagem setorial, buscando a articulação institucional, e a concentração espacial de diversos programas setoriais como habitação, educação, saúde, garantia de renda, desenvolvimento econômico, entre outros; • Fomento/colaboração/apoio na construção do Plano Municipal de Redução de Risco Geológico de Farroupilha PMRR; • Construção de fluxos de identificação, monitoramento e ação emergencial junto a Defesa Civil, Brigadas e Corpo de Bombeiro para situações de desastres, calamidade pública, sinistro; • Elaboração de projetos de trabalho social e de arquitetônico/físico de obras para todas as áreas de assentamento subnormal, de modo que, na ocasião de liberação/existência de recursos federal e estadual e/ou organismos internacionais/privados, possam ser apresentados em tempo hábil com as devidas atualizações e ajustes; • Viabilizar o reassentamento de todas as famílias residentes em áreas de risco e assentamentos precários, cujas áreas não permitam a permanência das famílias no local por razões físicas, ambientais ou judiciais, em novas áreas legalizadas e estruturadas adequadamente; • Viabilizar o reassentamento no interior do próprio núcleo, avaliando-se para isso as condições e possibilidades físicas, ambientais e legais, e a relação custo-benefício; • Viabilizar, nas áreas em que serão construídos os novos empreendimentos habitacionais, o acesso a equipamentos públicos básicos (unidades de saúde, escolas, creches), garantir o acesso aos espaços de convivência social e a implantação de infraestrutura mínima necessária: saneamento ambiental (abastecimento de água potável; escoamento de águas pluviais; coleta e tratamento de esgoto; limpeza urbana; manejo de resíduos sólidos), fornecimento de energia elétrica domiciliar, energia elétrica pública, abertura e pavimentação de vias públicas e sistema de transportes; • Impor que as remoções/deslocamentos involuntários de famílias, por razões de risco iminente ou por intervenções de obras de interesse social, somente ocorram quando forem garantidas que as medidas compensatórias de reposição habitação estejam finalizadas e/ou, o órgão responsável, viabilize o alojamento provisório em forma de aluguel social ou outro benefício eventual, com previsão legal do tempo mínimo para tal; • Realizar ações socioeducativas preventivas conjuntas, por meio dos departamentos de habitação, meio ambiente, urbanismo, defesa civil e assistência social, para a conscientização das famílias residentes em ocupações irregulares, a fim de evitar a ampliação das áreas ocupadas; • Monitorar permanentemente as áreas públicas ocupadas, a fim de prevenir ocupações irregulares mantendo atualizado o cadastro de famílias residentes em assentamentos precários e em áreas de risco, juntamente, com outras secretarias e órgãos corresponsáveis por estas áreas.

AÇÕES DE LONGO PRAZO 2033 – 2040	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Integrar os assentamentos subnormais a cidade provendo-os padrões urbanísticos e fundiários de uma cidade formal, de forma que garanta seu acesso aos equipamentos e serviços públicos com padrões mínimos de qualidade urbana e ambiental.	• Tornar as cidades e os assentamentos subnormais humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; • Monitorar continuamente as áreas de risco ocupadas e dos aglomerados subnormais por meio da atualização cadastral das famílias, entrevista domiciliar, visitas técnicas para atualização dos processos, cruzamento de dados, georreferenciando-as para o acompanhamento e inclusão daquelas na política municipal de habitação; • Viabilizar o reassentamento de todas as famílias residentes em assentamentos subnormais consolidadas e consolidáveis, cujas áreas permitam a permanência das famílias no local por razões físicas, ambientais ou judiciais, em novas áreas legalizadas e estruturadas adequadamente; • Aprimorar os processos de manutenção das áreas e equipamentos públicos em assentamentos urbanizados; • Recuperar o meio ambiente compreendendo o assentamento subnormal como "passivo ambiental" oriundo de antigos processos sociais de exclusão urbana e social e promover ações que combinam a recuperação ambiental com melhoria das condições de moradia, consolidando sempre que possível à população no local; • Consolidação e qualificação dos assentamentos informais e precários, com o poder público estabelecendo o planejamento e definido prioridades e estratégias de intervenção; • Melhorar as condições de habitação da população reconhecendo a necessidade de articular intervenções de urbanização com programas de produção de novas moradias, ou de melhorias habitacionais, buscando sanar problemas de inadequação por insalubridade, risco ou excessivo adensamento.
EIXO III OFERTA E PROVISÃO DE MORADIAS – REDUZINDO DÉFICIT QUANTITATIVO E QUALITATIVO	
AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Viabilizar a Provisão Pública de HIS (Habitação de Interesse Social) e as parcerias com demais agentes para atendimento da Demanda Habitacional e para a qualificação do produto final e do empreendimento.	• Produção e oferta habitacional de qualidade, regular, adequada às necessidades da demanda, e bem localizada; • Ações de parceria e do fomento à produção privada e social da HIS que potencializam o financiamento público disponibilizado na esfera federal (como o programa Minha Casa Minha Vida) para empreendedores privados e do movimento organizado como Cooperativas Habitacionais; • Promoção de ações complementares que visam ao desenvolvimento social das comunidades beneficiadas e à sustentabilidade dos empreendimentos realizados; • Construir conjuntos habitacionais populares com qualidade, adequados à realidade da população, tendo como princípios norteadores a configuração familiar, hábitos culturais, trabalho e renda através de convênios com os governos federais e estaduais, recursos próprios e ou parcerias público-privado; • Produzir unidades habitacionais de interesse social para atendimento do déficit básico podendo oferecer subsídio parcial e/ou integral; • Manutenção dos dados referentes à demanda.
II. Projeto de Qualificação do Cadastro Habitacional.	• Revisar e ratificar os critérios para a priorização do ingresso de famílias em Programas Habitacional e dar publicidade aos atos; • Sistematizar informações existentes no cadastro do Departamento de Habitação, cadastro imobiliário e Cad-Único e avaliar estratégias de complementação para a finalidade de subsidiar os programas habitacionais; • Formatar o banco de dados para caracterização e estratificação da demanda HIS e consolidar o Cadastro da Demanda Habitacional do Município; • Formatação do cadastro dos Beneficiários dos Empreendimentos habitacionais.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Ações de desenvolvimento com promoção e qualificação das áreas de Habitação de Interesse Social – HIS com otimização da infraestrutura existente, produção de HIS em área mais centrais – miscigenação do uso do solo para diversificação.	• Constituição de cadastro de terras aptas para Habitação de Interesse Social HIS como instrumento de manejo e gestão indutora da produção social e privada da Habitação de Interesse Social – HIS e vincular à ação continuada de gravame de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS; • Garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos programas habitacionais capacitando os moradores para o controle social na qualidade dos serviços de manutenção e de saneamento prestados; • Estruturação dos grandes setores pouco ocupados, mediante ações indutoras da expansão urbana e da localização de novos empreendimento; • Estabelecer rotinas especiais de análise para a aprovação de projetos habitacionais; • Realizar concurso público e/ou convênio com universidades para desenvolvimentos de tipologias habitacionais; • Aprovar projetos selecionados constituindo modelo/referências para implantações.
II. Atender a demanda habitacional em especial aquela relativa ao déficit habitacional do município por meio de parcerias com as esferas federal, estadual, municipal e iniciativa privada.	• Induzir, viabilizar a produção de HIS por agentes privados e sociais, na continuidade dos projetos MCMV-FAR e MCMV-E e/ou financiamentos futuros, visando o atendimento da demanda por nova moradia correspondente a parcela do déficit e demanda futura; • Ser o agente facilitador e indutor da produção de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP).

AÇÕES DE LONGO PRAZO 2033 – 2040	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Zerar o deficit habitacional do município que consiste na ocupação irregular, coabitação e aluguel oneroso.	• Garantir o atendimento às necessidades habitacionais do conjunto da população; • Promoção da sustentabilidade das ações da política através da melhoria socioeconômica dos beneficiários dos programas e sua completa inserção e adaptação às novas condições de moradia; • Destinar imóveis públicos vazios e ociosos, assim como aqueles particulares adquiridos por desapropriação com pagamento em títulos; conforme previsto no Estatuto das Cidades para redução do déficit habitacional.
II. Assegurar às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto de construção e melhoria de suas moradias, por meio de projetos.	• Realizar levantamento e avaliação sócio habitacional das famílias potencialmente beneficiárias dos projetos de assistência técnica; • Criar e manter cadastro de famílias potencialmente beneficiárias dos programas de assistência técnica; • Realizar trabalho multidisciplinar envolvendo as equipes técnicas atreladas ao segmento habitacional nas áreas social, arquitetura, urbanismo e engenharia, para apoiar os programas desenvolvidos com foco na população de interesse social; • Prover assessoria técnica pública e gratuita para projetos de construção e melhorias de habitação de interesse social; • Criar linha de financiamento público para concessão de crédito facilitado às famílias de 0 a 5 salários mínimos, residentes em moradias consideradas inadequadas, para realização de reformas com vistas à melhoria das condições de habitabilidade, com a consequente redução do déficit habitacional neste quesito; • Participação de voluntários em mutirões de reformas, oficinas e capacitações; grupos voluntários de empresas (voluntariado corporativo) ou voluntários individuais.

EIXO IV REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Promoção da Regularização Fundiária e Urbanística da Cidade.	• Elaborar a Política Municipal de Regularização Fundiária com base nos dispositivos da REURB (lei federal nº 13.465/2017); • Finalizar as ações de regularização fundiária para os assentamentos que estiveram em desenvolvimento até o ano de 2019; • Mapeamento da totalidade da demanda por regularização fundiária de interesse social com o planejamento das ações e das estratégias de implementação; • Contratação das obras, programação dos reassentamentos e da regularização plena dos assentamentos da intervenção; • Promover maior integração entre as equipes de habitação, desenvolvimento e controle urbano, capacitando os técnicos desses setores nos temas estratégicos de forma a permitir a agilidade dos processos de regularização; • Simplificar o processo de licenciamento no âmbito local, agilizando os registros cartoriais através da articulação de outras esferas de governo e instâncias de poder, legislativo e judiciário, buscando eliminar obstáculos que impeçam ou dificultam o processo de regularização fundiária.
AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Promoção da Regularização Fundiária e Urbanística da Cidade.	• Realizar o mapeamento de áreas que estão em potencial risco de desapropriação, no intuito de prevenir remoções forçadas no futuro; • Criar ferramentas que garantam defesa pública para famílias vulneráveis envolvidas em conflitos de terra urbana, além de garantir que instrumentos públicos sejam utilizados na defesa destas famílias vulneráveis e que o poder executivo seja o principal ator dessa ação; • Proceder elaboração de Mapa de Conflitos Fundiários Online que permite localizar e dar destaque aos conflitos fundiários que acontecem no município, para que seja possível construir um banco de dados coletivo sobre comunidades e ocupações em situação de vulnerabilidade, onde qualquer pessoa pode denunciar um conflito em alguma comunidade da cidade; • Estabelecer um conjunto de padrões e critérios mínimos, que permita a adoção de procedimentos de controle urbano em áreas urbanizadas e em processo de regularização, criando acordos e procedimentos entre os setores de habitação, controle urbano, cadastro fiscal e imobiliário, assuntos jurídicos e procuradoria municipal.
AÇÕES DE LONGO PRAZO 2033 – 2040	
OBJETIVOS	**AÇÕES ESTRATÉGICAS**
I. Promoção da Regularização Fundiária e Urbanística da Cidade.	• Garantir escrituração de todos os lotes dentro do município, tornando regular a situação de todos os loteamentos; • Fiscalizar e garantir que as áreas institucionais e de preservação ambiental sejam respeitadas, bem como a conscientização da população quanto a importância da aquisição do imóvel regular; • Executar a gestão do solo, a partir de uma visão sustentável e integrada da ocupação do território, por meio da cooperação entre agentes públicos e privados e a corresponsabilidade das esferas governamentais no atendimento às demandas habitacionais.

Considerando a situação atual, os principais desafios para que esses planos sobre a visão de futuro do setor sejam colocados em prática são:

- Burocracia em processos administrativos;
- Comunicação ineficiente com os diferentes estratos da população;
- Pequena participação social no acompanhamento da gestão municipal;
- Escassez de dados e informações sobre a gestão pública;
- Utilização limitada de tecnologias da informação e comunicação;
- Deficiência nos modelos e ferramentas de gestão;
- Ausência de uma cultura de planejamento de longo prazo;
- Visão preconceituosa, por parte da sociedade, frente à parcela residente em assentamentos precários.

Projeto RUBI – Revitalização Urbana do Bairro Industrial

SAÚDE

Apresentação

Diante da realidade atual e das perspectivas sociais impostas, é evidente a necessidade de realizar o planejamento de ações estratégicas para a garantia do alcance de bons resultados. O futuro da saúde no Município de Farroupilha, como em todo o Brasil, depende de ações que ampliem o Sistema Único de Saúde (SUS), melhorando a qualidade dos serviços prestados e garantindo mais especialidades, procedimentos e a oferta de um atendimento eficaz e humanizado.

Neste subeixo, disporemos as informações de modo a informar o contexto atual da Saúde em Farroupilha, aliado ao que conhecemos da situação brasileira como um todo, juntamente à coleta de dados feita pelo grupo de trabalho. Ela compreende dados qualitativos e quantitativos, bem como sobre encontros realizados tendo a saúde como temática. Após isso, teremos como foco o futuro da saúde em Farroupilha, evidenciando nossa visão e próximos passos, explicitando planos de ação para os variados setores do ponto de vista da saúde e para cada ciclo vital do ser humano. Temos também planos para a Vigilância Sanitária, para a Vigilância Epidemiológica e para a saúde Animal. Com isso, temos a intenção de fazer de Farroupilha um município no qual **a população é protagonista de seus próprios cuidados**.

Como é hoje?

Há uma necessidade de adaptação da oferta de serviços para o perfil populacional, que estará se apresentando ao longo de 20-40 anos, levando em consideração a perspectiva de um aumento populacional no município, o que exige

ampliação de oferta de serviços em saúde, envelhecimento da população e perfil de adoecimento.

Notamos crescimento populacional em Farroupilha, como mostra o gráfico a seguir, além do aumento da população devido a migrantes advindos de várias partes do Estado e do Brasil, os quais vêm em busca de melhores condições de vida ou mesmo outras oportunidades. Como consequência dessa situação, a infraestrutura em saúde disponível hoje logo necessitará de ampliação para que a população possa ter o devido acesso.

Coleta de dados

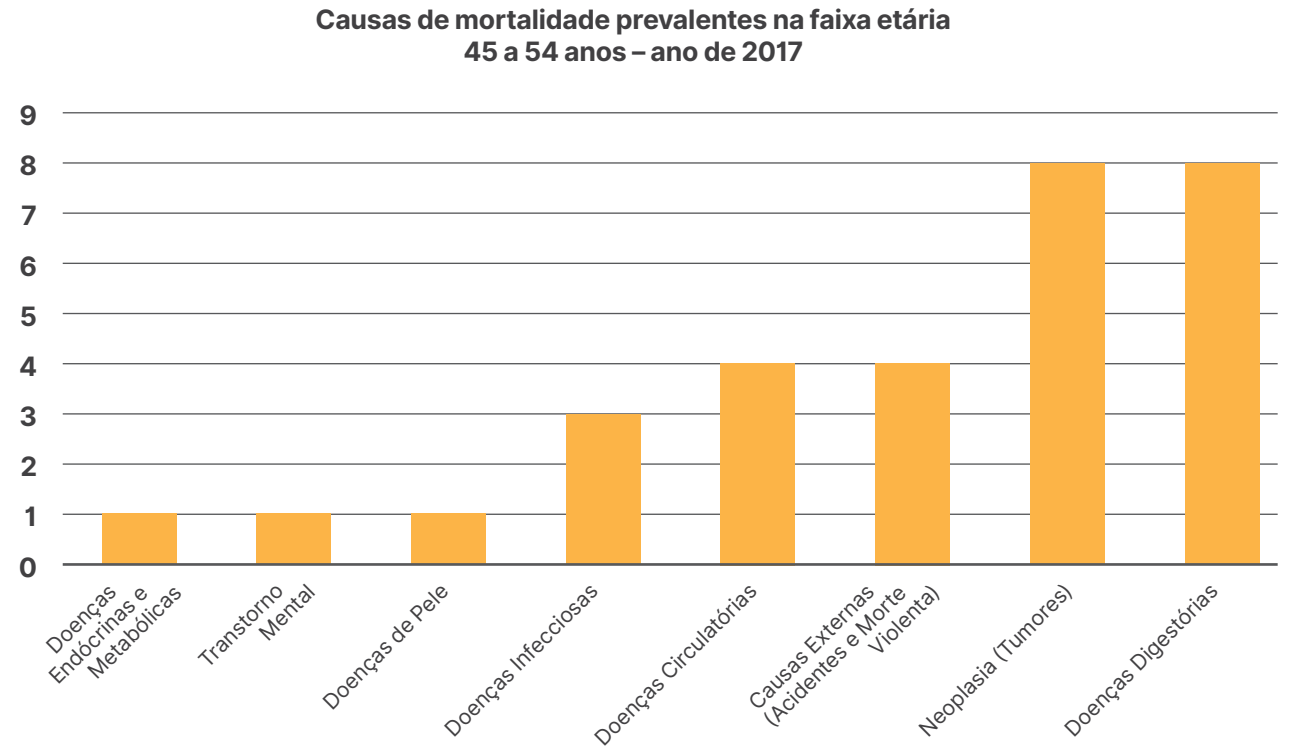
Temos assistido ao aumento da longevidade, ou seja, a população brasileira tem vivido cada vez mais. Esse fenômeno nacional vem trazendo várias demandas para o setor da saúde, tais como a necessidade de um maior acompanhamento em relação às doenças crônicas e a necessidade de ambientes de cuidado ao idoso que possui maior grau de dependência e não possui cuidador familiar.

A qualificação da atenção primária é vista como um fator muito positivo para a manutenção adequada da saúde de uma população. Isso porque o investimento em prevenção e promoção da saúde gera economia em relação aos tratamentos curativos de maior complexidade. Sendo assim, é necessário desenvolver a eficiência em serviços de baixa complexidade e implementar tecnologia em serviços de alta complexidade.

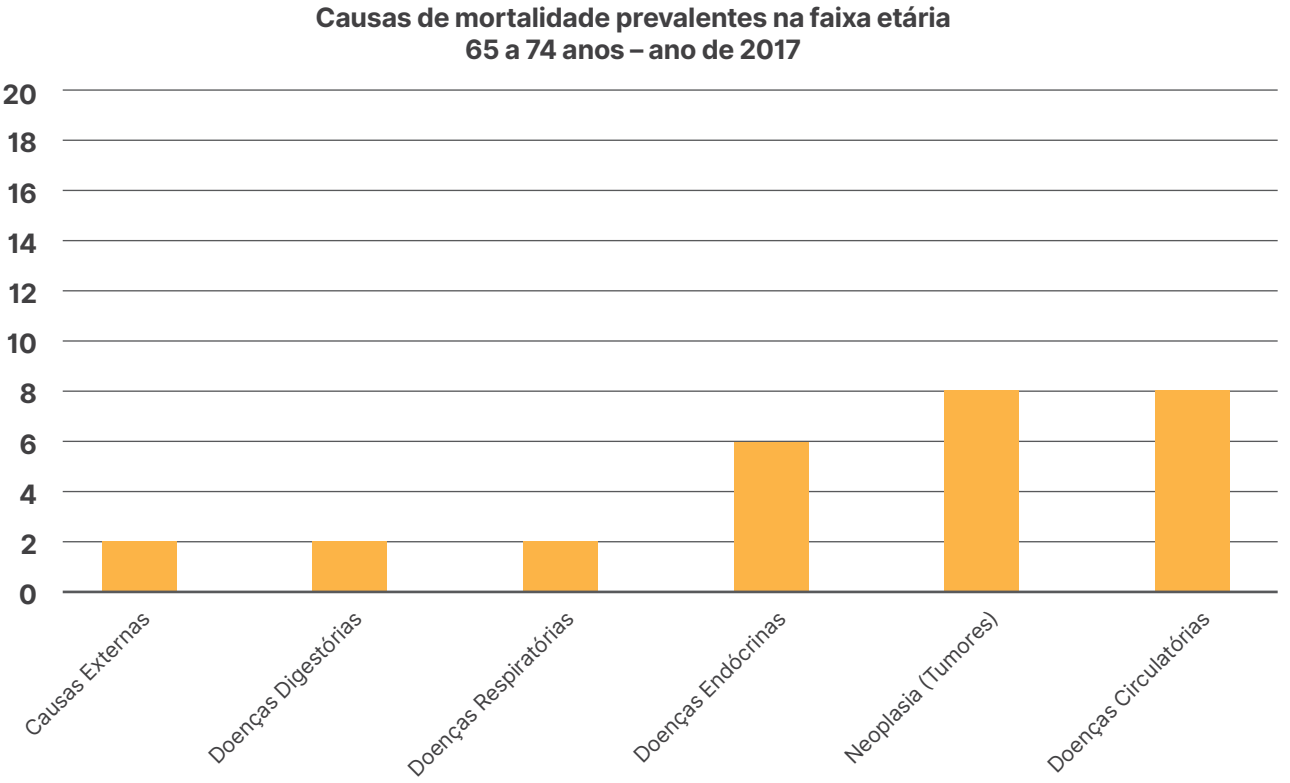
É possível verificar, através de ampla literatura, os inúmeros benefícios que um sistema que envolva esses serviços pode promover, estando bem estruturado e interligado com os níveis superiores (Engstrom et al., 2001). Nesses benefícios estão incluídos melhores resultados de saúde (Forrest e Starfield, 1996; Starfield, 1998), atenção maior na prevenção e na detecção precoce de problemas de saúde (Shea et al., 1992), redução de mortalidade por todas as causas (Shi, 1992; Villalbi et al., 1999), redução das re-hospitalizações (Weinberger et al., 1996), e as consultas com especialistas (Woodward et al., 2004), o que induz um menor uso de serviços de emergência e melhora a detecção de fatores adversos de intervenções médicas (Kravitz et al., 2004). Os Sistemas de Informação permitem monitorar e aperfeiçoar a performance pelas equipes assistenciais. Aumentam a eficiência, otimizam o uso de recursos, desestressam o sistema, melhoram a qualidade da informação que chega aos profissionais, orientam e engajam pacientes e ajudam na prevenção.

A temática ligada à humanização do atendimento em saúde mostra-se relevante no contexto atual, uma vez que a atenção e o atendimento no setor saúde, calçada em princípios como a integralidade da assistência, a equidade e a participação social do usuário, dentre outros, demandam a revisão das práticas cotidianas com ênfase na criação de espaços de trabalho menos alienantes que valorizem a dignidade do trabalhador e do usuário.

No Município de Farroupilha, nos últimos anos, é observado um aumento no índice de depressão e de tentativas de suicídio. Essas situações tem se exacerbado em todas as fases do ciclo vital. É preciso desenvolver um olhar frente a esses índices. Observa-se que a taxa de óbitos por lesões auto provocadas fica em terceiro lugar, juntamente com acidentes em geral classificados como causas externas de mortalidade.



Esse gráfico demonstra a prevalência de mortalidade por doenças do aparelho digestivo, em segundo, por neoplasias e, em terceiro, por causas externas da faixa etária de 45 a 54 anos, no ano de 2017 no Município de Farroupilha.



Esse gráfico demonstra a prevalência de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, seguidas por neoplasias e, em terceiro, por doenças endócrinas e metabólicas da faixa etária de 65 a 74 anos, no ano de 2017 no Município de Farroupilha.

Levando em consideração que as doenças circulatórias lideram a causa de morte em nosso município, existe a necessidade de investir em ações para prevenção da incidência de doenças, como a hipertensão, a obesidade e o sedentarismo. De uma forma geral, pode-se observar alteração no perfil nutricional devido ao acesso mais facilitado a alimentos ultraprocessados e à diminuição da prática de atividades físicas.

Para a implementação desse projeto foi considerada a revisão de literatura sobre os diversos temas relacionados à saúde, além da realização de atividades objetivando a participação popular.

1. Conferência Municipal de Saúde:

A Conferência Municipal de Saúde foi realizada no dia 12 de abril de 2019, tendo como tema principal "DEMOCRACIA E SAÚDE" e seus eixos: I – Saúde como Direito; II – Consolidação dos Princípios do SUS; III – Financiamento adequado e Suficiente SUS. As diversas demandas resultantes desse encontro também estarão compondo o Plano 2020-2040.

2. Reuniões com o Conselho Municipal de Saúde:

Com o objetivo de discutir o projeto e implementar o plano de ação foi realizada uma sequência de discussões com o Conselho Municipal de Saúde nos meses de abril, maio e junho de 2019.

3. Encontro Público: Saúde, Farroupilha no século XXI

O Encontro ocorreu no dia 27 de junho de 2019, no auditório da CICS, e contou com a participação de mais de 100 pessoas. Foi um momento relevante do plano com foco na implementação da tecnologia na atenção em saúde, fortalecimento da atenção primária e autonomia do sujeito em relação à própria saúde. O médico especialista em Medicina de Família e Comunidade Elson Romeu Farias, que atua na Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, foi o painelista da noite. Além de interagir com o público de várias maneiras, trouxe bons exemplos de como Farroupilha pode inovar e melhorar seus planos na área da saúde nos próximos vinte anos.

Entre as suas sugestões, está a criação de um cadastro de todas as pessoas do município para que, no momento de internação ou consulta, os médicos tenham acesso a todo o histórico de saúde e propensões a doenças crônicas do paciente. "Imagina, ter todas as informações necessárias sobre a saúde de cada pessoa em uma tabela de Excel? Isso é integração e modernização da saúde", declarou.

Durante o evento, a comunidade foi convidada a se manifestar, respondendo um breve questionário sobre o tema, e interagir com o palestrante por meio de um *quiz*. "Para uma saúde do século XXI, digo que não podemos ser apenas transcritores de receitas, devemos ser médicos e atender a cada pessoa de maneira individual, respeitando suas particularidades", complementou o palestrante.

A integração dos setores do município também foi assunto durante a palestra. Entre suas falas, Farias questionou se a cidade oferece calçadas para uma boa caminhada. "Com essa integração, a saúde conversa com os demais setores. O município oferece mais qualidade de vida aos munícipes, que por consequência, ganham mais saúde".

Em todas as etapas do projeto, o Município de Farroupilha tem como objetivo maior priorizar o atendimento humanizado e qualificado em todas as fases dos Ciclos Vitais, pois passar por todas as fases do Ciclo Vital é uma experiência natural da maioria dos indivíduos e compreende-se que alguns aspectos são essenciais para um desenvolvimento mais saudável e para a ampliação da qualidade de vida.

Durante a coleta de dados com a participação dos grupos de trabalho e da comunidade, vários aspectos referentes à saúde humana foram discutidos.

Vale lembrar que cuidar da saúde é responsabilidade da própria pessoa e requer iniciativa. Cada vez mais, os indivíduos terão um papel decisivo na adoção de um estilo de vida que reconheça o valor dos ativos ambientais e sociais, promova a qualidade de vida e previna fatores de risco. Assim, nosso papel enquanto gestão é contribuir para que a população assuma o protagonismo em relação ao seu próprio bem-estar, por meio da educação em saúde e na promoção de ações que estimulem a promoção da saúde das pessoas, tornando a saúde sustentável.

A saúde sustentável trata de colocar o indivíduo como protagonista no seu cuidado, estimulando-o a desenvolver hábitos de vida saudáveis para a prevenção de doenças e também garantindo a melhoria da sua qualidade de vida em todas as fases do seu ciclo vital, em especial na fase adulto-idoso. Nesse âmbito, fortalecer a atenção básica é fortalecer o vínculo entre indivíduo, família e unidade básica de saúde, no intuito de oferecer a ele ferramentas que garantam a melhoria da sua qualidade de vida, o cuidado integral da sua saúde, com ações próximas à sua comunidade, como, por exemplo, o fortalecimento dos grupos de convivência no seu bairro e também dos grupos de atenção em saúde onde se prima pelo esclarecimento de dúvidas e orientação da população quanto a hábitos de vida para melhoria da sua qualidade.

Visão de futuro

Implementar estruturas em saúde que contemplem, além da tecnologia e da acessibilidade, um acolhimento humanizado, que leve em consideração a subjetividade de cada pessoa em sua totalidade.

Unidade de Saúde da Família 1º de Maio I e II

PLANEJAR A SAÚDE DE NOSSA COMUNIDADE COM RESPEITO, AMOR, CARINHO E RESPONSABILIDADE PARA OS PRÓXIMOS ANOS.

Objetivos

O nosso objetivo geral do subeixo de Saúde é planejar ações sistemáticas que garantam a melhoria da qualidade dos serviços de saúde no Município de Farroupilha. Com a modernização tecnológica, é possível transformar o sistema de saúde. A estratégia e-SUS Atenção Básica traz o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), ou seja, o registro dos atos de cuidado e o acompanhamento da saúde dos usuários do serviço para os profissionais e organização da agenda da equipe. Para que funcione a contento, o PEC precisa de um amparo estrutural com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), de estrutura de informatização (computadores) e conectividade mínima (internet). No Município de Farroupilha, o sistema de PEC já foi implantado desde 2018, mas precisamos avançar ainda mais para um sistema que garanta o total controle das dinâmicas dos serviços de saúde. A educação permanente em saúde constitui uma estratégia fundamental às transformações do processo de trabalho na saúde, direcionando-a a se tornar locus de atuação crítica, reflexiva e propositiva.

Diretrizes do SUS

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados, contratados ou conveniados, que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) devem ser desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

I. Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II. Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos,

Hospital São Carlos

exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

III. Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

IV. Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

V. Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;

VI. Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

VII. Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

VIII. Participação da comunidade;

IX. Descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:

a) Ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;

b) Regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;

X. Integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;

XI. Conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;

XII. Capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência;

XIII. Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

A Atenção Primária, por meio da Saúde da Família, tem importância estratégica para a organização geral do SUS, tendo por missão resolver no mínimo 85% dos problemas de saúde da sua população e definir a utilização dos serviços especializados, por conhecer a realidade do seu território. Sendo assim, para cada setor da saúde temos objetivos e planos de ação específicos e, logo após, planos de ação gerais para o subeixo como um todo.

Roda de conversas sobre o Outubro Rosa em 2017

Planos de Ação

Organizamos planos de ação de acordo com as várias fases da vida, diferenciando cuidados específicos para as faixas etárias do ser humano e, logo após, planos de ação gerais para o subeixo de Saúde.

CICLO VITAL

GESTANTE

Garantir o acesso da gestante às consultas e exames do Pré-Natal.

Qualificar o atendimento na atenção básica através de cursos e oficinas a todos os profissionais envolvidos no cuidado com a gestante.

Criar o Centro de Atendimento da Mulher e da Criança, objetivando qualificar e ampliar o acesso às políticas de saúde voltadas à mulher e à criança.

Ampliar os grupos de gestantes no município.

Proporcionar horário estendido para o atendimento do casal trabalhador que está gestando, a fim de que pai e mãe do bebê possam participar de consultas e orientações do pré-natal.

Realizar o parto humanizado de acordo com a escolha da gestante, em conjunto com a equipe que a assiste, permitindo que a gestante possa discutir e optar sobre seu plano de parto.

Realizar visitas a maternidade do hospital para aproximar a gestante e a família ao ambiente do parto.

Realizar ações de fortalecimento do vínculo familiar.

Incentivar ações que promovam o aleitamento materno.

Criar salas de amamentação nas Unidades Básicas de Saúde para as gestantes/puérperas receberem orientações e apoio para a amamentação.

CRIANÇA

Qualificar equipes de atenção básica para o atendimento à criança.

Fortalecer o vinculo mãe-bebê através do Programa Primeira Infância Melhor.

Realizar os testes de triagem neonatais específicos na maternidade e também nas unidades de saúde.

Vincular a primeira consulta do bebê na atenção básica na sua primeira semana de vida.

Promover, proteger e apoiar o aleitamento materno.

Promover alimentação saudável.

Prevenir os acidentes na infância.

Ampliar as ações do Programa Saúde na Escola.

Ampliar o acesso às vacinas preconizadas pelo Programa Nacional de Imunizações.

Sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre o impacto da violência na saúde, com ênfase nos fatores de risco e proteção.

Ampliar o acesso às vacinas preconizadas pelo Programa Nacional de Imunizações, neste ciclo vital, em especial a vacina contra o Tétano, Difteria e Coqueluche (DTPaR), Influenza e Hepatite B.

ADOLESCENTE

Ampliar e fortalecer o Programa Saúde na Escola a fim de promover o protagonismo infanto-juvenil e fortalecer os vínculos comunitários.

Promover rodas de conversas nas escolas com o público adolescente para que eles tenham oportunidade de sanar dúvidas quanto a temas como prevenção da gestação na adolescência e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Qualificar os profissionais de saúde e educação.

Promover a valorização do lugar social do profissional da educação.

Ampliar os fatores de cuidado e proteção social.

Reduzir o consumo de álcool, tabaco, crack e outras drogas através de ações realizadas pela redução de danos.

Favorecer relações interpessoais cooperativas e inclusivas no espaço escolar.

Impactar na redução da evasão escolar e na melhoria do rendimento escolar.

Ampliar o acesso às vacinas preconizadas pelo Programa Nacional de Imunizações, neste ciclo vital, em especial a vacina contra o HPV.

SAÚDE DA MULHER

Estabelecer programas permanentes de promoção e prevenção na saúde e na educação.

Fortalecer o Programa de Planejamento Familiar.

Trabalhar a política de gênero em todas as áreas.

Fortalecer a atenção básica para acolhimento das mulheres em todos os ciclos de vida.

Criar o Centro de Atendimento da Mulher e da Criança para ampliar e qualificar o acesso das mulheres aos exames preventivos e pré-natal.

Intensificar campanhas que encorajem as mulheres vítimas de violência a procurarem auxílio.

Empoderar as mulheres para participarem de grupos de criação de políticas públicas.

Incentivar ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, em especial ao câncer de mama e ao câncer de colo de útero.

Incentivar a realização de testes rápidos e ações para a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

SAÚDE DO HOMEM

Incentivar, junto à rede educacional municipal, ações educativas que visem a promoção e atenção da saúde do homem.

Promover a qualificação das equipes de saúde para execução das ações propostas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.

Promover, junto à população, ações de informação, educação e comunicação em saúde.

Promover a paternidade responsável através da inserção do parceiro no pré-natal da gestante.

Desenvolver ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Incentivar ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, em especial ao câncer de próstata.

Incentivar a realização de testes rápidos e ações para a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

IDOSO

Construir processos de qualificação e integração sistêmica entre a Atenção Básica e os serviços contra referenciados.

Possibilitar Avaliação Multidimensional Rápida da Pessoa Idosa no âmbito da Atenção Básica.

Conscientizar os serviços de saúde para o atendimento prioritário das pessoas acima de 60 anos.

Realizar a formação dos profissionais da saúde no cuidado para a pessoa idosa.

Criar o Centro Dia para Idosos.

Incentivar ações de integração e práticas corporais para os idosos.

Realizar ações de prevenção às doenças crônico-degenerativas e estabelecer linhas de cuidado específicas para as doenças já identificadas.

Incentivar a realização de testes rápidos e ações para a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

GRUPOS ESPECÍFICOS INDÍGENAS

Participar das ações de saúde indígena em conjunto com os Distritos Sanitários Indígenas e SESAI.

Promover a saúde do índio considerando a singularidade da cultura indígena.

Capacitar profissionais de saúde para atuação com a população indígena.

Planos de Ações Gerais

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

- Investir na qualificação do pré-natal e planejamento familiar.
- Ampliar Práticas Integrativas e Complementares como Acupuntura, Reiki, Auriculoterapia, Quiropraxia.
- Fortalecer e desenvolver grupos locais de discussão sobre assuntos de saúde, ampliando a participação popular.
- Ampliar o número de equipes de saúde da família, buscando aumentar a cobertura populacional e alcançar 65%.
- Ampliar equipe do NASF.
- Ampliar cobertura de equipes de Saúde Bucal.
- Ampliar número de polos de Academia de Saúde.
- Garantir a todas as unidades de saúde equipamento de informática em quantidade adequada para informatizar os serviços, a fim de manter atualizados os sistemas de informação.
- Ampliar a Residência Integrada em Saúde.
- Ampliar horários de atendimento noturno em algumas unidades de saúde.
- Fortalecer equipes multidisciplinares. Implantar o matriciamento, como suporte realizado por profissionais em diversas áreas especializadas, dado a uma equipe interdisciplinar, com o objetivo de ampliar o campo de atuação e qualificar suas ações. (FIGUEIREDO apud SILVA. LIMA. ROBERTO. BARFKNECHT. VARGAS. KRANEN e NOVELLI, 2010).
- Criar espaços de discussão sobre os temas da saúde mental, ampliando projetos de prevenção da violência e cultura da paz.
- Criar o departamento de vigilância ambiental.
- Criar o departamento de Vigilância em Saúde do Trabalhador.
- Criar área de gestão de saúde mental, vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Saúde, garantindo o fortalecimento da esfera local, o que pode ser fundamental na construção de uma nova prática de saúde mental (Tonini, 2005).
- Reforçar a fiscalização sobre coleta de resíduos, garantindo o manejo adequado e um Saneamento Básico efetivo.
- Fortalecer espaços de Educação Permanente em Saúde, principalmente quando vinculados à atenção básica e à saúde mental, observando que a Educação Permanente em saúde se baseia na aprendizagem significativa e traz como potencial a possibilidade de transformar as práticas profissionais. (Ceccim, 2005).
- Promover ações de humanização nas equipes.

Ampliar ações e abrangência do Programa Saúde na Escola.

Inserir profissionais de saúde para assessorar o poder judiciário nos processos de judicialização na área de saúde.

Pactuar a implantação do serviço de nefrologia junto ao hospital São Carlos.

Ampliar oferta de práticas corporais e atividades físicas, com o objetivo de prevenir o rápido crescimento das doenças crônicas associadas à inatividade física. No Município de Farroupilha, faz-se necessário olhar para esse determinante em saúde para subsidiar a definição de políticas de conscientização e incentivo das atividades físicas que devem ser ofertadas.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

Ampliar número de equipes de saúde da família, buscando aumentar cobertura populacional e alcançar 70%.

Ampliar/ Repactuar com serviços de diagnóstico.

Ampliar a oferta de especialidades.

Ampliar serviço de atendimento domiciliar e assistir a população acamada que não tem condições de acessar as unidades de saúde.

Ampliar as parcerias com organizações civis que possam contribuir com a execução das políticas públicas de saúde.

Ampliar serviço de diagnóstico de alta complexidade.

Ampliar serviços na área da Oncologia.

Implementar um Centro Dia para idosos.

Ampliações dos CAPS.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

Efetivar maior transparência do sistema de regulação (encaminhamento para consultas especializadas e exames).

Ampliar o SAMU.

Ampliar número de equipes de saúde da família, buscando aumentar cobertura populacional e alcançar 75%.

Fortalecer o protagonismo individual para ações de promoção em saúde.

Pactuar novas referências para demandas emergentes.

Fortalecer as estratégias de práticas corporais e atividades físicas.

Ampliar as Práticas Integrativas e Complementares, como Acupuntura, Reiki, Auriculoterapia, Quiropraxia.

Vacina *Salk* contra a Poliomielite

Vigilância Epidemiológica

A Lei nº 8080/90 define a Vigilância Epidemiológica como "um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos".

O objetivo principal é fornecer orientação técnica permanente para os profissionais de saúde, que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a ocorrência dessas doenças e agravos, bem como dos fatores que a condicionam, numa área geográfica ou população definida.

Objetivos

OBJETIVOS GERAIS

- Colocar o planejamento estratégico do Município de Farroupilha como instrumento para a organização e a operacionalização dos serviços de saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conservação e armazenamento dos imunobiológicos utilizados no município;
- Funcionamento das salas de vacina dentro do que está preconizado pelo Ministério da Saúde;
- Capacitação dos profissionais que atuam como vacinadores nas salas de vacinas públicas do município;
- Cumprir com as ações previstas no Decreto nº 8662/16, que dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*;
- Cumprir com as ações previstas na Lei nº 13.708/2018 que regulamenta o exercício profissional dos Agentes de Combate as Endemias;
- Investigação das causas de mortes infantis ocorridas no município;
- Investigação das causas de mortes em mulheres em idade fértil;
- Investigação das causas de mortes em decorrência do trabalho.

Estratégias e diretrizes que serão implementadas às ações de Vigilância Epidemiológica propostas em curto, médio e longo prazo:

AÇÕES A CURTO PRAZO

- Ampliar as equipes de trabalhadores para a realização do trabalho voltado para a detecção, prevenção e promoção da saúde nas escolas e empresas do município;
- Realizar concurso público para todos os trabalhadores em Vigilância em Saúde;
- Desburocratizar a realização de exames, como testes rápidos, para ampliar o acesso dos usuários a eles;
- Qualificar ações de prevenção, detecção e combate às doenças transmissíveis;
- Qualificar a Vigilância em Saúde do Trabalhador;

- Qualificar a Vigilância Ambiental.

AÇÕES A MÉDIO PRAZO

- Adotar tecnologia para garantir efetividade;
- Implantar a integração entre o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI) e a estratégia e-SUS Atenção Básica (AB), evitando o retrabalho e possibilitando a consulta da situação vacinal do usuário a nível nacional.

AÇÕES A LONGO PRAZO

- Ampliar ações na intersetorialidade, através de campanhas de promoção à saúde em parceria com a iniciativa privada;
- Qualificar os serviços, programas e projetos em vigilância epidemiológica já existentes;
- Enfatizar a prevenção e a promoção da saúde através dos dados fornecidos pela vigilância Epidemiológica;
- Organizar fóruns de discussão com a comunidade sobre temas relevantes a saúde da população;
- Ampliar os espaços e mecanismos de participação do usuário para construção de um atendimento à saúde conforme as demandas.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Ações do Departamento até o momento:

- Equipe atualmente composta por dois fiscais, uma estagiária e uma coordenadora;
- Um veículo específico para realizar as inspeções;
- Equipamentos necessários para a realização dos trabalhos, como computadores, tablets, notebooks, impressora, termômetros, clorímetro;
- Realização de inspeções à estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária;
- Licenciamentos de veículos que transportam alimentos;
- Autorizações para translado de restos mortais;
- Autorizações para o fornecimento de água tratada;
- Investigações e encerramentos de surtos alimentares;
- Recebimento e atendimento às denúncias e queixas técnicas;
- Liberação de talonários de medicamentos controlados;
- Realização de trabalhos educativos com a população: Projeto Pequenos Vigilantes (de 2014 a 2018 com a participação de 724 alunos, inseridos nas escolas municipais); ações orientativas como distribuição de panfletos, *folder*, realização de palestras em clubes de mães, empresas, salões comunitários;
- Realização de trabalhos educativos com o setor regulado, com os cursos de capacitação oferecidos gratuitamente pelo departamento;
- Realizado aprimoramento dos decretos inerentes ao departamento;
- Adequação de tratamento dos poços artesianos coletivos com o devido tratamento, conforme tabela abaixo:

2014	2019
44 SAC´s (solução alternativa coletiva	69 SAC´s
23% poços tratados	96% poços tratados
77% sem tratamento	4% sem tratamento*

OBS: os dados de 2013 não foram contabilizados, pois no referido ano não havia sistema, sendo implantado em 2014.
*Sendo que 2 dos 3 poços artesianos que ainda não são tratados, utilizam água de bombona para consumo humano.

- Projeto Pequenos Vigilantes;
- Formatura Pequenos Vigilantes;
- Palestras nas empresas interessadas;
- Cursos ofertados para o setor regulado;
- Evolução do Departamento 2013-2018.

Formatura dos Pequenos Vigilantes da Vigilância Sanitária

Campanha de prevenção de HIV em 2018

EVOLUÇÃO DO DEPARTAMENTO 2013-2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
INSTAURAÇÃO DE PAS	0	0	18	66	19	17	6
CONCLUSÃO DE PAS	0	0	15	46	28	25	5
ATENDIMENTO ÀS DENÚNCIAS	0	8	91	75	36	30	42
INSPEÇÕES EM ESTABELECIMENTOS	133	405	414	429	412	419	848
INSPEÇÕES EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	0	40	266	186	142	84	246
INVESTIGAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS	0	38	51	30	17	8	47

PAS: Processo Administrativo Sanitário

AÇÕES A CURTO PRAZO

- Viabilizar, através de concurso público, a ampliação da equipe de fiscais, criando áreas específicas de fiscalização, como alimentos, saúde, comércio, contando com a presença de fiscais de nível superior para as determinadas áreas;
- Atingir um maior número de estabelecimentos inspecionados, podendo ser prestado serviço de orientação para o setor regulado;
- Abranger um maior número de estabelecimentos ilegais;
- Alcançar o tratamento em 100% dos poços da cidade;
- Aquisição de veículos conforme a equipe técnica;
- Ampliação da magnitude do Projeto Pequenos Vigilantes, aumentando o número de escolas participantes e incluindo as particulares.
- Inserção do Educanvisa nas escolas municipais, iniciando com um projeto piloto e conforme adesão atingindo a totalidade das escolas municipais;

- Criação de um link no Portal da Prefeitura com várias informações específicas do Departamento.

AÇÕES A MÉDIO PRAZO

- Implantação de uma assistência jurídica própria para atender a demanda do departamento;
- Criação do expediente próprio;
- Criação, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, da Vigilância em Saúde, tendo como foco atender aos programas que estão um pouco em cada setor, como pode-se citar: Vigiagua, controle da dengue, zoonoses, implantação do Vigiar, Vigisolo;
- Inserção do Educanvisa nas escolas particulares.

AÇÕES A LONGO PRAZO

- Criação de um laboratório para análises de alimentos e água próprio;
- Criação de um código sanitário municipal.

PLANOS DE AÇÃO

O QUE	POR QUE	QUEM	QUANTO	QUANDO	COMO
Ampliação da equipe de fiscais	Necessidade em relação ao número de estabelecimentos do município e a diversidade de categorias de estabelecimentos	Diretora do Departamento, Secretária Municipal de Saúde e Secretário de Gestão e Governo	Custos com massa salarial, proporcional ao número de fiscais	2019 e 2020	Relotação de fiscais e novos concursos públicos para fiscais de nível superior
Ampliação do número de inspeções	Necessidade em relação ao número de estabelecimentos do município	Fiscais	Gastos oriundos dos deslocamentos apenas	2019 e 2020	Com a inserção de novos fiscais no departamento
100% dos poços artesianos coletivos com tratamento	Garantir a potabilidade da água consumida onde não há sistema de abastecimento	Diretora de Departamento e fiscais	Gastos oriundos dos deslocamentos apenas	2019 e 2020	Orientações em primeiro momento e caso não sanados, notificação
Aquisição de novo veículo	Com a ampliação da equipe será necessário mais um veículo para conseguirmos inspecionar os estabelecimentos	Diretora de Departamento e setor de compras	R$ 60.000,00 oriundos da União e já aprovado no CMS.	2019	Com a utilização de recursos federais e aprovação do Conselho Municipal de Saúde
Ampliação da magnitude do Projeto Pequenos Vigilantes	Promover a educação sanitária	Diretora de Departamento e estagiária	Custos apenas na execução do projeto, conforme número de participantes, estes oriundos da União	Próximos anos	Aumentando gradativamente o número de turmas participantes
Implantação do Educanvisa nas escolas	Promover a educação sanitária	Diretora de Departamento, estagiária e professoras da rede municipal	Não custos para execução deste projeto	2020 – projeto piloto com uma escola e gradativamente atingindo a totalidade das escolas municipais e particulares	Com auxílio das responsáveis pelo programa a nível estadual e federal
Criação de um link específico no Portal da Prefeitura	Divulgar informações inerentes ao Departamento	Diretora do Departamento, estagiária e responsáveis pela TI do município	Acredita-se que não teria custos para essa inserção	2020 e 2021	Elaborando as informações necessárias e implantando no portal da prefeitura com o auxílio dos técnicos
Implantação de assistência jurídica própria	Para termos a minúcia dos conteúdos	Diretora de Departamento e um fiscal interessado	Curso de especialização para o fiscal que tiver interesse	2021-2022	Proporcionando uma especialização para um fiscal com formação em direito
Criação de um expediente próprio além do virtual	Melhor entendimento dos documentos necessários, tendo clareza nas informações	Diretora de Departamento, estagiária, Secretária Municipal de Saúde e Secretário de Gestão e Governo	Gastos profissionais apenas	2021-2022	Através de capacitações dos profissionais do departamento e com a ampliação da equipe

O QUE	POR QUE	QUEM	QUANTO	QUANDO	COMO
Criação da Vigilância em Saúde	Necessidade de cada setor poder se adentrar em suas ações, pois atualmente os programas são divididos pelos setores existentes, como por exemplo, a VISA executa o VIGIAGUA que é da Vigilância Ambiental	Secretaria da Saúde de Secretário de Gestão e Governo	Massa salarial e espaço físico	2021-2022	Ampliando ou relotando a equipe de trabalho
Implantação de um laboratório de análises municipal	Possibilidade de analisar de maneira mais rápida, surtos alimentares, qualidade da água, rotulagens e qualidade de alimentos	Diretora de Departamento e Secretária Municipal de Saúde	Repasses financeiros	2025-2026	Viabilizar através de pactuações CIB
Criação de código sanitário municipal	Elencar em apenas um documento todas as áreas de atuação do departamento	Diretora de Departamento e assessor jurídico próprio	Não haverá gastos, tendo a assessoria jurídica própria	2025-2026	Através de uma compilação de leis inerentes ao departamento

Farmácia Solidare

A Farmácia Solidare tem dois pilares, o ambiental e o social. Tem como ideia principal, dentro dos pilares, a conscientização sobre a utilização de medicamentos e a doação medicamentos em desuso, o reaproveitamento e a distribuição para a população de medicamentos que estão em condições de uso e que chegaram até a farmácia solidária por doação. Somando-se a isso, a destinação final dos medicamentos que estejam vencidos.

O projeto surgiu a partir da preocupação quanto ao quantitativo de medicamentos que se observava em estoque nos consultórios de médicos e nos lares dos munícipes. Um quantitativo que muitas vezes acabava por vencer. Com a aprovação do Decreto Municipal nº 5.841, de 08 de abril de 2015 iniciaram-se as atividades. Após 4 anos, mais de 12 mil pessoas já foram beneficiadas pelo projeto o que resultou em economia de 3 milhões em aquisição de medicamentos. Cerca de 2 toneladas de medicamentos vencidos foram descartadas de forma correta, conforme prevista em legislação, evitando a contaminação do meio ambiente.

No momento, em Farroupilha tramita-se a Lei Municipal que institui o Programa Farmácia Solidare que hoje é apenas Decreto Municipal. Em nível Estadual, o Projeto de Lei já foi protocolado, recebeu parecer favorável pela Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa e aguarda o momento de votação pelos deputados.

Sobras de medicamentos em casa oferecem risco a população através do consumo sem controle e orientação, podendo gerar desfechos preocupantes como intoxicações e mascaramento de diagnóstico. O Programa Farmácia Solidare visa o uso racional de medicamentos sendo o profissional farmacêutico o responsável pelas atividades da Farmácia Solidare o qual acompanha todo o processamento do medicamento e realiza a dispensação de medicamentos com orientação técnica e mediante apresentação de receita. Muitos municípios do nosso Estado e até mesmo fora do Rio Grande do Sul já procuraram conhecer o funcionamento do Programa no Município de Farroupilha.

Atualmente a Farmácia Solidare atende a população um dia na semana, quartas-feiras das 8 às 12h, para dispensação

Farmácia Solidare

de medicamentos. Tem a disposição um número de telefone para orientações, informações sobre a disponibilidade de medicamentos e esclarecimentos. As doações para a Farmácia podem ser feitas nos pontos de coleta distribuídos no município (Unidades Básicas de Saúde, Sindicato, agências do Sicredi). Semanalmente o motorista passa nos pontos para coletar os medicamentos a serem triados na farmácia.

Sempre podemos melhorar e, para uma projeção de longo prazo, poderíamos ter uma Farmácia Solidare atendendo diariamente, com aplicativo de celular que permitisse acesso a disponibilidade dos medicamentos em tempo real, coleta dos medicamentos de doação em domicílio, ampliação dos pontos de coletas, coletores de medicamentos adequados às normas da ABNT, mais computadores para otimizar o trabalho, leitor de código de barras anexado ao computador de dispensação de medicamentos, sala de atendimento farmacêutico para prestação de serviços farmacêuticos como aplicação de injetáveis, verificação de pressão e acompanhamento farmacoterapêutico, programa de rádio ou televisão com dicas semanais sobre a cuidados com a saúde, chamada no rádio para fortalecer o vínculo com a população para a doação de medicamentos, sala específica para armazenamento temporário de resíduos do grupo B, independência na solicitação da coletas dos resíduos, parceria com universidade para desenvolvimento de pesquisa acadêmica, vagas para estágios remunerados e uniformes personalizados.

Departamento de Controle e Proteção Animal

O Departamento de Controle e Proteção Animal, criado por meio do artigo 28 do Decreto nº 5.978, de 04/01/2016, como parte integrante do órgão de Vigilância em Saúde Ambiental, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, tem como finalidade o desenvolvimento de ações de controle das populações animais, bem como a prevenção e o controle de zoonoses, sendo o órgão central de coordenação e execução de políticas públicas destinadas à saúde, proteção, defesa e bem-estar dos animais domésticos no Município de Farroupilha.

A seguir, apresentaremos algumas entidades e programas relacionados à proteção animal e suas respectivas atividades:

CENTRO DE AMPARO ANIMAL

O Centro de Amparo Animal tem a finalidade de acolher e resgatar cães que estão em situação de abandono, maus tratos ou machucados que não tenham tutores. Atualmente o espaço comporta um número de até 200 cães e tem o intuito de ser um lar temporário, uma casa de passagem e amparo, buscando formas para inserir novamente o animal na comunidade. Possui área coberta para alojamento durante as noites e intempéries e local para apanhar sol, tem um espaço adequado e confortável para cães que foram rejeitados e abandonados por pessoas irresponsáveis e excluídos da sociedade pelo preconceito de não serem de raça, estarem velhos ou cresceram demais. Com funcionamento e suporte de pessoal diariamente, em plantões de 24 horas, os cães albergados possuem atendimento veterinário, vacinação, vermifugação, controle de ectoparasitas, alimentação e prontuários individuais para controle e acompanhamento. Busca-se ampliar este conforto nas dependências através de melhorias na estrutura existente, assim protegendo ainda mais os animais albergados.

CAMPANHA ADOTE UM AMIGO

Com o intuito de conseguir lares adequados, cheios de amor e carinho e acima de tudo adoções de forma responsável, o departamento faz feiras de adoção e divulgação nas mídias sociais de fotos dos cães albergados junto ao Centro de Amparo Animal, criando ferramentas que auxiliem a procura por adotantes. Para efetivar as adoções utiliza metodologia própria, que se inicia através de visitação a residência, com a utilização de entrevista para os interessados podendo assim ter conhecimento das características do local e onde o adotado irá ficar na residência, também é assinado o contrato de Responsabilidade de Adoção, o qual visa regrar a adoção, sempre informando da responsabilidade e cuidados que deve ter e neste momento é agendada visita ao Centro de Amparo Animal, para a escolha do cãozinho que será adotado.

CAMPANHA DO AGASALHO PET

As noites são frias e pensando em aquecer nossos amigos de quatro patas, o Departamento de Controle e Proteção Animal, idealizou a Campanha do Agasalho Pet, que visa arrecadar edredons, cobertores, toalhas, retalhos e transformar em cobertinhas e caminhas para os cães albergados no Centro de Amparo Animal. Mas, o principal objetivo da campanha é a conscientização dos tutores de cães e ga-

tos, para terem mais cuidado com eles em períodos de frio ou calor excessivo.

TAMPINHA SOLIDÁRIA

O projeto Tampinha Solidária está em implementação e visa criar pontos de coleta e assim arrecadar tampinhas de garrafas pet. Os valores arrecadados serão depositados na conta do Fundo Municipal de Proteção Animal e utilizados para a compra de procedimentos médicos e exames de animais domésticos em situações de risco no município.

RAÇÃO SOLIDÁRIA

O Departamento de Controle e Proteção Animal, buscando auxiliar aos moradores proprietários de cães e gatos em áreas de vulnerabilidade do município, tem feito a distribuição de rações que são doadas pela comunidade e entidades. No setor, estas doações são fracionadas e entregues as famílias que residem nestes locais. O departamento pede para que a comunidade e entidades formem esta parceria e façam a doação de rações para cães e gatos para poder propiciar esta distribuição de forma constante a estas áreas que necessitam deste tipo de auxílio.

ATENDIMENTO E PRIMEIROS SOCORROS

O Departamento de Controle e Proteção Animal, visando ter atendimento de primeiros socorros a cães, gatos e equinos que estejam em situação de abandono, atropelados ou em situação debilitada de saúde e que não tenham tutores, está montando processo licitatório para disponibilizar este serviço através de empresa veterinária e também parceira, qualificando o atendimento e melhorando esta deficiência quanto ao bem-estar animal.

CASTRAÇÕES, MICROCHIPAGEM E CIRURGIAS ELETIVAS

É disponibilizado através do Departamento de Controle e Proteção Animal, para a comunidade, conforme o processo licitatório de Nº117/2017, regulando os procedimentos de cirurgias eletivas, castrações e microchipagem em cães e gatos, de ambos os sexos, onde o tutor ou protetor animal dirige-se ao departamento, providenciando o cadastramento, apresentando a Carteira de Identidade, CPF, Comprovante de Residência e Cadastro Único. Mensalmente é realizado no mínimo 30 procedimentos de castração e 02 procedimentos de cirurgias eletivas, os cadastros tanto de cirurgias eletivas como de castração e microchipagem são encaminhados a prestadora destes serviços, conforme licitação Nº117/2017, serviço este que será mantido para a municipalidade para auxílio no controle populacional dos cães e gatos. Na clínica veterinária responsável pelos procedimentos acontece o agendamento através de contato telefônico inserido no cadastro e em data e hora previamente agendada acontecem os procedimentos. Após o procedimento de castração, o número do microchip que foi inserido no cão ou gato é cadastrado no banco de dados no SIRA, disponibilizando assim para a municipalidade um serviço diferenciado e para o departamento uma forma de controle apurada dos dados de localização e identificação dos tutores. Estamos buscando a microchipagem dos equinos que se encontram no perímetro urbano para poder ter um controle e identificação dos proprietários.

CENTRO ESPECIALIZADO PARA TRATAMENTO ANIMAL

Visualiza-se para o futuro, um Centro de Atendimento Especializado Animal, onde pode ser encontrado todo o tipo de pro-

cedimento, desde radiografias e exames de sangue, até cirurgias mais complexas para animais de pequeno, médio e grande porte, sendo eles domésticos ou silvestres. Sendo assim, no atual momento, presenciamos uma maior preocupação e necessidade de avanços para o bem-estar animal no município.

PALESTRAS SOBRE O BEM-ESTAR ANIMAL

O Departamento de Controle e Proteção Animal tem como forma de combater os maus tratos e o abandono a criação de um sociedade mais responsável e que respeite os animais. Busca através de palestras e escolas conscientizar aos alunos que sejam agentes de mudança. Juntamente a utilização da Lei Municipal 4448/2018, que vem agregar novos regramentos, normas e leis para auxiliar no bem-estar animal no âmbito municipal.

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS – CPA

A relação de afeto entre humanos e animais é algo que vem sendo construído há séculos. Atualmente, percebemos uma crescente preocupação relacionada aos maus tratos aos animais e ao seu bem-estar, porém, o caminho a ser percorrido para a conscientização é lento. Dessa forma, criou-se o Conselho Municipal de Proteção aos Animais, por meio da **Lei Municipal N.º 4.352, de 28 de setembro de 2017. Os membros do conselho discutem possíveis ações a serem realizadas em parceria com a prefeitura. Internamente, construiu-se o Projeto de Lei enviado à Câmara Municipal de Vereadores, o qual foi aprovado, criando a Lei Municipal nº 4.448, de 27 de setembro de 2018**, que dispõe sobre a proteção e bem-estar dos animais domésticos no Município de Farroupilha. Foi entregue às escolas municipais uma cartilha com os 10 passos da Posse Responsável e, nesta mesma oportunidade, lançado um concurso para a escolha do Mascote da Proteção Animal no município. Outra ação do Conselho, é a busca por parcerias que auxiliem os tutores de baixa renda a realizar a castração dos animais com um custo abaixo do mercado, quando não se enquadram ou não podem esperar o tempo estimado pelo Departamento de Proteção Animal da Prefeitura.

Estamos buscando meios de conseguir verbas para o fundo vinculado ao Conselho, porém, ainda é um campo com pouco investimento por parte do governo e dos empresários. Recentemente, foi realizado um pedágio solidário com os membros do conselho, contando com a ajuda de um grupo de escoteiros. O valor arrecadado, R$ 2.516,00, foi depositado no Fundo de Proteção aos Animais e será destinado ao suporte para castrações e atendimentos veterinários de animais em situação de risco.

Setor de Combate a Simulídeos

O Município de Farroupilha possui uma área territorial de 361 km², dividida em quatro distritos, sendo área urbana 42 km² e área rural 319 km². A área rural de Farroupilha envolve 47 comunidades, com uma população rural estimada em 8.582 pessoas em regime de economia familiar, topografia acentuada, onde são cultivadas frutas, criação de aves e produção leiteira. São nestas comunidades rurais que ocorre o ataque dos simulídeos. Quanto a população urbana estima-se em torno de 55.053 habitantes, onde já existem relatos de ataques de simulídeos nas áreas centrais.

Os borrachudos pertencem a família *Simullidae* e são insetos de hábitos diurnos. O ciclo de vida do borrachudo ocorre em fases: ovos, larvas, pupas e mosquito adulto. A maioria das espécies deposita seus ovos em substratos localizados na lâmina de água. Nos ambientes onde o controle entomológico se fez necessário, geralmente se observa uma associação positiva entre a presença deste inseto e a deficiência no saneamento rural e urbano. Práticas inadequadas de produção, em especial quanto ao tratamento dos dejetos oriundos da suinocultura acabam atingindo os cursos de água. Também, cada vez mais se verifica o ataque do simulídeo em locais onde a produção agrícola envolve a utilização de agrotóxicos, que chegam aos meios hídricos eliminando peixes e invertebrados, muitos dos quais são predadores naturais de simulídeos. Por outro lado, a retirada de matas ciliares é uma constante, causando desequilíbrio neste frágil ecossistema. A presença da matéria orgânica na água a níveis crescentes são decorrentes da falta de saneamento rural e urbano, desmatamento de encostas utilizadas para culturas agrícolas, retirada de matas ciliares, uso de defensivos agrícolas propicia o desenvolvimento de excessiva população de borrachudos em nosso município. Tendo em vista intensa presença dos simulídeos (borrachudos) no meio rural e sendo este a causa de significativos prejuízos socioeconômicos e agravos a saúde humana pelo incômodo provocado por suas picadas, o município desenvolve o Programa de Controle de Simulídeos. Para a execução do Programa a nível municipal, são necessários agentes de campo para realizar atividades preconizadas na Norma Técnica da SES-CEVS, tais como o mapeamento e medição de vazão dos cursos de água, avaliação do índice de infestação larval, definição da dosagem e carregamento do biolarvicida *Bacillus thuringiensis israelensis* (B.T.I), através da medição de vazão e aplicação de BTI nos locais infestados. Realizam também mapeamento de fontes poluidoras, vigilância permanente de áreas de infestação, controle mecânico para remoção de substratos infestados e orientação a comunidade rural quanto as formas de controle e prevenção. O Programa conta ainda com a participação de 557 voluntários moradores da área rural, que realizam controle entomológico através da aplicação do biolarvicida *Bacillus thuringiensis israelensis* (B.T.I), em córregos próximos a sua propriedade mediante capacitação recebida da Secretaria Municipal da Saúde. A metodologia utilizada para o controle segue as orientações do Programa Estadual de Controle de Simulídeos do CEVS/SES/RS.

Coleta de Dados e Planos de Ação

No Município de Farroupilha, temos os medidores Fixos de Vazão (calha) na localidade de São Miguel, no 4º Distrito de Farroupilha e a altura da água na calha (medidor fixo de vazão) será utilizada no programa para calculo de dosagem do BTI nos demais arroios e córregos correlacionados. Para este controle e medição, são utilizados no município:

- Formação de parcerias;
- Reuniões e oficinas de discussão sobre o assunto (Simulídeos);
- Aplicação da Ficha Epidemiológica do Agravo;
- Mapeamento das fontes poluidoras dos arroios;
- Mapeamento de cursos de água;
- Correlações dos arroios da microbacia com o medidor de vazão (calha);
- Vistorias para identificar presença de larvas;

- Controle entomológico com utilização do biolarvicida, quando houver a necessidade de uso devido à presença de larvas nos arroios.

COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES

- Capacitações semestrais da equipe de agentes de campo com palestras técnicas e a campo para mapeamento, vistorias para identificar presença de larvas, aplicação do larvicida, controle mecânico, controle entomológico, aplicação de ficha epidemiológica do agravo, e detecção de prováveis fontes poluidoras dos cursos de água;
- Abertura de processo e encaminhamento para a fiscalização das prováveis fontes poluidoras detectadas durante a execução do controle entomológico;
- Vistoria e emissão de termo de orientação para adequações das residências rurais que não possuem fossa e sumidouro;
- Palestras técnicas e orientações para conscientização e educação ambiental nas comunidades que sofrem ataque de simulídeos;
- Capacitações de moradores da área rural (voluntários) para realizar o controle entomológico utilizando o biolarvicida e método mecânico (limpeza de arroios).

PROGRAMA DE CONTROLE E MANEJO AMBIENTAL

- Restauração de áreas degradadas;
- Reduzir a incidência do inseto, reestabelecendo a qualidade de vida das comunidades atingidas pelo seu ataque;
- Levantar as fontes poluidoras dos cursos de água;
- Avaliar o ambiente local e mapear córregos e arroios;
- Avaliar a situação de saneamento das residências, verificando o destino das águas servidas;
- Verificar a eficiência do serviço de recolhimento das embalagens de produtos químicos utilizados nos cultivos;
- Avaliar as condições das esterqueiras e o destino dos dejetos nas criações em confinamento de animais;
- Verificar a existência de vazamentos ou escoamento permanente de água de açudes e barragens;
- Promover a criação de comitês com envolvimento da comunidade;
- Desenvolver controle entomológico, depois de atendidas as ações anteriores, seguindo a Norma Técnica;
- Monitorar as atividades do Programa em nível local, mantendo equipes municipais fixas e capacitadas para o trabalho de vigilância ambiental;
- Aplicação da ficha epidemiológica de agravo;
- Correlações dos arroios da microbacia com o medidor de vazão (calha);
- Vistorias para identificar presença de larvas;
- Controle mecânico com limpeza de arroio;
- Controle entomológico com utilização do biolarvicida, onde os valores aportados são repassados de recursos provenientes da Secretaria de Saúde.

Simulídeos (Borrachudos)

SEGURANÇA PÚBLICA

Apresentação

A cidade de Farroupilha, com toda sua beleza natural, suas atrações turísticas e localização privilegiada na serra gaúcha, recebe diariamente grande fluxo de pessoas, sendo elas, turistas, visitantes, comerciantes e outros viajantes que têm a cidade como rota para vários destinos. Toda essa movimentação pela cidade demanda maior atenção por parte dos órgãos públicos para garantir a segurança e bem-estar de toda população. Assim, busca-se tornar Farroupilha uma cidade tranquila e segura para seus moradores terem liberdade de ir e vir, sem segregação, onde todos possam usufruir dos espaços públicos com tranquilidade.

Como é hoje?

Até 2016, o órgão responsável pela segurança e rondas no município era a Brigada Militar que atendia 100% das ocorrências de Farroupilha. A partir daquele ano, foi criada a Guarda Civil Municipal que, em conjunto com a administração municipal e os órgãos de segurança pública, como a Brigada Militar, criaram diversas ações para inibir práticas suspeitas e, assim, aumentar a sensação de segurança da comunidade Farroupilhense.

Alguns fatores têm sido fundamentais para a questão da sensação de segurança ser uma pauta bastante relevante. A seguir, serão discutidos os mais presentes e comentados pelos cidadãos farroupilhenses.

Uma questão que permeia o aumento da insegurança é o consumo de álcool e drogas. Os efeitos causados pelo vício levam a situações e ações que promovem um sentimento de vulnerabilidade no cidadão. São elas: o aumento do comércio e do consumo de entorpecentes nas vias públicas, principalmente nas praças e parques; o aumento de roubos, pequenos delitos e outras formas que andarilhos e moradores de rua utilizam como moeda de troca por drogas, geralmente nas madrugadas.

Além disso, o aumento da migração, muitas vezes desordenada, permite que pessoas invadam áreas públicas, criando, em alguns destes pontos, locais para tráfico de entorpecentes e outros delitos relacionados. Esse aumento também permite, em determinados locais, uma maior aglomeração de pessoas que consomem bebidas alcoólicas, com alto volume no som automotivo, realizando badernas e dirigindo perigosamente. Isso faz com que essas pessoas coloquem suas vidas e as de outras em risco.

Coleta de dados

Para coletarmos os dados, tomamos como base a própria rotina diária da Guarda Municipal de Farroupilha e percebemos todas as demandas, necessidades e possíveis ações para uma significativa melhora na condição atual. Além da experiência diária, outros fatores foram determinantes para tal diagnóstico. Entre eles podemos destacar:

- Pesquisa de campo realizada em rondas ostensivas, ações conjuntas com demais secretarias e forças de segurança pública, além de um questionário respondido pelos mais variados perfis de munícipes;
- Denúncias recebidas através dos canais de comunicação da prefeitura municipal, Ouvidoria, "Fala Cidadão", números de telefone, pessoas que vieram pessoalmente à prefeitura, abordagens recebidas pelos agentes municipais e meios de comunicação desta cidade;
- Indicadores Criminais SSP/RS.

SERÁ UMA CIDADE SEGURA E PACÍFICA COM INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA FORTALECIDAS E ATUANDO EM PARCERIA COM A POPULAÇÃO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DE UMA CULTURA DE PAZ.

Visão de futuro

Enxergamos um único caminho a ser seguido pelo Município de Farroupilha para sermos uma cidade mais segura e continuarmos crescendo, principalmente em qualidade de vida. Buscamos integrar as forças de segurança e investir em tecnologia e Inteligência.

Listamos todos os desafios de implementação desses três indicadores:

No ano de 2019, o Município de Farroupilha deu um importante salto com a nomeação de doze Guardas Municipais. O trabalho que vem sendo desenvolvido desde a criação da Guarda Municipal, propiciou um estreitamento com os demais setores ligados à segurança pública, dando maior condição de o município gerir ações de melhoria em sua área de abrangência. Os projetos de Cercamento Eletrônico e da Central de Videomonitoramento também foram iniciados no ano de 2019, porém em pequena fração perto do necessário. Todas essas ações e projetos, precisam apenas de uma sequência e incremento para chegarem no patamar ideal para suprir as necessidades, de acordo com a atual demanda desta cidade.

Além do fortalecimento da Guarda Municipal apresentada acima, muitos outros projetos serão implementados para melhorar o cenário da segurança pública municipal. A seguir, serão listados os próximos desafios para reduzir o índice de violência:

Uma Farroupilha segura representa ter órgãos agindo e zelando por uma proteção ao patrimônio público municipal. Sendo capazes de realizar um policiamento preventivo e com resposta rápida contra

atos de vandalismo e outros delitos. Aumentar, assim, a capacidade de atuação em operações que sejam integradas com as demais forças de segurança atuantes no município. Dado que operações em conjunto comprovadamente reduzem os índices de criminalidade e violência.

Agir para um melhor controle de áreas públicas propensas a invasões, para isso inibir novas invasões e ampliar o acesso à moradias. Dado a propensão de desenvolvimento de criminalidade nessas área por meliantes refugiados de outras cidades e que acabam por tornar-se pontos de tráfico de drogas.

Criar patrulhas escolares, fornecendo e garantindo maior segurança aos pais, alunos e professores, com a presença de uma equipe da Guarda Municipal que previna a presença de possíveis meliantes, além de irregularidades em transporte escolar e demais atividades inadequadas que podem ocorrer em frente às escolas.

Incentivar e aumentar a presença de rondas em praças, parques e demais locais de lazer do município. Todas essas visando trazer a sensação de segurança para a população em frequentar tais locais para lazer de toda família.

Para resolver a questão do uso de entorpecentes, será necessário iniciar práticas e inserir, com frequência, para crianças e adolescentes, atividades culturais e educativas nas escolas municipais. Com isso trazer para a rotina dos alunos projetos de conscientização sobre os riscos das drogas, de educação para o trânsito, vulnerabilidade social, preservação ambiental, direitos e deveres do cidadão, entre tantos outros que minimizem ações violentas.

Atendimento à ocorrências de trânsito

Por fim, colocar em prática operações como “Balada Segura” e “Sossego Público” que terão como objetivo, principalmente no período da noite, coibir os riscos causados pela combinação de bebidas alcoólicas, direção veicular perigosa, excesso de barulho e desordem.

Objetivos

A partir do diagnóstico levantado, pudemos elencar os principais objetivos que contribuem para a insegurança do cidadão farroupilhense. Dentre os mais variados objetivos, destacamos:

1. Erradicar o comércio e consumo de entorpecentes em vias públicas, praças e parques;

2. Combater pequenos delitos cometidos por usuários de drogas para sustentação do vício;

3. Inibir novas invasões de áreas públicas;

4. Combate aos demais crimes de ordem pública.

1. ERRADICAR O COMÉRCIO E CONSUMO DE ENTORPECENTES EM VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS E PARQUES.

Nos últimos anos, notamos o aumento significativo do consumo de entorpecentes, principalmente a maconha, em praças e parques do município. Nas abordagem realizadas pelos agentes da Guarda Municipal, foi verificado que o público consumidor tem crescido entre os adolescentes. Na maioria destes casos, o fornecedor está no mesmo local em que eles consomem. Situações como essas têm trazido desconforto e insegurança aos moradores de Farroupilha, afastando as famílias destes locais, que têm por finalidade o lazer e entretenimento.

Os planos de ação são:

- Presença constante e diuturna de agentes de segurança pública, com saturação de área, inibindo o delito pela presença dos mesmos;
- Investimento em tecnologia para monitoramento dos locais, com instalação de câmeras e demais equipamentos capazes de inibir e identificar os envolvidos;
- Programas e ações educativas para jovens e adolescentes, conscientizando quanto aos riscos causados pelos entorpecentes, a exemplo do Proerd.

2. COMBATER PEQUENOS DELITOS COMETIDOS POR USUÁRIOS DE DROGAS PARA SUSTENTAÇÃO DO VÍCIO.

Os pequenos delitos cometidos por usuários de drogas vêm causando grandes transtornos para a sociedade farroupilhense. Esses vão desde abordagens pedindo dinheiro, extorquindo, até pequenos furtos para posterior venda ou troca por drogas. Alguns destes dependentes passam a ser figuras conhecidas da população. Segundo relatos percebidos por nossa equipe, depois que as histórias contadas repetidamente por eles não surtem mais efeito e as pessoas negam dar dinheiro, alguns partem para a coação e intimidação e, em casos mais graves, para os furtos e roubos. Atualmente, materiais recicláveis como esquadrias de alumínio, fios de energia elétrica e demais metais têm sido o alvo preferido desses usuários. Na maioria das ações realizadas nas madrugadas, furtam residências, obras e estabelecimentos comerciais para posterior revenda.

Integração das Secretarias Municipais no Santuário de N. Sra. de Caravaggio

Os planos de ação são:

- Aumento do efetivo e rondas ostensivas realizados pela Guarda Municipal e Brigada Militar, 24 horas por dia;
- Ações de combate ao comércio ilegal dos produtos furtados;
- Programas sociais de combate ao vício.

3. INIBIR NOVAS INVASÕES DE ÁREAS PÚBLICAS.

A invasão desordenada de áreas públicas em bairros de Farroupilha tem contribuído drasticamente para o aumento da insegurança no município. Pessoas oriundas de outras cidades se estabelecem em áreas públicas, construindo moradias irregulares, muitas vezes sem a menor condição de habitabilidade. Esta modalidade de habitação traz consigo diversas consequências para a sociedade e para o poder público. Entre as principais podemos destacar:

- Comércio irregular de lotes e casas;
- Ligações clandestinas de água e energia elétrica;
- Lixo e esgoto a céu aberto;
- Utilização de algumas destas moradias como pontos de vendas de drogas, receptação de produtos oriundos de furtos e roubos;
- Esconderijo para foragidos da justiça.

Os planos de ação são:

- Criação de patrulhas específicas para a área, atuando diuturnamente;
- Utilização de drones para mapeamento da área invadida;
- Criação de um banco de dados de todos os proprietários de terras e habitações nas imediações, monitorando possíveis comércios irregulares, locações e procedência de novos migrantes.

4. COMBATE AOS DEMAIS CRIMES DE ORDEM PÚBLICA.

Ao analisar os dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, SSP/RS, podemos notar as variações no número destes crimes de um ano para o outro, porém nunca com uma redução, mesmo com o aumento das ações por parte da Brigada Militar e Polícia Civil. A exemplo, podemos citar o número de homicídios que, em apenas cinco meses do ano de 2019, ultrapassou os anos de 2017 e 2018.

MUNICÍPIO	FARROUPILHA 2016	FARROUPILHA 2017	FARROUPILHA 2018	FARROUPILHA 05/2019
HOMICÍDIO DOLOSO	14	9	5	10
TOTAL DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIO DOLOSO	14	10	5	10
LATROCÍNIO	2	0	0	1
FURTOS	1130	1002	861	284
ABIGEATO*	27	20	11	2
VEÍCULO	268	168	201	95
ROUBOS	320	327	178	66
ROUBO DE VEÍCULO	78	73	79	35
ESTELIONATO	110	134	153	70
DELITOS RELACIONADOS A ARMAS E MUNIÇÕES	32	30	36	9
ENTORPECENTES – POSSE	78	110	85	35
ENTORPECENTES – TRÁFICO	35	33	61	29

Fonte: SSP/RS - PROCERGS/SIP - Dados atualizados em 02/01/2019 para os anos de 2016,2017 e 2018.
Abigeato* - As ocorrências de furto abigeato estão contidas também no somatório das ocorrências de furto.
OBS: Os dados presentes na planilha representam um recorte temporal, retratando os fatos registrados na data da extração da base de dados, sujeito ainda a alterações provenientes da revisão de ocorrências duplicadas, apuração de informações oriundas de investigações, diligências, perícias ou correção do fato no final da investigação policial.

Os planos de ação são:

- Aumento do número de pontos de OCR para captura e leitura de placas de veículos, monitorando a circulação no município;
- Instalação de postes inteligentes com capacidade de reconhecimento facial e detecção de disparos de armas de fogo, com comunicação instantânea com as centrais de controle e comando das forças de segurança;
- Fortalecimento das rondas ostensivas, serviços de inteligência e ações integradas das forças de segurança atuantes no município.

Reconhecimento Ótico de Caracteres

Planos de Ação

Todas essas situações trazem como consequência uma aumento da perturbação do sossego público. Para mudar tal situação, a administração municipal vem trabalhando em diversos projetos, que estão em andamento, com capacidade de resposta efetiva para tais problemas. Para ter uma maior efetividade, algumas dessas atividades dependem apenas da nomeação dos novos aprovados no concurso da Guarda Municipal, previsto para 2019.

Dentre essas condutas serão destacadas:

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

Ampliação do sistema de Cercamento Eletrônico:
No ano de 2019, será implementado o sistema de Cercamento Eletrônico, compreendendo as principais entradas e saídas de veículos neste município, contabilizando 9 pontos fixos, com 18 faixas monitoradas, com reconhecimento automático de placas e veículos. Desta forma, qualquer veículo que entrar ou sair do município deverá passar por algum destes pontos. Porém, se um delito for cometido em apenas uma região do município, ficará mais difícil a localização de tal veículo, devido à possibilidade de não passar por algum destes pontos. Para êxito total no cercamento eletrônico da cidade, se faz necessário o acréscimo de mais pontos de fiscalização em vias secundárias e em comunidades do interior da cidade. Os locais para implantação dos novos pontos deverão ser definidos a partir de levantamento feito através dos indicadores criminais no município.

Criação do Plano Municipal de Segurança Pública:
Com a criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, GGIM, a segurança pública do Município de Farroupilha entra em ampla discussão e planejamento, porém, este colegiado trabalha em ações pontuais e cotidianas. Para um melhor planejamento, se faz necessário um Plano Municipal de Segurança onde sejam traçadas as metas e modos de melhorias na segurança pública deste município.

Criação do Fundo Municipal de Segurança Pública:
Toda esta estrutura criada em favor da segurança pública tem um custo alto, principalmente as soluções tecnológicas de inteligência. Por isso, se faz necessário um incremento nos recursos financeiros que invista em um fundo municipal de segurança bem estruturado para captar recursos das mais variadas fontes, para ser usado em aquisição e manutenção de equipamentos tecnológicos e equipamentos de proteção para os agentes de segurança pública, além de treinamentos.

Aumento da quantidade de câmeras de vigilância, cobrindo 100% dos parques e praças do município:
Atualmente, nas vias públicas, praças e parques da cidade, existem 22 câmeras de monitoramento do tipo "Dome PTZ", além de aproximadamente 20 câmeras do tipo "Bullet". Existe em andamento um projeto de incremento e modernização deste sistema, com previsão de aumento das quantidades até o final do ano de 2019 passando para aproximadamente, 40 câmeras "Dome PTZ", para vias públicas, e 100 câmeras tipo "Bullet", para os prédios da administração pública, incluindo pátios e escolas. Mesmo com esse aumento significativo do número de equipamentos, se faz necessária uma quantidade maior deles para uma cobertura total das demais praças públicas espalhadas por esta cidade. Levando em consideração todos os locais públicos de lazer e circulação pela cidade, esta quantidade gira em torno de 150 unidades de câmeras tipo "Dome PTZ" e 250 unidades de câmeras tipo "Bullet" para uma ampla cobertura pública neste município.

Criação de um centro de inteligência compartilhada:
Sistema onde todas as forças de segurança pública atuantes no município troquem as informações de inteligência para ajuda nas investigações.

Aumento do efetivo da Guarda Municipal:
Seguindo a tendência da segurança pública no Brasil, o fortalecimento das guardas municipais deverá ser uma preocupação constante dos municípios. Pela realidade do Município de Farroupilha, se faz necessário o número mínimo de 50 agentes para dar conta da demanda já existente.

Criação de patrulhas específicas:
A criação de patrulhas específicas garante maior efetividade das ações, com a dedicação qualificada dos agentes para cada situação. Podemos destacar as seguintes patrulhas: Patrulha escolar – Com rondas ostensivas, inibindo os tradicionais problemas que ocorrem em frente às escolas, tais como brigas, drogadição, comércio de entorpecentes, além de auxílio pedagógico em atividades educativas. Patrulha Maria Da Penha – Para acompanhamento de mulheres atendidas em situação de risco conforme ação da Coordenadoria da Mulher. Patrulhas, Ambiental, Rural e Habitacional – Para acompanhamento de casos específicos dentro de cada área de atuação, sendo a maior demanda o controle de invasões de áreas públicas.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

Instalação de "totens" com a função de monitorar o perímetro, receber denúncias e chamadas:
Chamados popularmente de "postes inteligentes", estes dispositivos dotados de câmeras de monitoramento 360°, sirene, botão acionador, reconhecimento facial e detector de disparos, entre outras funções, podem fazer a função de um vigia do local, monitorando o perímetro. Aquisição de novas viaturas e armamentos para a Guarda Municipal.

Constante evolução dos sistemas de inteligência, mantendo a atualização dos equipamentos conforme novas tecnologias que venham a surgir.

Renovação e aumento da quantidade dos equipamentos de segurança, conforme novas demandas.

Instalação de mini complexos de segurança em localidades distantes da área central.

Aumento do efetivo da Guarda Municipal, buscando o número mínimo de 80 agentes, acompanhando o aumento da demanda e prestação de serviços.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

Para garantir a execução das diretrizes, citamos algumas condutas:
• Garantir que o projeto tenha sequência, engajamento da classe social e política, independentemente de gestão;
• Fortalecimento do Fundo Municipal de Segurança Pública, com projetos e busca por recursos;
• Revisão periódica de metas atingidas.

Revisão do plano de trabalho, metas e diretrizes, avaliando a eficácia do projeto:
Os principais desafios à concretização dessas diretrizes para o sucesso deste projeto são:
• Não aceitação do mesmo por novas gestões, ocorrendo boicotes ou falta de investimentos;
• Falta de recursos financeiros para inviabilizar investimentos;
• Mudança do cenário da segurança e prioridades.

Cercamento Eletrônico

Síntese do Capítulo

A seguir serão apontados os principais tópicos comentados neste capítulo e que são importantes para ter uma visão abrangente do eixo 2:

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo abordamos o tema da Assistência Social e descrevemos suas características. Ela foi tratada como uma política pública, portanto, direito de todo cidadão e dever do Estado. Também prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos.

Mostramos a organização da área de forma a apresentar a estrutura com base em um sistema único apoiado no tripé da Seguridade Social, como colocado na Constituição Federal de 1988. Foram citados os princípios organizativos da política de Assistência Social e seus eixos estruturantes, de acordo com os quais ela se orienta. Em seguida, foi apresentado como se estruturam, no contexto atual, os centros de assistência, bem como se dispõem suas políticas e, dentro delas, como são assegurados os direitos de seus usuários.

Ao longo do capítulo foram tratados também os objetivos da área, enquanto política pública, suas diretrizes e planos de ação para o planejamento do Plano Farroupilha 2020-2040. Para a montagem de propostas de ação, foram coletados dados e, posteriormente, estratégias e diretrizes para que os objetivos sejam alcançados.

EDUCAÇÃO

Para o entendimento desse setor, apresentamos o Plano Nacional da Educação (PNE), para então falarmos do Plano Municipal de Educação (PME), que baseia-se nesse primeiro.

Embora as metas tenham validade anterior a 2040, o esforço e empenho da Secretaria de Educação, e de toda comunidade, deve ser o de manter as metas em 100%.

Além dessas metas atuais, pensamos em outras para que até 2040 alcancemos um nível de excelência de nossa educação.

Elas foram divididas para três agentes diferentes:

- Alunos;
- Professores;
- Pais e Responsáveis.

Dessa forma, atuando em esferas diferentes, podemos garantir que toda a comunidade estará trabalhando para consolidarmos um eficiente sistema educacional em Farroupilha.

SAÚDE

Após uma análise de todas as discussões resultantes da reflexão quanto ao futuro da saúde, verifica-se que o processo tecnológico que inclui a telemedicina, o prontuário eletrônico, o diagnóstico precoce e o monitoramento em tempo real, estará cada vez mais presente no processo de cuidado e deverá ser incorporado às práticas de saúde.

Além disso, ao observarmos a dinâmica dos ciclos vitais e as interações propostas desde a concepção até o envelhecimento saudável, identificamos que as relações multiprofissionais e transdisciplinares e também as terapias alternativas estarão cada vez mais presentes no processo de prevenção, promoção e manutenção da saúde dos indivíduos.

Nesse cenário, o cuidado humanizado também deverá ser ampliado. Cabe ressaltar também que a autonomia de cada indivíduo ou o desejo de manter a saúde que emerge em cada um deverá ser ampliado de modo que todo cidadão seja protagonista de sua própria saúde, realizando ações para que isso ocorra.

Em relação a questão organizacional da saúde no Município de Farroupilha, necessitamos reestruturar a atenção básica para que seja ordenadora da rede de saúde. Estruturar equipes com população e perfil epidemiológico definido a fim de que se possa alinhar a atenção secundária e terciária conforme as necessidades reais da população. Ampliar espaços de atendimento identificando as demandas de crescimento populacional e aumento da população idosa. Na implementação e qualificação de Centros Especializados e atenção hospitalar, deve-se incorporar a essas estruturas além de tecnologias, o aspecto acolhedor e por que não dizer amoroso e carinhoso pertinentes ao cuidado do ser humano.

HABITAÇÃO

O setor no Brasil encontra dificuldades desde a crise e que são projetadas para uma perspectiva estadual e também municipal. A partir disso são realizados planos e Políticas de Habitação que têm como principal objetivo garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna.

Para compreender as políticas de Farroupilha, discutimos os investimentos técnicos e financeiros destinados ao longo dos anos.

Os indicadores mostrados para entender foram:

Investimentos Públicos e Necessidades Habitacionais em Farroupilha

No primeiro indicador foram mostrados:

- Os desafios da implementação dessas funções e coleta de dados;
- Os marcos regulatórios e legais.

Os instrumentos de planejamento habitacional iniciam em 2010, com a criação do Plano Local de Habitação de Interesse Social. Ele diagnosticou o setor habitacional e elencou os cinco eixos estratégicos para atuação pública:

1. Reduzir o déficit quantitativo;
2. Reduzir o déficit qualitativo;
3. Regulamentar as cooperativas habitacionais;
4. Regulamentar os marcos legais;
5. Prevenir o surgimento de novos núcleos irregulares.

- Capacidade de gestão financeira;
- Corpo técnico disponível;
- Programas e projetos executados até o ano de 2018.

Já no segundo indicador o enfoque foi dado as informações mais específicas da população de Farroupilha e suas carências, assim como o déficit quantitativo e o déficit qualitativo habitacional do município.

Por fim, baseando-se nas principais necessidades, foram projetados os planos de ação habitacionais com a definição de metas de curto, médio e longo prazo.

SEGURANÇA PÚBLICA

Para entender a questão da segurança de Farroupilha é preciso lembrar que nosso município é um ponto de passagem, diária, de um grande fluxo de pessoas, sendo elas, turistas, visitantes, comerciantes e demais pessoas que têm a cidade como rota para outros destinos.

Desde 2016, a Guarda Civil Municipal, em conjunto com a administração municipal e os órgãos de segurança pública, como a Brigada Militar, criaram diversas ações para inibir práticas suspeitas.

A partir dos dados coletados, um dos principais fatores que aumenta a sensação de insegurança é o efeito causado pelo vício em entorpecentes, álcool e drogas que levam ações como roubos e pequenos delitos. Esse fator também é ocasionado pelo aumento da migração, como descrito acima.

Por fim, para solucionar essa questão, diversos planos de ação são considerados. Estes vão desde realizar um policiamento preventivo e com resposta rápida contra atos de vandalismo e outros delitos, aumentar a presença de rondas em praças, parques e locais de lazer do município a incentivar projetos de conscientização sobre os riscos das drogas, de educação para o trânsito, vulnerabilidade social, entre outros, para os alunos das escolas municipais.

EIXO 3
QUALIDADE DE VIDA

QUALIDADE DE VIDA

Sabemos que uma cidade que pensa nas pessoas e no seu desenvolvimento precisa trabalhar para que sua comunidade tenha mais qualidade de vida, lugares para frequentar aos finais de semana e que possa valorizar sua cidade.

Neste eixo pensamos Farroupilha de uma forma mais humana, ouvindo quais eram as principais demandas que a comunidade gostaria que fossem atendidas. Pensar em praças e locais a céu aberto é a maior e melhor forma de integrar os farroupilhenses. Ademais, tais locais podem, ao mesmo tempo, oferecer práticas culturais diferentes das convencionais.

O tema é muito intuitivo e para isso foi preciso avaliar os métodos convencionais de lazer, a qualidade dos espaços urbanos e se estes atendem a população e conseguem fazer com que os farroupilhenses sintam-se em casa.

ARBORIZAÇÃO

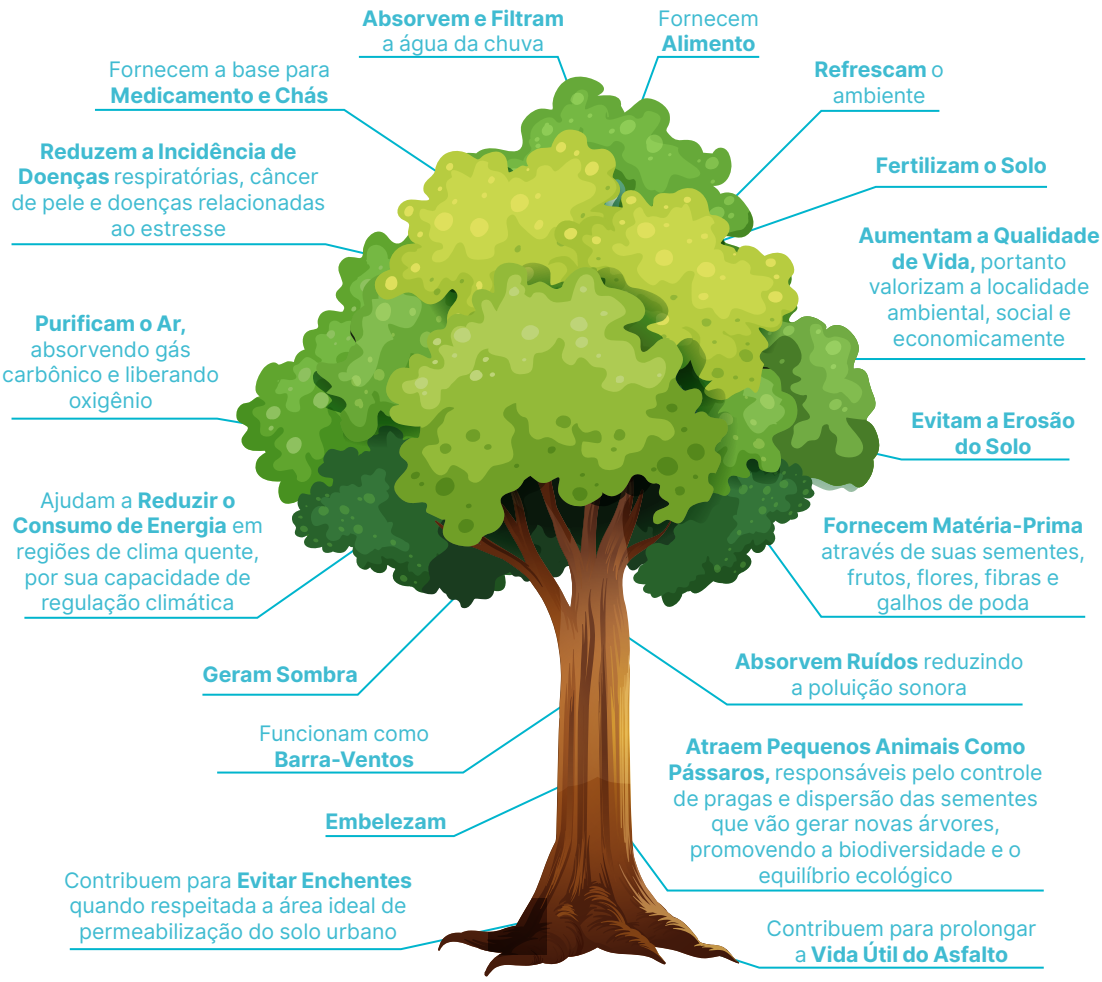
Apresentação

Arborização urbana nos remete a simples interpretação de plantio de árvores no meio urbano. Porém, por trás desta definição, existe uma grande área de estudo que ainda é pouco conhecida.

Ela é um dos componentes da vida cotidiana que muitas vezes passa despercebida pelo cidadão. Mas, quando notada, é esse conjunto de plantas, que cresce entre o concreto e o asfalto, que fornece energia e disposição no dia a dia.

Nas cidades, as árvores desempenham um papel muito importante na melhoria da qualidade de vida da população e do meio ambiente. Além de ter uma função de compor o ambiente e decorá-lo, a arborização proporciona à população proteção contra ventos, diminuição da poluição sonora, absorção de parte dos raios solares, sombreamento, redução do impacto da água de chuva, auxílio na diminuição da temperatura e preservação da fauna silvestre. Também tem papel fundamental na absorção da poluição atmosférica, o que neutraliza os efeitos dela na população.

Esses e outros benefícios são representados na figura abaixo:



Como é hoje?

Consideraremos como arborização urbana as árvores que compõem o cenário urbano e podem estar não apenas plantadas nas calçadas das cidades, mas também praças, parques, canteiros e demais logradouros públicos, além dos jardins privados. No entanto, existe uma série de recomendações que os projetistas devem seguir na ocasião da escolha da espécie de árvore para sua utilização em ambientes urbanos.

No Plano de Arborização, elaborado por corpo técnico especializado, constam recomendações para o desenho, implementação, preservação e manejo da arborização urbana.

Nele ficou instituído um instrumento de planejamento e disciplina municipal para a execução da política de plantio, manejo, preservação e expansão da arborização urbana de espaços públicos no município.

Coleta de dados

Para entender melhor a condição da arborização urbana de Farroupilha, foi realizada uma avaliação da situação atual, principalmente da existente no passeio público. A partir da avaliação, foi possível diagnosticar alguns pontos que podem melhorar e que serão mostrados a seguir.

A arborização urbana em Farroupilha é distribuída de modo desigual pelo território, sendo mais carregada na porção central da área urbana e mais restrita e desorganizada nos bairros mais distantes.

Observa-se a disseminação de espécies exóticas, inclusive de consideradas invasoras, na arborização urbana, principalmente ligustros, canela amarela e cinamomo. Algumas destas espécies têm características que podem ser prejudiciais à saúde da população.

Uso de árvores com porte inadequado, causando conflito com a infraestrutura urbana existente, principalmente redes aéreas, redes de drenagem e passeios públicos. Interferência de canteiros, que foram projetados para um espaço inadequado, no desenvolvimento geral das plantas. Senilidade de alguns espécimes, o que gera riscos a transeuntes e patrimônio. Falta de conhecimento da população em geral, que não vislumbra os benefícios da arborização urbana e superestima alguns contratempos, como folhas nas calçadas e entupimento de calhas, que fazem parte da manutenção normal das edificações.

Reiteradas solicitações de intervenção na arborização urbana para satisfazer interesses particulares, como no caso de ocultação de fachada de empreendimentos comerciais.

Novos empreendimentos construídos na cidade optam por espécies arbóreas relevantes na contribuição dos benefícios da arborização urbana, como sombra e abrigo da avifauna.

Localização das árvores em conflito com outros equipamentos públicos urbanos, como placas de sinalização, faixas de segurança e rampas, entre outras.

Falta de uma identidade na arborização urbana do município.

O município conta com alguns parques e praças na área urbana com densidade de arborização, porém essas áreas estão dispersas, sem conexão entre os mesmos e a área rural, não permitindo o fluxo de pequenos animais.

A ARBORIZAÇÃO URBANA É O ELO DE LIGAÇÃO ENTRE O MEIO URBANO E O MEIO NATURAL, TRAZENDO PARA DENTRO DA CIDADE O FRESCOR DO VERDE.

Visão de futuro

Deve-se levar em consideração não somente as características peculiares da nossa cidade, como também aspectos importantes para se garantir a segurança e a mobilidade dos cidadãos e evitar situações conflitantes entre a arborização e equipamentos urbanos como fiações elétricas, postes de iluminação, muros e passeios. É escolher “a árvore certa para o lugar certo” , e é neste ponto que deverão ser utilizados os Plano Municipal de Arborização Urbana.

Para ter um planejamento bem-sucedido, é importante providenciar o inventário das árvores já existentes com uma ferramenta tecnológica que permita o cadastro e visualização das árvores de forma rápida e fácil. Este inventário deve conter o maior número de informações possível sobre os espécimes já existentes e os locais onde estão situados. Conhecendo-se o patrimônio arbóreo da cidade com a qual irá se trabalhar, é possível avaliar melhor onde e como atuar. Para executar a arborização em nosso município, além de seguir as diretrizes constantes no Plano de Arborização Urbana, pode-se determinar a criação de canteiros e plantio de mudas nas cobranças provenientes de solicitações de cortes de árvores. Isso também pode ser feito através de ações do município, utilizando insumos e mão de obra própria.

Objetivos

1. Melhorar o ambiente e a aparência da área urbanizada;

2. Aumentar a área sombreada nas vias da cidade;

3. Melhorar os índices *per capita* de áreas verdes no município;

4. Diminuir o efeito de ilha de calor na área de maior densidade urbana;

5. Auxiliar na retenção do fluxo pluviométrico, retardando a sua chegada nas redes de drenagem;

6. Criar abrigo para as espécies de aves em deslocamento pela área urbana.

Planos de Ação

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

- Diagnóstico da situação da arborização urbana dos espaços públicos, parques e praças frente ao índice da Organização Mundial da Saúde (OMS) mínima de 12m² por habitante.
- Instituir convênio de adoção da arborização urbana para moradores, com o intuito de reforçar o sentido de pertencimento.
- Instituir o programa de educação ambiental com foco na importância da arborização urbana para a ambiência da cidade.
- Implementar a arborização urbana nas áreas e vias desprovidas.
- Legislação específica, Plano de Arborização, priorizando espécies nativas de porte adequado às diversas situações urbanas.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

- Monitoramento e controle do índice da área verde por habitantes, com o objetivo de atingir pelo menos o índice ideal de 36m² por habitante, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).
- Continuidade do programa de educação ambiental, através da arborização urbana, contribuindo para a sensibilização de uma nova consciência ambiental e para despertar a responsabilidade e cuidado com o meio ambiente.
- Implantação da arborização urbana nas áreas e vias desprovidas.
- Programa de manutenção da arborização para qualificação e perenidade da ambiência urbana.
- Revitalização do Horto Municipal para possibilitar a produção própria das mudas nativas e flores.
- Criação da identidade visual da arborização por setores do município.
- Diagnóstico das condições fito sanitárias de cada indivíduo arbóreo.
- Substituição das espécies inadequadas para arborização urbana.
- Mudança do tipo de fiação de redes urbanas, com a finalidade de evitar conflitos com arborização.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

- Manutenção preventiva de arborização com dados o diagnóstico.
- Censo e georreferenciamento de toda a arborização urbana com ficha online de monitoramento.
- Sistema integrado de informações geográficas, com visualização em mapas, que permita uma gestão eficiente das operações e controle da arborização urbana, com possibilidade de realizar análises estratégicas.

ESPORTE

Apresentação

O esporte é um fenômeno social praticado por pessoas de diferentes idades e classes, ao redor de todo o mundo. Atualmente, ele não é mais visto apenas como lazer ou competição, pois dele se obtém benefícios nos aspectos biológico e psicológico da saúde. Além disso, o esporte proporciona integração social entre as pessoas e favorece o aprendizado dos valores de solidariedade, cooperação, respeito, disciplina.

Apesar da Constituição de 1988 tratar o esporte como direito social, a prática esportiva ainda não recebe a legitimação social que outros direitos possuem quando se trata de políticas públicas (LEONIDIO, 2010).

No Município de Farroupilha, até a década de 80, não havia atividades organizadas de esporte e lazer para crianças, adolescentes e adultos. O esporte era pouco difundindo, limitando-se à prática de futebol de campo nas comunidades do interior e às atividades curriculares desenvolvidas nas escolas.

Por conta disso, a Prefeitura Municipal de Farroupilha teve a iniciativa de modificar esta realidade. Ao longo dos anos, implementou um conjunto de ações que se completam e se integram para atingir os diferentes objetivos da prática esportiva. Foram criadas as “Escolinhas Pré-desportivas” e os “Jogos Estudantis de Farroupilha” (JEF) na intenção de desenvolver e divulgar diferentes modalidades esportivas e proporcionar o lazer ao público. Também foram realizadas algumas ações intituladas “Festivais“ e “Campeonatos Municipais“, eventos que possibilitaram a prática do desporto e fomentaram a criação de equipes esportivas, atendendo desde a faixa etária de 8 aos 17 anos até os adultos e o master. Assim deu-se início ao Projeto “Farroupilha Mais Esporte”.

Como é hoje?

Considerando o cenário atual do município, no qual foram recentemente ampliados os serviços e estruturas referentes à prática de esportes e de acordo com o aprimoramento do Projeto "Farroupilha Mais Esporte", apresentaremos, a seguir, algumas características do panorama presente do esporte do município. Sendo assim, falaremos sobre as escolas pré-desportivas, as modalidades oferecidas, os eventos (como festivais e campeonatos), a abrangência da participação, entre outros indicadores. Com isso, formaremos uma contextualização do esporte em Farroupilha para que possamos elaborar objetivos para seu desenvolvimento e, após isso, delinear planos de ação.

As Escolinhas Pré-desportivas funcionam no Centro Desportivo de Atividade Complementar no Complexo Esportivo Parque Cinquentenário, na Av. Prefeito Arno Domingos Busetti, Bairro Cinquentenário. Elas iniciaram suas atividades com a modalidade de futsal, sendo incorporados posteriormente o voleibol, o basquete, a ginástica artística e o xadrez. Em 2013, com a atual administração, implantou-se o hóquei indoor, o Multiesportivo, a Iniciação Esportiva e o handebol.

As escolinhas atendem a crianças e adolescentes, dos 6 aos 17 anos, no contraturno escolar da rede municipal, estadual e particular de ensino. As atividades seguem o calendário escolar do município e são realizadas de segunda a sexta-feira. Cada turma é atendida duas vezes por semana. As aulas têm duração de 90 minutos. É permitida a matrícula em mais de uma modalidade.

São oferecidas as modalidades de basquete, vôlei, handebol, futsal, ginástica

artística, hóquei indoor, badminton e Projeto Multi Desportivo.

MATRÍCULAS	ATENDIMENTOS EXECUTADOS*	MODALIDADES OFERECIDAS
511	41.530	8

*Dados de 2018. É considerado atendimento a participação do aluno em uma aula.

O projeto é mantido pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que anteriormente fazia parte da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Oferece aos alunos, de forma gratuita, a prática das modalidades esportivas, ministradas por professores nomeados e com especialização na área em que atuam. Visando a universalização da participação, a prefeitura disponibiliza também o transporte de ônibus até o ginásio. Existe um roteiro pré-estabelecido que atende aos diversos bairros da cidade.

As atividades buscam desenvolver as habilidades motoras, técnicas e táticas de cada esporte, respeitando a faixa etária e a capacidade de cada criança e adolescente. Proporciona também a participação em competições de âmbito municipal, regional, estadual e nacional, nas quais o foco principal está na atenção ao desenvolvimento psicossocial, físico, emocional e esportivo dos participantes.

Os Jogos Estudantis de Farroupilha são disputados em três categorias, atendendo a faixa etária dos 11 aos 17 anos. Acontecem anualmente nas dependências do Complexo Esportivo do Parque Cinquentenário e são realizadas competições de atletismo, basquete, futsal, handebol, voleibol e xadrez. Das 35 escolas existentes no município 82% participam dos jogos estudantis em alguma modalidade. Fica a cargo do poder público o transporte das escolas, a premiação, o material e a arbitragem.

PARTICIPANTES	5426
MODALIDADES	6
PARTIDAS DISPUTADAS	749
ESCOLAS ENVOLVIDAS	30

Os Festivais são eventos participativos, nos quais não se define a classificação final e todos os participantes são premiados. Eles têm por objetivo apresentar às crianças as diversas modalidades esportivas. Contemplam a faixa etária dos 8 aos 11 anos e deles participam os alunos das escolas pré-desportivas nos seguintes jogos e esportes: basquete, caçador, futsal, ginástica artística, handebol, hóquei, newcon, queimada, tag rugbi e voleibol.

ATLETAS PARTICIPANTES	1321
MODALIDADES	10
PARTIDAS REALIZADAS	2412
ESCOLAS PARTICIPANTES	10

Os Campeonatos Municipais das Categorias de Base de Futsal e Voleibol, são voltados à competição esportiva propriamente dita, seguem as idades das federações de cada modalidade e participam as entidades diversas do município.

Para os adultos e master realizam-se duas vezes ao ano os Campeonatos Municipais de Voleibol e Voleibol Misto-Master.

MODALIDADES	2
CATEGORIAS	7
PARTIDAS REALIZADAS	165
ATLETAS ENVOLVIDOS	633

Todas estas ações são realizadas, em caráter permanente, pela Prefeitura Municipal desde o ano de 1987.

Há mais de 40 atividades envolvendo o esporte em Farroupilha que são realizadas de maneira direta. De forma indireta, buscam-se parcerias com entidades para a realização de eventos que promovam e instiguem a população a prestigiarem os eventos na comunidade. Neles, há o apoio com estrutura física e de mão de obra de pessoas da secretaria para a realização de eventos. Dentre alguns, podem ser citados o Torneio Alvorada de Futebol Feminino, o Citadino de Futebol Feminino, o Enduro da Curva Reta, o Torneio de Futebol 36º BPM, o Campeonato Municipal de Vôlei Adulto, Toboágua, Pedal 6 Horas, Pedal Eko-nova, Pesca Noturna e Campeonato Brasileiro de Quatrilho. Prezamos continuamente pela evolução da abrangência e oferecimento de atividades esportivas para a população. A seguir, temos alguns dados que demonstram a melhora obtida desde 2013 em alguns dos aspectos mais essenciais para o desenvolvimento do esporte no Município de Farroupilha, como o crescimento de participações, a inclusão de novas modalidades e a aquisição de novos materiais esportivos. Após isso, apresentamos alguns indicadores para acompanharmos a evolução de matrículas, participação e construção de novas escolas, entre outros indicadores, entre 2013 e 2018.

- Mantivemos a taxa de crescimento anual de participações que está em torno de 5% ao ano;

QUADRO GERAL DE PARTICIPAÇÕES

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	PROJEÇÃO PARA 2040
Escolinhas Pré-desportivas	309	438	457	499	468	500*	1200
Festivais	768	793	864	887	1136	1300*	2000
JEFs	4167	4296	5041	5144	5280	5400*	7200
Cam. Mun. cat. base futsal	120	144	180	324	196	208*	480
Cam. Mun. cat. base vôlei	48	72	96	96	108	132*	230
Cam. Mun. vôlei adulto	72	96	108	96	120	120*	220
Cam. Mun. vôlei master	72	72	72	60	72	84*	130
Estimativa de atendimentos em decorrência de novos programas a serem implantados							4300
TOTAL DE ATENDIMENTOS	5556	5911	6818	7106	7308	7744	15760

* Valor estimado.
** Os números acima tem relação com os participantes diretos, não sendo computadas as assistências (familiares e público em geral).

- O roteiro do transporte das escolas foi ampliado. Inicialmente o transporte era realizado unicamente do Centro até o Complexo Esportivo Parque Cinquentenário. Porém, ao longo dos anos o transporte foi ampliado;

- Aumentamos o número de modalidades atendidas. As Escolinhas Pré-desportivas no começo (1987) eram apenas na modalidade futsal. Em 1989, foi inserido o vôlei, em 1994, o basquete, em 2004, a ginástica artística e o xadrez e em 2013, o hóquei indoor, o multiesportivo, a iniciação esportiva e o handebol. Inicialmente (1987), os JEFs abrangiam apenas as modalidades de vôlei e futsal. Posteriormente, foram inseridos o handebol (1989), o atletismo (1990), o basquete (1994) e o xadrez (2000). No começo (2002) os Festivais abrangiam o futsal, vôlei, basquete e handebol. Posteriormente foram acrescentados ginástica (2005), hóquei (2013), caçador (2015), newcon (2015), queimada (2015) e o tag rugbi (2016). Desde o início (1987), os Campeonatos Municipais foram de futsal e vôlei, sendo o futsal nas categorias de base (futsal) e o voleibol nas categorias adulto e Misto-Master;
- Efetuamos a troca e aquisição de novos materiais esportivos;

MATERIAIS ESPORTIVOS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
VALOR ESTIMADO*	10.000,00	10.000,00	10.000,00	15.000,00	15.000,00	18.000,00

* Total entre contrapartidas e aquisições.

- Realizamos a Reforma do Complexo Esportivo Parque Cinquentenário: Ao longo dos anos, foram realizadas as trocas das telhas, a manutenção de lâmpadas, a pintura de corrimões, as trocas de chuveiros, a pintura de goleiras e quadras. Neste ano de 2020 serão pintados os pavilhões inteiros, trocada uma parte das telhas, reformados os banheiros – possibilitando o acesso facilitado aos portadores de necessidades especiais – e efetuadas mudanças no paisagismo.

Coleta de dados

Definição de Indicadores:

- Número de matrículas nas Escolinhas Pré-Desportivas;
- Número de crianças e adolescentes e escolas participantes nos Jogos Estudantis (JEFs);
- Número de crianças e escolas participantes nos Festivais;
- Número de participantes e equipes organizadas que atuam nos Campeonatos Municipais nas diversas categorias e modalidades;
- Número de participantes e equipes organizadas que atuam nos Campeonatos Municipais nas diversas categorias e modalidades.

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES

NÚMERO DE MATRÍCULAS NAS ESCOLINHAS PRÉ-DESPORTIVAS

MATRÍCULAS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
ESCOLINHAS PRÉ-DESPORTIVAS	309	438	457	499	468	500*

* Valor estimado.

NÚMERO DE CRIANÇAS E ESCOLAS PARTICIPANTES NOS JOGOS ESTUDANTIS (JEFS)

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
JEFS	4167	4296	5041	5144	5280	5400*

* Valor estimado.

NÚMERO DE CRIANÇAS E ESCOLAS PARTICIPANTES NOS FESTIVAIS

CRIANÇAS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
FESTIVAIS	768	793	864	887	1136	1300*

* Valor estimado.

ESCOLAS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
FESTIVAIS	4	6	8	10	10	10*

* Valor estimado.

NÚMERO DE PARTICIPANTES E EQUIPES ORGANIZADAS QUE ATUAM NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS NAS DIVERSAS CATEGORIAS E MODALIDADES

PARTICIPANTES

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CAM. MUN. CAT. BASE FUTSAL	120	144	180	324	192	204*
CAM. MUN. CAT. BASE VÔLEI	48	72	96	96	108	132*
CAM. MUN. VÔLEI ADULTO	72	96	108	96	120	120*
CAM. MUN. VÔLEI MASTER	72	72	72	60	72	84*

* Valor estimado.

EQUIPES ORGANIZADAS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CAM. MUN. CAT. BASE FUTSAL	10	12	15	27	12	17*
CAM. MUN. CAT. BASE VÔLEI	4	6	8	8	9	11*
CAM. MUN. VÔLEI ADULTO	6	8	9	8	10	10*
CAM. MUN. VÔLEI MASTER	6	6	6	5	6	7*

* Valor estimado.

Visão de futuro

DEMOCRATIZAR E AMPLIAR O ACESSO À PRÁTICA DO ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA DE FORMA A PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS, JOVENS, ADULTOS, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO FATOR DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA.

Objetivos

Para projetarmos o futuro que queremos em relação ao esporte, foram realizadas audiências públicas com a população em geral, entrevistas com os pais dos nossos alunos das escolinhas esportivas, entrevistas com professores de Educação Física que trabalham no Centro Desportivo e em escolas do município e dirigentes e técnicos esportivos. Com isso, temos como objetivos:

- Atuar nas situações de risco e vulnerabilidade social;

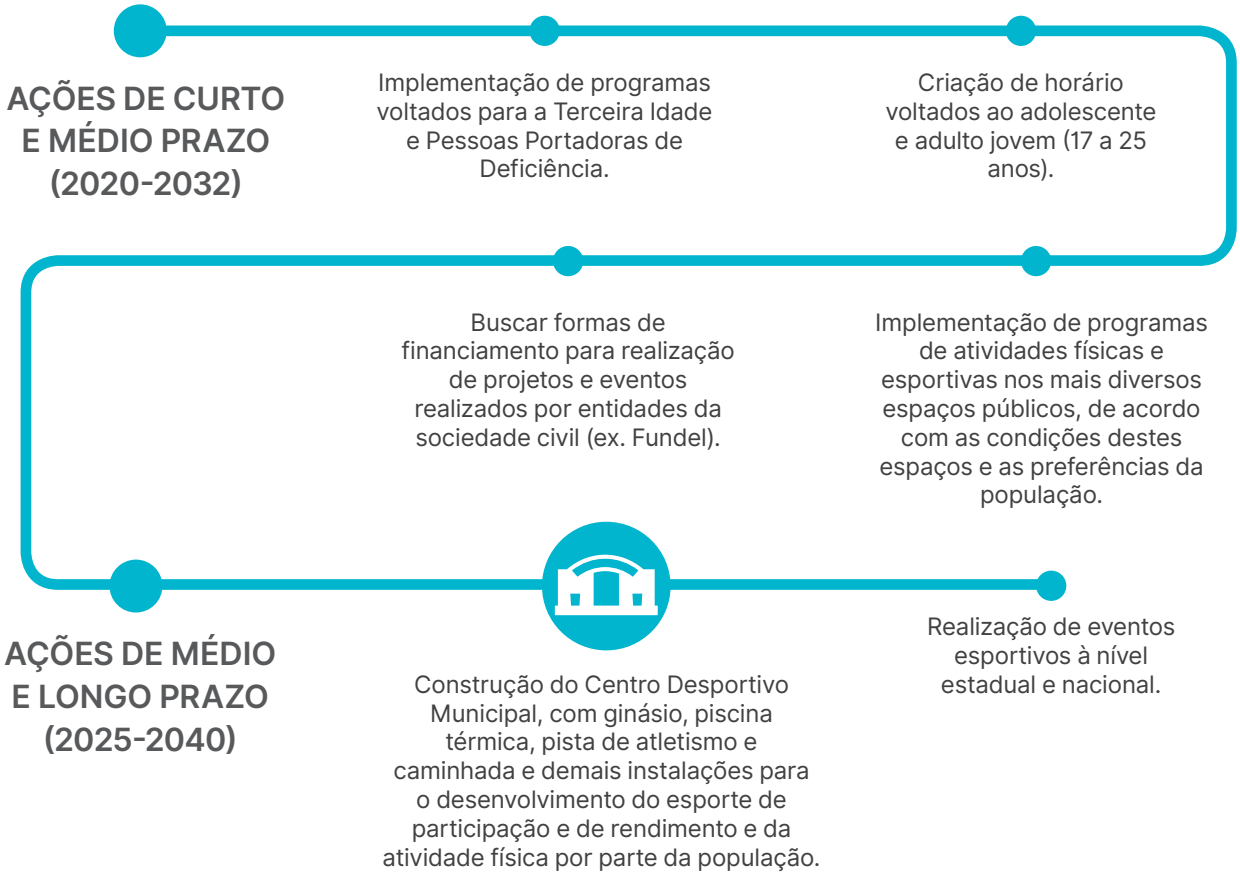
- Proporcionar a crianças, adolescentes e adultos a interação social, cultural e esportiva;
- Estimular a prática de atividades físicas para, com isso, obter uma melhor saúde e qualidade de vida;
- Desenvolver os valores inerentes ao esporte, auxiliando na formação do cidadão consciente de seu papel na sociedade;
- Vivenciar, através das competições esportivas de diversos âmbitos, experiências emocionais que auxiliem no desenvolvimento psicossocial;
- Permitir o acesso à prática esportiva de crianças portadoras de necessidades especiais;
- Detectar talentos esportivos;
- Universalizar e fomentar a prática esportiva.

METAS A ATINGIR:

- Manter a taxa de crescimento anual de participações que está em torno de 5% ao ano;
- Ampliar o roteiro do transporte das Escolinhas Pré-desportivas;
- Aumentar o número de modalidades atendidas;
- Efetuar a troca e aquisição de novos materiais esportivos;
- Reforma do Complexo Esportivo Parque Cinquentenário.

Planos de Ação

As ações levantadas acima foram divididas em relação ao prazo necessário para a sua implantação:

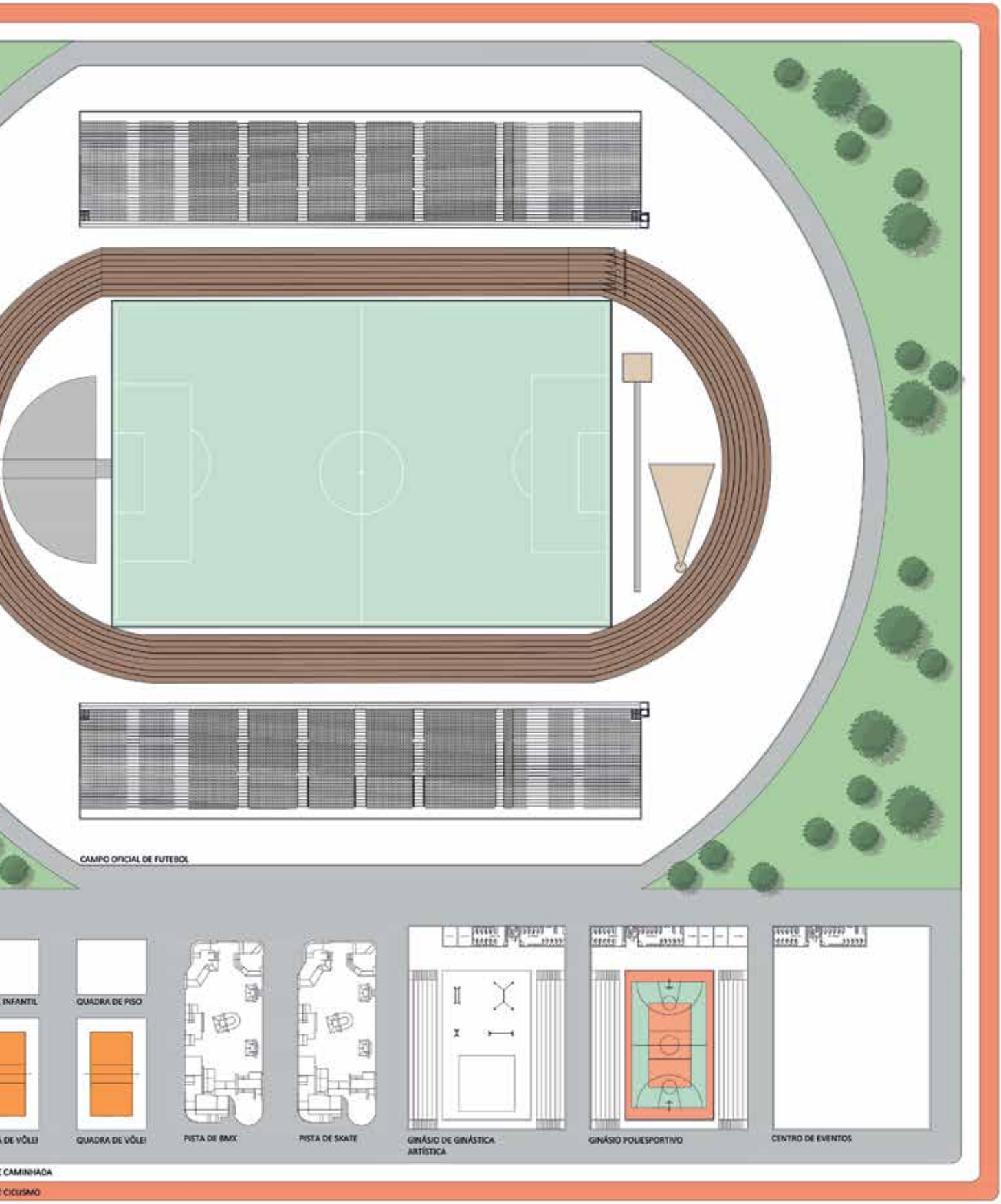


OS NOVOS ESPAÇOS FÍSICOS A SEREM CRIADOS SERÃO UTILIZADOS NAS SEGUINTES ATIVIDADES:

- **Pista de atletismo**: implantação de escolinhas de iniciação e treinamento de equipes; empréstimo para as escolas realizarem treinamentos com seus alunos, implantação de programas voltados à saúde da população em geral; implantação de programas voltados à pessoas com deficiência.
- **Piscina térmica coberta**: implantação de escolinhas e equipes de natação; programas de natação e hidroginástica voltados a população em geral; realização de atividades em parceria com as UBS para pessoas com necessidades especiais e portadoras de deficiência.
- **Quadras polivalentes e de futebol de areia**: utilização pela população em geral e grupos organizados.
- **Ginásio polivalente multiuso**: ampliar a oferta de vagas nas escolinhas já existentes, com a criação de novas turmas: implantação de novas atividades voltadas para o público da terceira idade e pessoas com deficiência; realização de grandes eventos esportivos e outros em geral.
- **Quadra de tênis**: implantação de escolinhas esportivas da modalidade, inclusive para pessoas com deficiência.
- Espaços de lazer para utilização pela população em geral.

VILA DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE.

Complexo Esportivo, Vila do Esporte, Lazer e Juventude.


CAMPO OFICIAL DE FUTEBOL
INFANTIL
QUADRA DE PISO
QUADRA DE VÔLEI
PISTA DE BMX
PISTA DE SKATE
GINÁSIO DE GINÁSTICA ARTÍSTICA
GINÁSIO POLIESPORTIVO
CENTRO DE EVENTOS
CAMINHADA
CICLISMO

JUVENTUDE

Apresentação

No subeixo de Juventude, nos preocupamos em mapear o que é aproveitado por essa parcela da população no Município de Farroupilha. Considerando que o público jovem é quem constituirá, nos próximos vinte anos, a população economicamente ativa da região, temos como intenção servir a melhor estrutura possível para o seu desenvolvimento e crescimento enquanto cidadãos conscientes de sua própria realidade. Percebemos, como será mostrado a seguir, que grande parte do conteúdo aqui revelado é comum com os subeixos de Lazer e Esporte, também essenciais no que concerne à formação de adultos sadios e preparados para lidar com as necessidades do município, assim como as suas próprias e de seus comuns.

Farroupilha, de acordo com o último censo do IBGE no ano de 2010, tem cerca de um quarto da sua população composta por jovens, faixa etária compreendida de 15 a 29 anos. Através da criação do Estatuto da Juventude, Lei n° 12.853 de 5 de agosto de 2013 , se estabeleceu essa idade.

Para projetarmos o futuro de nossa cidade, é preciso ter conhecimento de tudo que seja de acordo com a nossa temática. Partindo do eixo da Juventude, dividiu-se o diagnóstico em duas etapas: espaços públicos e programas que a prefeitura já realiza para a juventude. Esses espaços públicos (foram visitados todos no perímetro urbano) se localizam em meio a praças, parques e áreas que tenham ligação com a temática. Para mapear os programas que a prefeitura já desenvolve, foi realizada uma reunião com todas as secretarias que deveriam apresentar quais atividades, no seu cotidiano eram correspondentes à juventude.

Como é hoje? | Coleta de dados

Na primeira etapa serão apresentados os espaços públicos já existentes, um retrospecto geral sobre a situação, bem como as suas deficiências e problemas diagnosticados, e também os bairros que não possuem nenhum tipo de espaço. Muitos dos locais já existentes não se enquadram com o público jovem, ou têm um aparato em forma de parques infantis.

Consideramos de grande importância para os habitantes de Farroupilha a garantia de espaços públicos de qualidade. Dentre os bairros que possuem espaços públicos para a população, temos: 1° de maio, Alvorada, América, Bela Vista, Belvedere, Calçadão, Caravaggio, Centenário, Cruzeiro, Cinquentenário (três espaços, duas praças e o complexo do Parque Cinquentenário), Centro, Industrial, Largo Carlos Fetter, Lindóia, Medianeira, Nova Vicenza, Santa Catarina, Santo Antônio, São Francisco, São José, São Luiz e Vicentina.

Praça do Bairro São Francisco

Entre parques e praças, temos:

Praça do Parque, Praça da Bandeira, Parque da Imigração Italiana, Parque dos Pinheiros, Praça Flores da Cunha (trator), Praça da Igreja Matriz, Praça de Nova Milano e Praça Prefeitura.

Para aproveitamento da população e sua utilização de espaços públicos em momentos de lazer, os locais acima citados contam com as seguintes estruturas: bancos; quadras esportivas (mais frequentemente usada para os esportes de vôlei e futebol); pistas de caminhada; brinquedos; chimarródromo; academias de terceira idade; área de convivência (parklets).

Skate Parque

Ao passar por tais localidades e diagnosticar suas estruturas, encontramos uma série de problemas, entre eles:

- Ausência de iluminação ou iluminação insuficiente;
- Ausência de opções para a juventude;
- Otimização de locais grandes e mal aproveitados;
- Situação de abandono;
- Quadras esportivas sem condições de uso;
- Falta de paisagismo;
- Mato a ser cortado;
- Acesso de má qualidade;
- Ausência de areia, limpeza, cercamento de quadras, pintura e demarcação dos espaços.

Entre os bairros que não possuem espaços de aproveitamento público, estão: Monte Pasqual, Pio X, Volta Grande, Imigrante, Monte Verde, Cooperativa Vitórial, Planalto, São Roque e Santa Rita.

A segunda parte do diagnóstico consiste no levantamento de dados sobre programas e ações que são desenvolvidas pelas secretarias municipais dentro desta administração. Abaixo segue a relação de secretarias e programas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL:

Gemelaggio é um programa que consiste no intercâmbio de jovens para aprendizagem do cultivo de frutas na Itália. Além disso, a secretaria oferece oficinas e cursos breves sobre plantio e construção de equipamentos condizentes com a realidade do interior.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO:

Atendimentos nos CRAS e CREAS, com atividades e oficinas como as de grafite, hip hop, violão e voz, artes visuais e corporais. A secretaria também exerce trabalhos em grupos de psicólogas e educadores sociais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE:

As atividades oferecidas pela secretaria, estão as Escolinhas, que costumam reunir esportes como futsal, vôlei, handebol, basquete, xadrez e hóquei; Jogos Estudantis; Festivais esportivos (diversas modalidades); Campeonato de Taco; Desafio de pedal; Campeonatos de vôlei de quadra e areia e piscina pública;

Entre ações específicas para a juventude farroupilhense, consideramos:

- Plano Municipal de Juventude;
- Conselho Municipal de Juventude;
- Eventos que fazem parte do calendário oficial do município;
- Juventude pensando no futuro (Feira de profissões);
- Semana da Juventude;
- Apoio, formação e instituição de Grêmios Estudantis;
- Oficinas profissionais (aproximação do jovem ao mercado de trabalho);
- Campanhas educativas (como a semana do trânsito, cuidados nas redes sociais, ISTS, gravidez na adolescência, entre outras);
- Banco de currículos de estágios;
- Minicursos;
- Conferências Municipais da Juventude;
- Roda de conversa sobre diversos assuntos;
- Copa Estudantil FIFA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Oferece o serviço de transporte universitário intermunicipal. No ano de 2018 totalizou 982 alunos beneficiados.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO:

Tem como responsabilidade a contratação e oferecimento de vagas de trabalho para estagiários.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

A secretaria oferece o serviço “Gol de placa” nos bairros São José, América e Monte Pasqual. Além disso, oferece atendimentos psicológicos, terapias e no CAPS, com oficinas, musicais, artes plásticas, entre outras.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA:

Tem como foco atividades e eventos como a Maratona Cultural, Farroupilha Bem Gaúcha, a Escola Pública de Música (musicalização de vários instrumentos, voz, entre outros), oficinas de teatro e visitações em atrativos turísticos.

Visão de futuro

UMA CIDADE MAIS JOVEM NAS SUAS CONCEPÇÕES, DESENVOLVIDA SOBRE DIVERSOS ASPECTOS QUE RESULTAM EM UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA. ESTA SERÁ ALCANÇADA ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS TEMPORAIS DE EXECUÇÃO, TENDO COMO CONSEQUÊNCIA MELHORES ÍNDICES HUMANOS E DE SUSTENTABILIDADE.

Objetivos

Promover a construção e otimização de mais espaços, elaborar mais ações e atividades para os nossos jovens, principalmente as que envolvem cultura, esporte e lazer. Onde quer que a juventude seja contemplada, deve receber oportunidades e cada vez mais respaldo, sendo mais valorizada e, assim, fortalecendo cada vez mais a cidadania.

Planos de Ação

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

- Criação e unificação de pontos de encontros de juventude, focados na área do lazer, dentro da área central do município, onde algumas tribos urbanas frequentariam, entre eles: grupo de adeptos de som automotivo, boêmios, gastronômicos, lojas de conveniência, pontos culturais (Júlio de Castilhos, Largo Carlos Fetter).
- Criação e implantação de cursos preparatórios para ENEM e Universidades Federais.
- Reestruturação de algumas praças e otimização do espaço das mesmas (melhorias na iluminação, através da implantação ou até mesmo do aumento do número de luminárias, liberação do passeio de pets, mais equipamentos esportivos, cercamento do espaço, drenagens, implantação de concreto em alguns pontos, mais bancos, melhor manutenção e limpeza dos locais, ajardinamento, chimarródromo, entre outras).
- Revitalização do skate park.

Construção de mais quadras esportivas (na sua estrutura de piso, cercadas, com iluminação).

Ampliação e criação de vagas em contraturnos para jovens entre 15 e 18 anos.

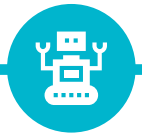
Programa de primeiro emprego.

Maior suporte e ampliação de parcerias, buscando maior quantidade de vagas do programa Jovem aprendiz.

Manutenção da gratuidade do transporte universitário intermunicipal e ampliação para cursos de pós-graduação.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

Implantar um Centro de Juventude, local que seja referência.



Criação de um espaço voltado à tecnologia.

Maior investimento de recursos nas políticas de juventude.

Construção de um Centro Cultural (Casa de Cultura, Teatro, Biblioteca, Escola de artes e humanidades, Sala de Cinema).

Implantação e fortalecimento da UFRGS.

Ampliações de Universidades e escolas técnicas, cedendo lotes de terra ou prédios para a realização de atividades.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

Manutenção de todas as ações e programas referidos nos itens anteriores.

Construção de um novo complexo multiesportivo, que virá a abranger diversas modalidades esportivas.

LAZER

Apresentação

O lazer tem importância fundamental na vida de uma comunidade, proporcionando a ela inúmeros benefícios. Quando aliado ao esporte, por exemplo, pode prevenir doenças como a obesidade, diabetes, cardiopatias, entre outras, além de promover a saúde mental, a integração da comunidade, o respeito ao próximo e a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.

Nesse sentido, a cidade se torna palco para vivências importantes ligadas ao lazer, seja ele aliado ao esporte, como mencionado anteriormente, à cultura ou à saúde, voltados a diferentes faixas etárias e estilos de vida. O contato com o espaço público ou coletivo, é essencial à criação de valores, como o respeito ao lugar do outro, à natureza, à valorização do que é de todos, ao convívio com as diferenças, entre outros.

No Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade, elaborado pelo Instituto de Longevidade Mongeral Aegon em parceria com a FGV, o Município de Farroupilha aparece como a 40ª melhor pequena cidade para envelhecer, entre as 348 cidades brasileiras que têm entre 50 mil e 100 mil habitantes, o que enfatiza ainda mais a importância de proporcionar opções de lazer para todas as idades.

Como é hoje?

Farroupilha está em constante desenvolvimento e tem visível potencial para desenvolver novas alternativas de lazer, ligadas a diversas frentes, como turismo, cultura, saúde e espor-

te, valendo-se de suas belezas naturais, espaços físicos disponíveis, elementos culturais, força produtiva e bons índices de qualidade de vida.

A cidade também possui parques e praças revitalizados e equipados para bem receber seus moradores, como o Parque dos Pinheiros e o Parque da Imigração Italiana; praças em bairros e no interior; piscina pública, belezas naturais e pontos turísticos já consolidados como a cascata do Salto Ventoso e o Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio; museus que resgatam a história da imigração e dos primeiros moradores da cidade, empreendimentos que valorizam a vitivinicultura, novos e diferenciados empreendimentos, como as cervejarias artesanais.

O município também conta com locais de propriedade particular que oferecem serviços de lazer, especialmente aos finais de semana, como Gparque, Pesque Pague Portal dos Coqueiros, Pague Pesque Camping Mützenberg, Parque das Águas, Clubes Santa Rita e Vasco da Gama, Casa Sueca e a Casa de Bona.

Entre as fraquezas, o grupo aponta a insuficiente divulgação dos locais de lazer já existentes e eventos que acontecem no município, o que pode ser um dos fatores que ocasiona a pouca participação da comunidade ou a busca por atividades em outras cidades.

Fica claro, ainda, que faltam opções diferenciadas e voltadas aos mais diferentes públicos, com poderes aquisitivos e faixas etárias diferentes. Ainda, quando são realizadas atividades em espaços públicos com comércio de bebidas e comidas (food trucks), o poder público cobra taxas excessivas, o que vem a dificultar a participação dos comerciantes, limitando a diversidade de produtos ofertados.

Também foram identificados a falta de segurança para circular pelas ruas, principalmente à noite; a deficiência de manutenção e limpeza de praças, parques, ciclovia e calçadas, o que não torna os espaços convidativos para os momentos de descanso do cidadão e a pouca conscientização da população quanto à importância de não colocar lixo na rua e manter a cidade agradável para todos.

Além das fraquezas internas, existem fatores negativos do ambiente externo que criam obstáculos às ações estratégicas do município. Nesse contexto, identificou-se pontos como a inflexibilidade de horários de atendimento da maioria dos estabelecimentos de comércio e serviços da área central. Eles costumam funcionar em horário comercial, alguns ainda fechando ao meio dia, o que vai contra às oportunidades de lazer que poderiam surgir com a ampliação do atendimento para a noite e em horários de folga dos moradores.

Há também uma cultura da própria população, que necessita ser trabalhada e que pode mudar naturalmente com as novas gerações, de estar em casa cedo, não sair à noite na sua própria cidade, de não valorizar as promoções do poder público, preferindo muitas vezes pagar por um entretenimento, ao invés de aproveitar e prestigiar as opções oferecidas gratuitamente pela prefeitura.

O clima, que em grande parte do ano é chuvoso e com temperaturas baixas também acaba por afastar a comunidade dos espaços abertos. O aspecto de pouco cuidado causado pelo vandalismo e por moradores de rua que não aceitam auxílio assistencial também impede que

as pessoas se sintam à vontade para estar em contato com a cidade.

Com as forças apuradas e o conhecimento das fraquezas e ameaças para a implementação de estratégias de lazer, o grupo listou as oportunidades que podem auxiliar no desenvolvimento de ações relacionadas ao tema.

A principal delas é a criação de novas opções de lazer voltadas para todas as faixas etárias, públicos específicos e diferentes classes sociais, atentando para a implantação de espaços fechados de lazer, com programações de inverno e verão fixas e/ou agenda cultural e o aumento do número de eventos realizados em espaços públicos, como a Rua Júlio de Castilhos, que atualmente vem sendo fechada com esse intuito aos domingos. Também se sugere a efetivação de parcerias Público-Privadas e a redução de taxas para incentivar a participação de microempreendedores nas atividades.

Também há a oportunidade de pensar em políticas públicas eficientes voltadas à segurança pública, com o controle real das câmeras de segurança, sistema de notificações, plano para o melhor gerenciamento da coleta de resíduos e limpeza dos ambientes públicos e realização de campanha de conscientização, voltada à população, sobre a importância de cuidar dos bens públicos.

É possível ainda realizar pesquisa de comunicação para entender quais são os canais de comunicação mais efetivos para que as informações ligadas às atividades de lazer e outras possam chegar de forma clara e eficiente aos moradores, além firmar parcerias com meios de comunicação para incentivar a participação da comunidade.

Obviamente, é preciso ainda ouvir a comunidade de forma aberta, organizada e igualitária e manter diálogo com sindicatos e entidades de comércio e serviços para flexibilização de horários de atendimento.

Coleta de dados

Aqui, organizamos as localidades do município que contêm espaços públicos, essenciais na garantia de atividades de lazer para os habitantes de Farroupilha. No bairro do centro, temos os seguintes locais: Praça da Matriz, Praça da Bandeira, Praça Emancipação, Praça Flores da Cunha e Calçadão do Município. A seguir, temos o diagnóstico de alguns espaços públicos:

PISTAS DE CAMINHADA

Rodovia dos Romeiros e Bairro São Luiz/Imigrante

As pistas de caminhada do Bairro São Luiz/Imigrante foram construídas recentemente. As da Rodovia dos Romeiros, que também foram executadas há pouco tempo, precisam de manutenção, pois há vegetação crescendo sobre ela e no entorno, além de partes da mesma estarem cedendo.

PARQUE CINQUENTENÁRIO

Bairro Cinquentenário

Precisa de maiores manutenções. Por ser um amplo espaço e fechado, poderia proporcionar mais eventos.

BIBLIOTECA PÚBLICA

Bairro Centro

Necessita de manutenção, cuidados e restauro.

Biblioteca Pública

PRAÇA LIDOVINO ANTÔNIO FANTON

Bairro Vicentina

Necessita de manutenções e cuidados.

PRAÇA SANTA RITA

Bairro Nova Vicenza

Precisa ser revitalizado, tendo como referência a construção de mais espaços atrativos e tratamento paisagístico.

PRAÇAS DE COMUNIDADE

Os próprios moradores adotam esses espaços e cuidam deles. Em razão de tal zelo, as praças de comunidade encontram-se, em sua maioria, em melhor estado do que as praças da área central. O mesmo ocorre com as praças de bairros.

MUSEU CASA DE PEDRA

Bairro Nova Vicenza

Necessita de manutenção e cuidados.

MUSEU CASAL MOSCHETTI

Bairro Centro

Necessita de manutenção e cuidados.

LARGO CARLOS FETTER

Bairro Centro

É um espaço com muito potencial para o lazer, em razão de sua localização e dimensão. Necessita de um projeto que proporcione realmente um complexo de lazer.

PARQUE DOS PINHEIROS

Bairro do Parque

Necessita de manutenção e recentemente passou por qualificações.

PARQUE DA IMIGRAÇÃO

Nova Milano

Recentemente passou por revitalizações e está recebendo um museu.

SALTO VENTOSO

Linha Ely

Recentemente passou por revitalizações.

Outras informações importantes foram obtidas por meio da aplicação de uma pesquisa *online*, que ficou disponível do dia 27 de março a 2 de abril de 2019 e de outra semelhante disponibilizada na data do Encontro Público em 27 de abril. No total foram recebidas mais de 200 respostas.

Na questão 1, que apura as atividades que o morador costuma fazer, as mais apontadas foram: passeios aos parques com a família, amigos e animais de estimação e atividades físicas, tais como, caminhada, corrida, andar de bicicleta e jogar futebol.

As opções consideradas as mais importantes para o desenvolvimento de Farroupilha na temática, foram, nesta ordem: bicicletário, ciclofaixas centrais, parques, praças, teatro, cinema, Rua da Gastronomia, shopping, as programações fixas de inverno e verão e quiosques e banheiros em espaços públicos.

Quanto às sugestões de outras estruturas de lazer, foram propostas: espaços abertos e fechados para passear com os animais de estimação; comércio aberto até mais tarde; mais opções de lugares fechados onde tenham atividades de lazer fixas para levar a família, tendo em vista o frio da região; Rua da gastronomia coberta, com sugestão para a Júlio de Castilho; ciclovias; investimento na estrutura e segurança dos parques e

Salto Ventoso

praças já existentes na cidade; ampliação das academias ao ar livre; utilização dos prédios antigos da cidade como centros culturais, onde existam oficinas de arte e lazer, cinema; movimentação noturna para a cidade, variedade de bares e restaurantes.

A maioria das pessoas respondeu que procuram atividades de lazer em outras cidades, tais como, shopping, cinema, teatro, gastronomia diferenciada e que abra à noite e aos domingos, bares, pubs, casas noturnas, esportes radicais ao ar livre, praças e parques com boa infraestrutura e segurança.

Entre as localidades (cidade, estado, país, região) mais citadas como exemplo na área de lazer estão Gramado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Carlos Barbosa, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba.

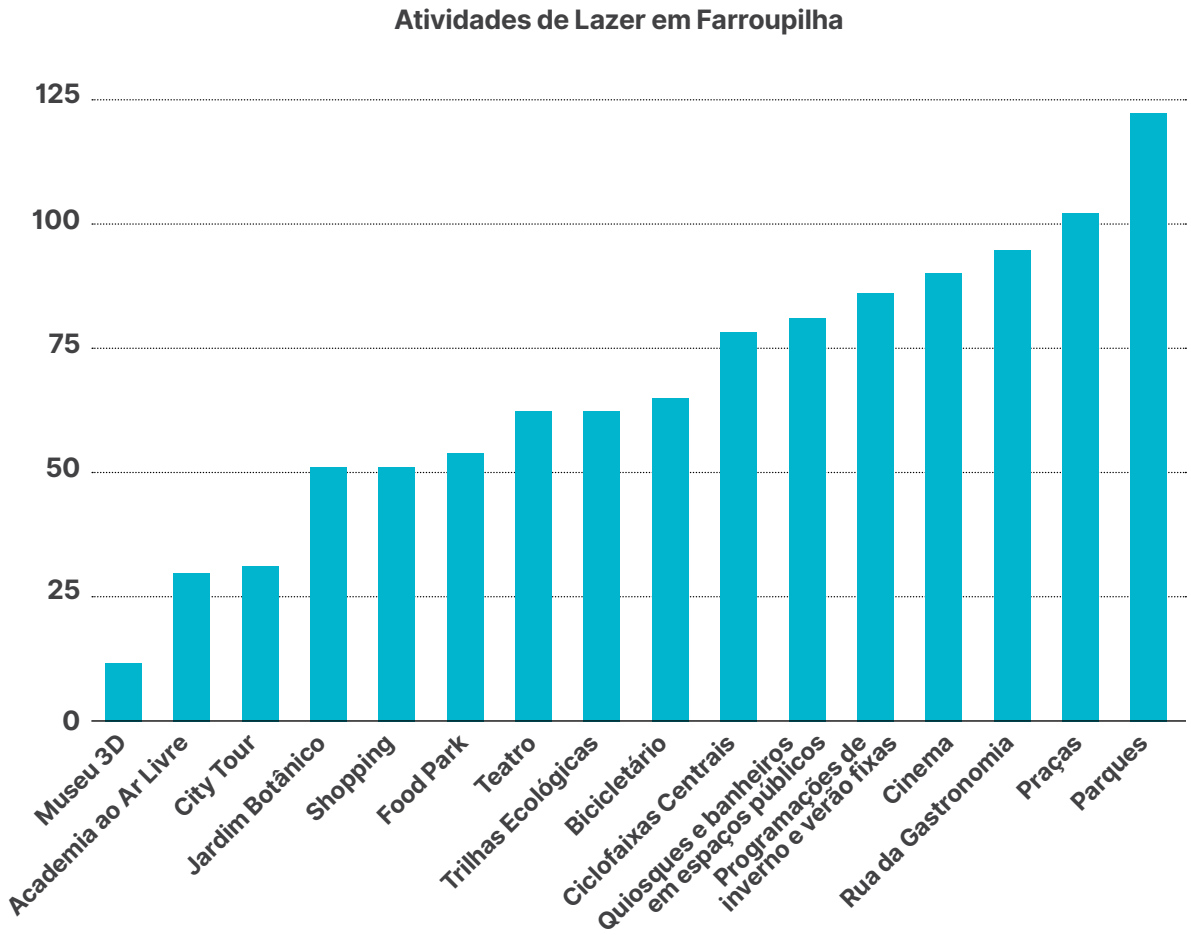
Os locais públicos e/ou privados de Farroupilha mais lembrados foram o Parque dos Pinheiros, Salto Ventoso, Caravaggio, Parque da Imigração Italiana, Blauth Bier, Balneário Santa Rita e a Praça da Matriz.

A importância do lazer e do esporte para a qualidade de vida do farroupilhense foi tema do terceiro Encontro Público do Farroupilha 2020-2040. Realizado no salão principal do Muinho Club, o evento trouxe novas perspectivas para o futuro dentro do tema. Cerca de 70 pessoas participaram e debateram junto com cinco palestrantes, que tiveram como missão abordar os assuntos de perspectivas diferenciadas, além de instigar a comunidade a pensar sobre o quanto dedica seu tempo ao lazer.

Entre as questões debatidas esteve o fato de o farroupilhense não ter o hábito de frequentar eventos abertos na cidade. A Psicóloga Hipnoterapeuta Especialista em Psicogerontologia, Suzana Iara Fetter destacou que os momentos de lazer são fundamentais para evitar o adoecimento causado pela estafa mental. Os empresários Fabricio Filipe Spinelli e Gledson de Campos relataram a dificuldade de criar eventos em Farroupilha e sugeriram a reestruturação de ruas centrais, para ampliar ambientes voltados ao lazer e convívio social. Na área do esporte, o Presidente da Associação de Apoio ao Desporto e Paradesporto de Caxias do Sul, Marcio Velasquez destacou a importância da inclusão social por meio do esporte oferecendo, desde cedo, qualidade de vida aos jovens. Já o assessor parlamentar, responsável pela área de projetos de esporte e cultura, Luís Fernando Rosa, explanou sobre como entidades e município podem captar recursos para o esporte.

Em junho de 2019, a prefeitura elaborou uma pesquisa sobre o lazer em Farroupilha, na qual obteve as seguintes respostas:

- Maior parte dos respondentes até 34 anos;
- Gênero majoritariamente feminino (59,5%);
- Entre as atividades mais feitas, estão caminhada, passeios e parques;
- A maior frequência de realização de atividades de lazer é semanal (62,7%);
- As atividades de lazer preferidas dos habitantes são frequentar praças e parques. Outras opções bastante escolhidas foram visitar a Rua da Gastronomia, participar de programações de inverno e verão fixas e ir ao cinema.



Quando pedidos para sugerir outras estruturas de lazer para Farroupilha, os habitantes ressaltaram a melhoria na estrutura de parques e praças, opções de atividades para levar cães, mais espaços ao ar livre, atividades que envolvam brincadeiras para as crianças e shows de bandas.

79% dos habitantes de Farroupilha que responderam à pesquisa disseram que procuram atividades de lazer em outras cidades e, dentre as opções mais citadas, estão cinema, shopping e gastronomia. Além disso, as localidades mais consideradas como exemplo na área do lazer, segundo os habitantes, são Caxias do Sul, Gramado, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves e Porto Alegre. Pode-se notar, portanto, que os farroupilhenses tendem a frequentar cidades próximas, em sua maioria na região da Serra Gaúcha. Para eles, os locais públicos ou privados mais lembrados quando pensam em lazer no Município de Farroupilha são o Parque dos Pinheiros e o Santuário N. S. do Caravaggio. O passeio do Salto Ventoso também foi bastante citado.

Visão de futuro

FARROUPILHA SERÁ REFERÊNCIA EM ESPAÇOS DE LAZER SEGUROS, CONECTADOS E DIFERENCIADOS, PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR DE TODOS. INCENTIVAR, ASSIM, A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COMUNIDADE, INVERTENDO OS ATUAIS CONCEITOS SOBRE LAZER E QUALIDADE DE VIDA.

Objetivos

a) Objetivos Gerais

Pensar no lazer como uma atividade essencial para a qualidade de vida das pessoas e como área de extrema importância para a condição ambiental e cultural da cidade. Ressalta-se que a tendência para o futuro próximo é a inversão dos conceitos, onde o pedestre estará em um nível superior aos veículos. Assim sendo, quando houver esse entendimento por completo, os espaços de lazer serão vistos com outros olhos. Para tanto, o município precisar caminhar nesse sentido, preparando a cidade.

b) Objetivos específicos

- Manutenção constante dos espaços existentes;
- Propor segurança eficiente para reduzir os vandalismos;
- Conscientização referente à necessidade da existência dos espaços de lazer e da importância de se praticar o lazer;
- Proporcionar conectividade entre as áreas abertas;
- Promover o desenvolvimento sustentável;
- Promover qualidade ambiental;
- Propor acesso à internet nas áreas abertas;
- Agenciar a formação de comunidades, promovendo a inclusão social;

c) Espaços Públicos

Calçadão do Município (Rua Júlio de Castilhos): É uma área com grande potencial que passou por reformas e melhorias recentemente, estando em ótimo estado de conservação. Contudo, como qualquer outra área, precisa de manutenções. Sugere-se transformar o calçadão em uma Rua Gastronômica – em alguns finais de semana já acontecem eventos no local, onde o trânsito é fechado para veículos e um ou dois espaços gastronômicos existentes abrem-se para a rua. A intervenção proposta é que, em todos os finais de semana, a rua seja fechada para os carros, em uma ou duas quadras, com fechamento superior (cobertura) e se torne apenas peatonal, ou seja, exclusiva para pedestres, integrando todos os comércios existentes com a Rua, proporcionando um espaço de interação encontro e descontração, incentivando inclusive o comércio local.

Parque Cinquentenário: O Complexo do Parque Cinquentenário é composto por um Campo de Futebol, estrutura para jogos oficiais de futsal e quatro pavilhões, sendo um pavilhão com duas quadras poliesportivas, um pavilhão para treinamento da Ginástica Artística, outro pavilhão cedido à Escola Estadual São Tiago para realização de aula de Educação Física e o quarto e último pavilhão destinado a atividades de alimentação e shows. Recentemente, esse espaço passou por reformas, bem como o seu entorno adjacente. Possui grande potencial para ser mais explorado, por serem pavilhões amplos, com grandes áreas livres. Poderiam ser utilizados para realização de eventos diversificados em função das questões climáticas da cidade, ampliar essas possibilidades com atividades culturais, educacionais, que envolvam a comunidade.

Biblioteca Pública: Edificação de alto valor cultural e histórico. Este edifício foi inaugurado em 1940, sendo que, além de ter sido por anos a Biblioteca Municipal de Farroupilha, já foi sede também da Prefeitura Municipal. No ano de 2010, ela foi tombada como Patrimônio Histórico pelo Município de Farroupilha e, desta forma, para passar por requalificações, é necessário seguir as orientações da Lei de Restauro. Atualmente ela apresenta um estado bastante precário, não só de sua estrutura, mas também problemas de infiltrações, esquadrias danificadas, piso cedendo, entre outros. Então, por consequência dessas informações, é essencial que o espaço tenha vitalidade novamente e, por seu valor histórico, deveria ser utilizado em prol da população, voltando-se para as questões culturais.

Largo Carlos Fetter: Ampla área pública, com grande potencial para se tornar um grande complexo cultural, esportivo e de entretenimento. Intervenções nesta área já estão acontecendo, mas o mesmo deveria ser pensado no todo, como um verdadeiro complexo, áreas de conexão que se completam como atividades, podendo se tornar uma ótima área de lazer, agregando muito ao município em qualidade ambiental e urbanidade. Todo e qualquer espaço de lazer e entretenimento público e aberto necessita de manutenção e cuidados, além de segurança constante, a fim de reduzir os vandalismos, a depredação, o roubo de equipamentos e garantir a qualidade dos espaços.

d) Espaços Privados

A formação de uma cidade influencia diretamente no estilo de vida de sua população, assim como a relação desta com o espaço. O desenvolvimento econômico de Farroupilha fez com que os estabelecimentos privados que proporcionam lazer às pessoas ficassem longe uns dos outros.

Calçadão do Município

Parque dos Pinheiros

Na Júlio de Castilhos, por exemplo, o ideal seria uma quadra do calçadão destinada apenas a bares e restaurantes. Hoje, esses estabelecimentos dividem o espaço com lojas, não podendo oferecer mesas e cadeiras nas calçadas para não prejudicar a entrada nas lojas e causando transtornos.

Para resolver esta situação e colocar os espaços privados na rotina de lazer da população, é indispensável se apropriar dos espaços públicos e usá-los a favor do empreendimento, aliando público e privado. Alguns eventos já acontecem na Rua Júlio de Castilhos, como o Vivere e o fechamento aos domingos sem tráfego de veículos. O próximo passo, pensando no conforto dos frequentadores, é realocar os bares e restaurantes, trazendo todos para que fiquem na mesma quadra, ou no mesmo lado da rua, ou seja, criar um zoneamento. Ali só poderiam se instalar bares e restaurantes, criando o local onde as pessoas consigam almoçar, jantar, tomar um sorvete e aproveitar uma festa.

O Muinho Club deve ser mais utilizado pelo município. Além de ser um local histórico, a postura de seus proprietários é aberta e convidativa a todos os públicos. O município pode fazer uso deste espaço para promover exposições de arte, palestras e criar oficinas, buscando aliar o privado ao público.

As lojas de conveniência vêm se tornando parte da cidade, visto que tem um grande público para as mesmas. Porém, o lugar onde elas estão alocadas prejudica o sossego de moradores e causa uma grande insegurança, pois as pessoas acabam utilizando a rua para consumir bebidas, o que vem acarretando em brigas, assaltos e depredação das edificações vizinhas.

Planos de Ação

A implantação, por parte do poder público, de estruturas voltadas ao lazer, é fundamental para manter a qualidade de vida das pessoas e a qualidade ambiental das cidades. As possibilidades de espaços oferecidos devem levar em conta as diferentes realidades econômicas para não segregar os grupos.

Contudo, as maiores problemáticas por parte do poder público, identificadas no diagnóstico, são a falta de manutenção e o vandalismo, tornando os espaços, muitas vezes, inseguros, desagradáveis, sujos, de má-qualidade e sem legibilidade. Desta forma algumas ações e possíveis intervenções serão aqui elencadas, a fim de melhorar a situação dos espaços públicos existentes. Quanto aos espaços privados, considera-se que a formação de uma cidade influencia diretamente no estilo de vida de sua população, assim como a relação desta com o espaço. Por isso, também foram apontadas estratégias e diretrizes. Algumas das áreas levantadas em diagnóstico não serão citadas neste momento, por não haverem ressalvas a elas.

CURTO PRAZO

Os planos de ação a curto prazo incluem a manutenção dos espaços de lazer, a garantia de segurança para os habitantes e cuidados frequentes com a estrutura dos locais, em especial os espaços públicos. Além disso, pretendemos elaborar uma mudança de conceito, à luz do que pensamos para o futuro do município como um todo.

MÉDIO PRAZO

Áreas de lazer serão construídas em todas as escalas: a nível municipal, nível de bairro e nível de comunidade, todas com melhor qualidade. Pretendemos implantar arborização adequada, garantindo espaços agradáveis, passeios adequados e iluminação adequada. Entendemos que, quando os lugares e os caminhos até eles possuem legibilidade, segurança e identidade, as pessoas se apropriam da área e se sentem motivadas a usá-los. Propomos acesso à internet em todas as áreas abertas.

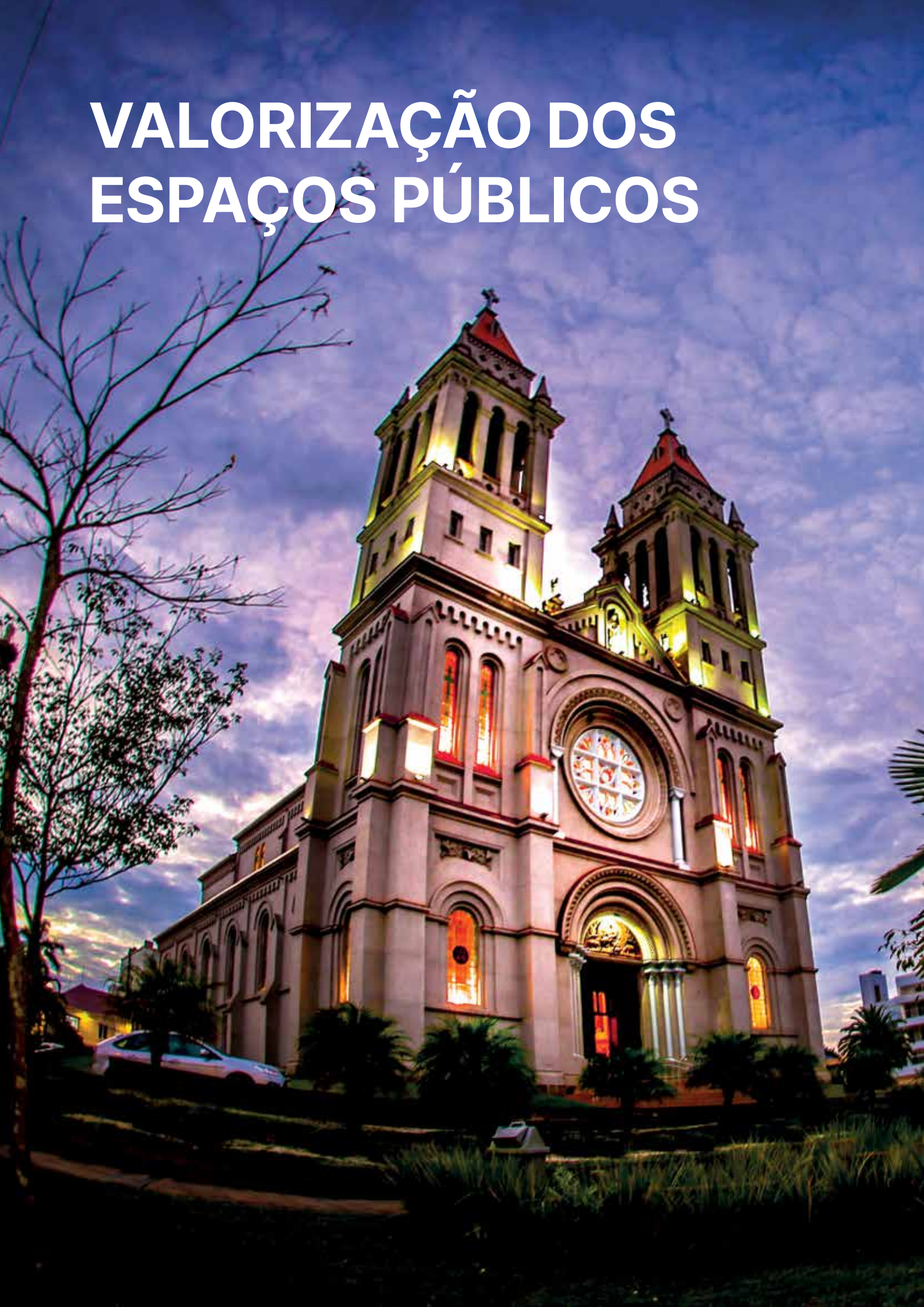
LONGO PRAZO

Será criada uma inversão de conceitos: conexões entre os espaços abertos, por meio de Avenidas, Ruas, formando corredores verdes, colocando o pedestre e o ciclista em um plano superior aos veículos e proporcionando uma rede de espaços de lazer e entretenimento. Queremos tornar Farroupilha uma cidade sustentável, cheia de vida e pensada para as pessoas.

Principais ameaças à concretização das diretrizes

- Custo para execução;
- Conscientização da população;
- Alterar as zonas de conforto dos munícipes;
- Aceitação do comércio.

VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS



Apresentação

O Espaço Público será tratado como local que seja de uso comum e de posse de todos. Abrange desde parques, praças, jardins, teatros, casas de cultura, ruas, passeios públicos, largos, cemitérios, paradas de ônibus e táxis, além do mobiliário urbano.

Como é hoje? | Coleta de dados

Para ter um entendimento realista a respeito dos espaços públicos de Farroupilha, foram feitas visitas a diversos locais para coletar dados e fazer um diagnóstico com pontos positivos e negativos de cada um. Além disso no encontro público do subeixo, no dia 25 de março de 2019, foi aplicado um questionário, onde a população pode opinar sobre suas percepções.

Os espaços públicos e a infraestrutura observados são os seguintes:

- BALNEÁRIO SANTA RITA;
- BIBLIOTECA PÚBLICA;
- CALÇADÃO DA RUA JÚLIO DE CASTILHOS;
- CEMITÉRIOS;
- FIAÇÃO ELÉTRICA NAS VIAS PÚBLICAS;
- MOBILIÁRIO URBANO;
- MUSEU CASA DE PEDRA;
- MUSEU CASAL MOSCHETTI;
- PARADAS DE ÔNIBUS;
- PARQUE CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA;
- PARQUE CINQUENTENÁRIO;
- PARQUE DOS PINHEIROS;
- PARQUE SALTO VENTOSO;
- PISCINAS PÚBLICAS;
- PISTAS DE CAMINHADA;
- POLUIÇÃO VISUAL;
- PRAÇA DA BANDEIRA;
- PRAÇA EMANCIPAÇÃO;
- PRAÇA FLORES DA CUNHA;
- PRAÇA LIDOVINO ANTÔNIO FANTON;
- PRAÇA MATRIZ;
- PRAÇA SANTA RITA;
- RUAS/AVENIDAS.

A seguir, estão listadas as percepções acerca de cada um deles.

BALNEÁRIO SANTA RITA

O projeto original do Balneário Santa Rita surgiu em 1978, mas antes disso já era utilizado pela população.

O projeto foi desenvolvido pela arquiteta Aida Jansson Roser, nascida em Porto Alegre, para ser um complexo de lazer e entretenimento e que, no passado, foi muito frequentado pelos trabalhadores do município.

Ao longo do tempo, teve que passar por revitalizações, como a que ocorreu em 2003. Hoje, o Balneário encontra-se em desuso. Os problemas que levam a essa situação são: falta de legibilidade em placas, falta de orientação, de segurança, de manutenção, de tratamento paisagístico, déficit de atrativo e de infraestrutura, necessitando passar novamente por revitalizações e qualificações.

BIBLIOTECA PÚBLICA

O prédio da antiga Biblioteca Pública de Farroupilha localiza-se na Rua Coronel Pena de Moraes, junto à Praça da Bandeira. O edifício, inaugurado em 1940, foi, por anos, a Biblioteca Municipal de Farroupilha e também já foi sede da Prefeitura Municipal.

No ano de 2010, a Biblioteca foi tombada como Patrimônio Histórico pelo Município de Farroupilha. Por isso, para passar por restaurações, é necessário que sejam seguidas as orientações da Lei de Restauro. Sobre sua situação atual, não só a estrutura da Biblioteca apresenta-se em um estado bastante precário, mas também possui problemas de infiltrações, esquadrias danificadas e necessidade de uma nova pintura para seu embelezamento.

CALÇADÃO DA RUA JÚLIO DE CASTILHOS

O calçadão da Rua Júlio de Castilhos é considerado um patrimônio de nosso município, devendo, assim, ser preservado e ter sua história mantida. Passou recentemente por melhorias, recebendo *parklets* (equipamentos públicos que ficam ao lado da calçada e que ocupam vagas de estacionamento) além de tratamento nas esquinas, proporcionando acessibilidade e direcionamento do pedestre para que tenha segurança.

Embora a obra tenha sido concluída há pouco tempo, no diagnóstico verificou-se a necessidade de implantação de melhorias nas calhas de escoamento de água. Como qualquer outra obra pública, é necessário que receba manutenções constantes, limpeza e cuidados.

parklets

CEMITÉRIOS

O núcleo urbano do Município de Farroupilha conta atualmente com dois cemitérios públicos: Cemitério Público Municipal e Cemitério Nova Vicenza. Ambos são compostos por sepulturas pertencentes a particulares e um conjunto de carneiras (gavetas) que são construídas pelo Poder Público e ofertadas conforme demanda.

A respeito dos maiores problemas de hoje, percebe-se que nos dois cemitérios da área do núcleo urbano há vandalismo e, por isso, há uma necessidade de manutenção constante por parte do Poder Público. Além disso, há o abandono de sepulturas por parte dos proprietários, falta de espaço para novos sepultamentos e falta de um projeto de paisagismo.

Ainda não há, na cidade de Farroupilha, um crematório. Sobre a região do interior do município, há diversos cemitérios distribuídos em várias localidades.

FIAÇÃO ELÉTRICA NAS VIAS PÚBLICAS

Outra problemática é a enorme presença de fiação elétrica aérea nas vias. Além de tornar a paisagem desagradável e poluída, pode ocasionar acidentes com a população, principalmente em dias chuvosos, devido às descargas elétricas.

MOBILIÁRIO URBANO

Entende-se o conceito de Mobiliários Urbanos como elementos caracterizados por quiosques, sanitários públicos, abrigos em pontos de parada de táxi, lixeiras, bebedouros, paraciclos, balizadores, floreiras e guarda-corpos, entre outros. A presença desses mobiliários, hoje, no município, não é padronizada, tampouco é realizado um estudo de aprimoramento desses elementos. Os diagnósticos de alguns desses pontos estão detalhados a seguir:

LIXEIRAS

O recolhimento de lixo na área central do município é composto por conjuntos de containers de coleta de resíduos recicláveis e lixo orgânico, fornecidos e locados conforme orientação da ECOFAR.

Há também diversos modelos de lixeiras distribuídas aleatoriamente nas vias e espaços públicos. Não há uma padronização de modelos, cor ou material e muitas delas estão prejudicadas por atos de vandalismo.

BEBEDOUROS

Sobre os bebedouros disponíveis, eles são raros em vias e espaços públicos do município.

PARACICLOS

Os paraciclos são locais adequados, destinados a guardar as bicicletas de forma segura. A implantação deste tipo de mobiliário urbano é importante, pois incentiva o uso de bicicletas como meio de transporte e, inclusive, resolve problemas relativos à mobilidade urbana.

No Município de Farroupilha há apenas um local que possui paraciclos que está localizado junto aos *parklets* construídos na Rua Júlio de Castilhos.

PARADAS DE TÁXI

A respeito dos pontos de táxi pela cidade, não há uma padronização dessas paradas. Por vezes são caracterizadas por espaços precários, o que é um problema para a mobilidade urbana.

MUSEU CASA DE PEDRA

A edificação do Museu Casa de Pedra foi concluída em 1896, no centro da antiga Vila de Nova Vicenza e, na época, foi residência e casa de negócios da Família Fin. No começo da década de 1980, o prédio foi adquirido pela Prefeitura Municipal e, em 1985, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) por sua grande importância arquitetônica e histórica. Em 1988, o museu abriu suas portas ao público, sendo voltado para a temática da colonização italiana na Serra Gaúcha e da nossa cidade. Seu acervo é composto de móveis, utensílios domésticos, ferramentas e outros objetos relacionados ao mundo colonial e também de uma grande coleção de fotografias da região.

O museu, atualmente, está em processo de restauração e ampliação. Esse restauro aguarda a colocação da plataforma de acessibilidade para ser finalizado, já estando aberto à visitação. Contudo, ainda falta uma organização dos itens de exposição, e itens de uso diário que ainda necessitam de uma destinação correta.

MUSEU CASAL MOSCHETTI

O Museu Casal Moschetti foi fundado em 1972. Nele, encontram-se as peças de Lydia e seu esposo Luiz Moschetti como pratarias, porcelanas, objetos em mármore, móveis esculturados a mão, livros, pinturas, espelhos e outros tantos de grande valor artístico e histórico do início do século XX. O museu também é conhecido por abrigar a boneca Lenci e suas lendas sobrenaturais. Lydia, que doou o acervo ao município como uma forma de homenagem, foi uma importante personalidade em todo o Brasil. Trabalhou como professora, poetisa, romancista, artista de teatro, memorialista, promotora cultural e ativista social. Entre suas iniciativas, as duas mais conhecidas são o Instituto Santa Luzia (1941) e o Hospital Banco de Olhos (1956).

No início de 2016, recebeu reparos na pintura, no madeirame, nas ferragens, nas calçadas e no encanamento. Atualmente, a edificação do museu apresenta sérios problemas estruturais, de infiltração, falta de acessibilidade, ataque de cupins e instalações elétricas defasadas.

A instalação de condicionadores de ar seria importante para o conforto térmico e conservação do acervo. O crescente problema na estrutura da edificação, se não for resolvido, pode resultar no seu futuro colapso da mesma, uma vez que, hoje, não é feita uma manutenção preventiva da edificação e de sua estrutura.

PARADAS DE ÔNIBUS

As paradas de ônibus não possuem padronização, diagnóstico observado desde o centro da cidade até os demais bairros. Além disso, na grande maioria, as paradas existentes não levam em consideração o clima da região e não possuem proteção para os usuários quanto às intempéries. Também não possuem iluminação ou pontos de energia, bancos para a população sentar e são esteticamente desagradáveis.

PARQUE CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA

Localizado na Rodovia ERS 122, em Nova Milano, 4º Distrito, o Parque Centenário da Imigração Italiana foi inaugurado em 1975. Ele possui um jardim com monumento inspirado nas três primeiras famílias de imigrantes italianos que chegaram a Farroupilha, uma réplica do Leão Alado de São Marcos, placas comemorativas de diversas regiões da Itália e uma gôndola.

O parque foi revitalizado recentemente e passou a oferecer outros atrativos como playground, pista de caminhada, pontos de lazer e contemplação junto à natureza do local. Também estão instalados o Museu da Imigração Italiana, Uva e Vinho, um café e novos banheiros.

Com grande potencial turístico, no momento as questões relacionadas à manutenção permanente e segurança devem ser priorizadas.

PARQUE CINQUENTENÁRIO

O Parque Cinquentenário, chamado de Complexo do Parque Cinquentenário é composto por um campo de futebol, estrutura para jogos oficiais de futsal e quatro pavilhões. Tais pavilhões estão dispostos da seguinte forma: um com duas quadras poliesportivas, outro para treinamento da Ginástica Artística, outro foi cedido à Escola Estadual São Tiago para realização da aula de Educação Física e o último destinado a atividades de alimentação e shows.

Recentemente o complexo passou por reformas, bem como seu entorno. Contudo ainda se percebe que falta realizar a manutenção e limpeza das esquadrias e da estrutura do telhado, além de manutenções constantes no complexo como um todo e ações que evitem o vandalismo que também está presente.

PARQUE DOS PINHEIROS

O Parque, localizado na região central da cidade, possui uma área de 22 hectares com lago artificial, restaurante, pista de caminhada, academia ao ar livre, área de estacionamento, quadras esportivas de areia e playground. Além disso, também é uma das maiores áreas naturais dentro de perímetro urbano entre as cidades do nosso estado. Revitalizado recentemente, o parque possui manutenção satisfatória dos seus equipamentos e, por este motivo, está sempre repleto de usuários de práticas esportivas e de lazer. No momento, para continuar recebendo moradores de Farroupilha e turistas, as questões relacionadas à manutenção permanente e segurança devem ser mantidas.

PARQUE SALTO VENTOSO

Considerado um importante ponto turístico com área de mata nativa, o Parque Salto Ventoso é cortado por uma queda d'água de 56 metros de altura, sobre uma gruta de 200 metros de comprimento e 25 de altura. É bastante visitado por turistas de todo o país.

Tamanha beleza do local já chamou a atenção da indústria cinematográfica. O Salto já foi cenário de filmes como "Prova de Coragem" e "O Quatrilho", além da minissérie da Rede Globo "Quinto dos Infernos". O Parque não é um lugar apenas para contemplação da beleza natural, mas também para práticas de esportes radicais. Os mais aventureiros praticam rapel ao lado da queda d'água e percorrem trilhas na mata.

O Parque passou por uma revitalização que foi concluída em março de 2016. Nesse período, foram feitas melhorias no local como a pavimentação das trilhas, a passagem metálica na parte inferior da cascata, novos bancos e lixeiras e um amplo trabalho de paisagismo. Além disso, foram colocadas placas informativas e de sinalização. Nelas estão dados sobre a história, filmes, espécies de plantas e orientações aos visitantes. O investimento para realizar essas melhorias foi em torno de 430 mil reais.

Para manter a nova estrutura, a empresa responsável por administrar o Parque cobra o valor de R$ 8,00 por pessoa para visitar o local. Atualmente o Parque encontra-se bem cuidado, pois recebe manutenções básicas diariamente. O único ponto negativo é a passarela embaixo da cascata que, por encontrar-se num lugar extremamente úmido, oferece risco de oxidação na estrutura. Nota-se também que, em alguns pontos, há instalações rudimentares.

PISCINA PÚBLICA

Farroupilha possui uma piscina pública, inaugurada no início da década de 1980. A piscina tem dimensões semiolímpicas, contando com área para banhos de sol, vestiários e banheiros. Nos meses de verão é bastante frequentada, porém não tem atividades no período de outono e inverno, ficando a maior parte do ano com suas atividades paradas e sem usuários.

PISTAS DE CAMINHADA

As pistas de caminhada, juntamente com as pistas de ciclismo, estão sendo desenvolvidas ligadas à Rodovia dos Romeiros. O projeto das mesmas foi de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e foi feito em etapas. Cada etapa possui em torno de 350m. O objetivo principal da obra é proporcionar à população trajetos seguros até o Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio. Entretanto, por mais que tenham sido construídas recentemente, estão depredadas e necessitam de manutenção.

POLUIÇÃO VISUAL

Hoje, há um número exagerado de painéis de publicidade concentrados pela cidade. A Rua Júlio de Castilhos, por exemplo, possui o Decreto nº 6.216 de 2017, que preserva as características identitárias do conjunto arquitetônico de interesse de preservação no trecho que abrange da Coronel Pena de Moraes até a Independência. No entanto, as placas de identificação do comércio tem dimensões e proporções que podem esconder a beleza do conjunto arquitetônico.

Esse excesso e a forma que se concentram os painéis de publicidade podem causar inúmeros problemas na paisagem urbana, como o estresse, acidentes de trânsito e desvalorização do espaço público e privado.

PRAÇA DA BANDEIRA

Localizada na área central do município, a Praça da Bandeira situa-se junto ao antigo prédio da Biblioteca Pública Municipal, na Rua Coronel Pena de Moraes. É um espaço bastante frequentado pela população de Farroupilha. Recentemente passou por algumas reformas, mas sofre com os maus cuidados dos usuários, como vandalismo. A praça necessita de manutenção dos equipamentos, além de uma melhor drenagem das águas das chuvas e maior disponibilidade de bancos e manutenções em geral. O coreto ali existente é, frequentemente, usado por moradores de rua.

PRAÇA DA EMANCIPAÇÃO

A Praça da Emancipação está localizada junto à Prefeitura Municipal de Farroupilha, e foi construída em 11 de dezembro de 1980, como homenagem à emancipação do município que ocorreu em 11 de dezembro de 1934. Ela passou por processos de revitalização ao longo dos anos, mas, atualmente, apresenta necessidade de manutenções constantes.

Isso porque apresenta danificações na pavimentação, falta de lixeiras, falta de bancos, um novo playground, além de sofrer com a ação do vandalismo e maus cuidados por parte dos usuários. Em breve passará por reformas, de acordo com projeto desenvolvido pela Secretaria de Planejamento.

PRAÇA FLORES DA CUNHA

A Praça Flores da Cunha está localizada na esquina das Ruas Jaime Rossler e Rua Júlio de Castilhos. Ela precisa de requalificação e reestruturação do seu desenho e tratamento paisagístico, além de equipamentos como bancos e lixeiras.

PRAÇA LIDOVINO ANTÔNIO FANTON

A Praça Lidovino Antônio Fanton fica localizada no Bairro Vicentina, na quadra formada pelas Ruas Júlio de Castilhos, Rua Carlos Beltrami e Rua Carlos Fetter. Pelo diagnóstico realizado percebe-se que há falta de manutenção dos canteiros, pintura e qualificação dos bancos e limpeza em geral, principalmente dos bancos e luminárias. Recentemente, a Secretaria de Planejamento desenvolveu um projeto de revitalização para a Praça devido a uma solicitação dos próprios moradores. Atualmente, os moradores do bairro auxiliam na manutenção.

PRAÇA MATRIZ

Localizada na área central do município, a Praça Matriz situa-se junto à Igre-

ja Matriz Sagrado Coração de Jesus, na quadra formada pelas Ruas Rui Barbosa, Rua Independência, Rua Tiradentes e Rua da República. É um importante ponto de encontro dos farroupilhenses, fazendo parte da história do município. A praça passou por recente revitalização, por isso continua bastante conservada. Também apresenta vegetações nos canteiros, possui lixeiras, bancos, luminárias e um playground muito ativo. No entanto, deve-se atentar para a limpeza dos equipamentos da praça e também para o vandalismo que o local tem sofrido.

PRAÇA SANTA RITA

Localizada junto ao Bairro Nova Vicenza, a praça situa-se na quadra formada pelas Ruas Vêneto, Domenico Fim e Godofredo Santoro. Pelo diagnóstico feito, observou-se que faltam atrativos para essa praça, além de iluminação adequada e disponibilização de bancos e lixeiras. A pavimentação está bem danificada, precisando ser trocada. A praça recebeu um projeto, desenvolvido pela Secretaria de Planejamento, porém, por falta de verba, ele não pode ser executado. Assim, o lugar recebeu cuidados dos próprios moradores.

RUAS/AVENIDAS

Em relação às ruas e avenidas de Farroupilha, a partir da análise realizada, percebeu-se que existe uma grande problemática em relação à qualidade de pavimentação dos passeios públicos que existem no município. Muitos estão danificados e com dimensões e inclinações fora dos padrões de acessibilidade, não possuindo, inclusive, piso podotátil.

Avenidas, canteiros centrais, rótulas e até mesmo os espaços residuais do sistema viário municipal, poderiam receber

um tratamento paisagístico com vegetações, bancos, iluminação pública entre outros. A maioria está sem receber tratamento adequado.

SUSTENTABILIDADE DE PRÉDIOS PÚBLICOS

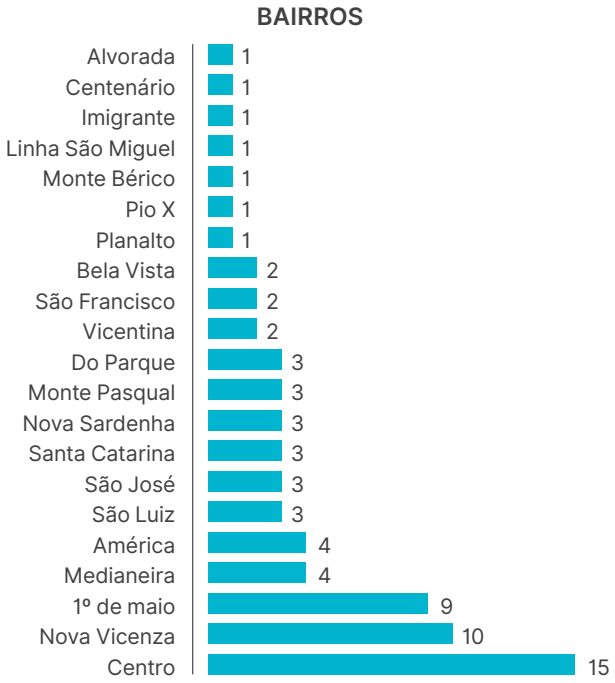
Hoje, no Município de Farroupilha, não há prédios públicos sustentáveis, ou seja, com sistemas de captação de energia solar e reaproveitamento de água, por exemplo. Ter essa preocupação com a sustentabilidade dos prédios é importante, pois os gastos com energia elétrica no mês de dezembro de 2018 – somente com escolas, Biblioteca Pública, CEAC, Centro Administrativo, parque de máquinas, e Parques Cinquentenário e dos Pinheiros – chegaram a R$85.149,97. Os gastos com o abastecimento de água para estes mesmos prédios, no mesmo período, foi de R$10.758,57 (Informações cedidas pela Secretaria Municipal de Gestão e Governo). A partir desses números, enxerga-se a necessidade de desenvolver e aplicar essas tecnologias de sustentabilidade.

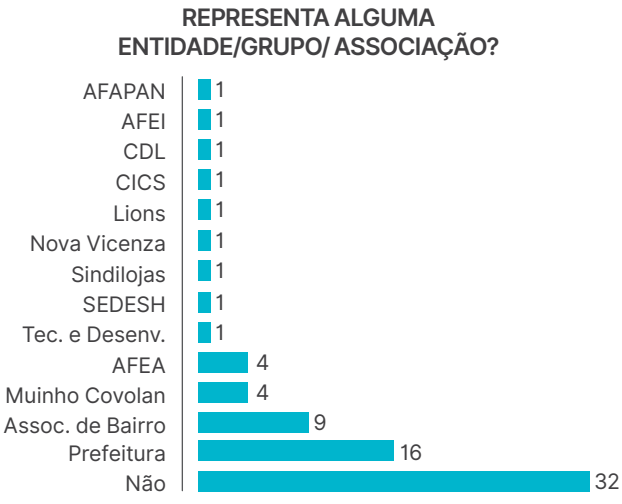
A energia solar é uma alternativa inteligente e sustentável para a redução de custos. Além de gerar sua própria energia e economizar até 90% na conta, ajuda na conservação do meio ambiente, introduzindo práticas sustentáveis no dia a dia da administração pública.

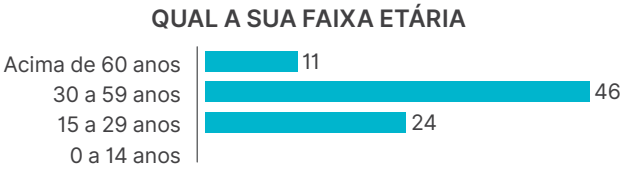
RESULTADOS DA PESQUISA

Após a pesquisa de campo para averiguar as condições dos principais espaços públicos na cidade, conclui-se que os problemas consistem na falta de manutenção, mau cuidado dos próprios usuários e atos de vandalismo nesses espaços. Além disso, foi possível notar que os espaços que estão em melhor estado de conservação são aqueles que a própria comunidade adota de forma voluntária.

O diagnóstico das principais demandas da população foi feito a partir da coleta de 81 respostas. O resultado das pesquisas encontra-se a seguir:

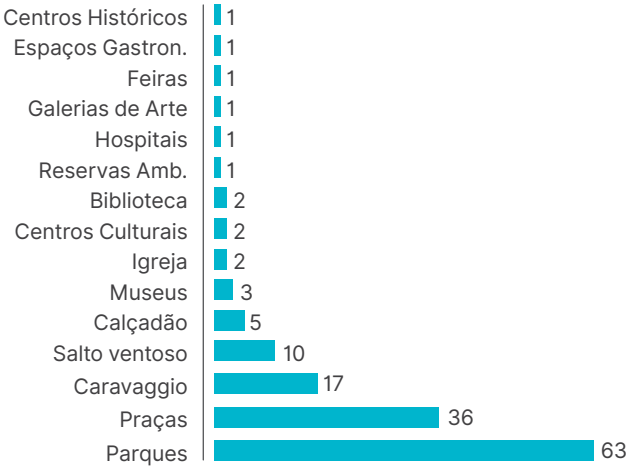




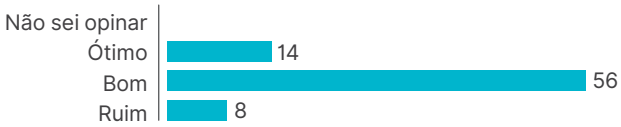


NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A QUALIDADE DAS CIDADES?

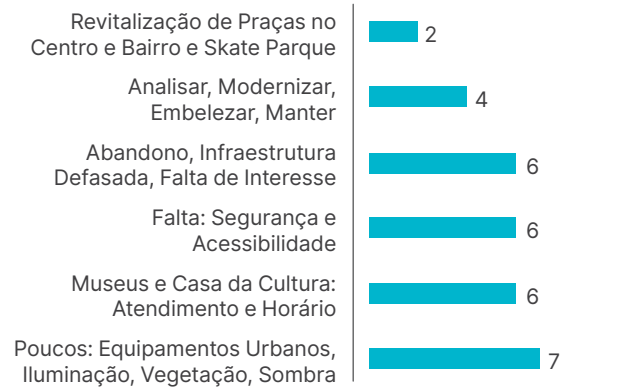
CITE QUAIS ESPAÇOS PÚBLICOS VOCÊ COSTUMA FREQUENTAR NO MUNICÍPIO OU EM OUTRAS CIDADES:



COMO JULGA ESTAREM NOSSOS ESPAÇOS PÚBLICOS?



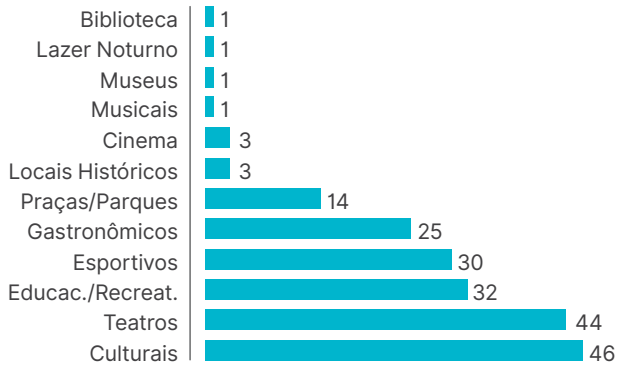
SE SUA RESPOSTA ANTERIOR FOR NEGATIVA, CITE QUAIS AS RAZÕES



OS ESPAÇOS PÚBLICOS OFERTADOS ATUALMENTE ATENDEM A TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS?

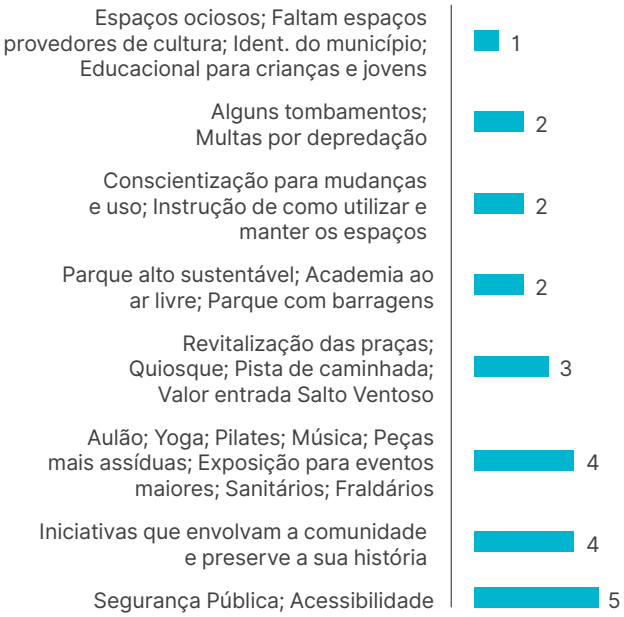
SE SUA RESPOSTA ANTERIOR FOR NEGATIVA, QUAIS VOCÊ IDENTIFICA COMO FALTANTES?

QUE TIPO DE ESPAÇOS PÚBLICOS A CIDADE CARECE?



QUE TIPOS DE ATIVIDADES VOCÊ GOSTARIA QUE OS ESPAÇOS PÚBLICOS LHE OFERECESSEM?

SUGESTÕES GERAIS



A partir da leitura desses gráficos, observa-se que, segundo a população, os espaços públicos têm muita importância para a cidade. A maior parte dos entrevistados frequenta parques e praças e existe uma grande preocupação com a falta de segurança, pouca iluminação e manutenção insuficiente, além da necessidade de qualificação no atendimento ao público que frequenta esses locais, com funcionamento aos finais de semana.

Também é possível observar que os espaços públicos que o município carece, mais mencionados pela população, são os espaços culturais e teatros. Quanto às atividades dentro de espaço público, as maiores demandas são para peças teatrais, música e gastronomia. Como sugestão, os entrevistados gostariam que houvesse mais iniciativas que envolvessem a comunidade, além de melhores condições de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais (PNE) e mais sanitários públicos.

Visão de futuro

FARROUPILHA: UMA CIDADE QUE SE PREOCUPA EM PROPORCIONAR ESPAÇOS PÚBLICOS QUE PROMOVAM A CONSOLIDAÇÃO URBANA E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO. PARA ISSO, IRÁ ADOTAR IDEIAS INOVADORAS E SUSTENTÁVEIS.

Os estudos realizados em campo, as respostas ao questionário e o encontro público realizado permitiram perceber com maior clareza as reais necessidades do Município de Farroupilha. É importante que o poder público realize tais iniciativas para aplicar o uso correto do dinheiro público, com equipamentos urbanos coerentes à realidade e necessidades da comunidade, sem deixar de vislumbrar o futuro com ideias inovadoras ou atemporais, afinal, cidades não devem ser planejadas apenas para as necessidades da atualidade, mas sim, devem atender à futura consolidação urbana. Portanto, deve-se estar sempre atento às atuais dificuldades e prever as futuras adversidades.

Através das diversas referências de equipamentos e mobiliários urbanos, vê-se que o município tem grande potencial para aplicar tais propostas com projetos de qualidade, sendo que há muitos meios para que sejam realizados sem financiamento exclusivo do poder público. Finalmente, é importante que a proposição de obras de reformas ou de novos equipamentos urbanos e de mobiliários deixem de ter um cunho político que visa apenas a notoriedade da quantidade de feitos. Elas devem ser em prol da melhor qualidade de vida da população, entregando, assim, obras de qualidade que atendam à necessidade social, mesmo que sejam em menor quantidade.

Objetivos | Planos de Ação

O Espaço Público existente em nossa cidade tem um papel importante, porém para chegar ao objetivo daqui a 20 anos, deve-se concretizar como se fará para criar novos espaços e manter os existentes em boas condições, sem depredação, bem iluminados, acessíveis e seguros. Para viabilizar as propostas supracitadas, deve-se adotar algumas práticas, como por exemplo:

- Parcerias público-privadas;
- Concursos públicos para elaboração de projetos;
- Consulta pública e técnica na proposição de projetos;

- Captação de recursos;
- Equipes permanentes e qualificadas para realizar a manutenção de espaços públicos existentes;
- Maior rigor na seleção de empresas em processos licitatórios, evitando baixa qualidade nas obras.

O nosso encontro público foi muito importante para traçarmos as principais demandas da população quanto aos espaços públicos de nossa cidade. O encontro teve grande participação popular, que colaborou com sugestões, e de todos os integrantes do grupo, contribuindo para o desenvolvimento de novas ideias para o projeto.

Listamos as principais demandas, mapas de localização, projetos e ideias de como aplicá-las ao longo de 20 anos tornando a cidade mais sustentável e tecnológica.

1. MAPA DA APLICAÇÃO DE CADA PROPOSTA

MAPA DO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA

1 - Parque Centenário
2 - Pistas de Caminhada
3 - Parque Santa Rita
4 - Praça Emancipação
5 - Parque dos Pinheiros e Piscina Pública
6 - Rua Júlio de Castilhos
7 - Biblioteca Pública e Praça da Bandeira
8 - Parque da Imigração Italiana
9 - Parque do Salto Ventoso
10 - Museu Casa Mosquetti
11 - Praça da Matriz
12 - Cemitério Público Municipal
13 - Museu Casa de Pedra
14 - Praça Flores da Cunha

— Rodovia
— Ferrovia

Projeto de Centro Cultural Largo Carlos Fetter

O Largo Carlos Fetter é um espaço perfeito para atividades culturais. Ele está localizado no centro do município e contempla atividades sazonais em estruturas efêmeras adaptadas à cada evento organizado. Parte do terreno possui um palco multiuso e outra área do mesmo está destinada à uma praça para *food trucks*, configurando um espaço gastronômico.

Visto o constante crescimento dessa região, é imprescindível que seja elaborado um projeto macro da área em questão, com zoneamentos e exigência de padrões construtivos para que se configure num Centro Cultural e Gastronômico, com diversas ocupações ao ar livre e *indoor*, proporcionando assim, uma maior infraestrutura para a atual ocupação do espaço e viabilizando novas atividades.

Legenda Vegetações

Vegetação de folhagem verde
h = 5 - 7m ø = 3-4m
Comportamento sazonal = perene

Ipê h = 5 - 7m ø = 3-4m
Flores rosas
Comportamento sazonal = caduca

Legenda Edificações

Edificações em estilo arquitetônico industrial
• Estruturas metálicas aparentes;
• Fechamento em concreto.

Edificações em estilo arquitetônico rústico
• Locação de CTG´s;
• Estruturas em madeira aparente;
• Fechamento em madeira.

Legenda Pisos

Piso, de material a ser definido pelo projetista, com cor cinza escuro.

Piso, de material a ser definido pelo projetista, com cor cinza claro.

Piso,composto por peças retangulares. Material e cor a ser definido pelo projetista.

Padronização da pavimentação do passeio público – 3,00m.

Projeto Teatro Municipal no Complexo Santa Rita

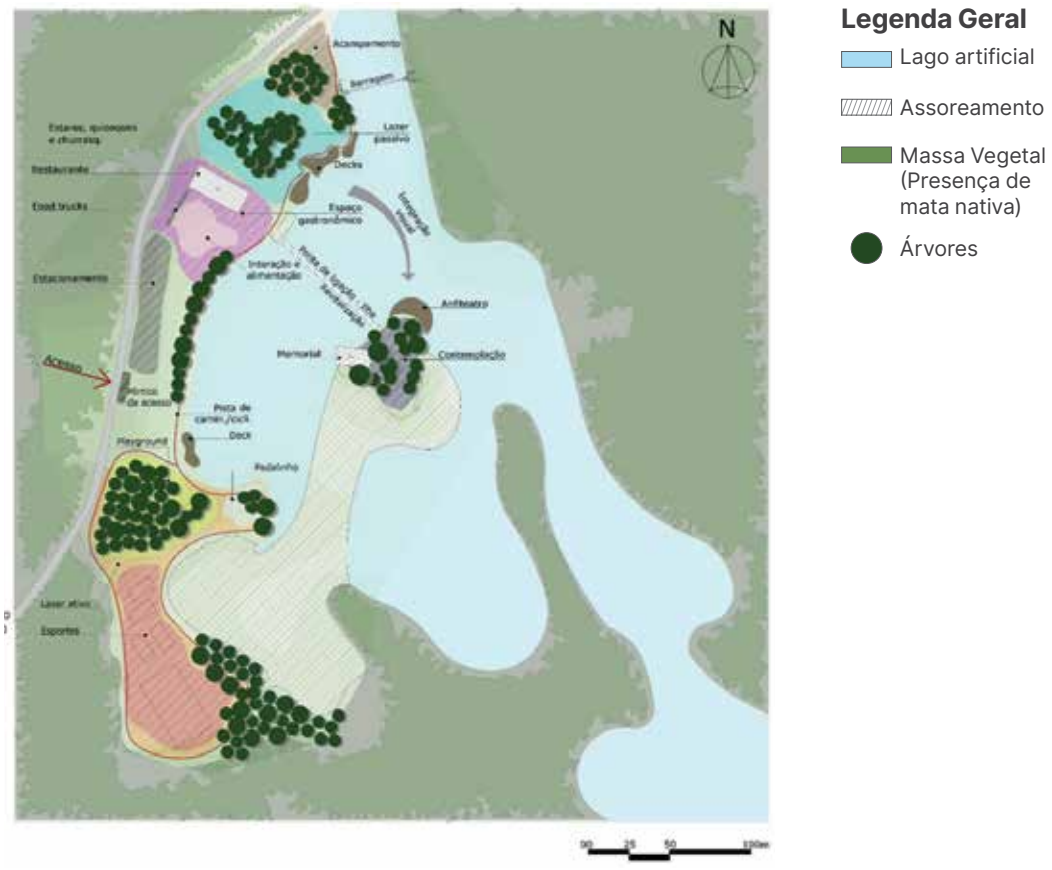
A população em sua grande maioria quer recuperar os valores do Parque, querem atrativos que atendam às suas necessidades e demandas, unindo as belezas naturais e possibilitando novas experiências. Desta forma, atendendo as fragilidades do espaço, juntamente com as necessidades dos entrevistados, elaborou-se um programa para o Parque Santa Rita.

O tratamento paisagístico é um item essencial a ser projeto, como a integração da pista de caminhada, ciclismo e a criação de caminhos que levem as pessoas até a represa para que ela possa também ser apreciada. A proposta é revitalizar o restaurante, reformar o que for possível, criando uma área confortável, aconchegante e convidativa para atender aos finais de semana. Será apostado em intervenções mais modernas que atendam aos jovens e a possíveis eventos, assim será

reservado um espaço para food trucks e deck com mesas. A intenção é reestruturar toda a parte de lazer ativo criando um complexo esportivo, com atividades como quadra de areia para vôlei, quadra de tênis, campo de futebol e bocha. Para as crianças proporcionar um playground mais atrativo e viabilizar novamente a atividade de pedalinhos. Para os mais radicais criar algumas trilhas no entorno do Balneário e acomodar um espaço para acampamentos. E para quem quer passear com seu animal de estimação, também será proposto um espaço para eles.

Serão propostos estares, com bancos e mesas, algumas com jogos, como xadrez e dama; um chimarródromo; espaço para meditação; decks sobre o lago, criando um pouco mais de integração com o mesmo e algumas churrasqueiras com quiosques. Criação de um anfiteatro, totalmente integrado ao terreno e ao lago, de forma que atenda a shows, apresentações, e outros eventos que possam vir a acontecer.

O lançamento do zoneamento sintetiza um fechamento para este estudo de viabilidade de usos no Parque Santa Rita e é uma sugestão com base em todo levantamento realizado, colocando o usuário e suas necessidades em primeiro plano. O programa elaborado foi distribuído na área conforme aspectos topográficos, ambientais e de acordo com as características de cada espaço.



O projeto irá proporcionar ao Balneário Santa Rita identidade, por meio da legibilidade, orientação, experiências e segurança, com propósitos sociais e atraindo os usuários com atividades para todas as faixas etárias, com a recuperação dos traços da história do lugar, que estão guardados apenas na memória das pessoas. Foi possível perceber, com base nos resultados das pesquisas, o quão importante é essa recuperação para a população farroupilhense.

2. PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO

O Mobiliário Urbano compreende o conjunto de móveis implantados em lugares públicos, disponíveis à utilização da população, são eles bancos, postes, hidrantes, abrigos de ônibus, abrigo de taxi, lixeiras, balizadores e paraciclos.

Para que a cidade possua espaços públicos de qualidade e organizados e que estabelecem uma sensação de bem-estar e usabilidade das tecnologias existentes é indispensável que se crie uma padronização do mobiliário.

Seguem exemplos de mobiliário urbano com design, tecnologia e inovação que imaginamos utilizar em nossa cidade.

a) Bancos

Bancos inteligentes, orgânicos, com clip onde se pode obter estatísticas de quantas pessoas utilizaram o local e o horário de maior fluxo. Além de transformar os espaços deixando-os com mais vida e interatividade.

b) Abrigo de ônibus

Hoje em dia não se pode mais pensar em um abrigo de ônibus que não seja sustentável e tecnológico. Ser acessível a PNE, possuir carregadores de eletrônicos, rede WiFi, painéis com consulta de rotas, com materiais duráveis e modernos e energeticamente sustentável.

É de fundamental importância que os gestores possam coletar dados para entender o comportamento dos usuários e criar soluções adequadas para os abrigos de ônibus, além de oferecer design inovador dentro do conceito de cidade inteligente e focado em proporcionar maior qualidade de vida.

O usuário deverá acompanhar em tempo real a partida e chegada do seu transporte, se sentir seguro e conectado.

c) Academias ao ar livre

Porque não podemos inovar em criar uma academia ao ar livre que saia do convencional e lembre uma escultura, um conceito de paz, leveza, de estar, conectada a natureza e deixando as cidades mais bonitas e convidativas?

Equipamentos mais orgânicos que se integram a paisagem e podem ser instalados em qualquer praça de diferentes proporções.

d) Espaços de trabalho ao ar livre

O tempo ao ar livre desempenha um papel importante no nosso bem-estar: produtividade aumentada, maior foco, diminuição da tensão ocular, diminuição do estresse e fadiga mental, aumento da felicidade e melhor cognição mental.

As novas tecnologias e surgimento de novas profissões nos levarão a executar trabalhos em qualquer lugar. Nos próximos anos, a tendência mundial é que as pessoas trabalhem em casa ou em outro local de trabalho. As grandes empresas de tecnologia modernas já possuem espaços de trabalho ao ar livre.

A busca pela integração com a natureza, interatividade e socialização, vem aumentando ao redor do mundo fazendo que cada vez mais as cidades tenhas esses espaços de trabalho.

3. REFORMULAÇÃO DO ESPAÇO DA PISCINA PÚBLICA MUNICIPAL

A reformulação se faz necessária, pois o projeto original possui mais de 30 anos e até hoje só recebeu pequenas manutenções.

Está prevista a construção de novos banheiros e vestiários com acessibilidade, a troca de todo o piso de basalto existente por pedra São Tomé, a construção de uma segunda piscina de 16 metros de comprimento por 8 metros de largura com três níveis diferentes, toda tubulação de aquecimento, aquecimento da mesma por placas solares, reforma da casa de máquinas junto à piscina existente, novos sistemas de filtro e bombeamento e paisagismo.

4. CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

A nova proposta para o Centro Administrativo Municipal concentrará todas as Secretarias Municipais em um único prédio, formado por doze pavimentos, com planta livre, fachada em pele de vidro e locado atrás da Sede atual. O objetivo é que todas as funções administrativas aconteçam em um único local, pensando na praticidade e logísticas dos processos internos, atendendo da melhor forma possível os munícipes, com uma infraestrutura adequada e voltada para os programas de necessidade específicos de cada secretaria e os setores que as compõem. Isso é necessário uma vez que, hoje, os espaços utilizados já não atendem as necessidades da Sede Administrativa, estando defasados e pequenos.

Aliada a nova Sede Administrativa está a revitalização da Praça da Emancipação, um projeto já desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e que em breve será executado, proporcionando uma melhoria na qualidade do espaço público oferecido a população.

Este projeto contempla um novo playground para as crianças, espaço para banheiros e um espaço para comercialização de alimentos, além é claro do melhoramento do paisagismo existente.

Projeto de requalificação

5. MINIMIZAÇÃO DE POLUIÇÃO VISUAL

A poluição visual é causada pelo excesso de elementos visuais como anúncios, propagandas, placas, postes, fios elétricos, lixo, torres de telefone, entre outros criados pelo homem que são espalhados pela cidade, e promovem desconforto visual e espacial.

Caberá ao poder público municipal elaborar legislação, a curto prazo, afim de regrar o uso de elementos de publicidade, com aplicação imediata para novas propostas, e estabelecendo prazo para adequação dos já existentes.

6. FIAÇÃO SUBTERRÂNEA

A implantação de fiação subterrânea, que pode abranger toda a rede elétrica e de cabos de telefonia e TV, apresenta diversas vantagens do ponto de vista da infraestrutura das cidades.

Para Farroupilha, num primeiro momento, está sendo proposto que parte das ruas da Rua Cel. Penas de Moraes, Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado recebam esta melhoria em função da importância destas vias no aspecto comercial, turístico e de circulação. Já as ruas Barão do Rio Branco, Avenida Santa Rita e Paulo Broilo são escolhidas para a implantação destas melhorias em função de serem vias de grande fluxo e se caracterizarem como vias de acesso ao município. Abaixo está representado mapa esquemático indicando as primeiras áreas a ser implementada a alteração da rede elétrica, posteriormente a esta primeira fase poderá ser estendida a implantação para outras vias da cidade.

Implantação de fiação subterrânea

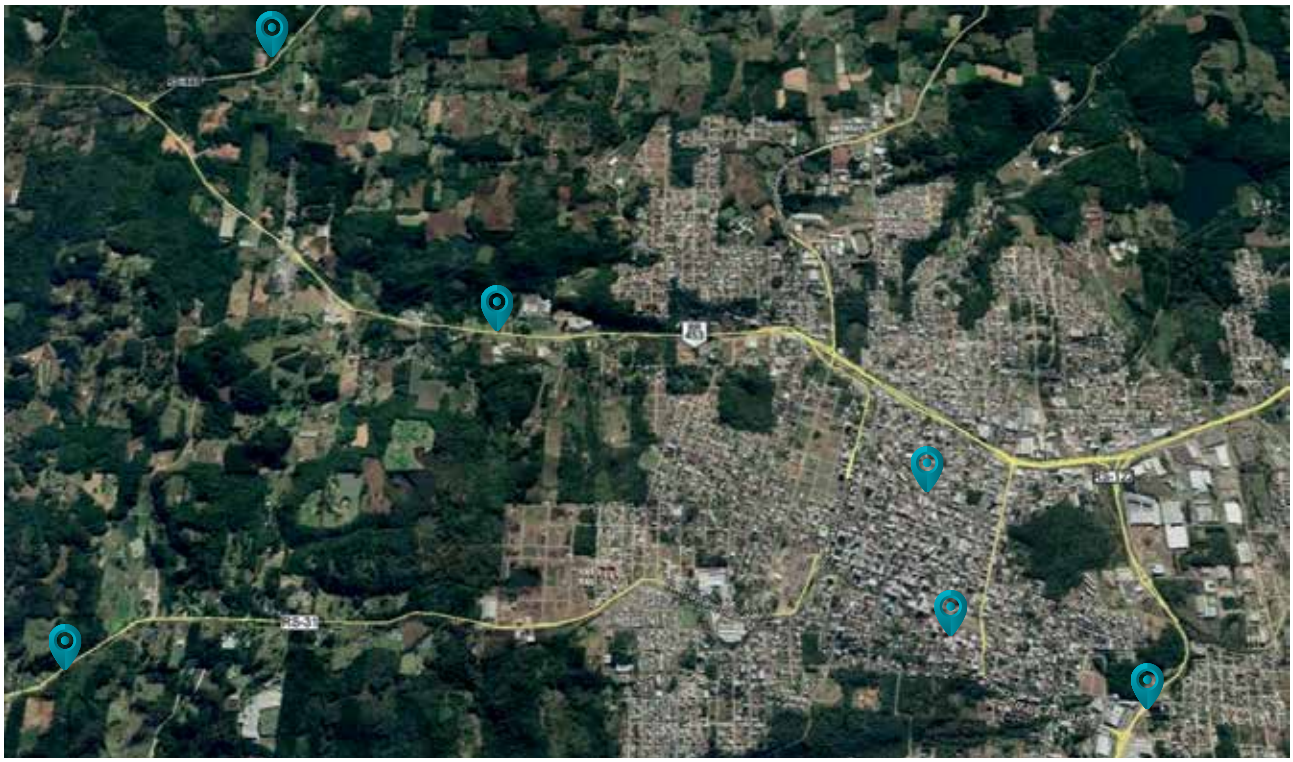
Ruas com previsão de fiação subterrânea

a) Pontos de Recarga de energia para veículos elétricos e híbridos em estabelecimentos e vias públicas

Apesar de ainda pouco difundidos por aqui, os veículos movidos a energia elétrica já são bastante comuns pelo mundo, e as vendas devem chegar a quase 3 milhões de unidades anuais até 2020.

Pensando nisso, preliminarmente, há previsão de pontos nas rodovias ERS-122, ERS-448, RSC-453 e VRS-813, que dão acesso ao Município de Farroupilha, e em empreendimentos públicos ou privados. Abaixo está representado mapa esquemático indicando as primeiras áreas a ser implementados pontos de recarga, que posteriormente poderá ter a área de abrangência ampliada.

Pontos de Recarga



7. SANITÁRIOS PÚBLICOS

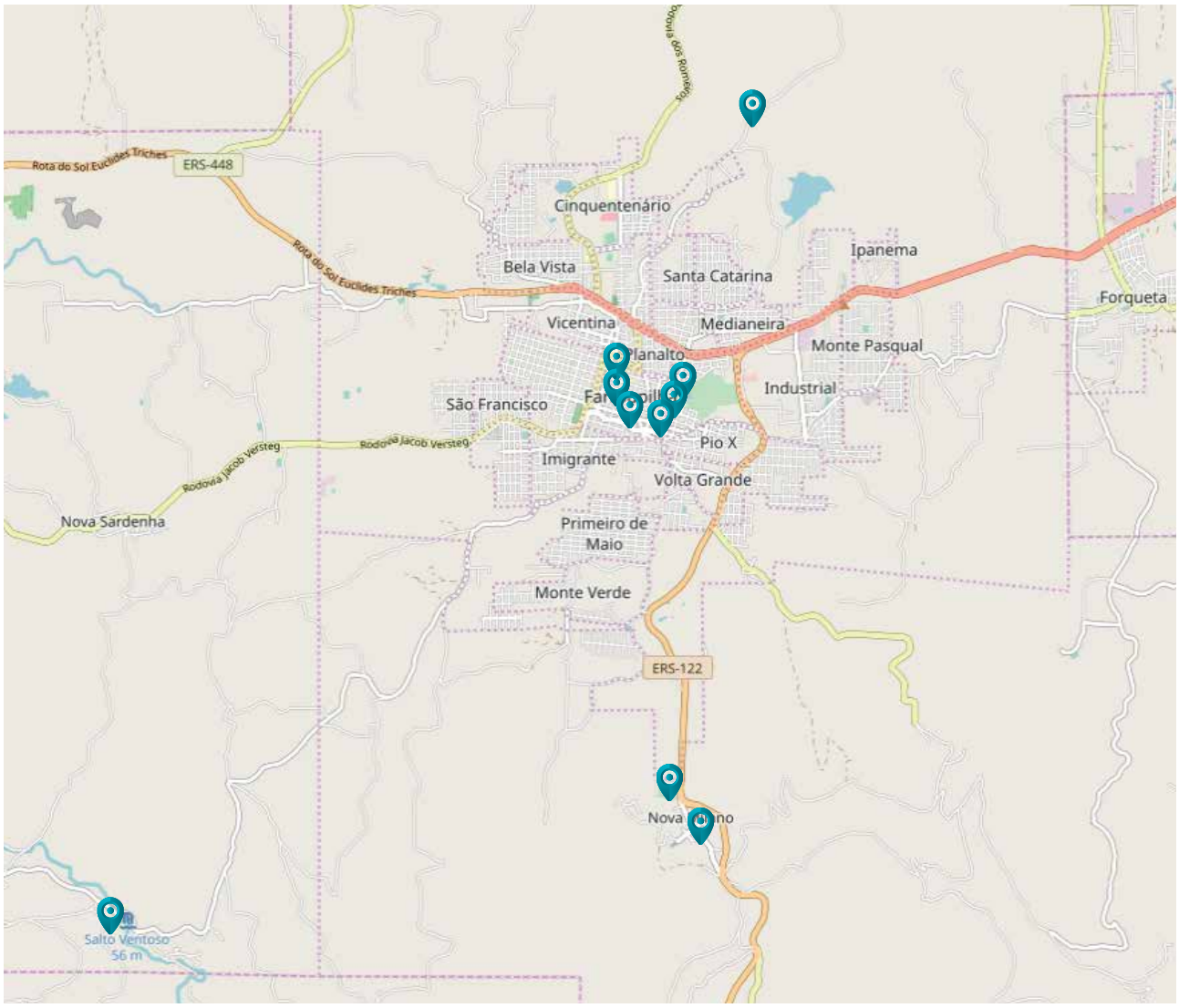
Como parte integrante de toda a proposta de padronização do mobiliário urbano, surge a possibilidade de concessão onerosa de módulos destinados ao uso de sanitários públicos. Que tem por objeto a confecção, instalação e manutenção de sanitários públicos, com exploração publicitária. O módulo de banheiro que fará parte do mobiliário urbano pode ser resultado de concurso de projeto promovido pela municipalidade, servindo de referência de projeto, não envolvendo a execução da obra.

Após, com representantes das empresas interessadas e de integrantes da sociedade civil, podem ser discutidas e apresentadas as diretrizes para elaboração do edital de concessão, que detalhará as condições, características e dimensões dos equipamentos, além das normas de exploração publicitária. Podem ser oferecidos um número determinado de banheiros fixos a serem instalados na cidade. A prefeitura não colocará recurso financeiro na operação, pois neste modelo de concessão onerosa, caberá à concessionária que vencer a licitação assumir todo o investimento para produ-

ção, instalação e manutenção dos banheiros públicos durante o período da concessão de 20 anos. Salientando que a concessionária ainda pagará à prefeitura um valor referente à outorga e como contrapartida, receberá o direito de explorar a publicidade nos equipamentos.

Assim, a prefeitura visa atender uma carência da cidade, tendo um padrão de qualidade, com a função de tornar a cidade mais amigável e criando sua identidade visual, proporcionando maior conforto, higiene e acessibilidade à população no atendimento de suas necessidades fisiológicas. Além disso, todos os módulos de banheiros contarão com limpeza e manutenção.

Segue mapa da área urbana do município com as sugestões de locais para a instalação dos módulos de sanitários públicos e padronização de mobiliário urbano, a curto prazo, priorizando espaços públicos como praças e parques, com sugestão de 10 módulos dispostos no seguintes locais: Parque dos Pinheiros (acesso oeste), Parque dos Pinheiros (acesso sul), Parque da Imigração Italiana, Praça de Nova Milano, Praça da Igreja Matriz, Praça Emancipação, Praça da Bandeira, Largo Carlos Fetter, Parque Salto Ventoso e Parque Balneário Santa Rita, com possibilidade de expansão, atendendo as demais localidades e bairros numa segunda etapa, a médio prazo.



8. CEMITÉRIO PÚBLICO

A gestão de cemitérios municipais pode ser um grande desafio para as prefeituras. Afinal, nem sempre o orçamento é suficiente para custear salários e serviços de manutenção, o que consequentemente, torna os cemitérios estruturas deficitárias dentro da gestão pública. Assim, neste cenário insuficiente, as concessões e parcerias público-privadas (PPPs) podem ser uma solução para a administração e gestão eficiente de cemitérios.

a) Solução para superlotação de cemitérios

No presente, caminhamos para a superlotação dos dois cemitérios públicos existentes, tanto o do Bairro São Luiz, como o de Nova Vicenza, com a previsão que a capacidade de enterrar os corpos nos espaços existentes simplesmente se esgote. Assim, é necessária uma solução para a superlotação dos dois cemitérios públicos, como sugestão de ação de médio prazo. E para evitar esse cenário, é preciso otimizar a operação dos espaços, onde as concessões e parcerias público-privada podem solucionar esse problema, auxiliando a administração municipal, objetivando a melhoria dos serviços prestados.

Com aumento da demanda de sepultamentos, propõe-se realização de uma Parceria Público Privada (PPP) para gerir e ampliar a quantidade de vagas nos cemitérios do município, viabilizando a construção de dois cemitérios verticais e crematório. Nesse sentido, uma PPP é o ideal, pois o município tem necessidade de realizar um projeto que demanda investimento alto em infraestrutura e não tem condições de arcar com os recursos financeiros necessários, possibilitando incentivos a cremação, com custos mais baixos estimulando as pessoas a adotarem essa prática como vantagem em relação ao enterro convencional, e criação de cemitério vertical, similares a prédios de vários pavimentos, que ofereçam gavetas para o sepultamento, e devam contar com um sistema específico para a desativação dos gases da decomposição e com vedação para impedir a chegada dos gases nas áreas de circulação. Além das gavetas tradicionais de sepultamento, devem contar ainda com outros espaços como ossário e cinerários, que são espaços destinados à guarda das cinzas resultantes da cremação em espaços individualizados e identificados.

A vantagem do cemitério vertical, é que se torna mais barato e viável de ser executado em um espaço menor, com objetivo de ofertar maior número de sepultura para a população.

Aliado ao cemitério vertical, deve estar o crematório, com cinerários, com o objetivo de diminuir ainda mais o espaço utilizado para o armazenamento das cinzas, possibilitando dez vezes mais armazenamentos, em um mesmo espaço, diminuindo em grande escala ainda os riscos e problemas ambientais.

b) Alternativas tecnológicas e sustentáveis de cemitérios

Em uma segunda etapa, propomos o controle de informações para eficiência na gestão de um cemitério, qualificando os serviços prestados aos cidadãos. Inicialmente com um planejamento, incluindo recadastro e atualização das informações de propriedade dos terrenos, jazigos e da população mortuária, servindo como diagnóstico, sugerindo um sistema que permita aliar informações atualizadas, através de novas tecnologias, com segurança e monitoramento, dando comodidade aos visitantes e maior controle para a gestão pública. Sugerimos georreferenciamento,

cartão com chip de identificação, lacre eletrônico, cadastro online e histórico da família e falecidos. As informações podem ser gerenciadas e visualizadas através de aplicativo de identificação de localização, com todas informações do falecido.

Além das novas tecnologias, deve-se associar as questões de consciência ambiental, com soluções de tratamento do chorume e líquidos provenientes da decomposição dos resíduos orgânicos, com soluções livres de contaminações das águas e solo. Pois, os cemitérios mais antigos não têm nenhum planejamento para controle dessa contaminação e deixam o subsolo completamente exposto.

Ao pensar justamente o que os diferentes modos de lidar com os cadáveres revelam sobre como enxergamos a morte e a vida, notamos que esse "espaço urbano do adeus", ou seja, os cemitérios são frequentados por pessoas que fazem uso desse espaço para realizar seus rituais. Já os cemitérios verticalizados retiram de seu ambiente as referências religiosas, pois se parece com um prédio comum, sem símbolos que evoquem as religiões, e acabam se tornando lugares mais neutros.

O projeto deve levar em consideração aspectos urbanísticos, econômicos, ambientais, religiosos, familiares e culturais, para concepção de um novo cemitério. Apresentando um espaço mais enxuto para os túmulos, no formato dos cemitérios verticais, e integração com áreas verdes, arborizadas, como parque acoplado ao redor, pois isso humanizará o entorno, trazendo benefícios e melhoraria na relação desse espaço urbano com a cidade e os cidadãos.

Ao final, o objetivo geral com a parceria público-privada de um novo modelo de cemitério deve contemplar:

- Garantir uma gestão eficiente e de qualidade;
- Melhoria na infraestrutura e manutenção do espaço;
- Criação de crematório e cemitérios verticais modulados;
- Assegurar serviço eficiente e de qualidade aos usuários;
- Garantir segurança e monitoramento;
- Fornecer informações com uso de aplicativos de localização;
- Inserção da tecnologia para armazenamento de documentos, informações e otimização da gestão;
- Diminuição do impacto ambiental e implantação de medidas para reduzir ou zerar a contaminação do solo e das águas/ lençol freático;
- Adequação às legislações atuais;
- Áreas verdes e arborizadas, como parques no entorno, melhorando a qualidade desses espaços urbanos.

9. LIXEIRAS SUBTERRÂNEAS

A ideia de implantar lixeiras subterrâneas se dá com o objetivo de acabar com o acúmulo de sacos de lixo nas calçadas, proporcionar uma percepção urbana muito mais agradável, evitar o mau cheiro e o acúmulo de animais. Outro diferencial é que, devido à grande capacidade, a lixeira subterrânea exige menos viagens das empresas coletoras de lixo, o que representa economia nos gastos de transporte e também na queima de combustível fóssil para transportar dezenas de caminhões de lixo pela cidade. Em Farroupilha, a previsão para a implementação ocorrerá em médio prazo na área central do município, podendo posteriormente abranger os demais bairros.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

- Manutenção básica de espaços públicos existentes.
- Estruturação de equipes qualificadas para segurança e manutenção permanente dos espaços públicos.
- Padronização de paradas de ônibus.
- Padronização de mobiliário urbano.
- Remoção da poluição visual dos elementos de publicidade em fachadas e vias.
- Acessibilidade em todos os espaços públicos.
- Funcionamento de museus em horário alternativo.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

- Corredores verdes em avenidas.
- Restauração do prédio da Biblioteca Pública.
- Implantação de ciclovias e ciclofaixas.
- Implantação de fiação elétrica subterrânea.
- Solução para superlotação de cemitérios.
- Implantação de lixeiras subterrâneas.
- Teatro Municipal, com revitalização do Complexo Santa Rita.
- Construção de praças em bairros.
- Pontos de recarga elétrica veicular.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

- Criação de centro cultural no Largo Carlos Fetter.
- Alternativas sustentáveis e tecnológicas de cemitérios.
- Utilização de barragens como área de lazer.

Os desafios que impedem a implementação das propostas citadas vão desde dificuldades orçamentárias a burocráticas, além do comportamento da sociedade.

A cultura da sociedade também dificulta a implantação de projetos de qualidade. Muitas vezes, ao elaborar um projeto, o técnico fica amarrado ao comportamento negativo de parte da população, como vandalismo, furto e depredações, e até mesmo à oposição a um investimento mais elevado para implantação de materiais de qualidade. Há carência de estudos, levantamentos e consultas públicas para proposição de projetos no município. Os equipamentos urbanos não devem ser definidos por pessoas leigas, sem prévia análise técnica de profissionais qualificados.

VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Síntese do Capítulo

A seguir serão apontados os principais tópicos comentados neste capítulo e que são importantes para ter uma visão abrangente do eixo 3:

ARBORIZAÇÃO

Sobre o tema, iniciamos falando sobre os benefícios e a importância que a arborização urbana tem na vida cotidiana de todos. Tanto na qualidade de vida dos moradores de nosso município, quanto na composição e importância ambiental, já que preserva a fauna.

Em seguida, tratamos a situação da arborização urbana de Farroupilha, falando sobre a situação e presença das árvores.

Além disso, mostramos a relação que o tema possui com equipamentos urbanos como fiações elétricas, postes de iluminação e muros e a necessidade de evitar problemas ocasionados pela arborização.

Por fim, apresentamos os objetivos e planos de ação que serão colocados em prática nos próximos 20 anos.

ESPORTE

Para esse tema, consideramos o esporte como direito acessível aos cidadãos, mas também como lazer e educação dos habitantes.

Apresentamos o contexto das atividades esportivas tendo como referência as empreendidas dentro do projeto "Farroupilha Mais Esporte", que costumam ocorrer em espaços como Escolinhas Desportivas e eventos como festivais e campeonatos.

A participação em atividades esportivas foi representada com base nos dados de tal projeto. Nesses dados foram mostrados como ocorre o envolvimento com esporte atualmente. Para atingir metas estabelecidas para o desenvolvimento e melhoria das atividades já colocadas em prática, consideramos objetivos gerais, objetivos específicos e planejamos planos de ação para eles.

JUVENTUDE

Neste capítulo, contextualizamos os espaços públicos e estruturas preparadas (ou não) para o recebimento adequado de jovens no Município de Farroupilha. Além disso, levantamos dados sobre serviços e programas voltados ao público jovem e as atividades empreendidas por eles. Elaboramos objetivos voltados à satisfação de necessidades e vontades da juventude e, de acordo com eles, estabelecemos planos de ações em três fases (curto, médio e longo prazo) para realizá-las de forma plena.

LAZER

Sobre o tema, apresentamos seu contexto atual no Município de Farroupilha, descrevendo as atividades em curso, as estruturas já existentes, bem como deficiências de cada um, como parques, praças, centro culturais, entre outros.

Além disso, também elaboramos e analisamos os dados de uma pesquisa feita com os farroupilhenses sobre espaços de lazer públicos e privados do município. Nela, pudemos captar opiniões sobre a realização de atividades e estruturas presentes e também ouvir sugestões para novas fontes de lazer e melhorias das já existentes.

Por fim, construímos objetivos gerais e específicos e os planos de ação para alcançá-los de forma organizada e desenvolver um lazer de melhor qualidade para os habitantes de Farroupilha.

VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Consideramos espaços públicos como locais que são de uso comum e que todos os moradores de Farroupilha tem posse. Durante a discussão sobre o tema, foram abordados parques, praças, jardins, teatros, casas de cultura, ruas, passeio público, largos, cemitérios, paradas de ônibus e táxis e mobiliário urbano.

Os espaços públicos que apresentamos os diagnósticos foram:

- BALNEÁRIO SANTA RITA;
- BIBLIOTECA PÚBLICA;
- CALÇADÃO DA RUA JÚLIO DE CASTILHOS;
- CEMITÉRIOS;
- FIAÇÃO ELÉTRICA NAS VIAS PÚBLICAS;
- MOBILIÁRIO URBANO;
- MUSEU CASA DE PEDRA;
- MUSEU CASAL MOSCHETTI;
- PARADAS DE ÔNIBUS;
- PARQUE CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA;
- PARQUE CINQUENTENÁRIO;
- PARQUE DOS PINHEIROS;
- PARQUE SALTO VENTOSO;
- PISCINA PÚBLICA;
- PISTAS DE CAMINHADA;
- POLUIÇÃO VISUAL;
- PRAÇA DA BANDEIRA;
- PRAÇA EMANCIPAÇÃO;
- PRAÇA FLORES DA CUNHA;
- PRAÇA LIDOVINO ANTÔNIO FANTON;
- PRAÇA MATRIZ;
- PRAÇA SANTA RITA;
- RUAS/AVENIDAS.

Além disso, também apresentamos as principais demandas da população farroupilhense feita a partir da coleta de 81 respostas.

Após coletar os dados e opiniões, é possível notar que os espaços públicos existentes em nossa cidade tem um papel importante para os moradores. Porém deve ocorrer um trabalho de manutenção dos espaços e criação de novos. Garantir boas condições, sem depredação, boa iluminação, acessibilidade e segurança.

EIXO 4
INFRAESTRUTUR

A

INFRAESTRUTURA

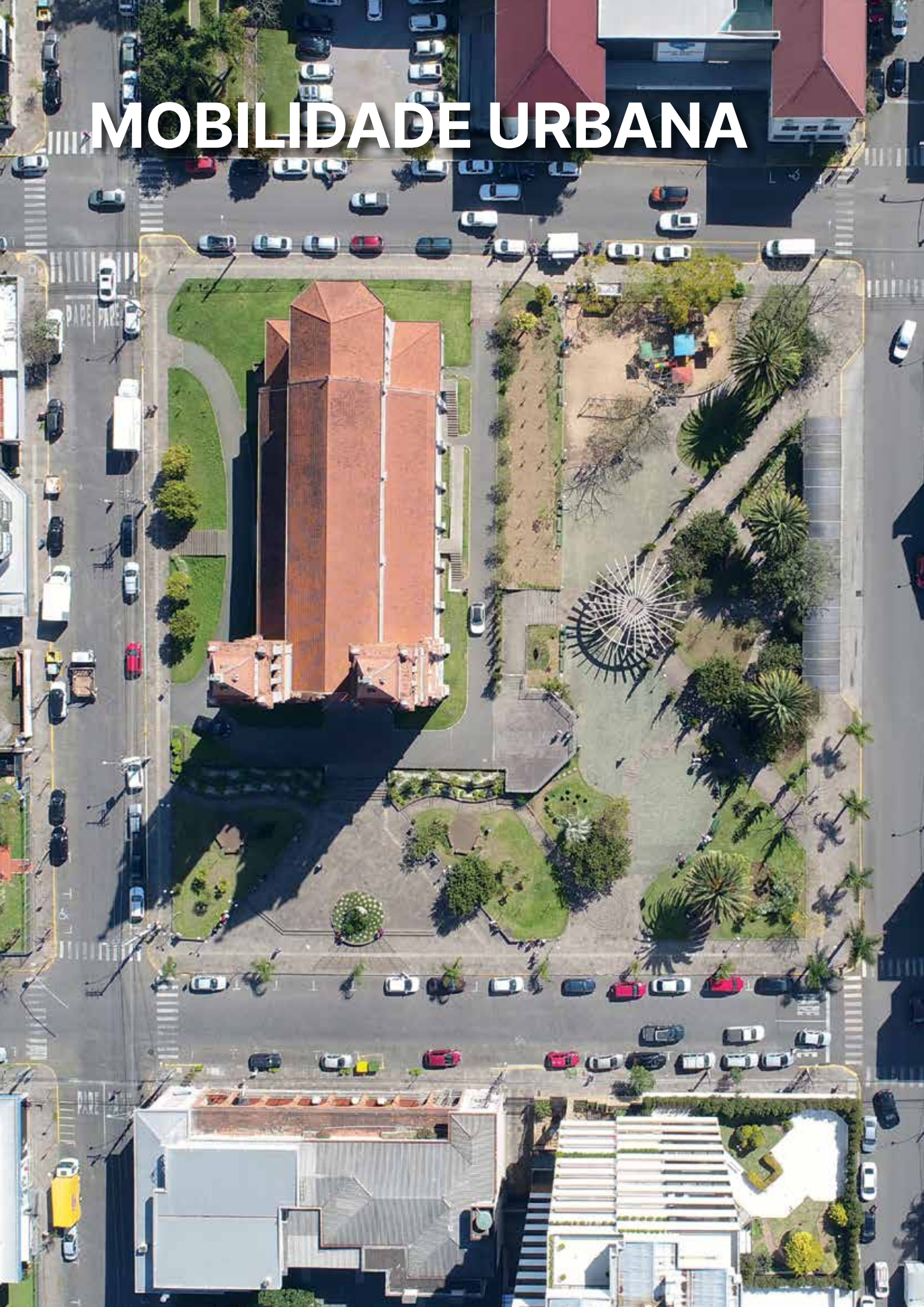
Ao avaliar nossas estruturas, identificamos que investir em mobilidade urbana, para que haja integração dos caminhos, é a estrada para o crescimento da cidade.

Além da aposta em novos métodos de avaliação, coleta e separação dos resíduos sólidos, investir em saneamento básico e em nossos recursos naturais é mais que fundamental não somente pela infraestrutura, mas também pela saúde pública.

Acreditamos que um governo deve pensar e conversar com as pessoas e avaliar os elementos e serviços prestados, como os que podemos considerar fundamentais à vida.

Desse modo, o plano aborda questões sobre a qualidade da água, das nossas estradas e vias públicas, e reflete sobre a superestrutura que é o conjunto de elementos da vida social.

MOBILIDADE URBANA



Apresentação

A mobilidade urbana é um requisito fundamental para o desempenho das funções urbanas, afetando sensivelmente, o cotidiano de muitas pessoas. Possui papel de grande importância na vida das cidades ao assegurar a articulação necessária entre diferentes atividades, tais como a produção, o consumo, a moradia, o trabalho, a educação e o lazer.

Um dos princípios básicos do planejamento é a adoção de um enfoque compatível com a natureza dos problemas e com as oportunidades da implementação de mudanças desejáveis.

Por isso uma grande comunidade deve adotar metas a longo prazo e traduzi-las em políticas específicas focadas, em aspectos, tais como controle de crescimento, provisão de novas facilidades e serviços de transporte, restauração de áreas deterioradas, bem como de reestruturação de um sistema viário ultrapassado.

Como é hoje?

Mobilidade Urbana no Brasil

LEI DA MOBILIDADE

A Lei institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que é um instrumento da política de desenvolvimento urbano da Constituição Federal e tem por objetivo integrar os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município.

POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA – MINISTÉRIO DAS CIDADES

As cidades brasileiras vivem um momento de crise da mobilidade urbana, que exige uma mudança do atual modelo e que a torne em instrumentos de gestão urbanísticas, guiando-se pela sustentabilidade ambiental e a inclusão social.

Neste novo conceito de mobilidade urbana, a maneira de tratar o trânsito é modificada, dando foco ao transporte coletivo, logística de distribuição das mercadorias e a construção da infraestrutura viária, das calçadas e de todos os modos de circulação das pessoas e mercadorias.

Entre os princípios para o planejamento da mobilidade, destacam-se:

1. Diminuir a necessidade de viagens motorizadas;
2. Repensar o desenho urbano;
3. Repensar a circulação de veículos;
4. Desenvolver os meios não motorizados de transportes;
5. Reconhecer a importância dos deslocamentos dos pedestres;
6. Reduzir os impactos ambientais da mobilidade urbana;
7. Propiciar mobilidade das pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;
8. Priorizar o transporte coletivo;
9. Promover a integração dos diversos modos de transporte;
10. Estruturar a gestão local.

A Política de Mobilidade Urbana propõe no seu planejamento integrado, em quatro grupos de ação:

Mobilidade Urbana em Farroupilha

Síntese do diagnóstico

- A — Fatores de Identidade
- B — Fatores de Qualidade
- C — Fatores de Segurança
- D — Fatores de Gestão

Diretrizes

- A — Tratamento das esquinas
- B — Pavimentação
- C — Sinalização
- D — Arborização e Iluminação

PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE FARROUPILHA

O Município de Farroupilha está localizado na Encosta Superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Serra Gaúcha, com altitude média próxima dos 783 metros. Tem como municípios vizinhos: ao Norte, Flores da Cunha e Nova Roma do Sul; ao Sul, Alto Feliz e Carlos Barbosa; ao Leste, Caxias do Sul e a Oeste, Bento Gonçalves, Garibaldi e Pinto Bandeira. A área da unidade territorial do município é de 360,39 Km², com predomínio das áreas rurais sobre a mancha urbana.

Nossa cidade destaca-se pela economia diversificada, sendo a indústria a maior responsável pelo crescimento, na qual o setor metal mecânico é um dos expoentes, seguido pelo segmento de embalagens. Os comércios atacadistas e varejistas também contribuem significativamente, seguidos pela agricultura e serviços.

Após a instalação das primeiras famílias em Nova Milano, a estrutura do município começou a tomar forma. Segundo dados históricos, entre 1885 e 1886, na Colônia Sertorina, instalou-se uma comunidade habitada por imigrantes italianos, trentinos e trevisanos, na localidade onde atualmente é o bairro Nova Vicenza. Tal bairro tomou o nome de Linha Vicenza, e posteriormente, de Nova Vicenza, paróquia de São Vicente. Nova Milano, situada fora da Colônia Sertorina e à cerca de 8km ao Sul de Nova Vicenza, também progredia. Já era o 3º Distrito de Caxias do Sul. Em 1º de junho de 1910 foi inaugurada a ferrovia Montenegro - Caxias do Sul. Em seguida surgiu a estrada Júlio de Castilhos que iniciava em São Sebastião do Caí.

O 3º Distrito de Caxias do Sul teve em 1918, sua sede administrativa transferida para a estação Nova Vicenza. Em 1927, Nova Vicenza foi designada como 2º Distrito de Caxias do Sul. Hoje Farroupilha é uma cidade que vive o resultado do progresso do trabalho do seu povo.

Para isso, Farroupilha visa, com o seu Plano de Mobilidade, identificar essa realidade do município, de forma a integrar os diferentes modais, tornando-a democraticamente acessível. Para isso, as medidas adotadas no desenvolvimento deste Plano de Mobilidade Urbana, estão alinhadas com o Projeto de Reestruturação do Transporte Coletivo, ao Projeto de Tratamento dos Pontos Críticos, com o Projeto Calçada Legal e o Projeto da Rede Cicloviária Integrada, para assim direcionar o desenvolvimento da cidade de forma organizada, priorizando o pedestre, ciclistas e o transporte coletivo.

O plano de mobilidade apresenta a demanda de tráfego veicular atual dos principais cruzamentos da cidade, a demanda para os próximos 05 (cinco), 10 (dez) e 15 (quinze) anos.

PROJETO REDE CICLOVIÁRIA INTEGRADA

A maior parte do sistema de tráfego na cidade não contempla áreas adequadamente adaptadas e pistas exclusivas para os deslocamentos de ciclistas na malha viária. No entanto, as possibilidades de uso da bicicleta como meio de transporte habitual, lazer e a prática esportiva indicam a revisão do paradigma dos deslocamentos em Farroupilha, de forma que a promoção deste meio de transporte é totalmente compatível com a Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável, incentivada no Brasil. Para o desenvolvimento da Rede Cicloviária Integrada de Farroupilha, deve ser pensando muito além de aspectos es-

truturais de engenharia construtiva, como ciclovias, passarelas ou bicicletários, mas requer, associado a essas ações, a conscientização da comunidade de que o deslocamento a pé e por bicicleta é uma excelente opção para melhorar a qualidade de vida. O projeto cicloviário desenvolvido para Farroupilha visa a garantir cinco diretrizes básicas para a motivação do usuário, de acordo com o que determina o Ministério das Cidades: segurança viária, rotas diretas e rápidas, coerência da infraestrutura, conforto e atratividade. Entre os principais aspectos favoráveis ao uso da bicicleta está: baixo custo de aquisição e manutenção, eficiência energética, baixa perturbação ambiental, contribuição à saúde, equidade, flexibilidade e menor necessidade de espaços públicos. Quanto aos aspectos menos favoráveis: rampas, exposição às intempéries, exposição à poluição, vulnerabilidade física e furto.

Para consolidação da proposta, cinco objetivos devem ser atendidos, visando à promoção de cidades sustentáveis, para um trânsito humanizado, promovendo a inclusão social:

1. Inserir uso de bicicleta na matriz dos deslocamentos urbanos;
2. Estimular o governo a investir em infraestrutura para garantir segurança;
3. Promover integração com o transporte coletivo;
4. Difundir o conceito de mobilidade sustentável;
5. Promover a inclusão social.

Calçada Legal

O **Plano de Mobilidade Urbana de Farroupilha** é um instrumento efetivo para revisar o modelo atual de cidade, apresentando recursos viáveis de ampliação do acesso à cidade e aos seus serviços de forma segura, autônoma e integral através da inclusão social dos cidadãos.

O lançamento de diretrizes para o **Projeto Calçada Legal de Farroupilha** tem em vista a implantação de passeios acessíveis, aprimorando a circulação dos pedestres nas vias urbanas do município, organizando usos do espaço público e a posição de elementos que equipam as calçadas da cidade.

Objetivos do Projeto Calçada Legal

LEGISLAÇÃO PERTINENTE

O Código de Trânsito Brasileiro, em diversos artigos de sua redação, identifica o pedestre como elemento frágil no trânsito, e por tanto deve ser protegido por todos os demais usuários do sistema. Esta Lei,

ainda atribui aos órgãos e entidades com circunscrição sobre a via as obrigações cabíveis para garantir a segurança de todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, o pedestre também deve respeitar as restrições que lhe cabem, favorecendo a circulação harmoniosa de diferentes modal.

01

A **Acessibilidade** é um termo adjetivo utilizado para melhorar o que fica ao alcance, ou ainda, o que se pode chegar facilmente. Esse conceito tem sido utilizado para qualificar o ambiente físico, o sistema de transporte e os meios de comunicação.
A Norma Brasileira ABNT NBR 9050: Espaços e Equipamentos Urbanos, define acessibilidade como sendo a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia nos espaços públicos.

02

A **Mobilidade** é "um atributo associado às pessoas e aos bens, corresponde à diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, consideradas às dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas." (VASCONCELOS, EDUARDO A., 1996)

03

Desenho Universal é um conceito contemporâneo de concepção dos espaços urbanos e privados, abrangendo também artefatos e produtos, que visam atender simultaneamente a todas as pessoas, priorizando PNEs, de forma autônoma, confortável, simples e intuitiva. Quando se trata de desenho universal, cabe ressaltar que é importante extinguir a tolerância ao erro, pois a convivência com a instalação equivocada de dispositivos acaba por confundir os usuários e difundir a aplicação errada deste elementos em outros lugares.

04

Desenho Acessível é o conceito que visa desenvolver edificações, objetos ou espaços que sejam acessíveis às pessoas com mobilidade reduzida em muitos casos adequá-los a este público específico, produzindo elementos diferenciados.

> A calçada é o caminho que nos conduz ao lar. Ela é o lugar onde transitam os pedestres na movimentada vida cotidiana. É através dela que as pessoas chegam a diversos pontos do bairro e cidade. A calçada bem feita e bem conservada valoriza a casa e o bairro (CREA-MS, 2009)

Em Farroupilha, o Programa Calçada Legal visa a trabalhar o contexto urbano das calçadas e Rede Cicloviária Integrada, através do conceito de desenho universal, simplificando as rotas de pedestres e aplicando os elementos disponíveis de acessibilidade – rampas, sinalização e pavimentação.

Faixa Livre: faixa da calçada destinada à livre circulação de pedestres, desobstruída de mobiliário ou obstáculos.

Faixa de Acesso: faixa destinada ao acesso às edificações, localizada entre a testada do lote e a faixa livre.

Faixa de Serviço: faixa destinada a implantação do mobiliário urbano e demais elementos autorizados pelo poder público.

Deficiência: redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, em caráter temporário ou permanente.

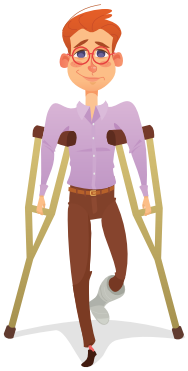
Pessoas com Necessidades Especiais ou Mobilidade Reduzida (PNEs): são aquelas que, permanente ou temporariamente, têm limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Integram este grupo as pessoas com deficiência, idosos, obesos, gestantes e outros.

Pessoa com mobilidade reduzida auxiliada por andador

Pessoa com deficiência visual

Deficiente visual com cão-guia

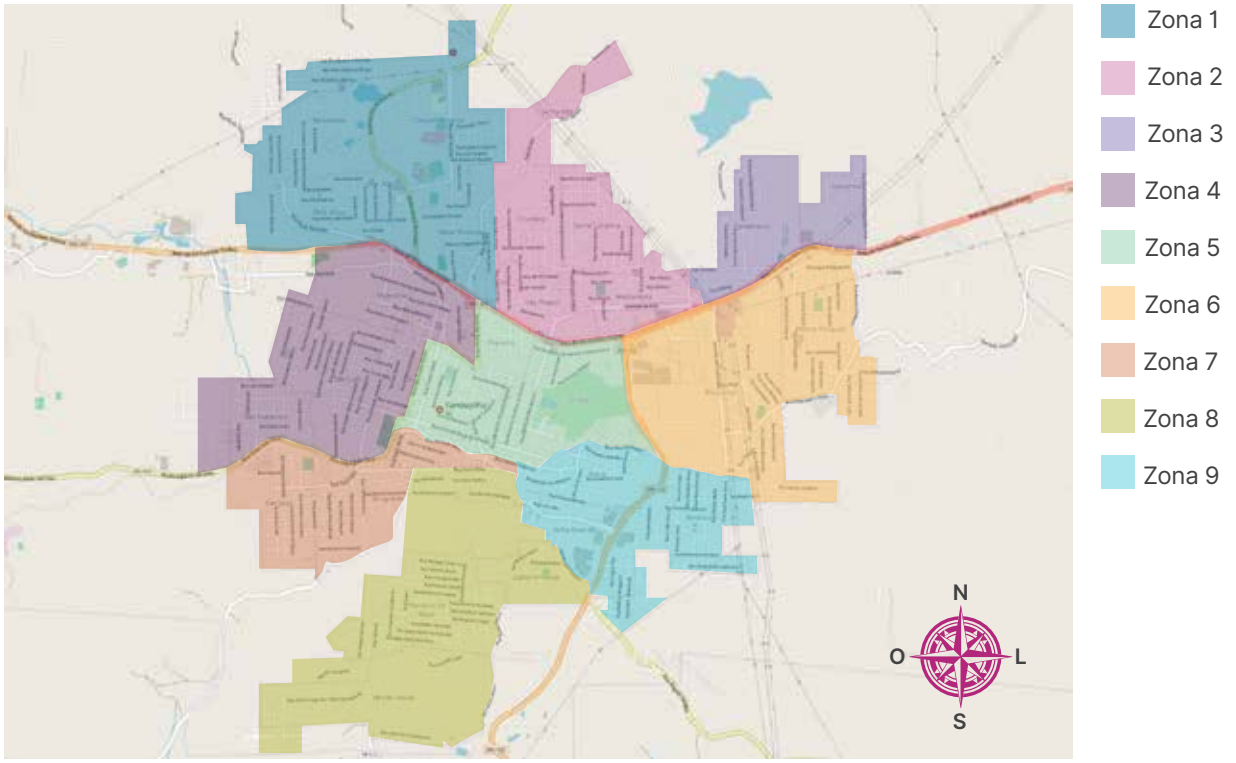
Idoso com bengala


Usuário de muletas

Farroupilha ainda é uma cidade de pequeno porte que preserva muitas das boas características dessa qualidade espacial. Porém, e se levando em conta o constante crescimento que possui, caminha para a aproximação com os limites superiores dessa magnitude. Em virtude da citada envergadura, das características tipológicas e das divisões geográficas já existentes, para este diagnóstico optou-se por dividir a cidade em nove zonas compostas em média por três bairros cada. Com essa divisão, procurou-se obter uma melhor legibilidade quanto à localização dos pontos investigados, relevando sua importância para as comunidade que atendem.

Abaixo, segue figura identificando cada uma dessas zonas, sempre concentrada no entorno de áreas institucionais, que naturalmente geram maior concentração de uso por parte da população.

Área de Abrangência



Projeto Calçada Legal

Com o aumento da circulação de veículos motorizados, as calçadas delimitaram o espaço exclusivo para os pedestres, com o objetivo de tornar o deslocamento seguro e confortável. Contudo, a expansão da circulação de veículos, em especial os particulares, passou a exigir mais espaços e ganhou cada vez mais atenção nas políticas públicas. A contínua expansão do sistema viário elevou a redução de calçadas. As calçadas passaram a ser compreendidas como espaço remanescente da caixa viária. Apesar de fazer parte das vias públicas, as prefeituras definiram como obrigatoriedade do proprietário do lote executar a calçada.

A omissão dos poderes públicos sobre a administração das calçadas permite o abuso na ocupação indevida das mesmas. Muito além da ocupação dos carros sobre os passeios, realizando paradas rápidas para carga e descarga ou embarque de passageiros, são as áreas comerciais que

expandem suas atividades sobre as calçadas, distribuindo propagandas e itens à venda. Nas proximidades de bares e restaurantes é recorrente o uso de mesas e cadeiras sobre o passeio, fazendo um prolongamento da área privada sobre a área pública. Neste último caso, a ocupação do espaço público é benéfica para atratividades nas ruas e promover a segurança. No entanto, a reserva da faixa de passeio deve ser preservada.

Segundo os conceitos de mobilidade do Ministério das Cidades e do Manual de BRT (*Bus Rapid Transit*), na Cidade o espaço urbano acessível só é possível onde os cidadãos têm independência, autonomia e dignidade. Os interesses do pedestre e pessoas portadoras de necessidades especiais estão finalmente sendo levados em consideração. As cidades acessíveis são aquelas que priorizam o pedestre, num espaço sem barreiras, sem discriminação e sem segregação, promovendo a inclusão social ao alcance de todos.

Com as mudanças no dia a dia da rotina e nos costumes das comunidades e o uso esmagador do carro, a rua deixou de ser um espaço de convívio e de encontro, para ser apenas um lugar de passagem. Perdeu-se, nesse caso, o sentimento de cuidar da rua, abandonando os canteiros ajardinados e a vida nas calçadas. Preocupada com este cenário e determinada a promover os princípios das cidades sustentáveis, a Prefeitura Municipal de Farroupilha, com o Projeto Calçada Legal do Plano de Mobilidade Urbana, tem uma importante ferramenta na busca da qualificação dos elementos que compõem o meio físico utilizado pelo pedestre em seu deslocamento.

O projeto tem por objetivo integrar as iniciativas públicas em favor do pedestre, desenvolvendo medidas protetivas e inclusivas a todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, visa a integrar todos os meios de locomoção, priorizando os meios não motorizados e o transporte coletivo. Somado a isso, a fiscalização e as atribuições de cada cidadão definidos nas Leis Municipais serão os norteadores da boa conduta. Primeiro, tornar o pedestre o personagem principal dos meios de deslocamento, após definir

os padrões específicos para a promoção do deslocamento a pé; tornar a cidade acessível e igualitária; impulsionar projetos de requalificação urbana voltada para escala humana; e proporcionar a integração modal a pé – bicicleta – transporte coletivo. Para isso, tem-se o diagnóstico: fatores de identidade, qualidade, segurança e gestão. Junto a isso, temos as diretrizes de tratamento de esquinas, pavimentação, sinalização e arborização e iluminação.

Projeto de tratamento dos pontos críticos

O traçado viário se desenvolve no entorno das rodovias com traçado predominantemente ortogonal, de certa regularidade, porém com inflexões que provocam certas mudanças de direção. Outro elemento que deve ser observado com atenção é o fato de que alguns bairros que se afastam da malha predominante acabam sendo ligados por poucas vias, limitando opções de acesso e, em alguns casos, com capacidade física reduzida.

Para o cálculo de capacidade de tráfego das vias, foram utilizados os maiores volumes de veículos nos horários constatados como os mais críticos. Com os resultados obtidos, tornou-se possível o diagnóstico da situação atual e o prognóstico para os próximos cinco, dez e quinze anos.

A análise dos níveis de serviço na malha urbana do Município de Farroupilha, que teve como base o levantamento *in loco* de quase 60 pontos, permitiu constatar a pontualidade de algumas situações de saturação já em situação atual. A grande maioria desses pontos saturados encontra-se junto às rodovias, nos locais de interface com o traçado viário urbano. Em termos gerais, fora das rodovias, os níveis atuais de serviço das interseções indicaram resultados aceitáveis. Nas projeções de maior tempo, dez e quinze anos, o que se constata é o cada vez maior nível de saturação, porém com regularidade e manutenção de níveis aceitáveis de saturação em diversos pontos. Essas características indicam a necessidade de intervenções que possuam a característica de oferecer caminhos alternativos, aumento da capacidade viária e redução de situações conflitantes nessas rotas.

Coleta de Dados

A evolução do número de veículos emplacados no município, segundo os dados do DETRAN/RS, partiu de 33570, no ano de 2010, chegando a 48.012 em 2019, o que representa um crescimento de 44,02% no período de 9 anos.

FARROUPILHA	
2010	33.570
2011	35.864
2012	37.938
2013	40.354
2014	42.458
2015	43.906
2016	44.940
2017	45.879
2018	47.304
2019	48.012

Fonte: DETRAN / RS

A título de comparação, a população de Farroupilha passou de 63.635 habitantes recenseados em 2010, para 71.570 habitantes projetados em 2018 pelo IBGE, o que representou um crescimento de 12,46% no período de 8 anos.

Os dados apontam um crescimento médio 3,6 vezes maior no número de automóveis do que da população, chegando a média de 1,5 habitante por veículo.

No caso do transporte coletivo público urbano, são 600 rotas, totalizando cerca de 8.000Km no município. A cidade conta também com serviço de transporte intermunicipal, com rodoviária localizada às margens da Rodovia ERS 122. Apesar de estar localizada no principal eixo de ligação com a região metropolitana do estado, a rodoviária tem dificuldade de acesso, por utilizar a interseção viária com a Avenida Pedro Grendene, um dos pontos críticos do sistema viário da cidade.

Farroupilha tem acesso ao modal aeroviário localizado cerca de 30 km, pelo Aeroporto Regional Hugo Cantergiani, na vizinha Caxias do Sul, e cerca de 120km do Aeroporto Internacional Salgado Filho, localizado na capital Porto Alegre.

Apesar da cidade ter se desenvolvido a partir da chegada da linha férrea, em 1910, este ramal foi totalmente desativado nos idos da década de 1970, deixando Farroupilha e a região desassistida deste importante modal de carga e passageiros. Estudos foram realizados nos anos 2000, com o intuito de atestar a viabilidade da implantação de uma linha de integração regional de transporte sobre trilhos, porém as ações não tiveram continuidade por diversos fatores, sendo um deles os custos de implantação. Recentemente a temática voltou ao centro dos debates, junto com a organização da Região Metropolitana da Serra Gaúcha.

Visão de Futuro

Historicamente, as cidades são concentrações de poder que controlam fluxos econômicos, sociais, culturais e políticos, constituindo centros de acumulação de riqueza e conhecimento O crescimento e o desenvolvimento econômico e social de uma aglomeração humana dependem, em grande parte, da facilidade da troca de informações e produtos com outras localidades. Assim, não é por acaso que as primeiras cidades surgiram à beira do mar e dos grandes rios e lagos, pois o meio de transporte preponderante no passado eram as embarcações. O desenvolvimento de outros meios de transporte (ferroviário, inicialmente, e depois rodoviário e aéreo) é que levou ao aparecimento de cidades distantes das rotas de navegação importantes.

Diz-se que o grau de desenvolvimento econômico e social de uma sociedade

está diretamente associado à facilidade de transporte de passageiros e carga, sendo que a qualidade de vida nas cidades é fortemente influenciada pelas características do sistema de transporte urbano.

No Brasil, mais de 80% da população vive em cidades, sendo que, de um lado a vida urbana traz uma série de benefícios à humanidade, mas de outro também traz grandes desafios, como, por exemplo, a solução para os problemas de água, esgoto, lixo, energia elétrica e transporte.

O crescimento acelerado dos centros urbanos nos últimos anos e o aumento do número de viagens individuais motorizadas vem desconfigurando o papel das cidades, que é o de proporcionar qualidade de vida e qualidade de circulação, intensificando os conflitos entre diferentes modos de deslocamento e gerando gastos econômicos vultosos na tentativa de viabilizar o fluxo de veículos motorizados.

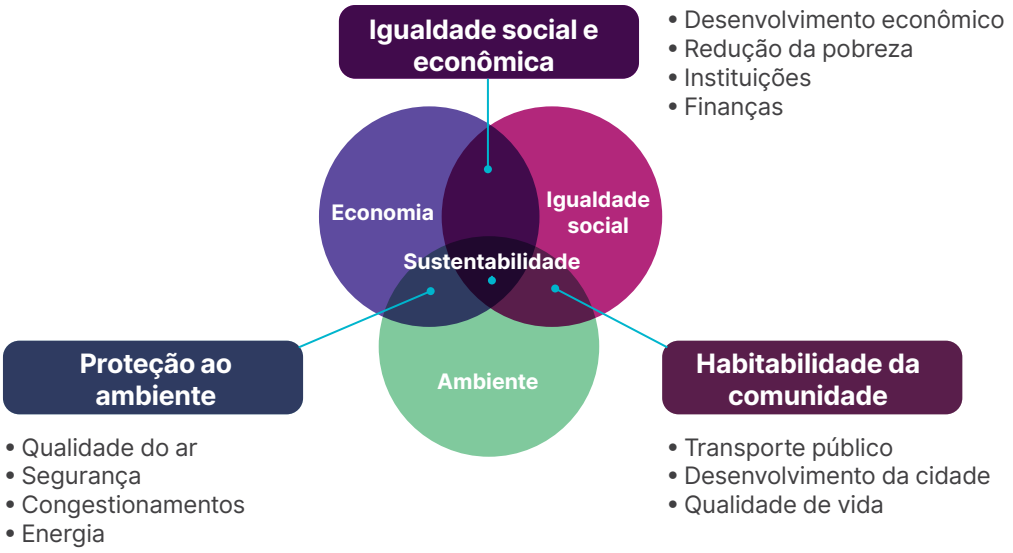
Muitas grandes e médias cidades foram adaptadas para o uso eficaz do automóvel particular, com um sistema viário ampliado como resposta a um crescimento acelerado deste sistema modal, até mesmo suprimindo o transporte público e fazendo com que o automóvel seja valorizado sobre os outros sistemas modais de transporte.

Cada meio de transporte utiliza espaço para movimentar-se e estacionar em um período determinado de tempo. No entanto, o utilitário privado é o meio que mais espaço público ocupa, uma vez que passa 90% de sua vida estacionado, mais ou menos 22 horas diárias. Por esta razão, uma enorme quantidade de espaço útil é utilizado de maneira não econômica, somente para estacionar em casa, no escritório e em áreas comerciais.

Esta situação, que deteriorou o ambiente urbano, leva hoje a uma revisão de Planos Diretores e construção de Planos de Mobilidade Urbana, buscando privilegiar os pedestres e o transporte coletivo sobre o veículo particular, prevendo a revitalização de espaços públicos.

Cada meio de transporte produz uma resposta para uma demanda específica de viagem e um único meio nunca poderá fazer frente a todas as necessidades de uma maneira sustentável. Em áreas urbanas as pessoas deveriam poder escolher o meio de transporte que mais lhes convenha e usá-lo da maneira mais segura possível.

Portanto, a sociedade sofre cada vez mais em termos de tempo perdido no trânsito e maior tempo de ida e vinda diária entre a residência e o trabalho. No setor informal, carros e motos contribuem para que os congestionamentos se ampliem.



A baixa prioridade dada ao transporte coletivo, combinada com recursos limitados, tem como consequência um baixo nível de investimento em infraestrutura nos países em desenvolvimento, no que tange à mobilidade.

As soluções de sustentabilidade para os movimentos urbanos têm que considerar a economia, equilibrio ambiental e a igualdade social.

Um dos princípios básicos do planejamento é a adoção de um enfoque compatível com a natureza dos problemas e com as oportunidades da implementação de mudanças desejáveis.

01 **Acessibilidade**
Possibilitar o acesso ao espaço urbano para todos os cidadãos com segurança e autonomia.

02 **Segurança**
Garantir que os deslocamentos se realizem com a mínima exposição à fatores de risco.

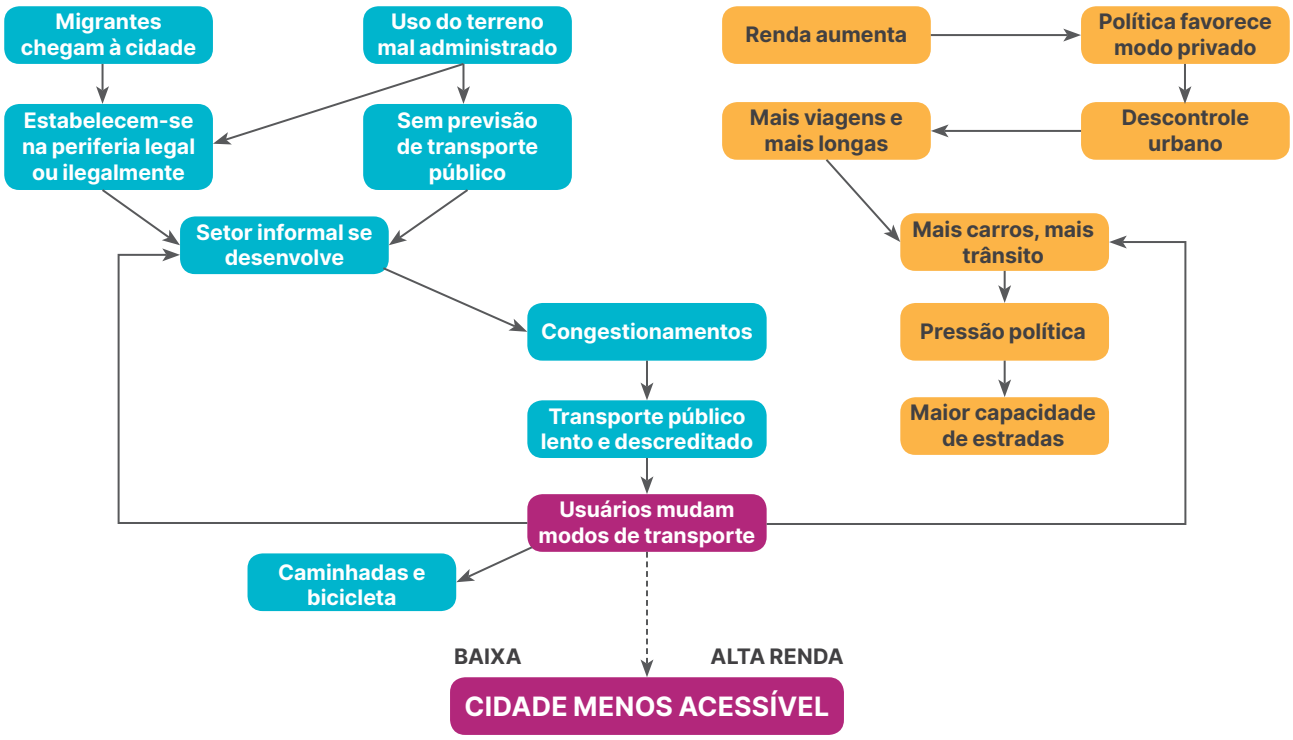
03 **Eficiência**
Racionalizar e otimizar o uso dos diferentes modos de transporte, incentivando sua utilização onde forem mais adequados.

04 **Qualidade de vida**
Melhorar a qualidade de vida, preservar ou recuperar os espaços públicos para usos sociais e de convivência, reduzir o tempo empregado nos deslocamentos em transporte coletivo e poluição ambiental.

05 **Dinamismo econômico**
Favorecer a atratividade e econômica e turística da cidade.

06 **Ação integrada**
Promover a integração entre sociedade civil e Poder Público, entre as diversas esferas de governo e entre as políticas públicas, especialmente entre mobilidade e planejamento urbano.

07 **Inclusão social**
Considerar que o direito à cidade não pode ser condicionada à capacidade de pagamento pela utilização dos serviços de transporte.



O arquiteto, urbanista e planificador Ruben Pesci, em publicação na Revista ECOS, denominada A Cidade Sustentável, conclui afirmando que:

> Os desejos dos homens são uma alusão metafórica perfeita para o respeito à diversidade, para a necessidade de articular esta necessidade, para que estas articulações sejam sustentáveis no tempo; enfim, para que a cidade sustentável seja possível. Não há sustentabilidade de uma cidade se não são sustentáveis os sonhos dos seres humanos que a habitam" (PESCI, Ruben, 1998, p. mimeo)

A Cidade do Futuro, referida pelo autor acima, na qual a estrutura é que deverá obrigatoriamente adaptar-se ao cidadão, quando todas as funções urbanas serão pensadas em conjunto e direcionadas para um mesmo elemento central, ou seja, proporcionar qualidade de vida a todos os seus moradores.

A mobilidade é, sem dúvida, o elemento balizador do desenvolvimento urbano.

Proporcionar uma adequada mobilidade para todas as classes sociais constitui uma ação essencial no processo de desenvolvimento econômico e social das cidades. O equacionamento adequado do transporte urbano é hoje uma preocupação de todos os países, pois a maioria da população mora nas cidades.

Rua Tiradentes

Botão para travessia de pedestres na Rua Tiradentes

Para construir uma política de mobilidade urbana, precisamos olhar também como as atividades estão localizadas no território. Além disso, devemos olhar como a cidade cresce, como as pessoas e mercadorias se deslocam nesse território. Dessa forma, estaremos pensando em quais serão as diretrizes e princípios que são importantes para que as cidades proporcionem uma boa mobilidade urbana, sustentável e socialmente inclusiva.

Nos chamados **estudos urbanos**, podemos identificar basicamente três importantes áreas:

a) **Planejamento Urbano** – cuja função é a de definir as formas como o solo será ocupado e usado, bem como o tipo e as características gerais da infraestrutura (saneamento, habitação, transportes).

b) **Planejamento de Transportes** – cuja função é a de detalhar os sistemas de transporte de pessoas e mercadorias no espaço urbano (vias, veículos).

c) **Engenharia de Tráfego** – cuja função é a de ordenar a circulação no espaço dado, já definido com o uso do solo e os equipamentos básicos, regulamentando esta ordenação por meio de sinalização e fazendo o seu acompanhamento diário.

Deve-se adotar sete princípios para o desenvolvimento da mobilidade sustentável: acessibilidade, segurança, eficiência, qualidade de vida, dinamismo econômico, ação integrada e inclusão social. Os espaços urbanos precisam ter características de “sala de estar”, são necessárias medidas para acalmar o tráfego, todavia, não será pela segregação forçada.

Os princípios de desenho urbano e acalmar o trânsito devem ter participação ativa de todos os atores sociais, condutores, políticos, técnicos e agentes de autoridade.

Assim como os veículos de carga pesada devem atentar aos automóveis, o automó-

vel deve ter a mesma atenção com relação aos ciclistas e estes aos pedestres.

O Plano de Mobilidade Urbana segue cinco objetivos. São eles:

1. Reduzir o volume de tráfego motorizado;
2. Reduzir a necessidade de transportes;
3. Reduzir o impacto negativo sobre a saúde das pessoas;
4. Melhorar o desempenho ambiental do sistema de transportes;
5. Melhorar a integração do planejamento de transportes com outros instrumentos de planejamento.

Como política pública, para atender a necessidade de uma mobilidade sustentável, deve ser integrada, coerente, contínua, clara e participativa. Na Constituição Brasileira de 1988, ficou definido que a terra e a propriedade devessem cumprir uma função social. A **Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**, denominada de Estatuto da Cidade, estabeleceu normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Os cidadãos mais pobres são obrigados a ocupar áreas que deveriam ser protegidas, tais como as encostas, as beiras de rios e arroios e as faixas de domínio de estradas, assim gerando perdas de cidadania ambígua, expansão e adensamento das periferias urbanas distantes, criação de novos eixos de expansão urbana e ocupação urbana precária.

Os resultados obtidos a partir da Constituição Federal de 1988, com a retomada das lutas pela Reforma Urbana, chegaram ao auge com a criação do Ministério das Cidades, as Conferências das Cidades nos três níveis de governo, a criação do ConCidades e a aprovação do Estatuto da Cidade, originando um novo modelo de planejamento.

A Constituição Federal trouxe inúmeras inovações e algumas formas de intervenção na propriedade urbana para organizar a cidade e o bem-estar dos cidadãos. Trouxe, também, maior competência aos municípios, permitindo-os legislar sobre assuntos de interesse local, instituir e arrecadar seus tributos e promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo urbano. Todos os cidadãos devem possuir condições de habitabilidade e a distribuição dos serviços públicos essenciais, tais como a distribuição de equipamentos de consumo coletivo, como sistemas de drenagem, saneamento, saúde e educação.

Portanto, o Plano de Mobilidade Urbana de Farroupilha está pautado no conceito de Mobilidade Sustentável, que inclui o pedestre, os transportes em seus diferentes modais e o trânsito.

Objetivos

- Melhora da qualidade de vida do munícipes;
- Aumento da oferta de transportes públicos;
- Integração dos modos de transportes;
- Diminuição do conflito entre os modos de transporte;
- Incentivo e melhoria do modal peatonal no deslocamento em curta distância;
- Integração com dos modos de transporte regionais.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

Viabilizar a participação de Farroupilha no comitê gestor regional para definição dos novos meios de transporte, no âmbito da Serra Gaúcha.

Prever na legislação municipal a implantação de ciclovias, incentivando o uso da bicicleta como meio de transporte em curtas e médias distâncias, principalmente em vias arteriais.

Implementação do Programa Calçada Legal para melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade do pedestre, com foco nos espaços públicos.

Dispor de sistemas online para monitoramento de horários e rotas de transporte público.

Diagnosticar e propor alterações no sistema de transporte público municipal para ampliar o atendimento nos bairros.

Monitoramento dos pontos críticos elencados no Plano de Mobilidade Urbana como forma de medir a eficiência das ações implementadas.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

Implementação do Programa Calçada Legal para melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade do pedestre, com foco em estabelecimentos industriais, comerciais e de serviço.

Implementar alternativas com vistas à aumentar a conectividade entre os setores da cidade, divididos pela Rodovia RSC 453 e Rodovia ERS 122.

Efetivação das diretrizes dos anéis viários do município para organizar os fluxos viários em geral.

Integração entre os diversos modais: ônibus, carros, bicicleta, rodoviária e trem regional.

Tratamento dos pontos críticos apontados pelo Plano de Mobilidade Urbana com obras de engenharia viária.

Criação de corredores para pedestres na malha viária central, conectando a setores de prestação de serviços e comércio, priorizando uso por pedestres e minimizando uso de veículos.

Transformar o trecho ferroviário urbano em corredores cicloviários e de pedestres, com a conservação e recuperação dos trilhos, para futura implantação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Incentivar a descentralização de serviços para diminuir a necessidade de grandes deslocamentos.

Resolução do ponto crítico da intersecção da Rodovia ERS 122 com a Rodovia RSC 453 com a implantação de trincheira para o fluxo de veículos no sentido oeste/leste da Rodovia RSC 453.

Criação de rota de Micro Ônibus Circular elétrico.

Frota de Ônibus Elétrico, incentivando a mobilidade sustentável.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

Implementação do Programa Calçada Legal para melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade do pedestre, com foco em edificações residenciais.

Integrar o trem regional com a área urbana no sentido norte – sul via Rodovia dos Romeiros, através de sistema de transporte de energia limpa.

Implantar sistema de Veículo Leve sobre Trilhos Elétrico (VLT) no eixo ferroviário urbano já recuperado à médio prazo.

Implantar passarelas de pedestres para transposição da Rodovia RSC 453 e da Rodovia ERS 122.

Proposta de conexão do eixo de mobilidade Norte/Sul (Rodovia dos Romeiros e Armando Antonello), com o eixo Leste / Oeste (trecho urbano do eixo ferroviário) através de sistema de transporte público elevado.
Conexão da região Sul (Bairros 1º de Maio e Monte Verde) da cidade com os eixos de mobilidade.

Implantar rebaixamento do leito da Rodovia RSC 453, no trecho urbano entre o viaduto da Rua Barão do Rio Branco e a rótula de acesso a Avenida Santa Rita, para implantação de passagem viária subterrânea, que possibilitará a integração do tecido urbano no nível do solo entre o trecho da área central com a área norte do município.

RECURSOS NATURAIS E SANEAMENTO BÁSICO

Análise SWOT é uma abreviação das palavras em inglês *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats*, que significam forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, respectivamente. Consiste em um diagnóstico da organização examinando o seu ambiente interno (pontos fortes e fracos) e externo (oportunidades e ameaças).

Apresentação

O subeixo de Recursos Naturais e Saneamento, inserido no eixo de Infraestrutura, representa a gestão das reservas de recursos ambientais, através de sua preservação e manutenção do uso pelo ser humano, bem como novas propostas a serem executadas. Selecionamos os principais aspectos da situação atual dos Recursos Naturais e do Saneamento em Farroupilha e, após isso, a visão de futuro aliada a objetivos gerais do subeixo. Entendemos que os serviços devem ser ampliados mas, ao mesmo tempo, devem estar alinhados com o desenvolvimento de uma cultura sustentável.

Em seguida, apresentaremos cada um dos três principais núcleos do subeixo de Recursos Naturais e Saneamento, sendo eles Resíduos Sólidos, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Dentro deles, temos o contexto atual destrinchado, seguido de objetivos para uma visão de futuro comum e os planos de ação delineados para alcançá-los.

ANÁLISE SWOT

	FATORES POSITIVOS (AUXILIAM O OBJETIVO ESTRATÉGICO)	FATORES NEGATIVOS (ATRAPALHAM O OBJETIVO ESTRATÉGICO)
AMBIENTE INTERNO (CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO)	• Mão de obra especializada e comprometida nas mais diversas áreas • Estrutura física implantada • Estrutura técnica e de normatização estruturada • Temática presente na agenda diária • Ambiente e Capacidade política de articulação • Modelo de negócio prevê recursos para financiamento de projetos	• Educação Ambiental ineficiente e/ou inexistente • Capacitação e Treinamento interno ineficiente • Integração intra-secretarias ineficiente • Estrutura existente pouco engajada na agenda • Modelo de trabalho em equipe ineficiente (ou inexistente) • Regulamentações e Regulações inexistente e/ou defasadas • Pouca transparência e/ou divulgação de informações • Ambiente interno para inovação pouco incentivador • Alta rotatividade na cadeia de comando em curta periodicidade • Mudança de Administração • Discussões internas fragmentadas e em fóruns/ espaços inapropriados • Conhecimento superficial das áreas em questão • Dificuldade em aprimorar estudos necessários sobre as áreas em questão • Pouca validação dos Planos Setoriais e suas metas pela cadeia de comando • Equipamentos para desenvolvimento das atividades Obsoletos e Insuficientes • Falta de investimento em áreas estratégicas
AMBIENTE EXTERNO (CARACTERÍSTICAS DO MERCADO)	• Apoio da comunidade à agenda é crescente • A cidade é pequena (ainda), o que pode facilitar a implementação de novas políticas e tecnologias • Nos tornarmos excelência e inovadores na área, facilitando o ambiente local para a implantação de novos modelos de negócios (= mais investimentos) • Aumento do IDH (= melhoria no ambiente para negócios) • Melhoria significativa na saúde pública • Redução nos custos da saúde pública • Busca de Recursos públicos e privados através de parcerias para atender as necessidades da comunidade • Setores representativos com interesse participativo	• Mudanças nas leis e regulações nas instâncias federativas superiores Influencias externas com ideias ultrapassadas e/ou não implementáveis • A indefinição das políticas para o setor (maior clareza e objetividade, definir princípios e diretrizes universais) • A regulação dos serviços ineficiente • A falta de recursos para o desenvolvimento dos projetos necessários e/ou o desvio na utilização dos recursos existentes para a área em projetos sem propósitos à fins- Terceirização da Gestão de Saneamento Básico • Ineficiência e baixa qualidade na prestação dos serviços não atendendo às necessidades básicas da comunidade

Parque dos Pinheiros

Como oportunidades de atuação do Município de Farroupilha, enquanto fatores de base ao seu crescimento, temos o apoio crescente da comunidade com setores representativos de interesse participativo, facilidade de implementação de novas políticas e tecnologias (devido ao tamanho da cidade), possibilidade de implantação de novos modelos de negócios, trazendo mais investimentos. Como fatores mais internos da qualidade de vida, podemos citar o aumento do IDH, a melhoria e redução nos custos da saúde pública e a busca de recursos públicos e privados através de parcerias.

Já quanto a possíveis ameaças ao desenvolvimento do município, percebemos mudanças nas leis e regulações nas instâncias federativas superiores, influências externas com ideias não implementáveis, indefinição de políticas para o setor, como aspectos referentes à administração pública. Notamos também ineficiência na regulação dos serviços, ausência de recursos para o desenvolvimento dos projetos necessários e/ou desvio na utilização dos recursos existentes para a área em projetos sem propósitos objetivos, incluindo a fuga de demandas básicas da comunidade. Propõe-se, além disso, a terceirização da gestão do Saneamento Básico.

Visão de futuro

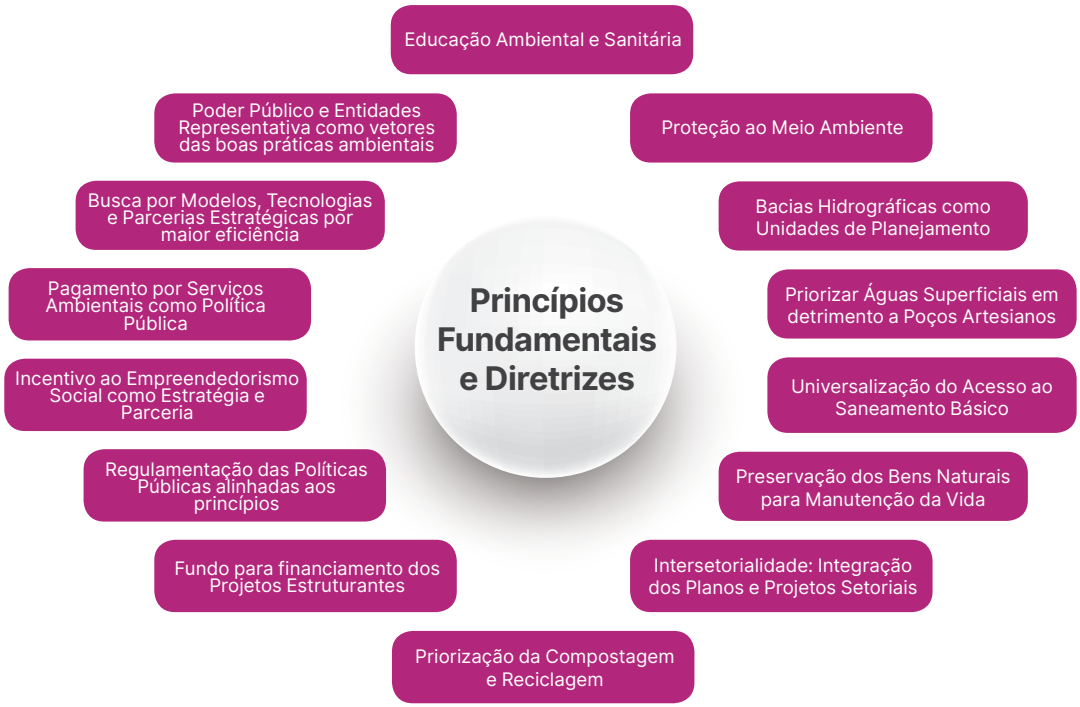
UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. ESSA É A FARROUPILHA DO FUTURO

Queremos uma cidade inteligente que tenha como prioridade a qualidade de vida do cidadão, buscando a universalização do Saneamento Básico como seu principal vetor de desenvolvimento econômico e social. Além disso, queremos uma Farroupilha que norteie suas ações na adoção de políticas públicas alicerçadas em princípios da sustentabilidade e da proteção e preservação do meio ambiente e que esteja atenta aos desafios impostos pelo meio onde está inserida, aproveitando-se de seus fatores positivos e eliminando ou neutralizando seus fatores negativos.

Recursos Naturais

Recursos Naturais e Saneamento Básico são questões extremamente importantes para o desenvolvimento de uma sociedade e está diretamente ligado à sua qualidade de vida, em especial na melhoria da Saúde Pública.

Nesse sentido, a busca pela preservação e proteção do meio ambiente é estratégia primordial a ser utilizada como caminho para atingirmos um nível de saneamento básico de qualidade, que aliada à implementação de políticas públicas de impacto local e um bom planejamento para a execução das ações estruturantes e necessárias, em todo o contexto e abrangência do tema, amparadas por estudos e técnicas confiáveis, nos permitirão atingirmos tais objetivos com maior rapidez e eficiência.



Resíduos Sólidos
Como é hoje? | Objetivos

Os resíduos sólidos gerados pela população são hoje uma problemática de dimensão mundial e está na agenda do dia. Pela sua complexidade trata-se de um grande desafio a ser resolvido, visto o dano ambiental que causa.

A cidade de Farroupilha conta com várias boas ações e práticas em andamento nessa área, como a utilização da Coleta Seletiva, possui um Aterro Sanitário próprio e algumas iniciativas de grande impacto na área de Educação Ambiental.

No entanto, o resultado obtido quanto à mitigação do impacto dos resíduos gerados, seja na qualidade ou na quantidade, assim como da destinação e do reaproveitamento dos mesmos ainda deixa a desejar.

Tal situação decorre, por vezes, de as estratégias escolhidas não serem as melhores, bem como das técnicas ou ações implementadas de forma equivocadas ou, simplesmente, da ausência delas.

ANO	MÊS	COL REG (KG)	COL SEL (KG)	TRIAGEM (KG)	REJEITO (KG)
2018	JAN	1.077.640	347.060	43.275	303.785
2018	FEV	924.910	220.850	33.875	186.975
2018	MAR	997.460	301.100	36.545	264.555
2018	ABR	1.006.460	287.410	24.200	263.210
2018	MAIO	988.890	288.360	91.540	196.820
2018	JUN	960.630	298.520	60.960	237.560
2018	JUL	1.101.530	254.450	45.700	208.750
2018	AGO	1.037.910	297.750	45.540	252.210
2018	SET	1.048.000	269.260	53.950	215.310
2018	OUT	1.098.565	312.030	37.910	274.120
2018	NOV	1.035.410	321.590	29.320	292.270
2018	DEZ	1.086.100	430.080	61.090	368.990
TOTAL GERAL (12) – SOMA		12.363.505	3.628.460	563.905	3.064.555
TOTAL GERAL (12) – SOMA		1.030.292	302.371	46.992	255.379

COLETA:

- Volume coletado em 2018: 15.991.965 Kg (15.992 Ton)
- Domiciliares: 12.363 Ton/Ano (1.030 Ton/Mês) – 77,31 %
- Recicláveis 3.628 Ton/Ano (302 Ton/Mês) – 22,69 %
- Geração Per Capita em 2018: 0,612 Kg/Hab/Dia
- IBGE: População Estimada 2018 = 71.570 Habitantes
- Incremento de 7 % na geração per capita desde o PMSB 2015 (= 0,572 Kg/Hab/Dia)

Plano Municipal de Saneamento Básico

- SNIS: Geração Per Capita Nacional 2017: 0,95 Kg/Hab/Dia

Sistema Nacional de Informações Sanitárias

- A utilização desregrada do uso de contêineres nos diversos pontos da cidade
- Contêineres atrapalham na qualidade do resíduo coletado.
- A necessidade de um terceiro contêiner só se formos praticar a COMPOSTAGEM.
- Falta de informações mais claras sobre a disponibilização de resíduos aos usuários nos contêineres: não temos coleta orgânica, apenas Seletivo e Rejeito!
- Um grande número de terceiros realizando a coleta de resíduos junto aos contêineres de forma muito profissionalizada.

TRIAGEM/RECICLAGEM:

- Volume Triado no ano de 2018 pelas Associações: 564 Ton/Ano (15,54 % em relação ao seletivo coletado)
- Aumento significativo na triagem em relação ao PMSB 2015 (8 %), mas muito aquém do potencial estimado.
- Segundo o PMSB 2015, o potencial econômico dos resíduos potencialmente recicláveis no município atinge a cifra de R$ 2.000.000,00 ao ano.
- Não há um Suporte Técnico e acompanhamento operacional permanente das Associações.
- A qualidade do que chega às Associações é péssima, muito contaminado.
- A utilização de contêineres atrapalha na qualidade do lixo coletado e deveria se restringir à área central

O POTENCIAL DE RENDA
Potencial de riqueza dos resíduos compostáveis

7.600 ton resíduos/ano =

1.500 TON/ANO COMPOSTO ORGÂNICO

+ 750 TON/ANO BIO-FERTILIZANTE

Observações:
- A cada **10 Ton de Resíduos Tratados** são gerados **2 Ton Composto Orgânico** (Fonte CEPAGRO)
- A cada **10 Ton de Resíduos Tratados** são gerados **1 Ton Bio-Fertilizante** (Fonte ECOCITRUS/UFSM)
- Adubo Orgânico: Saco **4kg = R$ 15,90** / Saco **18 kg = R$ 29,90** (Fonte Floric. 4 estações - jul.2018)
- Bio-Fertilizante (Beifiur) R$ 22,90/250 ml (= **R$ 91,60/lt**) (Fonte Floric. 4 estações - jul.2018)

COMPOSTAGEM ORGÂNICA E RESÍDUOS DE PODAS E RESTOS VEGETAIS (RPRV):

- Cerca de 52% dos resíduos coletados poderiam ser compostáveis, conforme estudo gravimétrico realizado pelo PMSB 2015.
- O custo com a Coleta, Transporte e Operação do Aterro para este tipo de resíduo é de aproximadamente R$ 2.000.000,00 por ano.
- Potencial de riqueza dos resíduos compostáveis segundo estudo gravimétrico realizado pelo PMSB 2015.
- Não há uma política pública para o incentivo à compostagem orgânica. As iniciativas que existem são individuais.
- Existência de vários pontos de descarte inadequado de RPRV.

- Inexistência de uma política pública para descarte de RPRV.
- Inexistência de estruturas de recebimento e processamento de RPRV.
- A presença excessiva do Resíduos Orgânicos no processo de coleta atrapalha na segregação futura dos resíduos seletivos e na possível utilização do rejeito em processos complementares futuros, como a geração de energia.

RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL – RCC:

- Não há um regramento para disciplinar a responsabilidade pela geração e o destino adequado de RCC.
- Existência de vários pontos de descarte inadequado.

Resíduos inertes e volumosos:

- É um tipo de resíduo que não está enquadrado na Logística Reversa.
- Não há um regramento para disciplinar o destino adequado deste tipo de resíduo.
- Existência de vários pontos de descarte inadequados.

LOGÍSTICA REVERSA E GRANDES GERADORES:

PERÍODO		COLETA ORGÂNICA				COLETA SELETIVA	
ANO	MÊS	SETOR 08 E 01 (TON)	SETOR 01 (TON)	SETOR 08 (TON)	TOTAL MÊS (TON)	SETOR 11 (TON)	TOTAL MÊS (TON)
2018	11	221,150	176,920	44.230	1.035.410	157,220	321,590
2018	12	215,080	172.064	43.016	1.086.100	159,000	430.080
2019	01	213,580	170.864	42.716	1.074,360	138,690	371.980
2019	02	145,040	116,032	29.008	937,150	117,020	293.000
2019	03	197,160	157,728	39.432	1.013,390	120,350	299.240
2019	04	201,530	161,224	40,306	1.063,240	180,940	307,320
2019	05	224,000	179.200	44.800	1.072.750	128,720	303.060
TOTAIS		**1.417,540**	**1.134,032**	**283,908**	**7.282,400**	**1.001,940**	**2.326.270**
% PARTICIPAÇÃO		**100,000**	**80,000**	**20,000**		**43,070**	**100,000**
PER-CAPITA			263,42 Kg/ Hab	92,35 Kg/Hab			

Setor 01: Centro e Planalto → População Estimada: **4.309 Hab**

Setor 08: Parque e Pio X → População Estimada: **3.070 Hab**

Setor 11: Centro, Planalto, Parque e Pio X → População Estimada: **7.379 Hab**

Número de dias no período: 211

Gerado Percapita: 0.6 Kg/Hab/Día em Farroupilha

IBGE

Informações Censitárias 2010

Homens **1.754** Mulheres **2.074**

População Total **3.828** Domicílios ocupados **1.414**

Informações Censitárias 2018

Crescimento Vegetativo 2010-2018 **12,47%**

População Total Atualizada **4.305**

IBGE

Informações Censitárias 2010

Homens **1.297** Mulheres **1.433**

População Total **2.730** Domicílios ocupados **935**

Informações Censitárias 2018

Crescimento Vegetativo 2010-2018 **12,47%**

População Total Atualizada **3.070**

- Na coleta dos resíduos orgânicos, a área central (setores 01 e 08) impacta no mínimo 3 vezes mais que os bairros com características residenciais:
- Bairros Centro e Planalto têm uma geração per capita de 1,248 Kg/Hab/dia.
- Parque e Pio X, com características residenciais, têm uma geração per capita de 0,45 Kg/Hab/Dia
- Na coleta seletiva 43% do volume total coletado na cidade é referente aos setores da área central (setores 01 e 08). O motivo provável é a concentração das atividades comerciais e de serviços.

OPERAÇÃO NO ATERRO:

- A média está em 15.300 Ton/Ano de material sendo aterrado (96,47% de todo resíduo coletado pela ECOFAR).
- A célula 4 do Aterro tem tempo de vida de 6 anos e a célula 5, que está sendo licenciada, terá tempo de vida útil de 10 anos.
- Só deveria ir o rejeito para o Aterro.
- Licença do Aterro vence em Set/2019.
- O Chorume gerado no aterro é de grande risco ambiental por não sofrer tratamento e o processo de recirculação não é o adequado.

PEV'S:

Ponto de Entrega Voluntária

- Dá resultado.
- Necessita Educação Ambiental permanente.
- Necessita de apoio operacional (caminhões e pessoal).
- PEV é para operação das cooperativas, com a devida educação ambiental, orientando-as para isso.
- Falta recursos para investimento em novos equipamentos.

- PEV não é aconselhável para coleta de medicamentos.
- Um grande número de terceiros realizando a coleta de resíduos junto aos PEV's de forma muito profissionalizada.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

- Inexistência de uma política de Educação Ambiental integrada, continuada e contemplando os 4 pilares do Saneamento: "Água mole em pedra dura...".
- A Educação Ambiental nas escolas deveria ser permanente e por conta das próprias escolas.
- Falta ensinar boas práticas aos cidadãos e também às empresas.
- A estrutura pública municipal, em toda sua dimensão, não tem uma boa prática interna para a sua gestão de resíduos e o mesmo deve acontecer com várias Entidades Representativas no município.
- Utilizamos pouco os recursos tecnológicos à nossa disposição para dinamizar as informações quanto ao conhecimento da Educação Ambiental.

GESTÃO:

Custos dos Serviços no ano de 2018 (Operação totalmente feita ECOFAR)

- Resíduos Sólidos:
- Coleta Orgânica:

  Quant. (Kg): 12.363.505,00

  Valor: .....R$ 1.808.785,62
- Coleta Seletiva:

  Quant. (Kg): 3.628.460,00

  Valor: ..... R$ 1.081.842,47

  Manutenção de Contêineres:.....R$ 512.445.60

  Operação Aterro: ..... R$ 1.580.446,58

Total da Operação com Resíduos Sólidos R$ 4.983.520,27 (61,74%) * com relação ao ano de 2014, este custo reduziu 1,7% (R$ 5.065.947,22)

- Manutenção de Vias e Logradouros:
- Varrição Vias e Logradouros: R$ 432.726,70
- Varrição de Praças e Largos: R$ 137.057,20
- Capina e Pintura de Meio Fio: R$ 2.518.923,91

Total da Operação R$ 3.088.707,81 (38,26%)

TOTAL GERAL R$ 8.072.228,08

Arrecadação Taxa de Coleta de Lixo no IPTU 2019: R$ 5.264.812,14 (65% do custo total)

Imposto Predial e Territorial Urbano

- Com relação ao ano de 2014 (Diagnóstico do PMSB: Coleta = R$ 5.065.947,22), o custo com as operações de Coleta, Transporte e Operação do Aterro reduziu 1,7% (OBS.: até o ano de 2018, a operação era feita totalmente pela ECOFAR).
- O custo operacional total aumentou 58% desde 2014 (ano base do diagnóstico do PMSB: R$ 5.116.314,62 em 2014). As hipóteses são:
- O aumento do custo operacional total, portanto, se deu na Manutenção de Vias e Logradouros.
- A terceirização aumentou consideravelmente os custos.
- O equilíbrio Econômico-Financeiro com relação ao IPTU arrecadado X Custos Totais melhorou: passou de 59,3% para 65% de cobertura.
- O Custo da Coleta de Lixo em 2019 (Somente Resíduos Sólidos), terá um Supe-

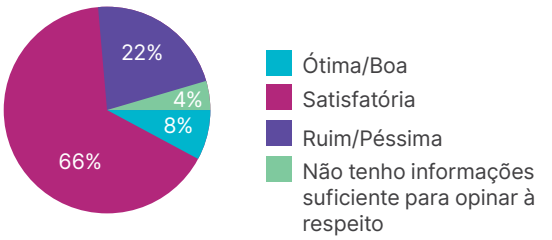
rávit de R$ 281.291,87 com relação ao valor arrecadado pela Taxa de Lixo no IPTU 2019.

- A manutenção de Vias e Logradouros tem um peso muito grande em todo o processo: 38,26%.
- A mudança sistemática de direção e/ou diretoria atrapalha o desempenho da empresa em função da descontinuidade dos projetos, estratégias e ações traçadas.
- Conselho Administrativo da ECOFAR é pouco representativo da sociedade.
- O Conselho Administrativo da ECOFAR limita e/ou dificulta muito a tomada de decisões com relação à definição dos investimentos a serem realizados devido ao pouco conhecimento técnico e operacional do sistema.
- A ineficiência na Gestão de Resíduos provem muitas vezes da falta de alinhamento entre ECOFAR e PMF quanto às práticas e políticas aplicadas.
- Falta Independência e Autonomia (administrativa e financeira) para a ECOFAR operar.
- A pulverização das discussões sobre o Saneamento Básico em diversos espaços no ambiente gestor dificulta o entendimento, atrapalha nos Diagnósticos, dispersa energia e conhecimento acumulado, atrasando em muito o processo de evolução e aprimoramento do sistema, uma vez que são revisitadas muitas discussões, por vezes sem embasamento técnico, sobre temas já estudados e analisados.

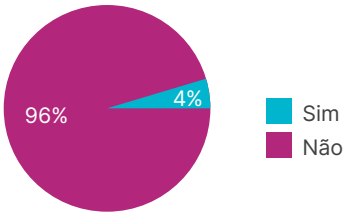
Coleta de Dados

Na seção de coleta de dados, apresentaremos os resultados de uma pesquisa elaborada sobre a percepção da população farroupilhense quanto aos Recursos Naturais e ao provimento de Saneamento Básico. A pesquisa obteve 50 respostas de cidadãos do município. Aqui, disporemos os resultados da pesquisa em relação ao tema de Resíduos Sólidos e, nas seções de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, também serão dispostos os respectivos resultados. Sendo assim, para cada pergunta feita, colocaremos a proporção das respostas em formato gráfico.

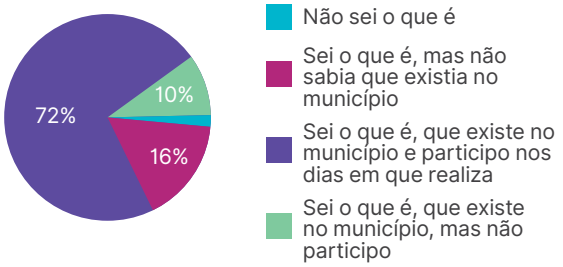
1. Com respeito à Coleta de Resíduos (lixo) e Limpeza Urbana no município, você considera que está:



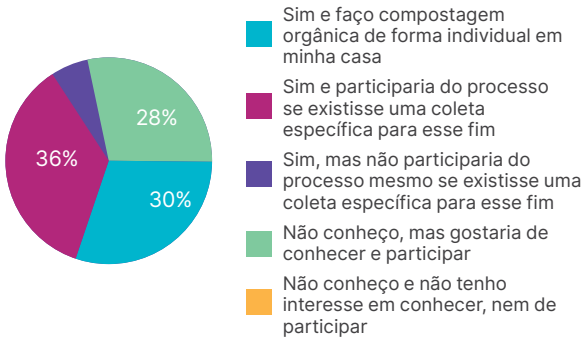
2. Você faz a separação adequada do seu resíduo em casa, ou seja, entre Seletivo e Orgânico?



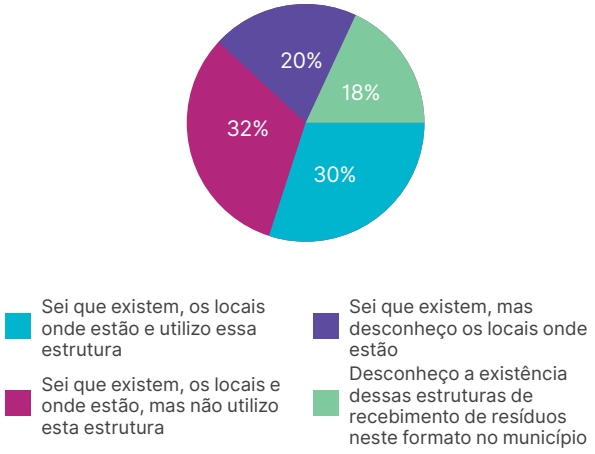
3. Sobre a Coleta Seletiva de resíduos:



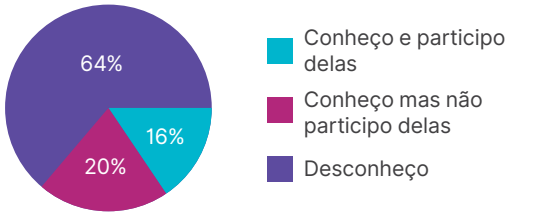
4. Você conhece o processo de Compostagem Orgânica de Resíduos ?



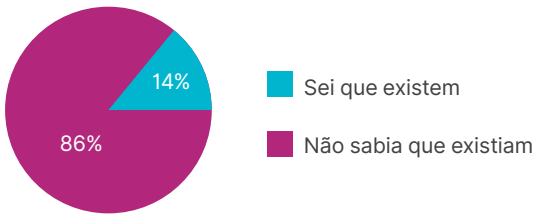
5. Pontos de Entrega Voluntária (PEV) são locais equipados onde você pode destinar adequadamente seus resíduos de forma seletiva, por iniciativa própria, facilitando assim o processo de coleta e destinação dos resíduos. Quanto a isso:



6. O processo de Educação Ambiental é uma etapa importante e fundamental para que se atinja um bom padrão de Saneamento Básico numa sociedade. Quanto às Campanhas de Educação Ambiental em nosso município:



7. A reciclagem é a etapa final do processo de coleta de Resíduos Sólidos, desenvolvida por Recicladores individuais ou Associações, onde se procura fazer o reaproveitamento de materiais que possuem algum valor comercial, gerando emprego e renda e economizando Recursos Naturais. Quanto aos Recicladores e Associações de Reciclagem em nosso município, você:



Plano de Ações

COLETA

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

Rever o modelo de coleta atualmente em uso, com a descentralização das coletas, com uso de veículos menores porta-a-porta e áreas de transbordos locais nos bairros que podem gerar os seguintes resultados positivos:

- Integração e Engajamento da população com as campanhas de educação ambiental pela personalização da coleta.
- Melhoria na Segregação do Resíduo na fonte.
- A redução significativa dos custos operacionais e da destinação final no Aterro.
- Restrição dos Caminhões Compactadores somente na etapa final da coleta (áreas de transbordo – aterro).
- Definir uma política pública para o uso de contêineres na coleta de resíduos, restringindo-os às áreas centrais.
- Informações mais claras e precisas nos contêineres para o usuário do sistema.
- Criar uma rota específica para os resíduos orgânicos visando a implantação da compostagem orgânica.
- Inserir as Associações na etapa da Coleta Seletiva num processo Porta-a-Porta, como incentivo para o aumento da renda e melhoria na qualidade do resíduo coletado com a personalização do contato entre o agente gerador e o coletor, fazendo uma campanha ambiental permanente, reduzindo o custo ao município.
- Fiscalizar a atuação dos coletores profissionais independentes junto aos contêineres ou inseri-los no processo.

TRIAGEM/RECICLAGEM

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- A Produtividade das Associações pode ser aumentada com o incentivo às associações ou cooperativas de recicladores através do pagamento por serviços ambientais, baseado na produtividade alcançada.
- Inserção das Associações no processo de coleta dos Resíduos Seletivos.
- Campanhas ambientais para orientar os geradores (cidadãos).
- Fiscalização da atuação dos coletores profissionais junto aos Contêineres, que acabam retirando o “filé” do resíduo do processo.
- Acompanhamento técnico e operacional das Associações, incluindo a área Administrativa e Gerencial.
- Revisão das estratégias de coleta apontadas anteriormente.
- Compostagem Orgânica e Resíduos de podas e restos vegetais (RPRV) (estratégias de curto prazo com uma exceção)
- Revisão do modelo de coleta de resíduos públicos, com foco na coleta orgânica visando compostagem: retirando o orgânico do processo, restará um resíduos limpo para a triagem/reciclagem e um rejeito qualificado para processamentos diversos como a geração de energia e combustíveis.
- Ampliar as estruturas para recebimento de RPRV (ECOPONTOS) e processamento (trituração) desse tipo de resíduo para compostagem
- Implementar uma política pública de compostagem orgânica de Resíduos sólidos:

  Fase I: Iniciando a nível governamental, compostando todo resíduo orgânico gerado pelos órgãos e entidades de governo da esfera municipal, dando exemplo de boas práticas.

  Fase II: Criando uma Rota de Coleta para a Compostagem, com estratégias de parcerias com o Terceiro Setor, visando a geração de emprego e renda.

  Fase III: Incentivar a participação comunitária coletiva, com a possibilidade de bonificação financeira e/ou incentivos aos Bairros participantes.
- Buscar parcerias estratégicas com empresas, associações, setor agrícola e terceiro setor para gerir e processar este tipo de resíduo depois de triturado, fazendo compostagem orgânica, utilizando-o como insumo em sua cadeia produtiva e gerando emprego e renda.
- Reforçar as campanhas de educação ambiental.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Criar as Estruturas de Recebimento de RPRV e a criação de pátios de compostagem Públicos em áreas degradadas e/ou sem uso específico, a exemplo da cidade de São Paulo.

RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL RCC

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Implementação de legislação específica para disciplinar a geração e o descarte adequado do RCC em toda a cadeia de geração.
- Incentivar a criação de empresas para gerir e processar este tipo de resíduo ou equipar a prefeitura para processar e utilizar este tipo de resíduo.
- Reforçar as campanhas de educação ambiental.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Ampliar as estruturas para recebimento e processamento desse tipo de resíduo (ECOPONTOS).

RESÍDUOS INERTES E VOLUMOSOS

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Implementação de legislação específica para disciplinar a gestão e o descarte adequado deste tipo de resíduo em toda a cadeia de geração.
- Reforçar as campanhas de educação ambiental.
- Logística reversa e grandes geradores.
- Implementação da Lei da Logística Reversa e Grandes Geradores.
- Ampliar as Estruturas para Recebimento destes resíduos (ECOPONTOS) com a participação dos setores responsáveis pela gestão e descarte adequados.
- Reforçar ou rever as estratégias de recolhimento de resíduos na área central.
- Reforçar as campanhas de educação ambiental.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Incentivar a criação de empresas para gerir e processar este tipo de resíduo ou buscar parcerias com empresas que já o fazem.
- Ampliar as Estruturas para Recebimento e Processamento desse tipo de resíduo (ECOPONTOS).

OPERAÇÃO DO ATERRO

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Buscar soluções para a melhoria da triagem nas Associações com as soluções apontadas anteriormente.
- Buscar e estudar alternativas viáveis, individuais ou regionais, para a destinação dos Rejeitos dos Resíduos que vão para o Aterro em outros processos, como Sinterização, Pirólise e Geração de Energia (por queima e gás de síntese).
- Implantar uma ETE para tratamento do Chorume.

Estação de Tratamento de Esgoto

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Viabilizar a implementação das estratégias complementares da Gestão de Resíduos anteriores, como a Compostagem Orgânica, Logística Reversa, RCC, Inertes e Volumosos.

PEV'S

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Ampliar a base instalada de PEV's no município, buscando formas de viabilizar parcerias, inclusive privadas.
- Rever os tipos de resíduos a serem coletados pelos PEVs.
- Incentivar a participação comunitária coletiva, com a possibilidade de bonificação financeira e/ou incentivos aos bairros participantes.
- Fiscalizar a atuação dos coletores profissionais independentes junto aos PEV's ou inseri-los no processo.
- Reforçar as campanhas de educação ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Estruturar, integrar e centralizar a política de Educação Ambiental na SEMMA contemplando os 4 pilares do Saneamento.
- O Poder Público e Entidades Representativas devem ser os vetores e modelos das boas práticas ambientais, fazendo uso das mesmas no seu cotidiano e sendo multiplicadoras juntamente com seus colaboradores e associados. Para tanto, é necessário criar internamente nessas estruturas os comitês ambientais e de sustentabilidade (um pacto conjunto, em forma de um programa municipal) para disseminar as boas práticas e executar os projetos necessários.
- Ter um Educador Ambiental dedicado aos projetos existentes e para trabalhos continuados nos Bairros, identificado com a comunidade em que atua (campanhas porta-a-porta e Associação de Bairros).
- Criar um fórum permanente de discussão sobre os projetos e programas de educação em execução para o monitoramento e aprimoramento dos mesmos.
- Rever a estratégia de comunicação da prefeitura com o cidadão quanto ao uso do aplicativo Fala Cidadão: poderíamos utilizar este canal para divulgar informações mais precisas e atualizadas, enviar mensagens de aviso instantâneas sobre campanhas em andamento e criar manuais digitais de boas práticas ambientais.
- Investir em tecnologia visando a Educação Ambiental, Integração e Interação com os principais geradores de resíduos: os cidadãos.

GESTÃO

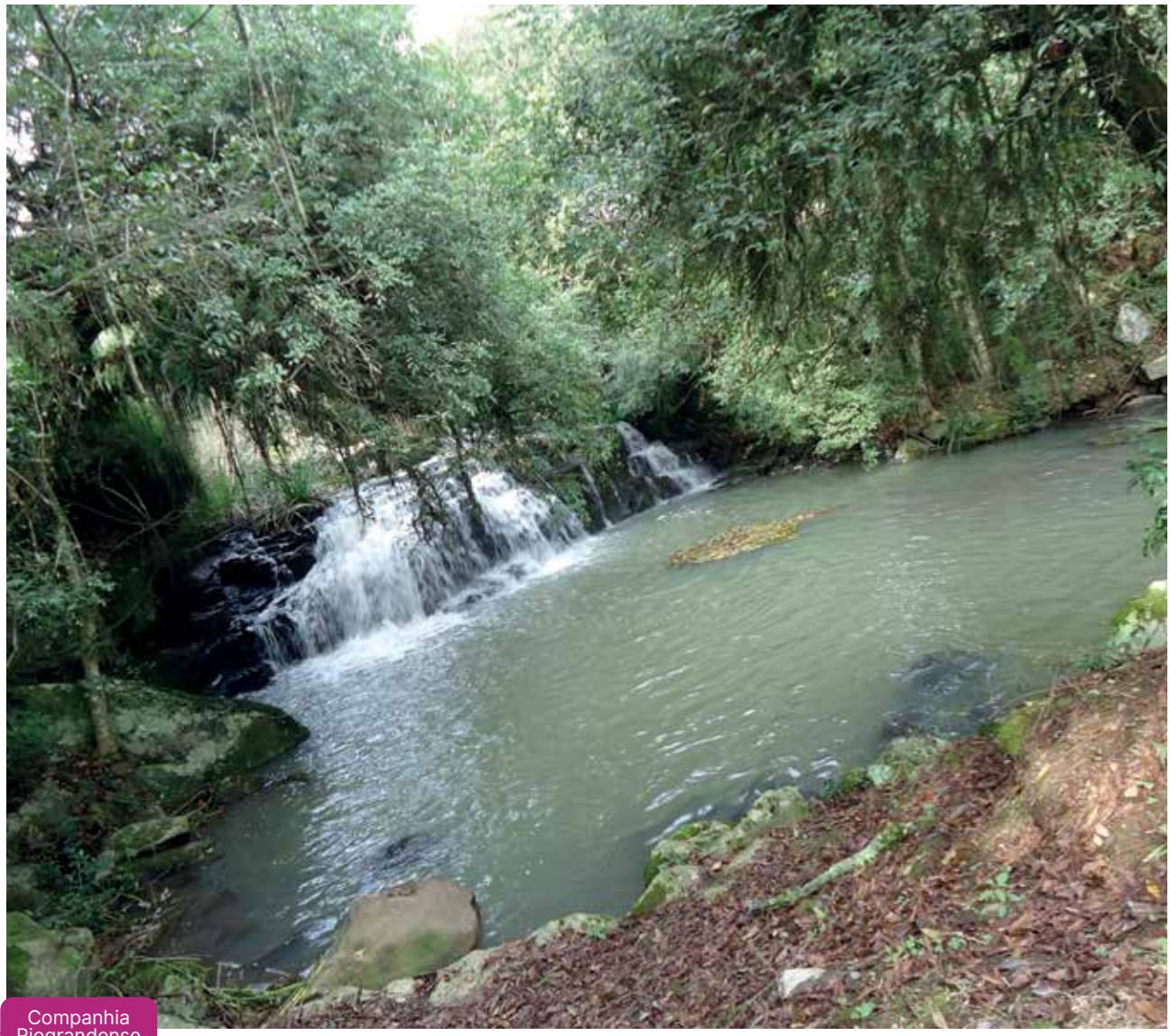
AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Planejar as estruturas para recebimento dos resíduos gerados em todas as cadeias de geração nos mais diversos setores, conforme apontados anteriormente.
- Rever o modelo de coleta atualmente em uso, conforme sugestões anteriores.
- Separação da contratação dos serviços para dar mais competitividade: Resíduos Sólidos e Manutenção de Vias e Logradouros.
- Repensar a taxa de lixo do IPTU, insistindo na separação e tributação diferenciada (Coleta de Lixo e Limpeza Pública), possibilitando um melhor entendimento da comunidade quanto à composição dos custos e a criação de políticas de incentivos às boas práticas de gestão de resíduos.
- Definição de um modelo de gestão integrado operador/gestor com a melhoria dos processos gerenciais, monitoramento constante dos custos e melhorando a transparência e qualidade das informações.
- Fazer uma gestão técnica e operacional integrada do sistema entre ECOFAR e Prefeitura/SEMMA, através da Implementação de um Conselho Técnico de caráter profissional, multidisciplinar e representativo, com uma rotina de reuniões com periodicidade regular para os debates, análises do processo, discussões e definição de técnicas e novas tecnologias a serem implementadas para a melhoria do sistema.
- A profissionalização permanente da ECOFAR.
- Incentivar as Cooperativas e Associações de Reciclagem conforme sugestões apontadas anteriormente.
- Revisão do modelo de operação e gestão dos Resíduos Sólidos, visando:
  A busca por tecnologias e processos mais modernos e eficientes.
- A integração e abertura para novos parceiros em diferentes etapas do processo.
- Profissionalizar o setor junto ao órgão gestor para melhoraria na qualidade das discussões, aprofundamento técnico nas análises e auxílio na tomada de decisões quanto às estratégias para o avanço mais rápido do sistema.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Investir fortemente em tecnologia para a área e/ou operação de manutenção de vias e logradouros com vistas à redução de custos.

Abastecimento de Água



Companhia Riograndense de Saneamento

Como é hoje?

POÇOS ARTESIANOS

- Deficiência na identificação, mapeamento e controle de qualidade.
- Quanto à CORSAN, existem 15 poços perfurados de propriedade da operadora, sendo 14 inativos e 1 em operação em caso de urgência na Linha Vicentina e em declínio de produtividade de água.
- Por recomendação da ANA, deve-se evitar a utilização de Poços Artesianos para abastecimento e priorizar a reservação.

Agência Nacional de Águas

BACIAS DE CAPTAÇÃO

As bacias hidrográficas são a porção do espaço geográfico em que as águas escoam em direção a um determinado curso d'água, abastecendo-os.

- Desconhecimento das Bacias Hidrográficas: geográfica, ocupação, contribuição, qualidade ambiental e capacidade hídrica.
- Inexistência de Gestão Ambiental nas Bacias, em especial das duas principais onde se encontram as nossas represas para abastecimento.

BARRAGENS

Água Barragem Buratti

- Temos duas grandes barragens:
  - Julieta: 650.000 m³ de Capacidade e abastece cerca de 30 % da cidade.
  - Burati: 3.200.000 m³ de Capacidade e abastece cerca de 70% da cidade.
- A capacidade total armazenada (3.850.000 m³) é suficiente para abastecer os usuários por 15 meses, baseado no relatório operacional do ano de 2018.

Então porque nos preocupamos com os pequenos períodos de estiagem?

- Ineficiência na Gestão das Barragens quanto a:
  - Ocupação do entorno;
  - Segurança;
  - Uso;
  - Qualidade da água;
  - Assoreamento;
  - As barragens não tem mais nenhuma outra utilização de uso para a comunidade. Somente reservação para abastecimento.

ADUÇÃO

A capacidade de Adução instalada é de:

- Barragem Julieta → ETA 1: diâmetro 250mm Barragem Burati → ETA 2: diâmetro 400mm.
- Estrutura operacional limitada e sem previsão para ações emergenciais ou de contingência.

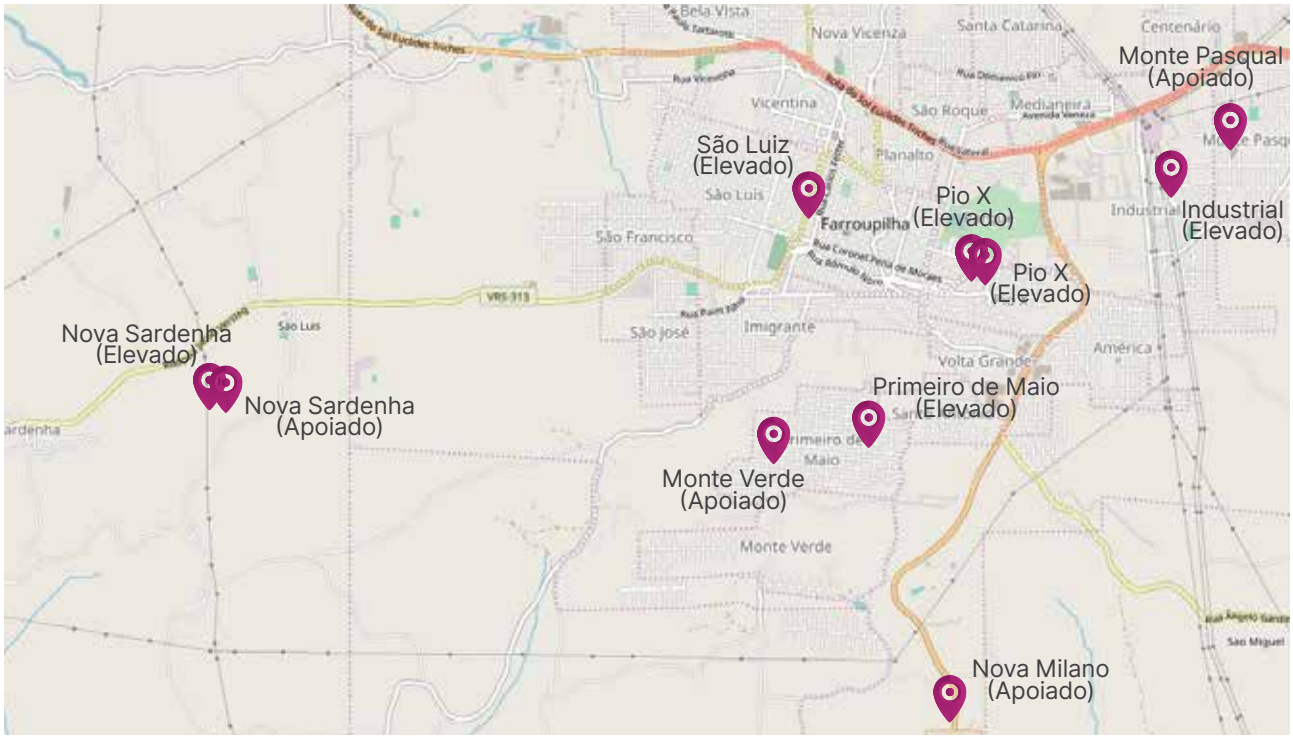
TRATAMENTO

ETA

- Farroupilha possui duas Estações de Tratamento:
- ETA 1: Bairro Pio X, realiza o tratamento da água proveniente da Barragem Julieta.
- ETA 2: Localidade de Nova Sardenha, realiza o tratamento da água proveniente da Barragem Burati.
- Volume anual de água tratada disponibilizada: 4.788.862 m³ (conforme relatório operacional 2018);
- Volume anual de água tratada utilizada: 3.008.481,00 m³ – 62,8% (conforme relatório operacional 2018);
- Pouca informação disponibilizada sobre a qualidade da água bruta aduzida;
- Pouca informação disponibilizada sobre a eficiência operacional das ETAs: capacidade operacional instalada, volume aduzido, volume tratado e perdas;
- Tratamento é primário, apenas para sedimentação orgânica;
- Pouca informação disponibilizada sobre a qualidade da água tratada;
- Sem solução adequada para o lodo resultante do processo de tratamento.

Estação de Tratamento de Água

RESERVAÇÃO



- Farroupilha possui 10 reservatórios pertencentes ao sistema, totalizando 2.750 m³ de água tratada reservada, e localizados, na grande totalidade, na área urbana da sede do município.
- Capacidade de reservação insuficientes dos reservatórios do sistema, para situações de emergência e contingência: com consumo diário de 8.242,41 m³, a capacidade de reservação instalada tem supre no máximo oito horas de abastecimento.
- Programa de limpeza e manutenção dos reservatórios é desconhecido.
- Pouco planejamento para acompanhar o crescimento vegetativo populacional da cidade, o que causa sistemáticas panes e deficiências de abastecimento, principalmente nos bairros periféricos.

- Muitos usuários não possuem reservação própria e, quando os têm, não fazem a devida manutenção.
- Não há nenhuma política ou incentivo à população para a adoção de práticas de reservação de água da chuva, como o uso de cisternas, para utilização de água não tratada em serviços de limpeza, esgotamento sanitário e regas de jardim.

DISTRIBUIÇÃO

- Alto índice de perdas ou desperdício: conforme relatório operacional 2018, com um volume de 4.788.862 m³ de água disponibilizada e 3.008.481 m³ de água utilizada, temos um índice de 37,2% de perdas.
- Alto índice de materiais inadequados: 27% (Diversos, Fibrocimento, Ferro Fundido, Distribuidor Precário).
- Desconhecimento da localização das redes de distribuição.

LIGAÇÕES/CONSUMO

Conforme Relatório Operacional do ano de 2018, na Sede Urbana do município, farroupilha possui:

- Economia de água total 26.687;
- Economia hidrometrada 26.256 (98,38%);
- Deficiência cadastral que não permite implementar um processo de gestão quanto ao uso e localização e perfil de consumo, tanto individual quanto por áreas da cidade, dificultando a implementação de políticas públicas para incentivos ou de educação ambiental.
- Deficiência quanto à disponibilização das informações de consumo, dificultando análises e comparativos.
- Os usuários atendidos pelo abastecimento público estão concentrados na área urbana da sede do município. As demais áreas urbanas e sedes distritais não estão contempladas, pois são atendidas por poções artesianos comunitários.

ANÁLISE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- O resultado operacional da CORSAN em 2018, conforme Relatório de Demonstração de Resultados, foi:
- Receita Operacional Bruta: R$ 28.076.645,96.
- Receita Operacional Liquida (COFINS): R$ 25.824.740,30.
- Custos dos Serviços: R$ 12.806.661, 38.
- Lucro Bruto: R$ 9.117.324,48.
- Resultado Líquido no Período: R$ 3.434.285,34.
- Pouco entendimento e transparência quanto ao entendimento do Relatório de Demonstração Financeira.
- Pouco entendimento e transparência quanto à política de tarifação utilizada.
- O município é superavitário e não há uma taxa de retorno para investimentos na melhoria dos processos de gestão e implementação dos projetos ambientais estruturantes para a melhoria do sistema.
- Não há um Plano Plurianual local para investimento no sistema.

GESTÃO

- A pulverização das discussões sobre o saneamento básico em diversos espaços no ambiente gestor dificulta o entendimento, atrapalha nos diagnósticos, dispersa energia e conhecimento acumulado, atrasando muito o processo de evolução e aprimoramento do sistema, uma vez que são revisitadas muitas discussões, por vezes sem

embasamento técnico sobre temas já estudados e analisados.

- O modelo atual de operação e governança parece ultrapassado.
- Não há a Integração das informações dos usuários do sistema da operadora com os Bancos de Dados de informações cadastrais da prefeitura, impossibilitando análises mais elaboradas e dificultando o subsídio à tomada de decisões (o mesmo usuário que consome água e gera esgoto, é o mesmo que tem filho na escola, paga IPTU, utiliza o sistema de saúde).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- É uma necessidade transversal em toda a área do Saneamento Básico.
- Inexistência de uma política de Educação Ambiental Integrada e continuada, contemplando os 4 pilares do Saneamento.
- A municipalidade deve ser o vetor e motor das boas práticas na área do Saneamento Básico.

Objetivos

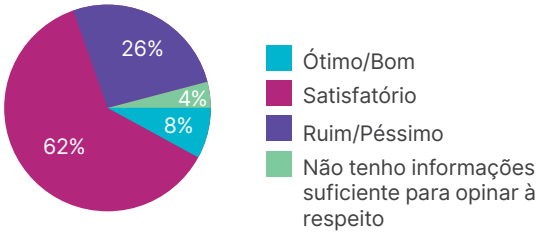
O papel da água no desenvolvimento de uma sociedade é de fundamental importância, sendo talvez o principal fator de sucesso quanto à sua sobrevivência e evolução, sob todos os aspectos.

A cidade de Farroupilha possui um sistema de Abastecimento Público de Água de qualidade e dentro de parâmetros e padrões aceitáveis e que nos faz atingir um índice de atendimento que chega à universalidade da população urbana do município.

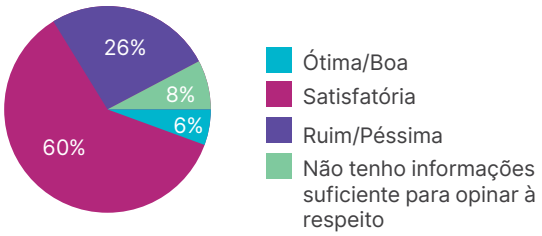
No entanto, encontram-se deficiências em diversas questões relacionadas à sua qualidade (seja na forma bruta ou tratada), desperdícios, deficiências no abastecimento com sucessivas interrupções ou abaixo do padrão de qualidade esperado, ausência na participação e auxílio para a gestão ambiental juntamente com o poder público nos mais diversos aspectos e amplitude, fazendo com que tenhamos um nível de desempenho aquém do esperado, visto o potencial que o município possui.

Coleta de Dados

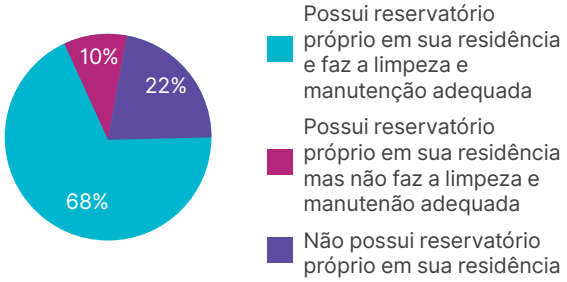
8. Sobre o Abastecimento Público de Água no município, você considera:



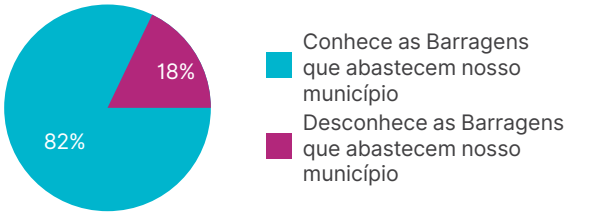
9. Sobre a Qualidade da Água distribuída para o abastecimento público no município, você considera:



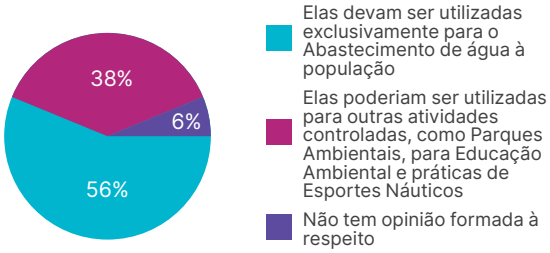
10. Ainda com respeito ao Abastecimento Público e Qualidade da Água, a etapa de Reservação, tanto coletiva como individual é fundamental para o bom funcionamento do sistema. Com respeito a isso, você:



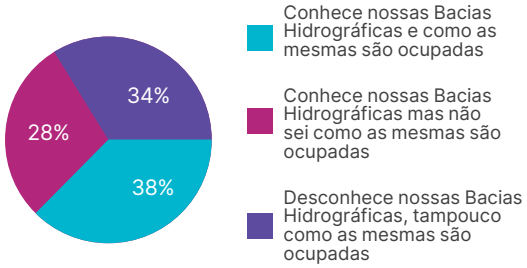
11. A água que nos abastece em nossas residências provêm de Barragens. Com respeito a isso, você:



12. Sobre o uso das Barragens de abastecimento existentes em nosso município, você considera que:



13. As Bacias Hidrográficas são a porção do espaço geográfico em que as águas escoam em direção a um determinado curso d'água, abastecendo-os. Nossas Barragens de abastecimento de água estão dentro desses espaços e eles sofrem a ação da ocupação humana. Com respeito a isso, você considera que:



Balneário Santa Rita

Plano de Ações

POÇOS ARTESIANOS

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Criar legislação municipal para incentivo à legalização dos poços.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Identificar os legalizados e mapear os não legalizados.
- Criar um método de Controle e Gestão para os poços artesianos.
- Desestimular o uso de poços artesianos para o abastecimento de água.

BACIAS CONTRIBUINTES DAS BARRAGENS DE CAPTAÇÃO

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Identificar os limites geográficos das bacias.
- Realizar o monitoramento quali-quantitativo das águas das bacias.
- Criar legislação junto ao Plano Diretor para o ordenamento do uso das bacias: Zona das Águas.
- Instituir as Bacias Hidrográficas como Unidades de Planejamento e Gestão
- Identificar e mapear os corpos hídricos que contribuem e recuperar as matas ciliares deles.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Mapear as propriedades e seus usos.
- Levantamento completo da rede Hídrica municipal, contemplando todos os usos consuntivos e não consuntivos.

BARRAGENS

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Desenvolver o PACUERA Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório.
- Proteger as estruturas de captação.
- Recompor a mata ciliar.
- Desocupar as margens de APPs obrigatórias das barragens.

Área de Proteção Ambiental

- Estudar outros usos concomitantes para as barragens, como criação de parques ecológicos para uso institucional, educacional e recreativo.
- Realizar estudos técnicos e monitoramento sistemático quali-quantitativo da água reservada e dos corpos hídricos que contribuem para as barragens e dar mais transparência às informações.
- Realizar estudos para alternativas locacionais de um futuro novo sistema de reservação de água como estratégia de Segurança Hídrica para o município.

ADUÇÃO

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Criar Plano de Contingência e Emergência.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Melhorar e modernizar o parque de equipamentos desta etapa do sistema.

TRATAMENTO

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Monitoramento sistemático, continuado e independente da qualidade da água aduzida e tratada, incluindo os poluentes difusos, e dar mais transparência às informações.
- Prover solução para o lodo resultante do processo de tratamento.
- Prover maior transparência quanto às informações técnicas operacionais à população.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Modernizar o processo de tratamento de água com novas estruturas operacionais e tecnológicas, incluindo os poluentes difusos.

RESERVAÇÃO DE ÁGUA TRATADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Desenvolver plano de expansão para ampliação da reservação do sistema, com a estratégia de acompanhamento do crescimento da cidade.
- Detalhar o plano preventivo para limpeza e manutenção dos reservatórios do sistema.
- Incentivar (ou tornar obrigatório) o uso de reservatórios próprios na área atendida pelo sistema.
- Incentivar ou criar políticas públicas para o incentivo à população para a adoção de reservatórios para armazenamento de água da chuva, para a utilização de água não tratada em serviços de limpeza, esgotamento sanitário e regas de jardim.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Ampliar a capacidade de reservação do sistema para um período mínimo de 24h de reservação para situações de emergência e contingência.

DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Mapeamento georreferenciado das redes.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Redução do índice de perdas para padrões internacionais aceitáveis.
- Atualização do Sistema de Distribuição com a substituição das redes obsoletas.

LIGAÇÕES/CONSUMO

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Aprimoramento pela operadora, do sistema de cadastro das economias atendidas pelo sistema visando a integração com os sistemas municipais para desenvolver melhorias nos processos de gestão e implementação de políticas públicas pelo município, pela análise dos perfis dos usuários, seus consumos e regiões da cidade.
- Aprimoramento dos sistemas cadastrais e licenciamento do gestor, visando à integração com a operadora para implementação de processos de gestão mais eficientes.
- Atingir o índice de 100% de economias hidrometradas.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Integrar as demais áreas urbanas das sedes distritais, unificando e universalizando o sistema e tendo controle sobre sua eficiência e qualidade.

ANÁLISE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Redefinir a política de prestação de contas para um melhor entendimento do resultado obtido na operação local.
- Rever a Política de tarifação observando o critério do uso e perfil do usuário, priorizando o uso pelo consumo humano e dar maior transparência no processo.
- Criar o plano plurianual de investimentos local, com monitoramento e atualização sistemática visando o bom andamento e a evolução do sistema, utilizando-se do superávit do sistema.
- Criar fundo com recursos oriundos do superávit local, para os investimentos locais necessários nos projetos ambientais estruturantes e para aprimoramento da gestão.

GESTÃO

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Profissionalizar o setor junto ao órgão gestor para melhoraria na qualidade das discussões, aprofundamento técnico nas análises e auxílio na tomada de decisões quanto às estratégias para o avanço mais rápido de todo o sistema.
- Rever o contrato de programa atual, com vistas à modernização e implementação ou atualização das regras e cláusulas vigentes.
- Realizar estudos técnicos com vistas a alternativas ao modelo atual de operação, como a municipalização e PPPs.
- Incorporar o conceito de Smart City ao sistema, integrando as bases de dados de informações cadastrais entre gestor e operador com o intuito de realizar uma gestão integrada do sistema, aprimorando os serviços prestados e possibilitando novas experiências aos usuários.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Estruturar, Integrar e centralizar a política de Educação Ambiental na SEMMA, contemplando os 4 pilares do Saneamento.
- O Poder Público e as Entidades Representativas devem ser os vetores e modelos das boas práticas ambientais, fazendo uso das mesmas no cotidiano.
- Fazer campanhas educacionais permanentes, auxiliadas com a produção e disponibilização de material gráfico e visual sobre o tema.
- Criar um roteiro educativo de visitação pública guiada para conhecimento do Sistema de Abastecimento de Água em toda a sua cadeia de produção.
- Ter a operadora como principal parceira e financiadora de projetos e programas para área.
- Implementar programas de educação para consumo consciente, utilizando a estrutura de atendimento já instalada pela operadora, que faz mensalmente a visita Porta-a-Porta aos usuários.
- Investir em tecnologia visando a Educação Ambiental, Integração e Interação com os principais atores: os cidadãos.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Criar e manter um fórum permanente de discussão sobre os projetos e programas de educação em execução para o monitoramento e aprimoramento dos mesmos.

Esgotamento Sanitário
Como é hoje?

SISTEMA, REDES E ETES

Farroupilha não possui 1m³ sequer de esgoto coletado e tratado.

- Farroupilha possui 100% das áreas urbanas com tratamento primário de esgotamento sanitário. E quanto a isso, se feitas as manutenções periódicas e sistemáticas, pode ser um grande aliado.
- A ETE que está em construção na Bacia Taquari-Antas tem capacidade para 60.000 habitantes e capacidade para tratar todo o esgoto doméstico da área urbana da Sede do Município. Ficará pronta para operar no primeiro semestre de 2020 com apenas 25% de sua capacidade (15.000 pessoas).
- A população residente nas áreas cobertas pelas Redes Coletoras em implantação na Bacia Taquari-Antas, somadas à área prevista para Coleta Mista, compreende aproximadamente 20.000 Hab. As redes estarão aptas a operar a partir do primeiro semestre de 2020. A estratégia proposta pela Companhia é de concentrar o tratamento de esgoto de toda a área urbana nesta ETE.

- A área urbana proposta pela CORSAN para coleta em Rede mista necessita maior detalhamento Técnico-Operacional.
- Área urbana pertencente à Bacia Caí não possui definição de como se dará o tratamento de esgoto.
- Saneamento Rural: sem definição quanto ao modelo de tratamento para os Núcleos Urbanos e as residências rurais

GESTÃO

A pulverização das discussões sobre o Saneamento Básico em diversos espaços no ambiente gestor dificulta o entendimento, atrapalha nos diagnósticos, dispersa energia e conhecimento acumulado, atrasando em muito o processo de evolução e aprimoramento do sistema, uma vez que são revisitadas muitas discussões, por vezes sem embasamento técnico, sobre temas já estudados e analisados.

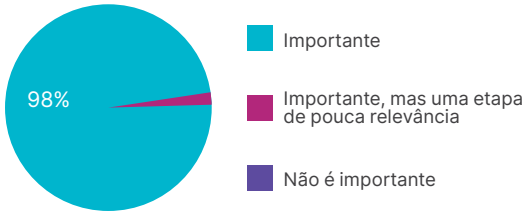
- Necessidade de alinhar as estratégias do desenvolvimento do Esgotamento Sanitário da operadora com o modelo que o município deseja.
- Inexistência de normatização e diretrizes técnicas claras entre município e operadora quanto à aprovação de novos parcelamentos de solo.
- Inexistência do plano plurianual de investimentos local para o Município de Farroupilha.
- Indefinição da política para tarifação do sistema.
- Necessidade de políticas para o incentivo ao Reuso de Águas.
- Modelo atual de operação e governança parece ultrapassado.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

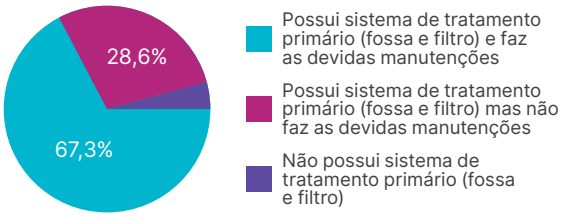
- É uma necessidade transversal em toda a área do Saneamento Básico.
- Inexistência de uma política de Educação Ambiental integrada e continuada, contemplando os 4 pilares do Saneamento.
- A municipalidade deve ser o vetor e motor das boas práticas na área do Saneamento Básico.

Coleta de Dados

14. Você considera o processo de Tratamento do Esgotamento Sanitário residencial:



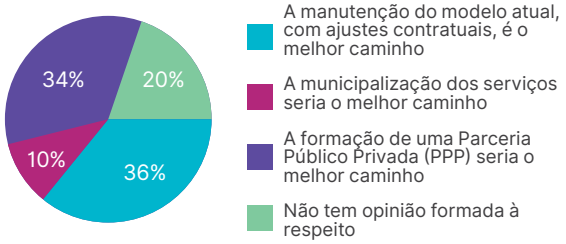
15. No processo de Tratamento do Esgotamento Sanitário residencial individual, o chamado Sistema Primário (fossa e filtro), instalado quando da construção das moradias, é um importante aliado na redução da poluição ambiental de nossos mananciais de água, desde que sejam feitas as devidas manutenções de limpeza dos mesmos. Com respeito a isso, você:



16. O processo de Tratamento do Esgotamento Sanitário coletivo tem custos significativos para que seja implementado e operado no município.

Para tanto, necessita de um equilíbrio econômico-financeiro para que seja operacionalizado, com a necessidade de ligação de todos os moradores ao sistema e a cobrança pelos serviços prestados aos usuários do sistema. Com respeito a isso, você:

17. O modelo de operação para o Abastecimento Público de Água e Tratamento do Esgotamento Sanitário em nosso município é um Contrato de Programas firmado entre o município e a Companhia Riograndense de Saneamento CORSAN (sociedade de economia mista estadual). Com respeito à melhorias e ampliação dos serviços de Saneamento Básico em nosso município, você considera que:



Objetivos

O esgoto sanitário é o fechamento do ciclo do uso da água pela atividade humana em todos os aspectos da vida cotidiana de uma cidade, uma etapa indissociável do Abastecimento de Água, pois ao não tratarmos nosso esgoto doméstico, estamos contaminando nossos mananciais d'água e comprometendo nosso futuro sob vários aspectos: econômico e social, pela perda de atratividade e de oportunidades; saúde pública, pela queda nos indicadores de saúde pública; aumento significativo do custo para o tratamento da água para seu consumo humano.

Embora sendo latente essa premissa, a cidade de Farroupilha não possui até o momento 1 metro cúbico sequer de esgoto doméstico coletado e tratado de forma coletiva.

Ainda utilizamos o sistema de tratamento primário (fossa e filtro), que tem baixa eficiência no tratamento do esgotamento sanitário, visto sua rudimentar operação e dificuldade na fiscalização de sua manutenção, por ser operado de forma individual (cada moradia tem a sua).

O resultado disso é que temos um cenário onde nossos rios têm baixa classificação de qualidade de água (classes 3 e 4), segundo diagnósticos dos Planos das principais Bacias onde Farroupilha está inserida: Bacia do Rio Caí e Bacia do Rio Taquari-Antas.

Mais estarrecedora se torna essa triste constatação quando nos damos conta de que somos uma cidade topo de serra, onde não tem mais nenhuma cidade geograficamente acima de nós, o que nos torna algozes de nós mesmos e das demais cidades vizinhas que ficam geograficamente abaixo, que recebem nossas águas poluídas.

Temos indicadores que nos mostram que teremos algum avanço num curto espaço de tempo, 2 a 4 anos, mas que estão muito aquém do patamar de sanidade de onde deveríamos estar. Nesse sentido, é urgente que ações estruturantes e estratégicas sejam implementadas de forma planejada e sistêmica.

Plano de Ações

SISTEMA, REDES E ETES

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Definir o cronograma para a conclusão das obras necessárias para que a ETE da Bacia Taquari-Antas atinja sua capacidade máxima de operação.
- Iniciar o processo de coleta individual porta-a-porta do sistema primário, com caminhões Limpa Fossa nos locais onde as redes não estarão instaladas, aproveitando a capacidade da ETE instalada.
- Rever a estratégia de uma única ETE para tratar todo o esgoto doméstico da Sede Urbana do município.
- Desenvolver o projeto para a operação do misto progressivo para a área central, conforme proposta apresentada, com as devidas estratégias para a evolução ao Separador Absoluto.
- Rever o estudo de concepção apresentado em 2009, pois a área urbana da sede municipal já sofreu alteração significativa.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2025 – 2032

- Desenvolver o plano de drenagem para todas as áreas urbanas do município, com vistas a planejar as futuras redes.
- Desenvolver o Projeto Executivo para o tratamento de esgoto para a para a Área Urbana da Bacia do Rio Caí.
- Definir o modelo adequado para o tratamento de esgotos nas áreas rurais.

GESTÃO

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Profissionalizar o setor junto ao órgão gestor para melhoria na qualidade das discussões, aprofundamento técnico nas análises e auxílio na tomada de decisões quanto às estratégias para o avanço mais rápido do sistema.
- Normatizar o modelo do Separador Absoluto de Tratamento de Esgoto como o ideal para o município, aceitando o Misto Progressivo em algumas áreas.
- Normatização técnica e definição das diretrizes entre a operadora e o município quanto à instalação de novos parcelamentos de solo.
- Criar o plano plurianual de investimentos local, com monitoramento e atualização sistemática, visando o bom andamento e a evolução do sistema.
- Definir a política de tarifação do sistema.
- Promover e incentivar o reuso de águas (é uma estratégia definida pela AUNE).
- Realizar estudos técnicos com vistas a alternativas ao modelo atual de operação, como a Municipalização e PPPs.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AÇÕES DE CURTO PRAZO 2020 – 2024

- Estruturar, Integrar e centralizar a política de Educação Ambiental na SEMMA contemplando os 4 pilares do Saneamento.
- O Poder Público e as Entidades Representativas devem ser os vetores e modelos das boas práticas ambientais, fazendo uso das mesmas no cotidiano.
- Fazer campanhas educacionais permanentes auxiliadas com a produção e disponibilização de material gráfico e visual sobre o tema
- Criar um roteiro educativo de visitação pública guiada para conhecimento do Sistema de Abastecimento de Água em toda a sua cadeia de produção.
- Criar e manter um fórum permanente de discussão sobre os projetos e programas de educação em execução para o monitoramento e aprimoramento dos mesmos.
- Ter a operadora como principal parceira e financiadora de projetos e programas para área.
- Implementar programas de educação para consumo consciente, utilizando a estrutura de atendimento já instalada pela operadora, que faz mensalmente a visita Porta-a-Porta aos usuários.
- Investir em tecnologia visando a Educação Ambiental, Integração e Interação com os principais atores: os cidadãos.

Síntese do Capítulo

A seguir serão apontados os principais tópicos comentados neste capítulo e que são importantes para ter uma visão abrangente do eixo 4:

MOBILIDADE URBANA

Discutimos sobre a Mobilidade Urbana no Brasil e a Lei da Mobilidade, além de termos mostrado os dez princípios para o planejamento da mobilidade.

Em seguida, falamos sobre a Mobilidade Urbana de Farroupilha, com o Plano de Mobilidade.

Também discutimos o projeto rede cicloviária integrada e o projeto Calçada Legal.

Apresentamos os sete princípios que devem ser adotados para o desenvolvimento da mobilidade sustentável:

- Acessibilidade;
- Segurança;
- Eficiência;
- Qualidade de vida;
- Dinamismo econômico;
- Ação integrada;
- Inclusão social.

Por fim, destacamos os objetivos do subeixo, bem como os planos de ação que serão realizados nos próximos 20 anos.

RECURSOS NATURAIS E SANEAMENTO BÁSICO

No subeixo de Recursos Naturais e Saneamento Básico, destrinchamos as estratégias com base na divisão dos pilares do tema, que são os Resíduos Sólidos, o Abastecimento de Água e o Esgotamento Sanitário. Para cada um deles, apresentamos o contexto atual, objetivos específicos e planos de ação planejados em curto, médio e longo prazo.

Ressaltamos a importância da educação ambiental enquanto princípio para a manutenção dos recursos existentes e participação constante dos cidadãos. Além disso, priorizamos o desenvolvimento tecnológico atrelado à sustentabilidade, que procura utilizar os recursos de forma a garantir sua otimização e também preservação da máxima quantidade possível.

EIXO 5
ECONOMIA

ECONOMIA

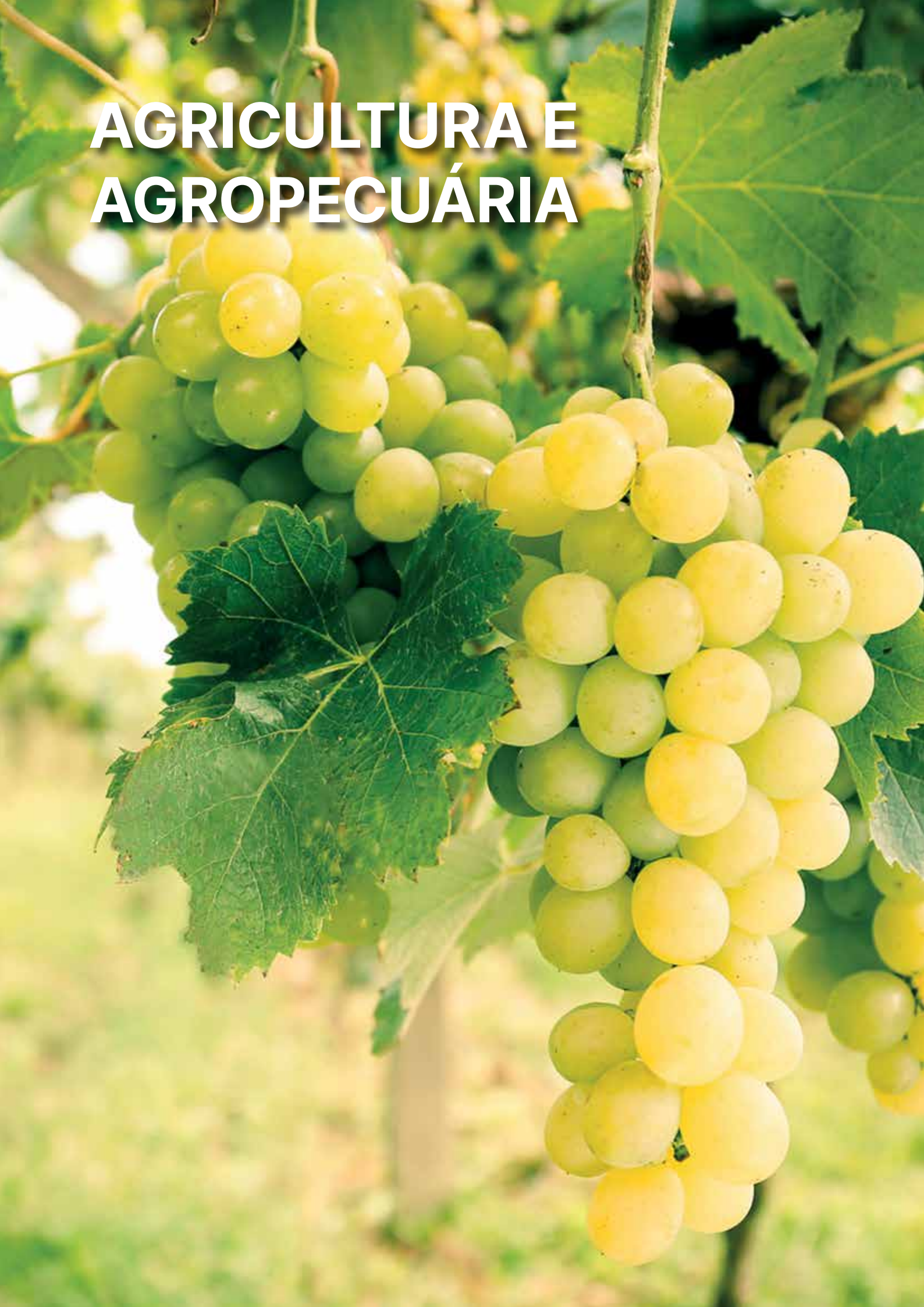
Farroupilha se fixa como polo metal-mecânico, malheiro, moveleiro, calçadista e agrícola, sendo a Capital Nacional do Moscatel, da Malha e do Kiwi. Esses setores movimentam nossa economia, além do comércio e dos serviços que também fazem com que a cidade seja mais desenvolvida economicamente. Essa é a nossa atual realidade.

Com o Plano Farroupilha 2020-2040, nós temos o desafio de pensar no desenvolvimento, nas inovações que virão, no fomento ao empreendedorismo, na prática de leis mais flexíveis, na aposta de um turismo mais forte e da consolidação da cidade como destino na serra gaúcha.

Além do fortalecimento da indústria, da agricultura e agropecuária, devemos avaliar a comunicação e como Farroupilha quer ser vista e lembrada.

Ao pensarmos em uma cidade economicamente sustentável, estamos pensando no futuro, nas próximas administrações e gerações.

AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA



Apresentação

A agricultura corresponde ao setor primário da economia e representa uma prática fundamental para o desenvolvimento das sociedades. Dá-se pelo uso dos solos com o objetivo de garantir a subsistência alimentar do ser humano e produzir matérias-primas que são transformadas em produtos secundários e de outros campos da atividade econômica.

Tratando-se de uma das mais antigas práticas realizadas na história, pode-se ressaltar que a importância da agricultura é indiscutível, pois é a partir dela que se produzem os alimentos e os produtos primários utilizados pela população em geral, bem como pelas indústrias e pelo comércio.

Dessa forma, percebemos que o meio rural sempre foi a atividade econômica mais importante para a constituição e manutenção das sociedades. Porém, com o surgimento da industrialização e da modernidade, essa concepção foi gradativamente se alterando. Isso mostra que, cada vez menos, as cidades dependem do campo e, cada vez mais, o campo depende das cidades.

Assim, podemos dizer que existem sistemas agrícolas modernos ao mesmo tempo em que existem formas de cultivos tradicionais, como a agricultura orgânica, a itinerante e a de jardinagem.

De um modo geral, a demanda global por alimentos representa um desafio real e urgente. Alguns estudos estimam que, entre 2010 e 2050, a população de países desenvolvidos precisará de cerca de duas vezes mais produção agrícola do que a atual. Como consequência desse fato, será necessário aumentar a produção de alimento.

A agricultura atual precisará ir na contramão de diversas resoluções aplicadas em nível nacional, como a liberação de um grande número de agrotóxicos, por exemplo. Essas ações com certeza refletirão na excelência do segmento.

Pode-se destacar que o agronegócio engloba toda a cadeia produtiva e é definido da seguinte forma: antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira da propriedade rural.

Como é hoje?

O diagnóstico referente ao subeixo Agricultura e Agropecuária teve como base os serviços oferecidos e desempenhados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e outros órgãos e entidades voltados ao segmento, que têm como objetivos atuais:

- Atuar no planejamento, organização, articulação, direção, coordenação, execução, controle e avaliação das políticas públicas que visem ao desenvolvimento do meio rural e da população que nele vive, em especial, por meio da agricultura e pecuária;
- Atuar no fomento, incentivo, orientação e assistência técnica ao setor agrícola e pecuário do município;
- Buscar a melhoria da qualidade de vida no meio rural;
- Incentivar e fomentar a pesquisa, a ciência, a tecnologia e a inovação em prol da agricultura, da pecuária e do desenvolvimento do meio rural;
- Prestar serviços de mecanização aos agricultores e pecuaristas;
- Estimular o agronegócio, novos canais de comercialização e o associativismo rural;
- Estimular a qualificação dos produtores, em especial por meio de cursos, palestras, visitas técnicas e outros eventos;
- Fomentar a agroecologia e gerir os serviços de inspeção agroindustrial de competência do município.

Visando a manutenção e ampliação de políticas públicas que incentivem a atividade rural para fortalecer o setor, assegurando as condições necessárias para a permanência das famílias no meio rural, gerando renda, desenvolvimento, e estimulando o empreendedorismo rural, levantamos alguns pontos deficitários atualmente, que podem ser melhorados, e outros que devem continuar auxiliando no resultado desses objetivos. São eles:

- Estradas deficitárias, com parte das vias do interior sem asfalto e as demais

necessitando de manutenção. Isso prejudica o escoamento da produção e as rotas turísticas;

- Nas áreas rurais, o telefone possui sinal fraco e internet quase inexistente ou com sinal fraco também;
- Necessidade de formalização de agroindústrias, uma vez que as regras existentes não são totalmente cumpridas por falta de conhecimento dos produtores e por falta de incentivo à formalização e de fiscalização aos irregulares;
- Falta de profissionalização da gestão das propriedades como forma de obter maior aproveitamento dos recursos disponíveis, diversificação de culturas e melhora dos resultados obtidos;
- Grande evasão rural, em especial dos jovens, por falta de incentivo para permanecerem nas propriedades;
- Uso descontrolado, por parte dos agricultores, dos agroquímicos. É necessária uma conscientização maior dos fatores e riscos do uso.
- Desenvolver um trabalho de acompanhamento e orientação técnica direcionado aos produtores orgânicos, por meio de convênio com o Centro Ecológico Ipê, que já se estende por vários anos. Essa ação incentiva a produção orgânica, promovendo melhoria na qualidade de vida do agricultor e melhor rentabilidade da propriedade;
- Existe pouco estímulo aos mecanismos de comercialização direta, sendo necessário fortalecer e estimular a organização integrada de produtores, produção e comercialização;
- Aumento no incentivo da produção de leite no município;
- Embora o município ofereça serviços de máquinas e subsídios para os agricultores, a demanda por estes serviços é superior à oferta e o maquinário se encontra defasado e necessitando de manutenção;
- Faltam incentivos ao agricultor para a emissão de NF, talão do produtor.

Coleta de Dados

O estudo realizado utilizou conversas com produtores do meio rural e aplicação de questionários para a população em encontros públicos. Também foram realizadas pesquisas de dados junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Inspetoria Veterinária, IBGE, Emater e Sindicato dos Agricultores Familiares de Farroupilha para amplitude das informações.

DADOS QUALITATIVOS DA PESQUISA

A maioria dos agricultores opinou que para tornarmos a agricultura de Farroupilha mais forte é necessário:

- Cursos de capacitação;
- Assistência Técnica;
- Técnicas inovadoras para novos empreendedores e atuais;
- Diminuição de impostos, principalmente sobre vinho;
- Novas tecnologias;
- Melhorias na infraestrutura das estradas do interior;
- Melhorias na comunicação – internet e telefone;
- Incentivo para manter o jovem nas propriedades;
- Estímulo ao turismo rural.

Com relação as dificuldades que enfrentamos na agricultura, foram apontados:

- Pragas / pérola da terra;
- Falta de incentivo para manter o jovem na propriedade;
- Alto custo de produção e dificuldade de comercialização dos produtos;
- Pouca mão de obra;
- Insumos muito caros;
- Falta de comunicação – internet e telefone / energia elétrica precária;
- Estradas ruins;
- Altos impostos;
- Concorrência com produtos importados.

DADOS QUANTITATIVOS DA PESQUISA

- Número de Produtores Rurais em Farroupilha: 1632;
- Área rural de Farroupilha: 318,98 km²;
- Arrecadação do município: a Agricultura e Agropecuária representam cerca de 11%;
- Número de Agroindústrias: seis (três fábricas de laticínios; uma unidade de beneficiamento de carnes e produtos e duas granjas avícolas);
- Área plantada: 6.840 ha, conforme dados do senso de 2010.

ÁREA PLANTADA (HECTARES)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
caqui	180	180	180	180	180	190	205	210	210	215	220	220	220	220	220
figo	7	7	7	7	8	8	9	9	9	9	10	10	10	10	10
goiaba	0	0	0	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
laranja	30	30	30	30	40	40	40	40	45	45	55	55	55	55	55
limão	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
maçã	150	150	150	150	120	120	120	120	120	120	90	90	90	90	90
pera	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
pêssego	650	650	650	650	650	660	610	635	650	650	610	610	610	610	610
tangerina	10	10	10	10	15	15	15	15	15	15	17	20	20	40	40
uva	2583	3000	3000	3200	3431	3581	3661	3701	3860	3880	3950	3950	3950	3950	3950

ÁREA PLANTADA (HECTARES)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
alho	200	200	100	200	170	140	90	90	90	90	90	90	60	60	60
amendoim (em casca)	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
arroz (em casca)	10	10	10	5	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
batata doce	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	10	10	10
batata inglesa	80	70	65	45	50	40	20	20	20	25	15	15	20	20	20
cebola	80	80	80	80	80	80	80	80	80	90	90	90	90	90	90
ervilha	5	5	5	5	3	3	3	3	3	3	0	0	0	0	0
feijão	60	60	60	50	50	50	50	50	50	40	40	40	40	40	40
mandioca	5	5	5	5	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
melancia	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
melão	4	4	4	5	5	6	8	5	2	5	5	5	5	5	5
milho	1600	1600	1600	1600	1800	1600	1800	1600	1600	1600	1000	600	600	630	630
tomate	50	50	50	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	44	60

O setor é formado atualmente por pequenos, médios e grandes produtores, que cultivam uva em sua maioria. São integrantes da família que trabalham na propriedade e a grande maioria se beneficia com serviços disponibilizados pela administração pública.

Sobre a produção animal, os tipos existentes são de:

- Aves;
- Bovinos – Corte e leite;
- Laticínios;
- Mel;
- Ovinos;
- Peixes;
- Suínos.

Rebanho de bovinos 7,3 mil

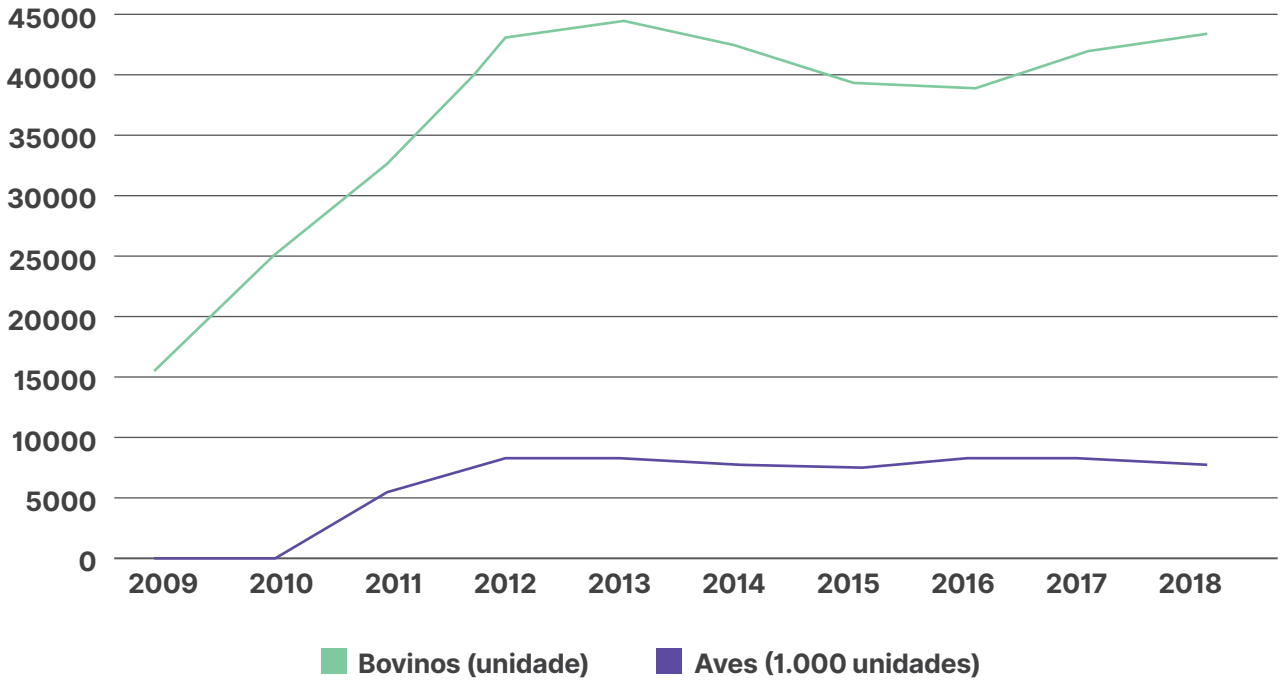
Rebanho de suínos 21,970 mil

Rebanho de ovinos 1,530 mil

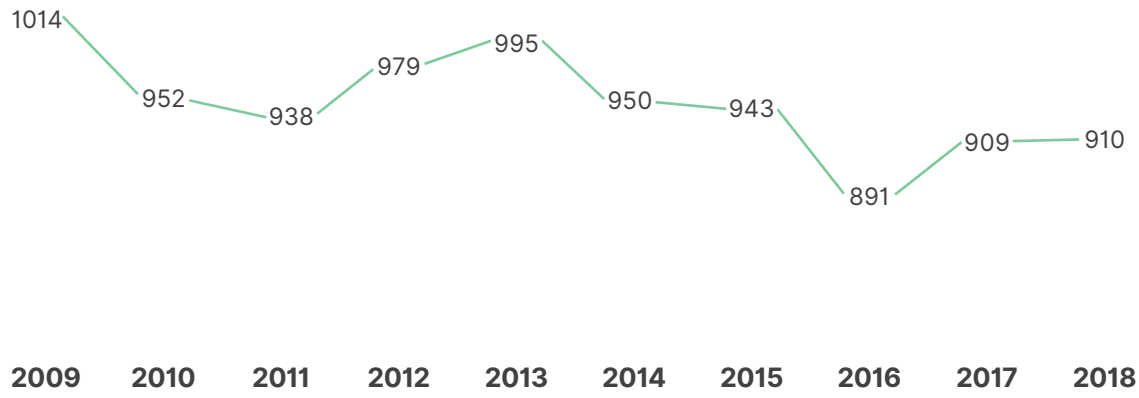
13 milhões de dúzias de ovos

12 milhões de aves

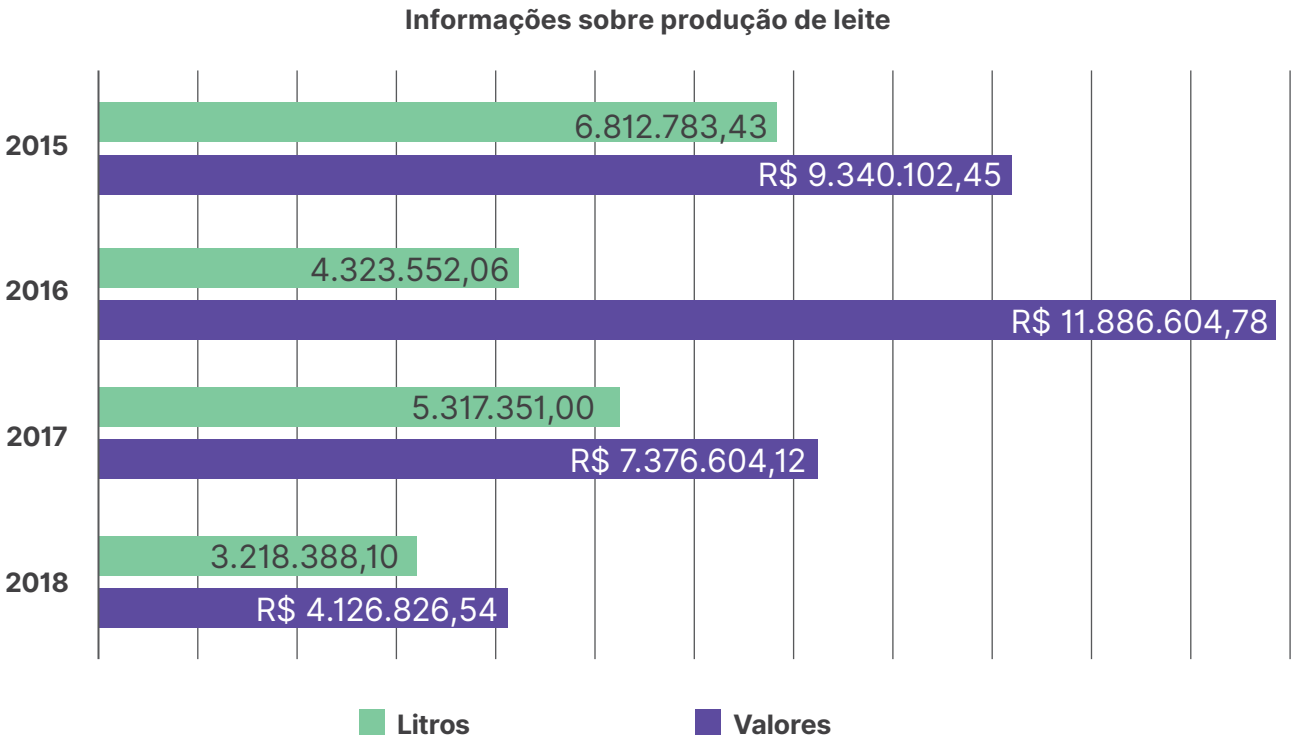
Animais abatidos no município



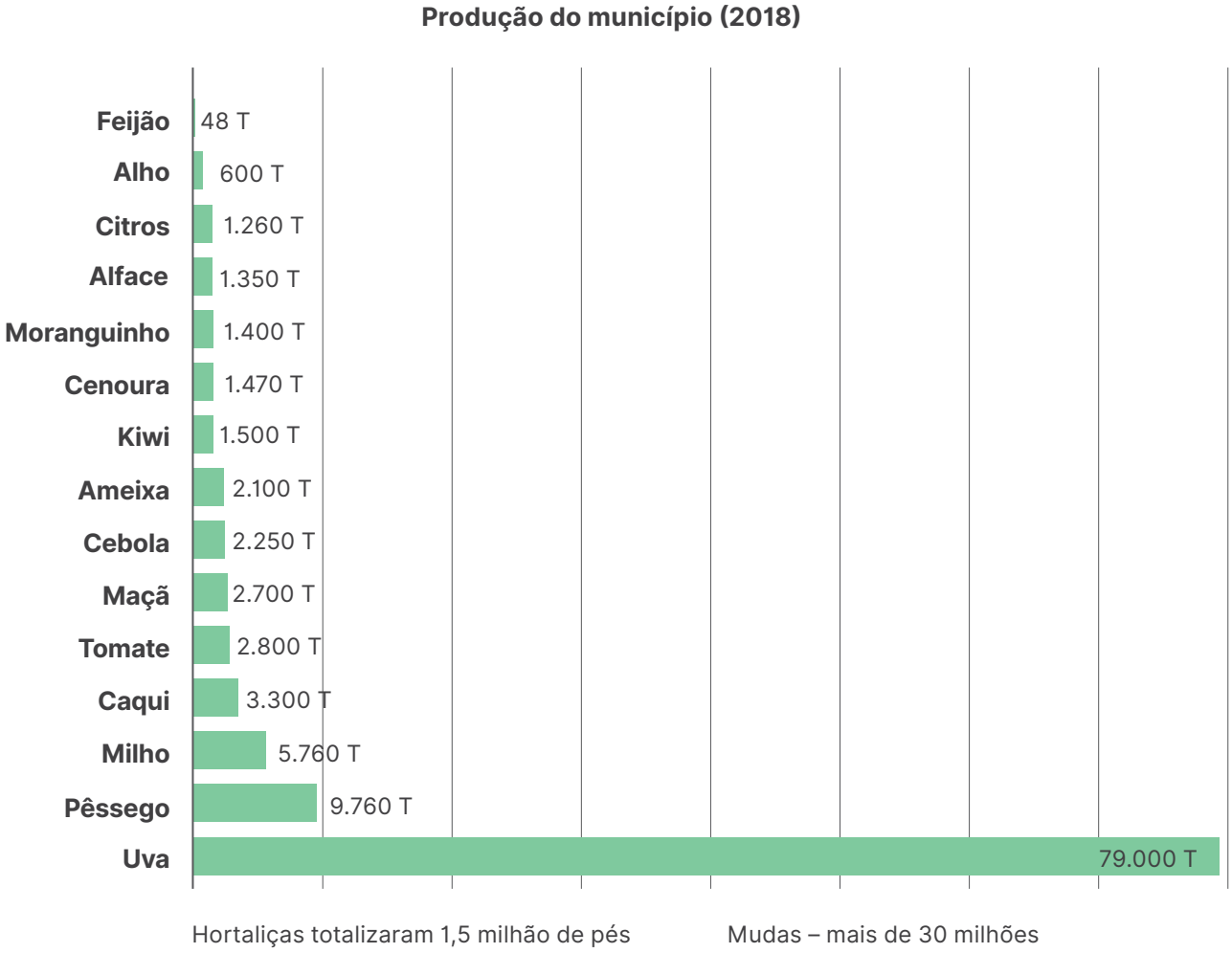
Propriedades cadastradas com Bovinos no Município de Farroupilha:



Fonte: Ismael Andreazza IDA Farroupilha



Sobre a produção vegetal, os dados temos:



Hortaliças totalizaram 1,5 milhão de pés

Mudas – mais de 30 milhões

PRODUÇÃO (TONELADAS)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
caqui	1980	1980	2700	2700	2880	2280	3075	3150	2835	3225	3300	3740	3960	3300	2310
figo	52	52	52	46	72	72	108	108	108	108	120	120	120	120	100
goiaba	0	0	0	120	120	120	120	120	100	100	100	80	80	80	80
laranja	450	450	450	450	600	600	600	600	675	900	990	866	866	1100	1100
limão	40	40	48	48	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	36
maçã	3300	2700	2700	2550	3000	2760	3600	3600	2700	3000	2700	2700	2430	2430	2250
pera	60	60	160	160	160	160	240	400	360	360	360	360	360	400	300
pêssego	8840	8840	8840	8840	8840	1980	9150	9525	8775	9750	7857	9150	8784	6423	7320
tangerina	85	85	150	150	225	225	225	225	225	270	306	300	300	800	800
uva	42374	40725	49800	38080	58327	60877	65898	66618	48636	70640	67500	70400	70400	72000	31880

PRODUÇÃO (TONELADAS)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
alho	1288	1400	700	1600	1360	1120	720	720	720	648	900	900	600	600	600
amendoim (em casca)	7	7	7	4	7	7	7	7	7	7	7	7	5	6	6
arroz (em casca)	9	10	10	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
batata doce	50	50	60	60	60	60	75	75	75	75	75	75	200	200	200
batata inglesa	1060	910	870	533	750	600	300	300	300	450	216	216	340	400	400
cebola	1200	1200	1200	1280	1200	1360	1600	1600	1600	1800	1800	1810	1950	1950	2070
ervilha	20	20	25	30	18	18	18	18	18	18	0	0	0	0	0
feijão	60	42	54	26	50	60	60	60	60	48	45	60	60	72	72
mandioca	60	60	60	50	104	104	104	104	104	120	120	120	120	120	120
melancia	96	96	96	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
melão	34	34	34	42	50	60	104	65	30	65	65	65	65	75	75
milho	6240	6240	6240	3360	8100	7680	8640	7680	7680	7680	3840	3240	3600	3780	3780
tomate	2250	2250	2250	1700	1800	2000	2000	2000	2000	2000	2800	2800	2800	3080	4200

A seguir seguem as coletas de dados a respeito da infraestrutura e dos serviços públicos de apoio existentes.

O município possui uma Feira Livre do Produtor, que acontece duas vezes por semana, e uma Feira de Agroecologia, que acontece uma vez por semana, ambas em espaço específico para a realização de feiras (pavilhão coberto, com sanitários e estacionamento, atualmente cedido por concessão à entidade CDL). Todos os participantes são produtores rurais no próprio município, comercializando, em maior parte, produtos produzidos por eles próprios e, em menor parte, produtos adquiridos em outras cidades.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

- Patrulha agrícola mecanizada com retroescavadeira, trator, disco e grampo;

- Serviços de silagem;
- Atendimento Veterinário;
- Comercialização de alevinos e alevinões, realizado em etapas;
- Talão do Produtor;
- Aferição do grau de brix do kiwi, ou seja, saber se o fruto está pronto para a colheita;
- Realização da Feira do Peixe Vivo; na Semana Santa;
- Realização da Feira de Flores no dia de Finados.

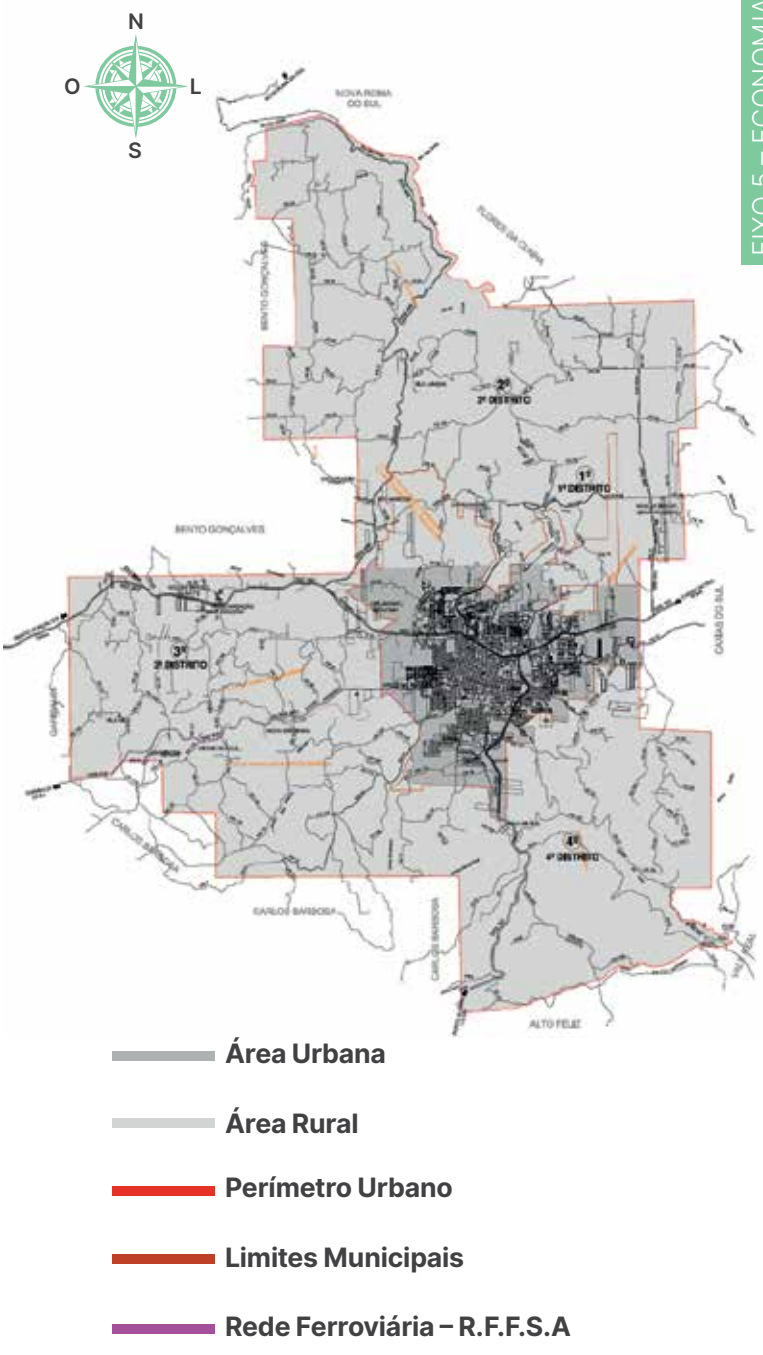
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM

O Serviço de Inspeção Municipal é o órgão que realiza a fiscalização dos produtos de origem animal produzidos no município, garantindo condições higiênico-sanitárias em todos os processos de fabricação.

FARROUPILHA VITIVINÍCOLA

Farroupilha é o terceiro maior produtor vitivinícola do país e o maior produtor nacional de uvas moscatéis (utilizadas para elaboração de vinhos tranquilos e de espumantes finos). Também ocupa a segunda posição no Estado na produção de uvas Vitis vinifera (para vinhos finos). A estrutura vitivinícola local envolve 1.381 propriedades vitícolas, uma área de vinhedos de 3.744 hectares (conforme Cadastro Vitícola 2012) e 43 estabelecimentos vinificadores (conforme Cadastro Vinícola do RS 2015).

Ressaltamos que os dados apontados neste diagnóstico serão ponto de partida para que possamos pensar e planejar a Farroupilha que queremos a curto, médio e longo prazo.



A AGRICULTURA PARA OS PRÓXIMOS 20 ANOS SE PLANEJA AGORA. É TEMPO DE SEMEAR IDEIAS PARA COLHER RESULTADOS FUTUROS, DESSA FORMA O MUNICÍPIO SE PREPARA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRESENTE, SEM COMPROMETER AS POSSIBILIDADES DAS PRÓXIMAS GERAÇÕES E PENSANDO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Visão de Futuro

O meio rural é um dos fatores mais importantes para a manutenção de uma sociedade. O agronegócio, através do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das cadeias produtivas contribui para o crescimento do município, aumento na sua arrecadação e, consequentemente, melhor qualidade de vida da população.

Uma agricultura moderna e eficaz permite que os agricultores possam planejar suas metas com a sustentabilidade em mente. Isso envolve conservar e proteger os recursos naturais, fornecendo alimentos e combustível para uma população em crescimento, tudo de uma maneira financeiramente viável para produtores e consumidores. No entanto, para tudo isso acontecer, as ações dependem da boa gestão que é feita de cada um dos elementos que integram o sistema da agricultura moderna. Se houver falhas, não será possível atingir o rendimento e a produtividade desejados e, como resultado, serão reduzidas a qualidade e a quantidade de alimentos disponíveis. Com os dados mais recentes, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura diz que o setor tem sido capaz de atender a demanda por alimentos durante o último meio século. No entanto, o crescimento da produtividade dependerá do gerenciamento adequado dos recursos disponíveis. Dessa forma é necessário investimento em pesquisa, desenvolvimento e extensão agrícola, bem como a implementação de melhores bens e serviços e políticas públicas voltadas ao segmento.

Objetivos

Manter e ampliar políticas públicas que auxiliam a atividade rural, visando o fortalecimento econômico do setor, assegurando as condições necessárias à permanência das famílias no meio rural, gerando renda, desenvolvimento e estimulando o empreendedorismo rural.

Planos de Ação

Para atingir esse objetivo, os planos de ação serão realizados por diretrizes:

1. Manter e aprimorar a infraestrutura rural;
2. Ampliar a participação do setor primário na economia do município;
3. Estimular a organização integrada de produtores, produção e comercialização;
4. Promoção de intercâmbio com outros países para jovens do município, buscando a ampliação de experiências e conhecimento;
5. Buscar a profissionalização da gestão das propriedades como forma de melhorar o aproveitamento dos recursos disponíveis, a diversificação de culturas e a melhora dos resultados obtidos;
6. Estimular a produção agroecológica, e racionalizar o uso de agroquímicos;
7. Fortalecer os mecanismos de comercialização direta;
8. Articular com as instituições ligadas ao setor a criação e implementação de políticas públicas aplicadas no meio rural;
9. Criação de incentivos aos produtores rurais;
10. Estimular projetos de hortas comunitárias (entende-se que desenvolvimento da agricultura e agronegócio também podem ser aplicados no meio urbano, através de hortas e demais ações);
11. Utilização de novas tecnologias;

12. Estimular a conservação e proteção de recursos naturais.

A seguir encontram-se os programas propostos para cada uma das diretrizes, que estão divididos em ações de curto, médio e longo prazo.

Ações a curto prazo

1. MANTER E APRIMORAR A INFRAESTRUTURA RURAL

Os programas propostos para essa diretriz são:

- Melhorar a comunicação no interior, com a internet e telefonia e com sistema energético;
- Realizar melhorias nas estradas no interior das propriedades;
- Aprimorar o saneamento;
- Prestar serviços com maquinário agrícola;
- Investir em pesquisa agrícola;
- Incentivar o desenvolvimento de novas culturas.

2. AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO NA ECONOMIA DO MUNICÍPIO

- Programa de Bônus por emissão de NFs, ou seja, incentivar os produtores a declarar notas fiscais;
- Programa de capacitação para produtividade;
- Oferecer informações e treinamentos quanto às NFs.

3. ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO INTEGRADA DE PRODUTORES, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

- Estímulo ao associativismo;
- Incentivo a participação em feiras, seminários e congressos.

4. PROMOÇÃO DE INTERCÂMBIO COM OUTROS PAÍSES PARA JOVENS DO MUNICÍPIO PELA AMPLIAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTO

- Manter o programa de intercâmbio para jovens agricultores que estudam técnicas empregadas nos cultivos de uva e kiwi, por exemplo, e de outras culturas e que repassam o conhecimento adquirido no exterior aos produtores de nosso município, através de palestras e encontros.

Ações a médio prazo

5. BUSCAR A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS PROPRIEDADES, DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS E MELHORA DOS RESULTADOS OBTIDOS

- Estímulo à capacitação gerencial das atividades do setor, com ênfase ao jovem empreendedorismo;
- Estímulo à percepção das possibilidades alternativas de uso econômico da propriedade;
- Parcerias com órgãos e entidades, levando mais conhecimento ao produtor;
- Políticas públicas e competência/engajamento dos agricultores;
- Intercâmbio de jovens produtores, a exemplo do que foi desenvolvido em 2018, quando cinco jovens viajaram para Latina, Itália, para aprimorar técnicas e conhecimentos nas áreas de uva e kiwi.

6. ESTIMULAR A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, E RACIONALIZAR O USO DE AGROQUÍMICOS

- Apoio à compostagem e à adubagem orgânica;
- Apoio à promoção e comercialização da produção orgânica;

- Capacitação para o uso consciente e racional dos produtos químicos;
- Análises químicas e físicas de solo, água, alimentos e folhas, com subsídio da secretaria;
- Otimização de manejo de solo;
- Manutenção e aprimoramento de oficinas/ treinamentos/capacitações em parceria com entidades ligadas ao setor.

7. FORTALECER OS MECANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA

- Intermediar o acesso de produtores locais a feiras, novos mercados e novos espaços de comercialização direta.

8. ARTICULAR COM AS INSTITUIÇÕES LIGADAS AO SETOR PARA A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS NO MEIO RURAL

- Apoio a programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa;
- Apoio à divulgação e participação em eventos de cunho técnico e de capacitação.

9. CRIAÇÃO DE INCENTIVOS AOS PRODUTORES RURAIS

- Auxílio ao produtor rural quanto à capacitação; facilitação às linhas de financiamento para ampliação da área de plantio ou aquisição de equipamentos.

10. ESTIMULAÇÃO DE PROJETOS URBANOS

- Organização de hortas comunitárias;
- Projetos sobre agricultura sustentável em escolas;
- Envolvimento da sociedade em geral;
- Incentivo a projetos de conscientização sobre qualidade de alimentos.

Ações a longo prazo

11. AUMENTO DA UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

Para que isso ocorra, os produtores precisam conhecer essas novas tecnologias, entender que muitas poderão auxiliar na sua produção e, por fim, ter recursos para adquiri-las.

12. ESTIMULAR A CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Isso envolve conservar e proteger os recursos naturais, fornecendo alimentos e combustível para uma população em crescimento, tudo de maneira financeiramente viável para produtores e consumidores.

Entende-se que a maioria das diretrizes colocadas neste estudo são viáveis, desde que exista planejamento, cronograma e sistema de viabilidade adequado, onde o Poder Público e entidades que representam o segmento consigam se integrar

de forma prática e sustentável na elaboração dos programas. No entanto, entende-se que as questões financeiras para a execução de alguns projetos, tempo viável e, principalmente o entendimento dos produtores quanto à necessidade de tais práticas e avanços serão fatores que poderão dificultar o trabalho.

Considerando a aplicação deste plano de ação em um curto e médio prazo, acredita-se que no futuro o setor agropecuário do município terá melhorias consideráveis no que tange à maior produtividade no setor vitivinícola, com destaque às uvas moscatéis, onde atualmente Farroupilha ocupa o título de maior produtor nacional; desenvolvimento de novas culturas; melhor organização de gestão da propriedade e uma comercialização mais segura de seus produtos. A sucessão familiar e a capacitação são pontos que também ganharão destaque e seus reflexos serão positivos para o fortalecimento do município, que poderá aumentar a arrecadação e se tornar referência no segmento rural.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

- Manter e aprimorar a infraestrutura rural.
- Ampliar a participação do setor primário na economia do município.
- Estimular a organização integrada de produtores, produção e comercialização.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

- Buscar a profissionalização da gestão das propriedades, diversificação de culturas e melhora dos resultados obtidos.
- Estimular a produção agroecológica e racionalizar o uso de agroquímicos.
- Fortalecer os mecanismos de comercialização direta.
- Articular com as instituições ligadas ao setor para a criação e implementação de políticas públicas aplicadas no meio rural.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

- Aumento da utilização de novas tecnologias.
- Estimulação de projetos urbanos.
- Criação de incentivos aos produtores rurais.
- Estimular a conservação e proteção de recursos naturais.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Apresentação

O setor de Comércio e Serviços é categorizado como o terceiro setor da economia, sendo o primeiro Agricultura e o segundo Indústria. Atualmente, assistimos ao crescimento gradativo desse setor no Brasil e consideramos que o seu desenvolvimento é de extrema importância para que a economia brasileira acompanhe os avanços face às tendências mundiais.

Sendo assim, no Município de Farroupilha observamos alguns fatores que representam vantagens e desvantagens a melhorias do setor de Comércio e Serviços. Abaixo, apresentaremos o contexto atual nesse sentido, seguido de objetivos e planos de ação para atingi-los.

Como é hoje?

Em um cenário macroeconômico, Farroupilha está bem posicionada por manter um nível sócio econômico positivo, apesar dos impactos políticos e econômicos que o Brasil vivencia há alguns anos, força representada pela matriz econômica diversificada e pela pujança do povo. O município oportuniza aprendizado de qualidade com três instituições de ensino superior, ficando num ponto estratégico entre cidades vizinhas como Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

Porém, apesar da oferta de ensino, identificamos que há um baixíssimo percentual de pessoas com formação superior (4,5%, segundo fonte do Sebrae) na cidade, podendo ser uma oportunidade ou ameaça, pois formamos mão de obra qualificada e não a utilizamos no município.

Entendemos que as oportunidades na área de turismo e enoturismo local não são tão exploradas como poderiam, tanto no comércio como nos serviços. A renda per capita do farroupilhense é superior à média brasileira, o que impulsiona a economia, e também somos muito bem posicionados no IDH, ocupando a posição de número 157 no Brasil, o que torna a cidade atraente para quem busca qualidade de vida em especial.

Melhorias podem ser feitas a todo momento, por isso identificamos fraquezas e ameaças que podem se transformar em oportunidades, entre elas o desenvolvimento de infraestrutura de tecnologia para atrair empresas desse ramo que poderão desenvolver o município e atrair mão de obra qua-

lificada, o que aumenta a média salarial nessa faixa de interesse, fazendo com que a economia fique na cidade ao invés de exportar mão de obra, levando parte da economia também para longe da cidade. A intenção é atrair, desenvolver e reter esses profissionais e empresas, gerando mais empregos.

Análise do setor

Análise SWOT é uma abreviação das palavras em inglês *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats*, que significam forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, respectivamente. Em português, é chamada de "análise FOFA". Ela consiste um diagnóstico da organização examinando o seu ambiente interno (pontos fortes e fracos) e externo (oportunidades e ameaças). Os pontos fracos e fortes são variáveis controláveis pela organização e determinam seu diferencial competitivo. Já as oportunidades e ameaças são variáveis não controláveis.

Quanto às forças para Comércio e Serviços em Farroupilha, temos alguns aspectos a serem elencados. Há estabelecimento de uma economia diversificada, renda per capita (em 2016) de R$ 44.752,00, sendo que no Brasil a renda é de 30.548,00. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,777, o que posiciona Farroupilha em 157º lugar no Brasil. O comércio do município tem forte presença no setor atacadista, principalmente de malhas e calçados. Temos instituições de ensino com forte presença na formação de trabalhadores, como a UCS (Universidade de Caxias do Sul), CESF (Faculdade Cenecista de Farroupilha), UNIASSELVI e IFRS - Campus Farroupilha (Instituto Federal do Rio Grande do Sul). Outro fator que auxilia no crescimento do setor é a perenidade das empresas da região, assim como o investimento em tecnologia com a chegada do Parque Zenit, da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Sobre as fraquezas para o setor, temos baixa formação superior (4,5% da população, de acordo com a fonte do Sebrae), baixa exploração de comércio e serviços ligados ao turismo, considerando o intenso potencial do município e, pensando no futuro, temos poucas empresas de tecnologia (startups).

Como oportunidades, temos alguns serviços e atividades que tem grande potencial para o crescimento do Município de Farroupilha. Sendo assim, aplicativos de transporte, comércio de alimentos por food trucks, serviços ligados ao turismo religioso e enoturismo, tendo como foco o comércio do moscatel, são algumas das principais oportunidades. O Salto Ventoso também representa potencial de atração de consumidores, bem como comércio de produtos orgânicos e serviços ligados à 3ª idade. Por fim, seguindo as tendências mundiais e das grandes cidades brasileiras, consideramos a utilização de serviços alternativos de transporte (especialmente da bicicleta) e o aprimoramento de comércio e serviços no meio virtual.

Em relação às possíveis ameaças, temos alguns fatores estruturais e contingenciais. Mudanças regulatórias, concorrência desleal (como entre os registrados como MEIs – Micro Empreendedores Individuais – e o comércio ambulante) e a situação frágil da macroeconomia brasileira representam algumas dificuldades contingenciais. Por outro lado, temos a infraestrutura de rede e a infraestrutura viária, que podem prejudicar a criação de novos tipos de empreendimentos comerciais e a logística de produtos e serviços, respectivamente.

AMBIENTE INTERNO	**FORÇAS**	**OPORTUNIDADES**	AMBIENTE EXTERNO
	• Economia diversificada • Renda per capita (2016) R$ 44.752,00 (Brasil 30.548,00) IBGE • IDHM 0,777 - Saúde, Longevidade, Educação (157º no Brasil) • Qtde de empresas Micro e EPP (4.713 em fev/19) • Comércio Atacadista, Malhas, Calçados • UCS, CESF, IFF • Perenidade das empresas	• Aplicativos de transporte • Comércio de alimentos - Food truck • Serviços e Comércio ligados ao turismo religioso • Potencial de Turismo: Berça da imigração / Moscatel - Enoturismo • Salto Ventoso • Serviços alternativos de transporte: bicicleta • Fomento ao comércio de produtos orgânicos • Serviços ligados a 3ª idade • Comércio e Serviços Virtuais	
	FRAQUEZAS	**AMEAÇAS**	
	• Baixa formação superior (4,5%) - fonte Sebrae • Baixa exploração de comércio e serviços ligados ao turismo • Poucas empresas de Tecnologia (starups)	• Mudanças regulatórias • Infraestrutura de rede • Concorrência Desleal (Mei's Comércio - Com. ambulante) • Macroeconomia fragilizada • Infraestrutura viária	

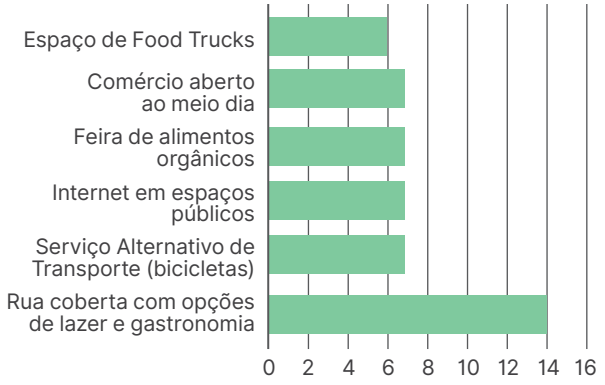
Coleta de dados

Foi desenvolvida uma pesquisa pelos membros do subeixo de Comércio e Serviços, aplicada através de formulário do Google, sendo compartilhada nos canais oficiais de divulgação de Farroupilha, como site e nas redes sociais da prefeitura, contatos de todos os MEIS cadastrados na Sala do Empreendedor.

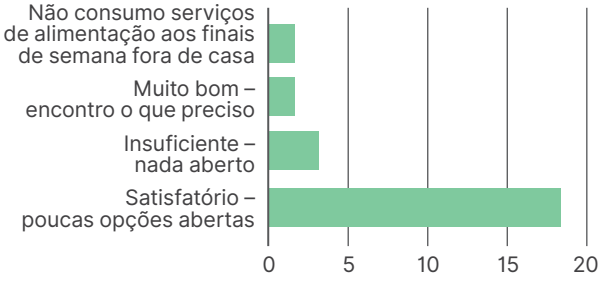
Aplicamos uma pesquisa por amostragem que foi divulgada nos seguintes canais: site e redes sociais da prefeitura, grupos de trabalho do 2040, contatos do Whatsapp de todos os MEIs registrados na Sala do Empreendedores, o que nos permite perceber alguns

gargalos a serem solucionados e também identificar as oportunidades. Abaixo, podemos ver, a partir dos gráficos, a proporção das respostas.

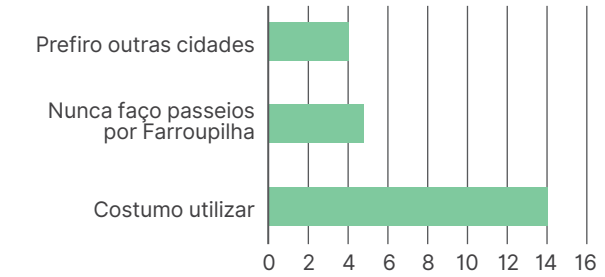
Que tipo de serviço você gostaria de ter em Farroupilha?



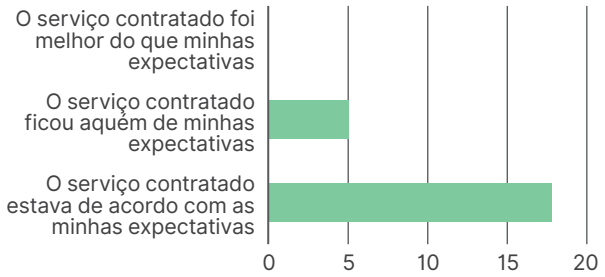
Como você considera as opções de gastronomia em Farroupilha nos finais de semana?



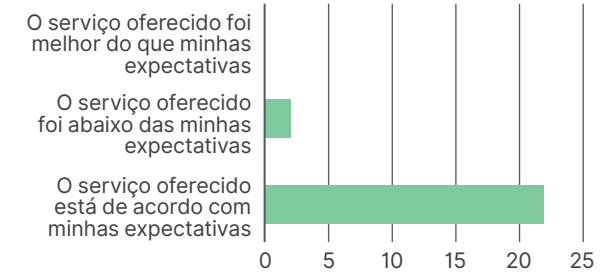
Pensando sobre o comércio e serviços de turismo e lazer em Farroupilha:



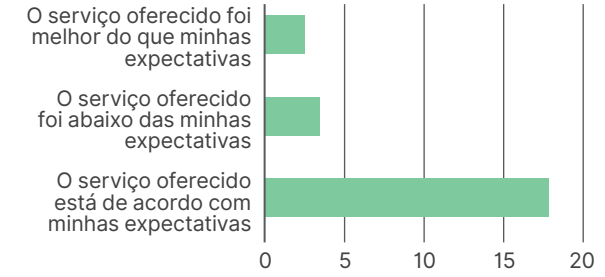
Em relação aos Serviços que você contrata em Farroupilha, qual é a sua percepção?



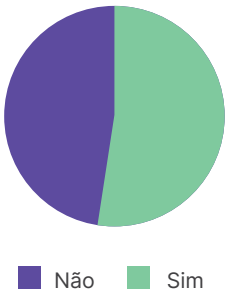
Em relação aos Serviços de forma geral ofertados no município (eletricista, encanador, chaveiro, lavagem de carros, serviços de beleza, manicure/pedicure/cabeleireiro, transporte urbano e intermunicipal, entre outros tipos de serviços) como você percebe?



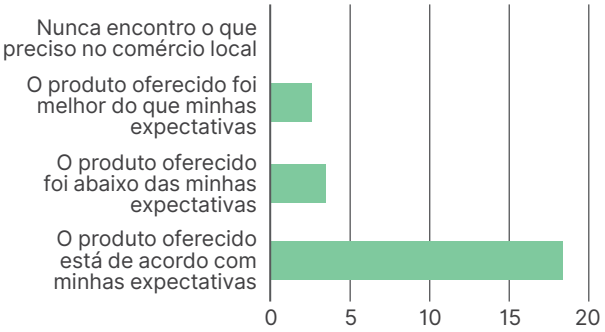
Em relação aos Serviços de Gastronomia oferecidos no município nos finais de semana, como você percebe?



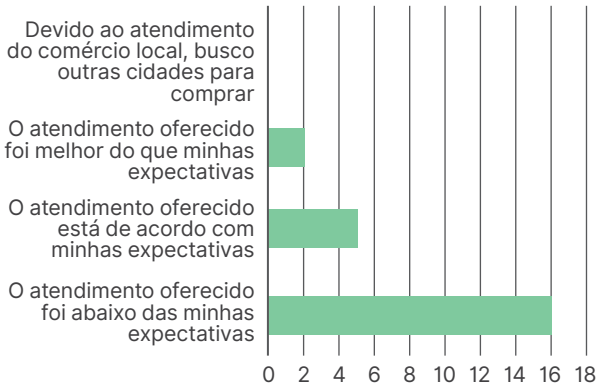
Você está satisfeito com o horário de atendimento do comércio?



Em relação aos Produtos oferecidos pelo Comércio no município, como você percebe?



Em relação ao Atendimento do Comércio no município, como você percebe?



Visão de futuro

TECNOLOGIA ALIADA ÀS NOVAS FORMAS DE FAZER OS COMÉRCIOS E SERVIÇOS

Queremos uma Farroupilha que, embasada no contexto e nas forças já consolidadas do município, consiga aproveitar oportunidades trazidas com o avanço tecnológico existente e crescente no Brasil. Enxergamos um município que conseguirá driblar as ameaças identificadas na economia e na infraestrutura, desenvolvendo novas formas de fazer os comércios e serviços evoluírem e abrangendo cada vez mais parcelas da população.

Objetivos

OBJETIVO GERAL

Analisar o posicionamento do comércio e serviços de Farroupilha visando identificar suas especificidades e potenciais, com vistas à criação de diferenciais através de ações proativas e inovadoras voltadas ao futuro destes segmentos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pensar o comércio e os serviços a partir da escala de percepções e experiências humanas e pela ótica do conceito da Economia da Experiência;
- Instrumentalizar os empreendedores para que saibam proporcionar uma boa experiência ao usuário quando este entra em contato com algum canal ou material relacionado à marca, produto ou serviço;
- Compreender o comércio e os serviços como suporte de: consumo, permanência e experiência;
- Garantir que ações e atividades sociais que gerem atrativos para criação de uma cultura em uso de espaços públi-

cos, gerando, dessa forma, o fomento ao comércio e aos serviços locais;

- Garantia de inclusão e acessibilidade para que qualquer pessoa, independente de condições sociais, físicas ou culturais, tenha acesso;
- Concepção de espaços públicos plurais que suportem diferentes usos e atividades. Exemplo: rua coberta;
- Criação de ecossistemas de comércio e serviços. Rua comercial / Rua compartilhada.

Observar as tendências no comércio e serviços, como:

- Extinção de lojas físicas;
- Rompimento do tradicional comportamento de compra;
- Compartilhamentos: alugar ou emprestar, em vez de comprar;
- Experiência de compra: melhorar o ponto de venda de acordo com o perfil de cada cliente; personalizar os produtos; promover bons momentos qualificando suas lembrança;
- Advogados da marca: Foco em manter os clientes, em vez de apenas aumentar a base. Clientes fiéis são os melhores propagandistas das marcas em todos os canais de relacionamento. Valorização da opinião dos consumidores da marca. Exemplo: depoimentos sobre o anfitrião Airbnb, sobre o local, limpeza, localização, Uber – nota para o motorista;
- Integração de soluções digitais nas lojas físicas. Exemplo: consulta de estoque pelo próprio usuário quando está provando uma roupa de um tamanho e cor, mas quer saber se há outro no estoque;
- Personalização: o gosto e estilo de vida individuais pedem peças e serviços personalizados;
- Inovação constante em atendimento, produtos, serviços e nas experiências entregues;
- Gestão de Equipes *home office*: liberdade com responsabilidade ao empregado e melhoria nos custos do empregador, corte de gastos e o aumento da produtividade. Nos dias de hoje, com a tecnologia já disponível, esse tipo de trabalho é altamente viável. Uma pesquisa realizada por uma série de corporações, como Trello, Opinion Box e Rock Content, mostra que mais de 34% das empresas pretendem investir no sistema remoto.

Esse mesmo estudo ainda revela que o *home office* melhora a produtividade, a qualidade de vida e diminui os custos do profissional.

Diante de cenários de constante inovação e desafios e analisando o que a cidade de Farroupilha oferece na área de comércio e serviços, podemos perceber que há muito campo para melhorar e muitas oportunidades a serem absorvidas por novos negócios.

Sobre alguns gargalos e oportunidades para o desenvolvimento de alternativas para o comércio e os serviços, estão:

- A falta de lazer e gastronomia noturna na cidade em maior escala de oferta, tanto em dias de semana como em finais de semana;
- Os horários do comércio são muito criticados, pois fecham ao meio dia e encerram as atividades muito cedo, trabalhando praticamente no mesmo horário que as indústrias e empresas da cidade, não oportunizando que as pessoas possam consumir em horários diferentes dos de seus trabalhos e fazendo com que o consumidor em potencial procure outros meios de compra como a internet e até outras cidades;
- Atendimento no comércio em geral: percebido como muito ruim de uma forma geral. Entre as manifestações, são sugeridos treinamento para quem trabalha com o público;
- Potencial turístico: pode ser explorado mais amplamente, com um local específico de informações turísticas e mais opções de divulgação e exploração dentro do turismo religioso. 48,5% dos respondentes disseram que não fazem passeios turísticos locais ou fazem passeios em outros lugares. Manifestam-se também quanto à infraestrutura e vias de acesso, que devem ser melhoradas;
- Em relação aos serviços oferecidos, a percepção é boa, estando dentro das expectativas para o serviço prestado;
- Nas respostas em aberto, foram citados os eventos promovidos pela Prefeitura Municipal como Noite Branca e Vívere – ambos acontecem nas ruas de Farroupilha –, como boas opções para participar na cidade, envolvendo gastronomia diferenciada, onde famílias podem se reunir e aproveitar uma noite diferente, com o comércio local aberto;
- Iniciativas que devem ser repetidas para que se crie uma cultura de parti-

cipação; Segundo artigo publicado no site *administradores.com* do palestrante Carlos Hilsdorf, a Economia da Experiência, aborda aspectos focados na percepção do produto ou serviços ao invés do lucro obtido a partir destes, pois a margem de lucro cresce à medida que agregamos valor. Tudo depende do posicionamento e, diante desta percepção de valor, o consumidor pode optar em comprar o ambiente, em vez do produto ou serviço, por isso a importância de se desenvolver ações no comércio e serviços com o objetivo de entregar experiências e não apenas produtos ou serviços. Diante desse cenário, cruzando com a análise SWOT da primeira fase, entendemos que as ações abaixo podem ser executadas.

Planos de ação

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

Treinamento intensivo para que o comércio e os serviços na cidade possam ser de excelência para a transformação de comportamento enquanto compra. Entende-se que todo comércio também é um gerador e prestador de serviço, por isso a importância da sinergia desses dois segmentos estão diretamente relacionadas.

Criação de espaços ambientados e com disponibilidade de eventos e interação com a população da cidade e consequente atração de visitantes de outras regiões.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

Construção de parcerias público/privadas para que projetos de necessidade financeira possam ser implementados, gerando emprego e renda.

Fortalecer os roteiros turísticos e religiosos através de intenso trabalho de relacionamento com agentes turísticos de outros estados.

Desenvolvimento de uma rua coberta, unificando comércio, serviços, lazer e experiência, tornando-se um centro de convivência cultural e familiar onde as pessoas se sintam bem, com segurança e compartilhando momentos de lazer.

Rua compartilhada: espaço onde se pode criar uma estrutura multiuso. Exemplo: 2ª-feira: Espaço destinado aos artesãos; 3ª-feira: feira de hortifruti, orgânicos e derivados dessa natureza; e, assim, sucessivamente de acordo com as demandas e necessidades percebidas. Os interessados em utilizar o espaço podem se inscrever para ocupar os espaços de acordo com os dias disponíveis.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

Aplicar o PDCA (Plan, Do, Check, Act - em português, planejar, fazer, checar e agir, um método de gestão amplamente difundido) das ações previstas em curto e médio prazo.

Manutenção das boas práticas incorporadas nas etapas de curto e longo prazo, com adaptação ou melhorias.

As principais dificuldades em se implementar as ações de curto e médio prazo estão na adesão por parte dos comerciantes envolvidos. Para isso, é necessária uma força-tarefa de conscientização, a partir das seguintes atividades:

- Sensibilização da população através de campanhas institucionais da prefeitura com o foco em planejamento e qualidade de vida dos munícipes;
- Sensibilização dos comerciantes para que se adaptem à nova realidade e à demanda, que já é latente, de novos horários de atendimento.

Além disso, é importante que haja programas de treinamento voltados ao atendimento proativo, cordial e voltado à fidelização de clientes. As entidades ligadas a esse setor necessitam comprar a ideia para que isso possa permear através de um planejamento contínuo de melhoria.

Um ponto positivo para melhorias de ações é representado por um grupo de empresários do comércio local, mais especificamente localizados na região central da cidade, que se mobilizam para tomarem a frente de eventos que não estão relacionados nem com o poder público e nem com entidades do próprio segmento, mostrando que é possível fazer movimentos em prol de um resultado positivo. Esse movimento é percebido pela comunidade como a Noite Branca.

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Apresentação

Comunicação é um processo que envolve a transmissão e a recepção de mensagens, ou seja, para haver a comunicabilidade, é necessária a participação de duas ou mais pessoas. Um público pode ser definido por diversos segmentos: faixa etária, classe social, gênero, nível de escolaridade, ambientes sociais, e geográficos. Sua definição classifica o público alvo da mensagem a ser emitida, e essa definição é peça primordial para traçar a estratégia comunicacional a ser empregada pelo emissor.

Ao segmentarmos o público farroupilhense, com base nos dados do IBGE/2015, percebemos que Farroupilha possui aproximadamente 34 mil mulheres e 33 mil homens, sendo 87% habitantes da área urbana da cidade. O índice de alfabetização supera 90% da população, sendo 80% exercendo alguma atividade profissional.

Ao longo de sua história, o município foi conquistando diferentes meios de comunicação. Para a realização desse trabalho dividimos a comunicação em três categorias: Comunicação Visual, Imprensa e Mídias Sociais.

Como é hoje?

A seguir, apresentaremos as categorias que compõem as formas de veicular informações no Município de Farroupilha.

COMUNICAÇÃO VISUAL

A comunicação permite que os seres humanos troquem informações entre si, por meio de signos verbais e não verbais (signos visuais). Pode-se entender como signos verbais as palavras faladas, bem como as escritas; já os signos não verbais são aqueles que possuem outro código para transmitir a mensagem, como a fotografia, as cores, os sons, os vídeos, os desenhos, as expressões faciais e tantos outros modos de expressão existentes.

Farroupilha, assim como outras cidades, está rodeada de informações visuais que buscam, de diferentes modos, informar, organizar e comunicar. No trânsito, exemplifica-se com as luzes coloridas dos semáforos para organizar o trânsito; ou com as placas capazes de informar quando parar e por onde seguir. Nas estradas é comum encontrar outdoors que almejam a vender e/ou informar. Ao adentrar em repartições públicas ou estabelecimentos privados, o impacto se dá por cores características da marca, geralmente previstas em suas identidades visuais, além de placas indicativas de setores, banheiros,

monitores, totens e senhas, informando e direcionando o usuário.

No cotidiano também estamos cercados por informações visuais. Ao assistir à televisão, por exemplo, é possível se deparar com imagens em movimento que instantaneamente promovem ideias, produtos, serviços, notícias e informações. Nas redes sociais, encontram-se, em sua maioria, conteúdos com imagens, *cards* e vídeos informativos ou publicitários.

A principal característica da comunicação visual é a compreensão universal por pessoas de diferentes culturas e compartilhada de forma muito mais dinâmica. Porém, a sua compreensão pode se igualar, em complexidade, à comunicação verbal, pois, para entendê-la, é preciso compreender a sua gramática e os seus elementos.

Os componentes visuais e técnicas de manipulação na comunicação visual têm a intenção de fornecer a rápida interpretação da mensagem, bem como facilitar a expressão contida nas ideias.

IMPRENSA

Atualmente, possuímos onze veículos de imprensa livre e dois sites oficiais com as notícias públicas da cidade. Entre os veículos de comunicação mais relevantes para a cidade temos: dois jornais semanais (O Farroupilha e Informante), um jornal diário (Pioneiro), cinco rádios (Spaço FM, Viva FM e Miriam Caravaggio AM, Gaúcha Serra e Sonora), além dos canais de televisão: TV Cidade, TV Serra e RBS TV Caxias. Conforme mapeamento dos veículos supracitados, verificamos que os mesmos possuem distintas linhas editoriais:

Jornal O Farroupilha: o impresso mais tradicional da cidade, com mais de 30 anos de história, tem circulação semanal e aborda o cotidiano da cidade através da história do farroupilhense.

Jornal Informante: também com circulação semanal, há sete anos a publicação visa a anunciar eventos e ações que irão acontecer na semana de circulação do impresso.

Jornal Pioneiro: periódico diário, com circulação regional, o jornal pertencente ao Grupo RBS busca referência com demais municípios da Serra, tendo como base os acontecimentos caxienses.

Rádio Spaço Fm: seus horários nobres são o Panorama (7h às 9h) e o Fim do Expediente (18h), que apresentam temas diversificados com a característica de priorizar assuntos com possibilidade de debate. A emissora alcança grande parte do Estado, chegando a mais de cem municípios da Serra Gaúcha, da Região Metropolitana de Porto Alegre, do Litoral Norte e da região central.

Rádio Miriam Caravaggio: emissora AM, localizada junto ao santuário de Caravaggio, exerce grande influência na comunidade do interior, tendo sua maior audiência em Maio, junto com a Romaria de Caravaggio. É a emissora mais antiga da cidade, fundada há 62 anos.

Radio Viva: rádio com relevância estadual, pertence ao grupo RSCom. Com sede em Farroupilha, a rádio explora assuntos regionais e estaduais. Sua programação possui um formato popular. A emissora abrange mais de 250 municípios do RS e também SC, contemplando principalmente a região nordeste do RS e a região sul de SC.

Rádio Sonora: Rádio comunitária com abrangência municipal, possui uma programação voltada para a música, ao mesmo tempo em que aprimora projetos de entrevista voltados para política e economia.

Gaúcha Serra: estação de rádio FM pertencente ao Grupo RBS. A emissora possui apresentadores e repórteres próprios. No entanto, na maior parte do dia, retransmite a programação da Rádio Gaúcha de Porto Alegre.

TV Cidade: TV Comunitária com programas voltados ao *talk show*. Sua exibição ocorre através do canal da Net com possibilidade de assistir reprises no YouTube.

TV Serra: Criada em Junho de 2019, o canal tem caráter comercial e sua programação é voltada para a divulgação dos eventos que ocorrem no Município de Farroupilha.

RBS TV Caxias: é a mais antiga emissora de televisão do interior do estado e responsável pela cobertura de 47 municípios da Serra Gaúcha que, juntos, somam mais de um milhão de telespectadores. Retransmite a programação da Rede Globo e gera programas locais como o Jornal do Almoço.

Todos os veículos citados, além de sua relevância no formato tradicional, possuem ainda forte abrangência digital, com sites e páginas das redes sociais Facebook, Instagram, Twitter ou YouTube.

MÍDIAS SOCIAIS

O administrador e escritor Walter Longo, mentor de estratégia e inovação do Grupo Newcomm, afirma que atualmente o mundo passa por uma fusão do offline e do online, o qual Longo denomina de *Onoff*. "O digital está em tudo, apesar de tudo não estar no digital" (p. 29, 2014).

Este pensamento caracteriza a permanência das funções digitais no cotidiano da sociedade. Em seu livro (2014), Longo exemplifica a utilização dos meios digitais para compras em *deliveries*, transportes, *e-commerces*, transações bancárias ou na busca por informações.

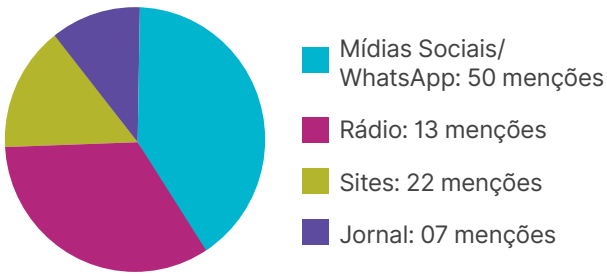
O segmento com maior ascensão na internet é a rede social. Conforme pesquisa da CNT-MDA, publicada na obra *eugov.com.br* (p.15, 2014), 85% das pessoas que utilizam a internet possuem vínculo com alguma Rede Social.

Segundo matéria da Revista Exame (2018), entre as redes sociais mais acessadas no Brasil estão o Youtube (60%), o Facebook (59%), o Whatsapp (56%) e o Instagram (40%).

Em Farroupilha, com base em uma pesquisa quantitativa realizada pelo Subeixo Comunicação e Divulgação do Projeto Farroupilha 2040, entendemos que a população farroupilhense segue o fluxo de tendências, tendo as mídias sociais como principal meio para obter informações, seguidas pelas rádios e pelos portais.

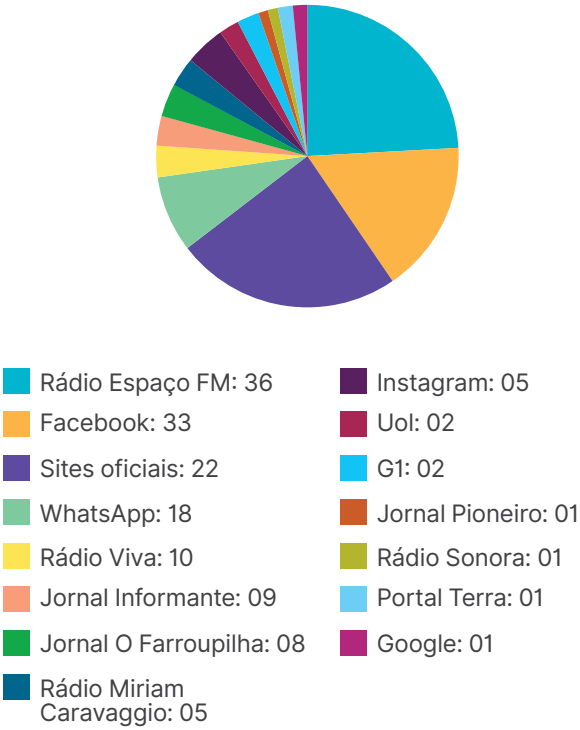
A pesquisa foi respondida por 92 pessoas, englobando imprensa, órgãos da Administração Pública, entidades representativas como sindicatos e associações, além do público em geral. É importante salientar que a pesquisa quantitativa não segmentou o público, podendo haver a possibilidade de outros resultados se o mesmo fosse aplicado por divisão de faixa etária ou classe social.

PRINCIPAL MEIO DE RECEBER INFORMAÇÃO:



Com o intuito de entendermos melhor o cotidiano da população farroupilhense quanto à absorção das notícias, na mesma pesquisa aplicada solicitamos a indicação das empresas mais acessadas por eles. Reiteramos que nesta etapa da pesquisa os participantes tiveram a opção de indicar mais de uma empresa.

PRINCIPAIS VEÍCULOS:



Conforme podemos perceber, ao dissipar as formas que os farroupilhenses costumam receber notícias, a estatística inverte as opções: rádios e mídias sociais. A Rádio Spaço FM é atualmente a empresa mais citada para obter informações. Já o Facebook é a principal rede social utilizada pelos participantes no que tange à busca por notícias.

Segundo Ferraretto, a rádio, entre tantas tecnologias e, por vezes, de poucas humanidades, constitui-se, por natureza, um instrumento de diálogo, atento às demandas do público e ciosa por dizer o que as pessoas necessitam e desejam ouvir em seu dia a dia (2014, p.12).

Quanto à terceira opção de empresas citadas, encontramos os sites oficiais do município. Por não ser um portal comercial e sua premissa não discorrer da concorrência por espaço, seu foco deve, segundo o Relatório Integrado de Gestão (2018), fornecer informações transparentes e objetivas, com linguagem acessível e visual atrativo, para que o cidadão possa acompanhar as ações e o desempenho das instituições públicas.

Cabe aqui reiterar o contexto de notícia:

> De maneira geral, uma notícia é definida por seu grau de relevância, utilidade e interesse. Isso não quer dizer que esses três critérios básicos sejam os mesmos para todos os veículos de comunicação. O grau de relevância, interesse e utilidade de uma notícia é medido pelo contexto de sua audiência (p. 401, 2013).

Porém, atualmente, visando à audiência sem ética, dissemina-se na internet a produção de notícias falsas, popularmente chamadas de *Fake News*. As publicações falsas poderão ser produzidas de algumas formas: por falta de informações dos autores; de forma intencional buscando prejudicar ou beneficiar o personagem noticioso ou deturpando um fato comum para obter um grau maior de relevância.

Para combater as *fake news*, o grupo RBS, por exemplo, lançou um guia de orientação quanto a procedimentos adotados em suas linhas editoriais para evitar as divulgações de notícias falsas: "A RBS defende a livre iniciativa e o direito de empreender, e apoia sua linha de opinião em uma postura íntegra dos cidadãos. Nesse sentido, condena o desrespeito às leis e promove as regras de convívio social" (p. 12, 2011).

Ao encontro dessa missão, os poderes públicos buscam investir na transparência de seus atos, divulgando suas ações e buscando acompanhar as manifestações públicas emitidas por meio das redes sociais.

Coleta de dados

Diante dos resultados obtidos na pesquisa quantitativa, destacam-se os seguintes apontamentos:

Pontos fortes – Farroupilha tem diversificação das ferramentas de notícias, abrangência de sinal das rádios na região e a expansão das manifestações públicas nas redes sociais.

Pontos fracos – os veículos de comunicação com abrangência regional possuem menor interesse público quando comparados às mídias locais;

Ameaças – *Fake news* e a perda de relevância dos jornais impressos no formato atual com a expansão digital.

Oportunidades – migração para o setor digital.

O subeixo Comunicação e Divulgação de Farroupilha aponta para o crescimento do mercado digital e consequentemente, o aumento de *fake news*. A expansão da manifestação pública nos meios digitais é um fato que precisa ser correspondido. E, havendo uma maior abrangência de sinal das rádios, é possível observar uma migração na relevância das notícias locais para as regionais ou estaduais.

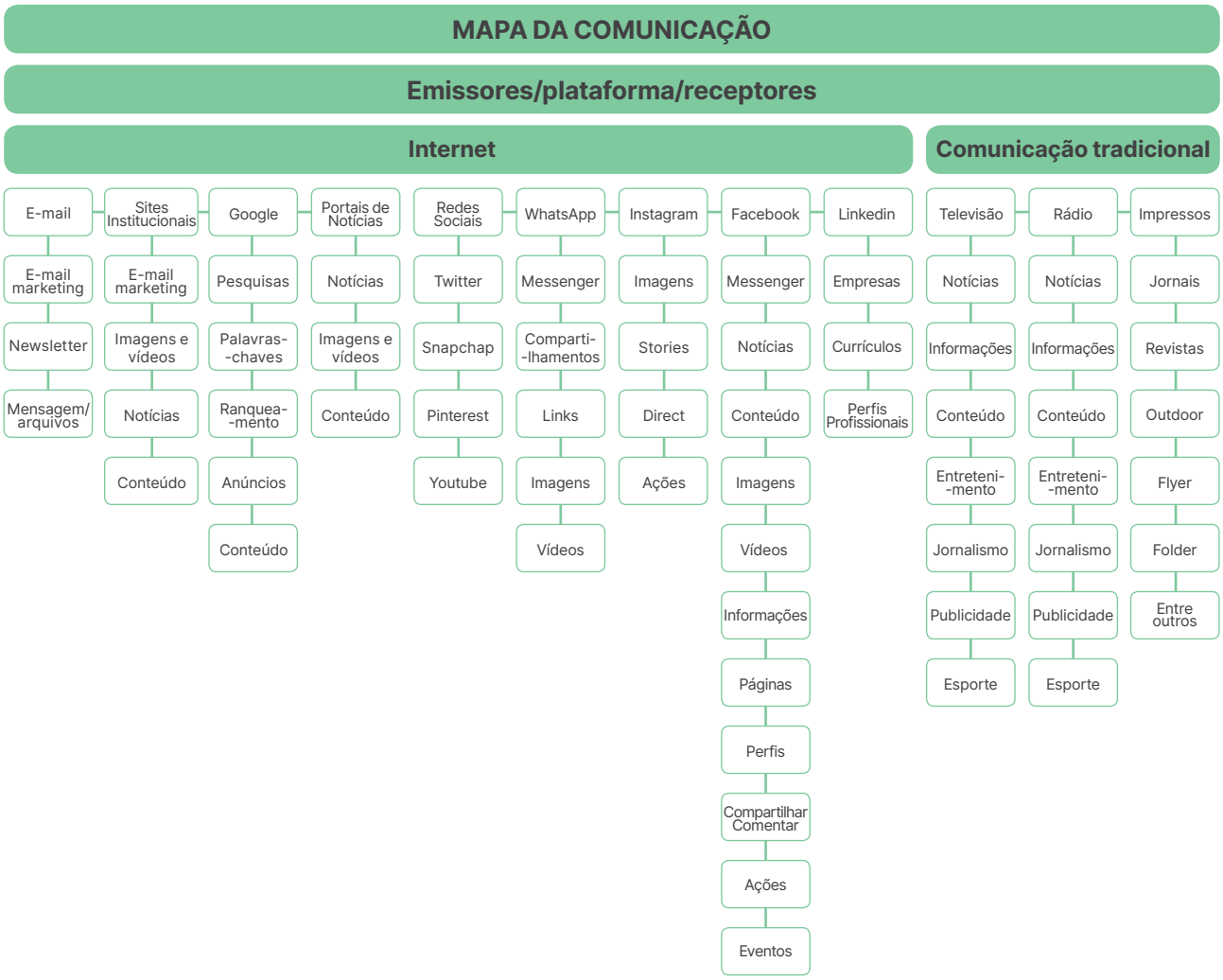
Diante do diagnóstico exposto, entendemos que Farroupilha segue as tendências aplicadas no mercado global, que se mostra um cenário dinâmico e volátil.

O SÉCULO XXI É MARCADO PELA MUDANÇA COMPORTAMENTAL DAS PESSOAS, PRINCIPALMENTE QUANDO NOS COMUNICAMOS. SEGUIREMOS NOS PRÓXIMOS ANOS SERVINDO CADA VEZ MAIS COMO PROTAGONISTAS DE NOSSAS PRÓPRIAS PALAVRAS

Visão de futuro

Como dito anteriormente, o meio da comunicação possui características que fomentam a rápida mudança comportamental por parte da população para absorção de notícias. Isso ocorre pela livre concorrência de aplicativos sociais, pelo comportamento da população em seu cotidiano e pelos avanços tecnológicos produzidos.

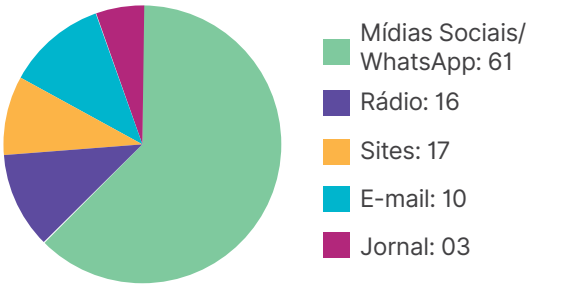
Para isso, apresentamos o Mapa da Comunicação, que organiza os elementos em pilares onlines e offlines e a vocação de cada um deles para atingir o público estimado.



No Mapa, apresentam-se elementos que não foram citados pelos participantes, como: e-mail, TV, redes sociais como Twitter, Linkedin ou Youtube. Entendemos que tais meios possuem determinadas restrições em seus serviços que não os tornam ferramentas igualmente competitivas no Município de Farroupilha.

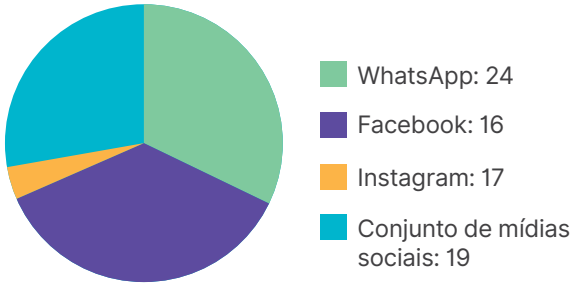
Enquanto o e-mail e a rede Linkedin possuem características corporativas, o Twitter e o Youtube se limitam à escrita e ao vídeo, respectivamente. Já a TV possui as mesmas características do rádio, porém perde no caráter imediatista.

Para possibilitar o prognóstico da comunicação na cidade de Farroupilha para os próximos anos, partimos, como base, do interesse da população em receber informações e notícias no seu dia a dia. Na pesquisa realizada por este subeixo, perguntamos qual a ferramenta considerada mais eficiente para a obtenção de notícias:



Como constatado, o número de menções que as mídias sociais receberam equivale a 61% do interesse dos participantes. Com base nisso, ratificamos a necessidade já trabalhada pelos veículos de comunicação tradicional de englobar seu serviço principal com recursos disponíveis via mídias digitais.

Seguindo este processo, separamos as empresas mencionadas pelos participantes que optaram por receber notícias via mídias sociais:



Assim, constatou-se que a mídia Whatsapp é informalmente a mais utilizada para a promoção de notícias e também a que tem potencial de tornar-se uma ferramenta corporativa. O Facebook, rede social com mais tempo de mercado, segue sendo a principal plataforma do farroupilhense quando o objetivo é informação.

Com base no resultado obtido pela pesquisa quantitativa, juntamente com o Mapa Global da Comunicação, apresenta-se o organograma explorado em Farroupilha, no qual delineamos os seguintes apontamentos:

a) Além do uso corporativo, o e-mail deve ser uma ferramenta utilizada para receber notícias;

b) Instagram e YouTube são plataformas utilizadas de forma secundária na obtenção da informação;

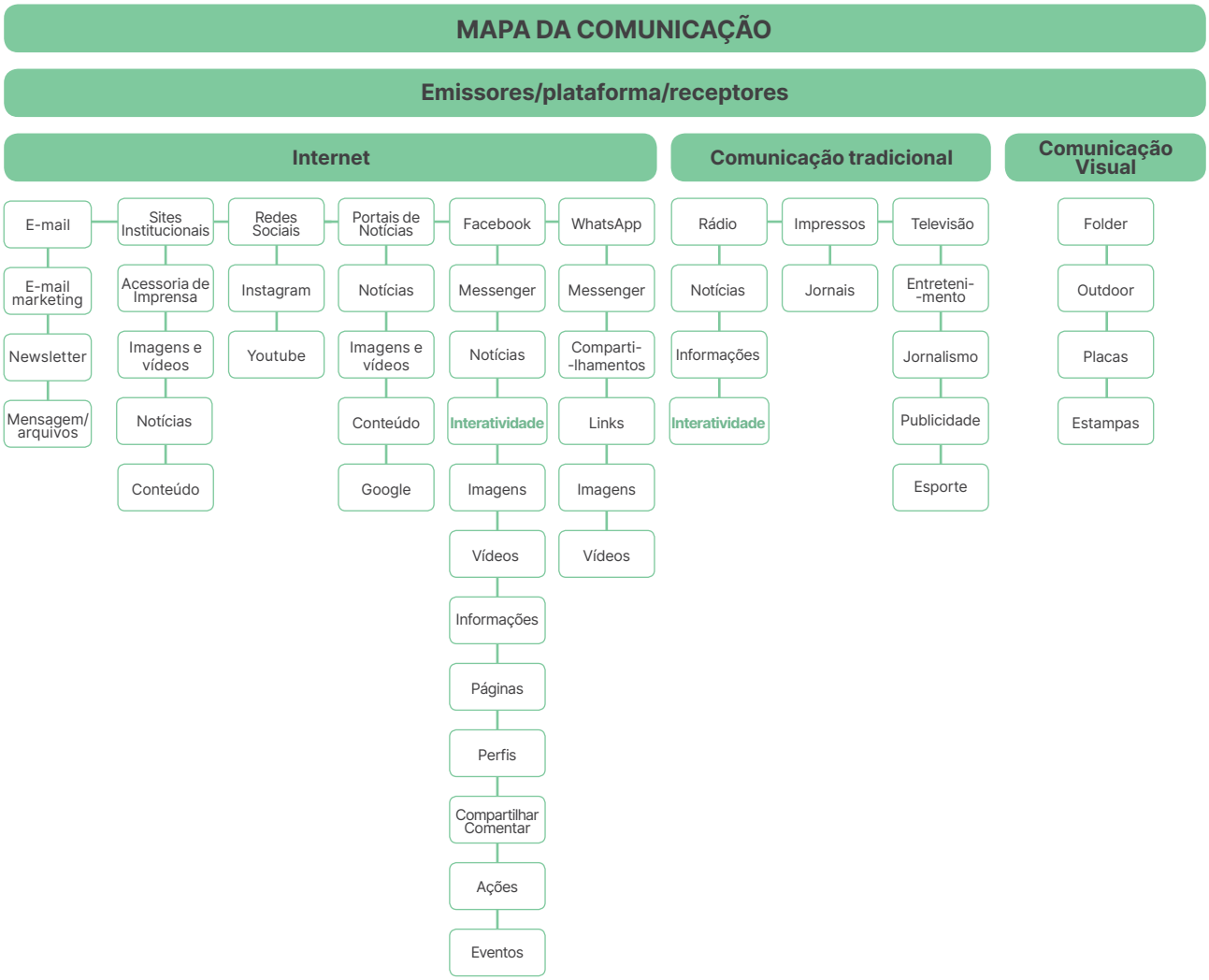
c) O Google tem a função de direcionar o usuário aos inúmeros portais de notícias;

d) O Facebook e a rádio, conforme aponta a pesquisa, são as principais formas que os farroupilhenses usam para obter informações. Entendemos que essas empresas possuem um nível de **interatividade** do público com a notícia que agrada os usuários;

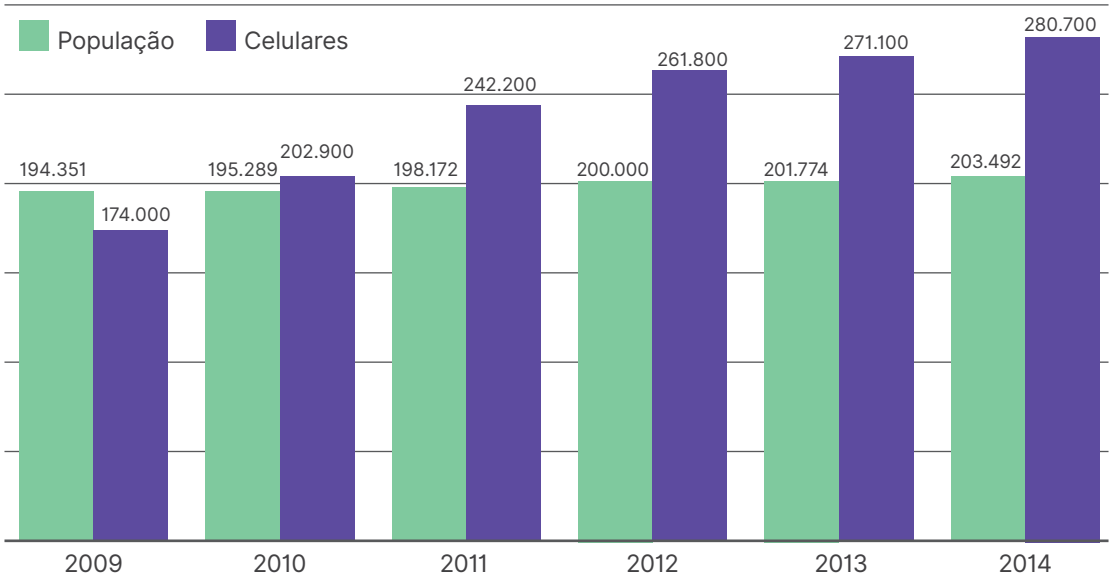
e) A Comunicação Visual é inserida como um terceiro norteador da comunicação;

f) Para os farroupilhenses, a televisão não é considerada um veículo de relevância para notícias;

g) A expansão das mídias sociais está diretamente associada ao crescimento do mercado de smartphones.



A Teleco, empresa de pesquisa da telecomunicação brasileira, apresentou, em 2014, o número de celulares em uso no país: 280 milhões de aparelhos. A quantidade supera o número populacional da época de 204 milhões de brasileiros. A quantidade de celulares vem superando o número de habitantes desde 2010. Atualmente a população brasileira está estimada em 209 milhões.



Outro dado interessante é o percentual de aparelhos com conexão em *broadband* (3G/4G) em 2015: 56% dos celulares possuem o sistema para conexão com a internet. Esta evolução ocorre pela necessidade do cidadão de estar conectado com suas redes de contato a qualquer momento, juntamente com a ascensão de aplicativos utilizados para serviços como: *deliveries*, GPS ou transações bancárias.

Esse fenômeno é chamado de Comportamento *Multiscreen*: a aplicação de aparelhos como *smartphones* ou *tablets* na rotina do usuário na busca de absorver notícias, interações sociais e entretenimento.

Diante disso, entendemos que a migração da população para o uso de aparelhos mais portáteis ocorre de forma latente e, para isso, necessita-se da aplicação prioritária de recursos adaptados para o uso de *mobiles*.

Mobile VS. Desktop

Portais de notícias ou mídias sociais adaptam seus conteúdos para os formatos de aparelhos permitindo uma melhor compreensão da mensagem por parte do usuário. Cada plataforma adota um padrão de formato de imagem, tamanho de texto, fonte de letra ou acessos a *hiperlinks*.

Com base em todas as informações obtidas neste trabalho, pode-se concluir que:

1. A necessidade de interação entre emissor e receptor da notícia é cada vez mais importante;

2. A exemplo da internet, que participa de constantes ligações através de *hiperlinks*, órgãos públicos e privados devem trabalhar em conjunto para prosperar resultados de excelência;

3. A forma como nos comunicamos deve ser embasada pelo formato utilizado (rádio, pessoalmente, mobiles, escrita formal ou informal) levando em consideração, sempre, o público receptor;

4. Deturpações de mensagem, caracterizados como *Fake News* estão sendo identificados pela população;

5. Apesar de nenhuma forma de comunicação tornar-se obsoleta, há a necessidade de expansão do negócio para o meio online, por parte das mídias tradicionais.

Diante do exposto, o sub eixo Comunicação e Divulgação propôs quatro ações com suas respectivas justificativas para aplicação no Município de Farroupilha nos próximos 20 anos.

OUTDOOR

Outdoor é um anúncio em forma de cartaz ou painel de grande proporção exposto nas margens das vias urbanas ou em pontos ao ar livre. No Brasil, é um tipo específico de texto publicitário, trocados a cada grande período de tempo. Segundo Lucilene Gonzáles (2003) o outdoor, depois da televisão, é o veículo de comunicação que mais rapidamente atinge a massa da população.

Farroupilha possui 340 km² de área, e seu centro está cercado por três importantes rodovias estaduais: RS-122, RSC-453 e VRS-813. Conforme dados de 2017 da Superintendência de Pesquisas Rodoviárias do DAER, circulam cerca de 90 mil veículos/dia no entorno de Farroupilha: 68 mil na RS-122, 20 mil na RSC-453 e dois mil na VRS-813.

Porém este fluxo tende a aumentar. Uma pesquisa divulgada pelo Corede Serra em novembro de 2017 apresentou as prioridades de investimento no âmbito da infraestrutura regional das rodovias, de onde elencamos as que impactam diretamente o Município de Farroupilha:

a) Duplicação de 18,6 quilômetros da RS-122 entre Farroupilha e São Vendelino. Principal via que liga a Serra à Região Metropolitana de Porto Alegre. O trecho é utilizado por caminhões, ônibus e carros. Sua pista é simples, sendo um trecho com poucas retas, tornando a via insegura aos motoristas;

b) Duplicação do trecho de 19 quilômetros da RSC-453 entre Farroupilha e Bento Gonçalves. Com base no fluxo de veículos que por ela trafegam, já há a possibilidade de sua duplicação, evitando o trânsito que diariamente ocorre;

c) Triplicação do trecho de 13 quilômetros da rodovia entre Farroupilha e Caxias do Sul. Segundo o trabalho apresentado pelo Corede Serra, as pistas duplas deste trecho não asseguram mais um fluxo constante e a geografia do local possibilitaria a abertura de uma terceira pista.

Para isso, o Governo do Estado estuda Parcerias Público-Privadas (PPP) para realização das obras, cujo convênio teria o prazo de 30 anos.

Ao levarmos em conta o impacto imediato que um outdoor causa ao influenciar, num determinado sentido, as opiniões e as atitudes do público receptor, somado com o fluxo de veículos que transitam no entorno de Farroupilha, o outdoor tende a manter-se como principal forma de comunicação visual adotada pelas instituições que buscam a lembrança da marca bem como uma publicidade atemporal.

A propaganda ao ar livre tem diversas modalidades:

a) Painéis fixos, localizados em estradas e zonas urbanas, pintados em laterais de prédios e muros;

b) Luminosos, que são painéis e armações colocados no alto e nas laterais de prédios, estáticos e com movimento, que fazem bom uso da luz em chapas translúcidas ou néon;

c) Painéis eletrônicos, os grandes telões;

d) Painéis de gênero rainbow que fazem animações formam imagens e passam textos utilizando lâmpadas que acendem e apagam;

e) Painéis back-light, peça com luz interna e cobertura feita de filme fotográfico translúcido, como um slide, que deixa transparecer a luz e produz um efeito de grande impacto. Não precisa ter necessariamente forma de retângulo.

AÇÃO 1: INSTALAÇÃO DE OUTDOORS NA RS-122, RSC-453 E VRS-813.

OBJETIVO	Lembrança da marca
PÚBLICO	Turistas e farroupilhenses que retornam para a cidade
PLANO DE AÇÃO DE CURTO PRAZO	• Definir arte de impressão com título, imagem/texto, e logomarca; • Instalação de painéis fixos nas rodovias, próximos a postos de combustíveis, trevos, sinaleiras, praças de pedágio ou pontos turísticos; • Inserção da publicidade em aplicativos de GPS.
PLANO DE AÇÃO DE MÉDIO PRAZO	• Estudo semestral de impacto de público (mensuração) com pesquisa "in loco"; • Alterar a arte exposta anualmente.
PLANO DE AÇÃO DE LONGO PRAZO	• Diagnosticar o fluxo de veículos a cada três anos e reavaliar pontos estratégicos dos painéis

PUBLICIDADE IMPRESSA

Folders, cartilhas, house organs, adesivos, são alguns exemplos de materiais impressos utilizados pela publicidade para promoção de uma marca, campanha ou promoção de vendas. Associado a uma estratégia de logística de distribuição, o material pode alcançar resultados positivos diante do público alvo, caso contrário, acaba sendo descartada.

Farroupilha, por ser um polo de comércio atacadista, capital do moscatel e do turismo religioso na Serra Gaúcha, obtém um número considerado de consumidores externos. Os farroupilhenses, seja através de seu vínculo empregatício, ou no consumo do produto/serviço, também possuem ligação com os polos oferecidos na cidade.

Diante do exposto, o sub eixo Comunicação e Divulgação propõe uma parceria entre os Poderes Públicos, Privados e Terceiro Setor, tornando a marca "Farroupilha 2040" um produto de domínio público, a ser divulgada nos encartes e sacolas de malharias, caixas de vinícolas, cartilhas nos hotéis e pontos turísticos.

Associada ao "Farroupilha 2040", a criação de um aplicativo com a divulgação de hotéis, restaurantes, turismo, eventos e demais informações pertinentes sobre o município. O app apresentará um espaço reservado para a avaliação do serviço por parte do usuário.

AÇÃO 2: COMPARTILHAR A MARCA "FARROUPILHA 2040" COMO DOMÍNIO PÚBLICO

OBJETIVO	Indicadores de excelência
PÚBLICO	Consumidores de produtos e serviços farroupilhenses.
PLANO DE AÇÃO DE CURTO PRAZO	• Criação de aplicativo (disponível para IOS e Android) com informações da cidade (eventos, restaurantes, hotéis, mapa) e com espaço para avaliação de serviços pelo consumidor; • Compartilhamento do app em materiais impressos dos Poderes Públicos.
PLANO DE AÇÃO DE MÉDIO PRAZO	• Oferecer a marca "Farroupilha 2040" às empresas da cidade para que compartilhem a logo em seus materiais institucionais e publicitários.
PLANO DE AÇÃO DE LONGO PRAZO	• Mensurar o acesso ao aplicativo com foco na segmentação do público (faixa etária, região geográfica, principais acessos), bem como a avaliação registrada pelos consumidores.

EDUCAÇÃO DIGITAL

A expectativa de vida do brasileiro, segundo o IBGE, atinge hoje a média de 75 anos de idade. Com base nisso, somada a tendência de um cotidiano cada vez mais voltado aos serviços digitais, compreende-se a importância de capacitar a população no uso dessas tecnologias.

Junto ao crescimento de usuários por aplicativos de serviço, crescem também os crimes cibernéticos e a necessidade de compreensão da população sobre cibersegurança. Prevista para entrar em vigor em agosto de 2020, a Lei de Proteção de Dados, sancionada em 2018, visa a garantir a privacidade do usuário, a defesa do consumidor e a dignidade das pessoas, conforme aponta a Lei 13.709/18.

O mercado de trabalho também é afetado pela expectativa de vida apresentada pelo IBGE. A população de idosos vem crescendo substancialmente dentro das empresas, resultando em mudanças relevantes para o ambiente laboral.

Além do envelhecimento populacional, de 2010 a 2015, o UOL divulgou a queda no número de crianças e jovens. A população acima dos 50 anos está aumentando e a taxa de natalidade, diminuindo. Estima-se que, em 2040, aproximadamente 57% da população ativa, ou seja, com idade para trabalhar, será composta por pessoas com mais de 45 anos.

Contudo, o vigor laboral deve-se associar às tendências digitais do "mundo moderno", tornando o trabalhador eficiente e capacitado ao manuseio de novos equipamentos.

AÇÃO 3: CAPACITAÇÃO DIGITAL

OBJETIVO	Adaptar o farroupilhense ao mundo on/off
PÚBLICO	Jovens, adultos e idosos
PLANO DE AÇÃO DE CURTO PRAZO	• Instigar empresas e escolas a relacionarem o público que apresenta dificuldade em interagir com aparelhos digitais;
PLANO DE AÇÃO DE MÉDIO PRAZO	• Palestras de orientação introdutória à capacitação digital (novas tecnologias e cibersegurança) por parte da administração pública, ou equipes de TI das empresas privadas.

JORNALISMO MULTIMÍDIA

A primeira vista, os veículos de comunicação parecem ser todos iguais. Dadas suas peculiaridades, a semelhança é plausível de ser considerada pelo público externo.

Porém, através de uma visita guiada, os membros do sub eixo Comunicação e Divulgação encontraram grandes diferenças entre os cinco veículos visitados:

Rádio Miriam: A Rádio transmite no sinal AM 1.160 e compartilha seus serviços em um portal de notícias, e nas redes sociais: Facebook e Instagram. Nesta última, o conteúdo é voltado ao entretenimento e publica o backstage da rádio.

Com previsão de migração para a FM em torno de dois anos, a Miriam divide sua audiência entre as comunidades do interior, um público com 40 anos, via AM, ou por app para uma faixa etária mais novas.

A rádio possui um Conselho formado por membros do Santuário, Rádio e engenheiros técnicos que analisam o dilema: migrar para uma frequência de FM com-

preendida entre (87.5 e 107.9) obtendo uma abrangência menor de sua transmissão, ou nas novas frequências (700.0 - ...) anteriormente utilizadas pela tevê analógica, ganhando um maior alcance. Porém, grande parte da população não possui aparelhos que recebam o sinal.

Outro ponto ressaltado é a rádio digital, a qual já é realidade nos Estados Unidos.

Rádio Spaço FM: Recentemente adquiriu Classe Especial, o que ampliou sua abrangência de sinal para cerca de todo RS. Ainda estudam o raio oficial de abrangência de sinal. Apesar da abrangência, a estratégia da rádio é manter sua linha editorial no âmbito municipal, sendo que o investimento realizado na aquisição de Classe Especial teve como objetivo principal garantir o sinal sem interferências de outras rádios.

Quanto ao compartilhamento de informações entre a emissora e suas plataformas digitais, mensura-se que não houve divisão do público, mas possibilitou que o mesmo acompanhasse o conteúdo nos horários pertinentes para cada um.

Rádio Viva (Grupo RSCom): Sua abrangência é regional e diversifica seu conteúdo em rádios como Viva, Amizade, Jovem Pan. Sua premissa é o contato direto com a comunidade realizando projetos que leva locutores ao encontro de seu público.

Quanto a plataformas digitais, o Grupo RSCom já está em processo de construção um novo site voltado à maior interatividade do usuário, pois uma grande gama de seu público mora ou trabalha fora da abrangência da rádio, muitos em São Paulo.

Jornal Informante: Recentemente, entraram em contato com uma agência digital para fortalecer a imagem e conteúdo da marca nas redes sociais. O impresso entende ser ponto estratégico de negócios, ligando empresas aos seus consumidores. Quanto ao conteúdo jornalístico, o objetivo é anteceder os eventos para incentivar o leitor a participar. Todo conteúdo é compartilhado via redes sociais antes da divulgação do impresso para que o post instigue o leitor a ler a matéria completa no impresso.

Jornal O Farroupilha: A marca O Farroupilha é o fator em que a empresa entende que deve ser investido, dada sua tradição de mais de 30 anos de mercado. O Jornal entende que está ligado à comunidade de forma positiva, buscando apresentar as histórias dos farroupilhenses. Atualmente, o Jornal possui uma identidade digital nova em seu site e compartilha conteúdos via Facebook e Instagram.

Conforme podemos perceber, os objetivos e estratégias de cada veículo de comunicação são diferentes. Enquanto a Miriam busca manter seu público e ampliar o sinal através do FM, a Spaço aposta na possibilidade de acesso de sua informação a qualquer momento por seu público. Já o Grupo RSCom investe no aplicativo para suprir a ausência de sinal da rádio em outras áreas do Brasil.

Os jornais têm premissas diferentes. O Informante aposta na multimídia da informação, mas sem perder a essência do formato impresso, seja como jornal, revista ou guias. O jornal O Farroupilha adota a relação com a comunidade como elo de sua credibilidade e permanência no mercado.

Diante da análise, propomos a AÇÃO 4, de forma ampla, a ser empregada pelos veículos de comunicação, cujo objetivo é ampliar o canal de interatividade do público com a notícia.

AÇÃO 4: COMUNICAÇÃO MULTIDIRECIONAL

OBJETIVO	Adaptar a imprensa tradicional a fornecer conteúdo também em sites e redes sociais
PÚBLICO	Jornais, rádios e televisões
PLANO DE AÇÃO DE CURTO PRAZO	• Compartilhamento de notícias via redes sociais, inserções ao vivo quando possível e possibilitar a interação do público com a notícia; • Adaptação do site para o formato mobile.
PLANO DE AÇÃO DE MÉDIO PRAZO	• Fomentar a comercialização de espaços nos sites, cujo propósito é a fidelização de um público específico e não migratório.

Conclusão

Conforme percebemos neste capítulo, a comunicação é um fator, cuja importância deve ser prevista em todos os setores da atividade profissional ou social do farroupilhense. Ao pretendermos comunicar uma mensagem, devemos levar em conta três fatores: (1) o público que a absorverá, (2) o formato que usaremos para sua transmissão e (3) a interatividade do receptor com a mensagem.

A expansão dos negócios para a mídia digital não é uma tendência atual. Ao regredirmos 20 anos (2000), encontramos um mercado migratório para sites, blogs, além de serviços como o mp3 e o *bluetooth*. Essa mudança ocorreu principalmente com a vinda de internets mais velozes e acessíveis ao público.

No atual cenário, a mudança está ocorrendo em razão do uso corriqueiro de *smartphones*, e, no lugar dos sites, nascem os aplicativos; no lugar dos blogs, as redes sociais, e por fim, os aplicativos de mensagem estão gradativamente substituindo a plataforma de e-mails.

A exemplo das discussões realizadas nos anos 2000 a respeito do futuro na mídia tradicional (jornais, rádio e televisão), seguimos convictos que a era digital que se instala não tornará nenhuma forma de comunicação obsoleta. Porém, visando a saúde financeira dos veículos de comunicação, propomos o compartilhamento de seus produtos e serviços também nas plataformas sociais e portais na internet.

A expansão digital que constantemente é construída tornou o acesso à informação algo banal, além de facilitar a liberdade de expressão da população. Esse fenômeno alterou a forma como o cidadão absorve uma mensagem e abriu a possibilidade de descontextualizar a notícia lida, sendo um dos princípios das *Fakes News*. Para combater as notícias falsas, deve-se apenas ter certeza do que se leu e verificar a credibilidade da fonte.

Não podemos mais separar as ações realizadas no “mundo real” das do “mundo digital”. Atualmente não há mais essa segregação, pois, em sua maioria, utilizamos aplicativos para pagamentos de conta, contratação de serviços e entretenimento. Oferecemos nossos dados pessoais para empresas digitais, muitas vezes sem a compreensão necessária sobre o ato.

Nos próximos vinte anos, a roda não será novamente inventada, apenas aperfeiçoada ao nosso cotidiano. Em contrapartida, o cidadão deve estar atento às mudanças, compreendendo que o dina-

mismo da comunicação carece dos serviços digitais e que os mesmos vieram para aproximar as pessoas. As empresas devem transferir a essas plataformas a mesma credibilidade conquistada em seus veículos tradicionais, tornando Farroupilha uma cidade dinâmica, responsável e comunicativa.

INDÚSTRIA

A indústria de transformação é o tipo de indústria que transforma matéria-prima em um produto final ou intermediário para outra indústria de transformação. Abrange, por exemplo, as indústrias que transformam aço em máquinas e ferramentas, a produção agroindustrial que transforma cana em açúcar e a fabricação de bens de consumo como automóveis e roupas

Apresentação

No ano de 1875 os imigrantes italianos chegaram ao Brasil e fixaram-se na Serra Gaúcha. Antes de o governo determinar os limites da colônia Caxias e propor uma divisão de terras, as famílias se abrigaram em um barracão até tomarem seus espaços na recente divisão das terras.

O local de instalação do barracão recebeu, posteriormente, o nome de Nova Milano e tornou-se o berço da imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul.

Nem todos os imigrantes que chegaram à região eram agricultores. Cerca de 30% do total de imigrantes tinha outra profissão na Europa, alguns moravam em cidades dedicando-se a vários ofícios e a várias profissões. Entre eles havia funileiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, operários da indústria e pequenos comerciantes, entre outros. Algumas famílias trouxeram técnicas e artifícios para suas produções e, no início, não existia uma separação entre produção e comércio. Com o crescimento da população na região, várias profissões começaram a emergir para atender as necessidades locais.

Como é hoje?

Para explicar a situação da Indústria de Farroupilha, iremos antes situar a posição da indústria da região que está inserida a cidade. Dentre os setores expostos, a Indústria da Transformação alcança o segundo lugar entre o maior número de empresas do segmento:

SETOR	QTD. EMPRESAS	QTD. EMPRESAS %
Comércio e Manutenção	41.169	32,84%
Indústria de Transformação	20.360	16,24%
Construção	8.598	6,86%
Outras Atividades	8.417	6,71%
Transporte	8.361	6,67%
Administrativos e Serv. Comp.	8.208	6,55%
Alojamento	6.924	5,52%
Jurídico, Contabilidade e Audit.	4.825	3,85%
Saúde e Serviços Sociais	4.176	3,33%
Agropecuária	3.203	2,55%
Finanças	2.212	1,76%
Artes, Cultura e Esporte	2.184	1,74%
Educação	1.983	1,58%
Atividade Imobiliária	1.729	1,38%
Edição	1.724	1,38%
Extrativa	470	0,37%
Adm. Pública, Defesa e Seguridade	328	0,26%

SETOR	QTD. EMPRESAS	QTD. EMPRESAS %
Água e Esgoto	321	0,26%
Eletricidade e Gás	109	0,09%
Serviços Domésticos	65	0,05%
Órgão Internacionais	2	0,001%

Empresas por setor e por tamanho

Agregamos o número de empresas conforme o número de funcionários ativos, em dezembro de 2014. Isso torna um pouco mais claro como está estruturado cada um dos setores.

Como exemplo, apesar da predominância do setor de Comércio e Manutenção no número de empresas, ele é composto, basicamente, por empresas com até 50 funcionários.

A maior parte é de empresas com até quatro funcionários. Isso não é uma surpresa, um pouco pela diversidade de negócios possíveis, mas principalmente pela facilidade de entrada neste segmento. O que também dá uma ideia do grau de competição neste e nos demais.

Para caracterizar um pouco disto, na última coluna* inserimos uma proporção entre a quantidade de empresas com menos de 50 funcionários e a quantidade de empresas com mais de 50 funcionários. Assim, nesta proporção, quanto maior for o valor, maior é a presença de empresas pequenas no segmento. Ao mesmo tempo, quanto menor for o valor, maior é a presença de grandes empresas no setor.

SETOR	ATÉ 4 FUNC.	ENTRE 5 E 49	ENTRE 50 E 499	MAIS DE 500	PROPORÇÃO*
Comércio e Manutenção	24.442	16.066	653	8	61
Indústria de Transformação	9.738	8.823	1.670	129	10
Construção	4.822	3.529	241	6	33
Outras Atividades	6.863	1.487	65	2	124
Transporte	4.743	3.340	272	6	29
Administrativos e Serv. Comp.	5.574	2.492	136	6	56
Alojamento	4.020	2.731	171	2	39
Jurídico, Contabilidade e Audit.	3.221	1.533	71	0	66
Saúde e Serviços Sociais	1.876	2.198	93	9	39
Agropecuária	915	2.168	117	3	25
Finanças	1.429	689	92	2	22
Artes, Cultura e Esporte	1.777	387	20	0	108
Educação	1.203	644	133	3	13
Atividade Imobiliária	1.360	361	8	0	215

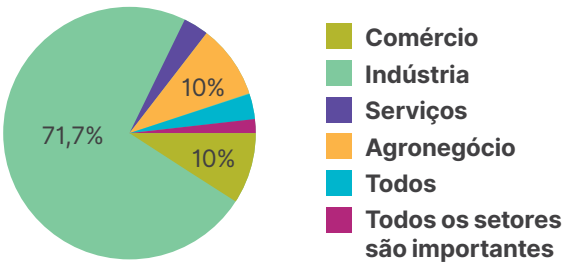
SETOR	ATÉ 4 FUNC.	ENTRE 5 E 49	ENTRE 50 E 499	MAIS DE 500	PROPORÇÃO*
Edição	1.115	535	74	0	22
Extrativa	235	225	9	1	46
Adm. Pública, Defesa e Seguridade	178	54	70	26	2
Água e Esgoto	151	146	23	1	12
Eletricidade e Gás	67	32	9	1	9
Serviços Domésticos	46	18	1	0	64
Órgão Internacionais	2	0	0	0	-

Coleta de Dados

Para diagnosticar corretamente sobre a situação atual do tema, buscamos amparo técnico, exemplos de planejamentos feitos em outras importantes cidades do país e a opinião da comunidade.

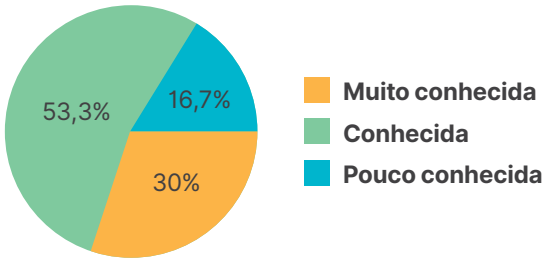
Realizamos uma pesquisa durante um evento ocorrido no dia 04 de julho de 2019, na qual a comunidade farroupilhense foi convidada a participar e 71,7% apontaram a indústria como o principal setor de atividade do município, seguido por agronegócio e comércio, com 10% cada. Diante desses dados percebemos a importância econômica que nossa população dá ao setor e como vê o impacto dele no município.

Na sua opinião, qual o setor de atividade é o mais importante para a cidade de Farroupilha?



Também foi questionado a respeito do reconhecimento nacional da indústria de nossa cidade. O resultado foi que 30% dos entrevistados consideram muito conhecida, 53,3% conhecida e 16,7% pouco conhecida.

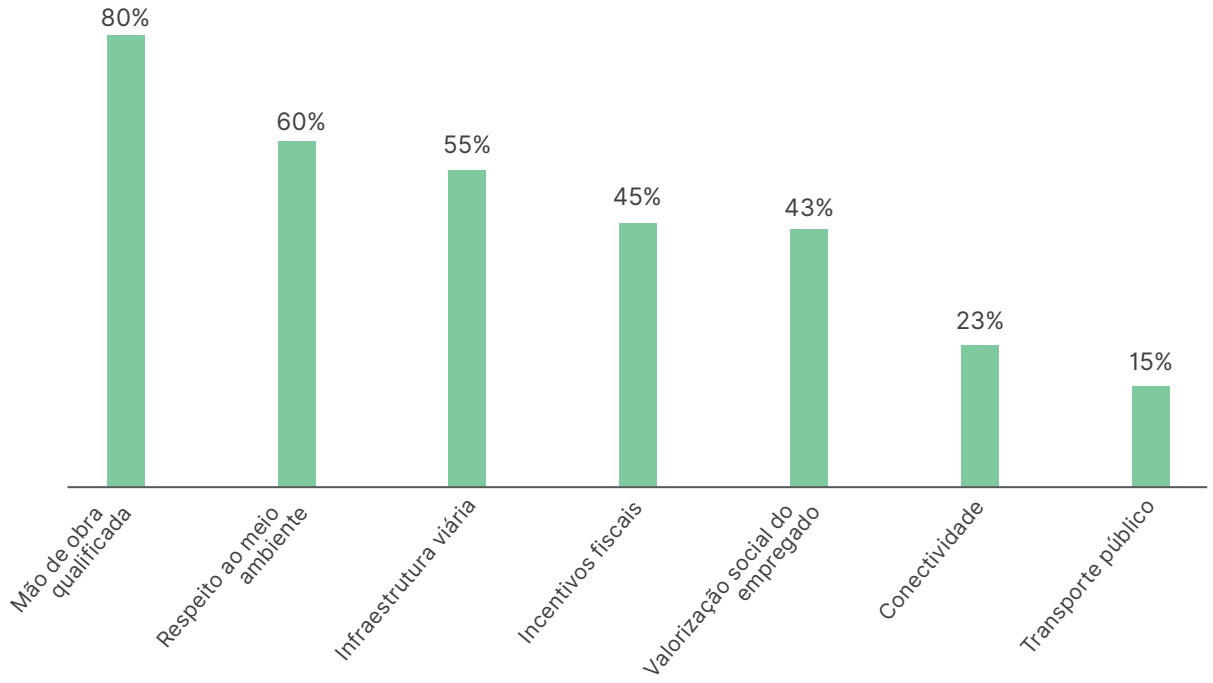
Na seu ponto de vista, a indústria farroupilhense é conhecida a nível nacional?



Entre os resultados de muito conhecida e conhecida, os entrevistados apontaram grandes empresas da cidade (Grendene, Tramontina, Bigfer, Soprano), já os que apontaram pouco conhecida apontaram que somente estas (as grandes) são conhecidas, não a indústria farroupilhense como um todo.

Diante desses dados, percebemos que as duas situações se complementam, pois se, de um lado, temos empreendimentos que são renomados nacionalmente, por outro, dependemos somente destes para que sejamos reconhecidos no restante do Brasil. Desta maneira, é necessário que se invista em formas de reconhecimento de nossa indústria, para além daquelas que já são renomadas.

Pensando já no futuro do tema, no questionário disponibilizado ao público, foram colocadas algumas opções de quais itens seriam fundamentais ao desenvolvimento da indústria. O entrevistado poderia escolher quantas opções achasse relevantes, escolhendo mais de uma opção e podendo sugerir outras. Dessa forma, os percentuais são mostrados a seguir:



Quanto à qualificação da mão de obra, percebemos que é necessário um esforço conjunto para que o município possa oferecer educação de qualidade, a fim de formar profissionais capacitados. Também é necessário que as próprias indústrias, com incentivo do poder público, ofereçam aos seus trabalhadores formação continuada, através de cursos, seminários e demais incentivos para qualificação.

Em relação ao meio ambiente, é necessário que o poder público trabalhe na preservação dos nossos recursos naturais, bem como reconheça atitudes de sustentabilidade desenvolvidas pela população. Incentivar o crescimento industrial deve estar diretamente ligado à mínima degradação do meio ambiente e ao respeito à legislação. O município deve, conjuntamente com os governos estadual e federal, agir para evitar as mudanças climáticas, e, dessa forma, exigir e apoiar atitudes que as minimizem, como preservação de áreas verdes e fiscalização de atividades poluidoras.

Como a malha rodoviária ainda é a principal forma de escoamento da produção, se faz necessária a manutenção adequada para que as indústrias de nossa região sejam competitivas. Não adianta termos tecnologias diversificadas se não conseguimos levar nossos produtos até os clientes devido à falta de estrutura das estradas, que gera custos não

planejados aos transportadores. Outra situação a se refletir, é a necessidade de se diversificar os meios de transportes, em especial procurando aqueles menos poluentes e de custo-benefício maior.

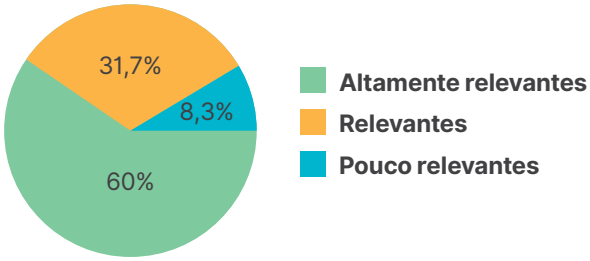
Quantos aos incentivos fiscais, grande parcela dos entrevistados concordam com a concessão, porém pontuam que as empresas devem dar algum retorno ao município, como abertura de novas vagas de emprego, diversificação de ramos de atividade, investimentos em cultura, educação e esporte, tanto para os empregados, quanto para a comunidade na qual está inserida. Entre os incentivos mais citados estão os fiscais e tributários, mas também grande parte mencionou a questão da infraestrutura como um dos pontos a serem oferecidos pelo município às indústrias.

Há diversos aspectos relacionados à valorização social do empregado. Entre eles, podemos citar a anteriormente mencionada qualificação da mão de obra. As empresas, com incentivo do poder público, podem oferecer ao trabalhador meios para sua qualificação, através de parcerias com instituições como Instituto Federal e Senai e de bonificação àqueles dispostos a se qualificarem. Cumprimento da legislação trabalhista e de segurança do trabalho também poderão, juntamente com uma boa qualificação, incentivar o trabalhador, fazendo-o sentir-se valorizado.

Quanto à conectividade, em subeixo específico será debatido o futuro das redes de fibra óptica e outros fatores que a influenciam. Considera-se fator importante para manter a competitividade da indústria do município.

Para 60% dos entrevistados, as questões ambientais relacionadas à indústria são altamente relevantes, para 31,7% relevantes e para apenas 8,3% são pouco relevantes.

Na sua opinião, as questões ambientais para a instalação de uma indústria são:



Nota-se a preocupação da população com relação ao meio ambiente e os impactos que uma indústria pode causar. O setor industrial necessita desenvolver-se de forma sustentável e, nesse sentido, a ONU criou os "17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". O Objetivo 9, cujo título é Indústria, Inovação e Infraestrutura, lista algumas metas para que se consiga atingir o desenvolvimento social, econômico e ambiental, os três pilares da sustentabilidade.

Uma delas é "**Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.**" Dessa forma, e como um objetivo mundial, é fundamental que haja incentivo para que as indústrias farroupilhenses sejam mais eficientes ambientalmente e que as novas que serão implantadas já sejam projetadas para atingir tal meta. Além disso, que tenham uma visão global para seu crescimento, uma vez que o mercado exige produtos e soluções que respeitem o meio ambiente.

NO MOMENTO EM QUE A INDÚSTRIA FARROUPILHENSE, MAIS DO QUE NUNCA, PRECISA ESTABELECER PARA SI NÍVEIS DE COMPETITIVIDADE MAIS ALTOS EM BUSCA DE AVANÇOS PARA CONTINUAR TENDO REPRESENTATIVIDADE NO SETOR, O CAMINHO NÃO É OUTRO SENÃO O DA TECNOLOGIA.

Visão de futuro

Após as pesquisas realizadas, foi possível perceber que a comunidade entende ser a indústria o setor mais importante da economia do município, logo a comunidade espera mais investimentos neste setor. Para o futuro da Indústria, estabeleceu a comunidade que o principal fator para seu desenvolvimento é buscar mão de obra especializada. Em segundo lugar ficou estabelecido que, para o avanço da indústria, devem ser levadas em consideração as questões ambientais de sustentabilidade, assunto defendido pelo professor Adir Ubaldo Rech na interação com a comunidade.

Além disso, os anseios da comunidade apontam para a necessidade do poder público de intervir em melhorias na infraestrutura da cidade, para melhor atendimento às necessidades de avanço da indústria farroupilhense.

No momento em que a indústria Farroupilhense, mais do que nunca, precisa estabelecer para si níveis de competitividade mais altos em busca de avanços para continuar tendo representatividade no setor, o caminho não é outro senão o da tecnologia.

Objetivos

A capacidade de Farroupilha em aproveitar os caminhos criados pelas transformações da indústria depende, em grande medida, do que for feito dentro dos limites do próprio município, que também precisa passar por mudanças.

O país ainda sente os efeitos da grave crise política e econômica enfrentada nos últimos anos. Com a menor capacidade financeira por parte do Estado, políticas públicas tendem a ser mais concentradas e subsídios, mais raros. O desafio se torna ainda maior com a projeção de alta nos gastos com previdência e saúde, além da crescente exigência da população por serviços públicos de maior qualidade.

Por isso, aproveitar as oportunidades que se apresentam depende da ação das empresas e das políticas de governo.

- As empresas precisam elevar os investimentos em capital humano e em pesquisa e desenvolvimento;
- Fundamental, também, é que os marcos regulatórios sejam indutores da inovação;
- As políticas industriais e de comércio exterior precisam estar alinhadas, para reduzir o viés antiexportação e intensificar acordos comerciais. É necessário melhorar o ambiente de negócios, reformar o sistema tributário, reduzir o custo de capital e modernizar as relações de trabalho, bem como diminuir o tamanho do Estado, para que Farroupilha consiga investir de maneira focada nas demandas da indústria;
- Fábricas mais flexíveis e eficientes, que combinam velocidade, baixo custo e níveis mais elevados de qualidade para promover uma customização em massa e novos postos de trabalho altamente especializados;
- Um dos pilares para o avanço da indústria é a compreensão da customização em massa, para fazer com que as máquinas sejam capazes de reproduzir diferentes modelos de um produto em sequência, sem qualquer necessidade de paradas para reconfiguração.

Planos de Ação

O alcance dos objetivos aqui apresentados depende da implementação de uma carteira de projetos prioritários nas diversas áreas de intervenção, capazes de promover mudanças que nos entregam a Farroupilha que queremos. Embora as metas sejam bem concretas e específicas, tratando das dimensões econômica, social e ambiental, o alcance de cada uma depende do desempenho das outras, resultado de um processo combinado e sistêmico de desenvolvimento.

As metas econômicas se manifestam em indicadores específicos da economia de Farroupilha e decorrem, em grande medida, da ampliação dos investimentos produtivos e da valorização das cadeias produtivas. No entanto, a evolução dos indicadores econômicos depende da melhoria da competitividade da cidade, ampliando as condições para o avanço da indústria local. A evolução da indústria, sendo assim, não será alcançada sem avanços na educação, na infraestrutura e na inovação, assim como na melhoria do espaço urbano, principais apontamentos feitos pelos estudiosos no encontro que debateu o assunto.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

- Avaliação dos setores emergentes.
- Criação de incentivos fiscais para aquisição de insumos e produtos locais.
- Mapeamento dos sistemas produtivos criativos.
- Valorização do setor agroindustrial, com ferramentas de identificação do produto local.
- Incentivar a redução de geração de resíduos por meio da redução, reciclagem e reuso.
- Incentivar as empresas a adotar práticas sustentáveis.
- Apoiar o acesso de pequenas indústrias aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível.
- Instalação de estudo para desenvolvimento de incubadoras.
- Aumentar o acesso às tecnologias de informação e comunicação através da melhoria de conectividade no município.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

- Instituição de política municipal para atração e retenção de investimentos e negócios de alto valor adicionado e aderentes aos pressupostos da sustentabilidade.
- Instituição de programa para incentivo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de novos nichos de mercado e modelos de negócio.
- Fortalecimento a pesquisa.
- Criação de novas linhas de pesquisa alinhadas ao ambiente de negócios local.
- Descoberta de novos talentos atrás de parcerias com escolas e outras entidades formadoras.
- Fomento dos distritos industriais.
- Valorização de setores específicos.
- Inclusão de novos setores produtivos.
- Mobilidade urbana para escoamento do produto.
- Capacitação para jovens e adultos para que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego e empreendedorismo.
- Criação de programa internacional de intercâmbio de experiências municipais de desenvolvimento socioeconômico.
- Incentivar a modernização da infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

- Criação de condomínios empresariais verticais para *coworking* e *startups* de alta tecnologia e criatividade.
- Ampliação e qualificação de distritos industriais.
- Alcançar o manejo ambientalmente adequado de produtos químicos e de todos as tipologias de resíduos, reduzindo a liberação destes para ar, água e solo.
- Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra.
- Promoção de campanhas de conscientização voltados a eficiência hídrica, aproveitamento de água pluvial e de reuso.
- Instituição de estratégias consorciadas de atração de investimento e negócios.
- Incentivos ou subsídios para que as indústrias adquiram equipamentos para produção de energia limpa, a partir de fontes renováveis.

TURISMO

Apresentação

TENDÊNCIAS DO TURISMO

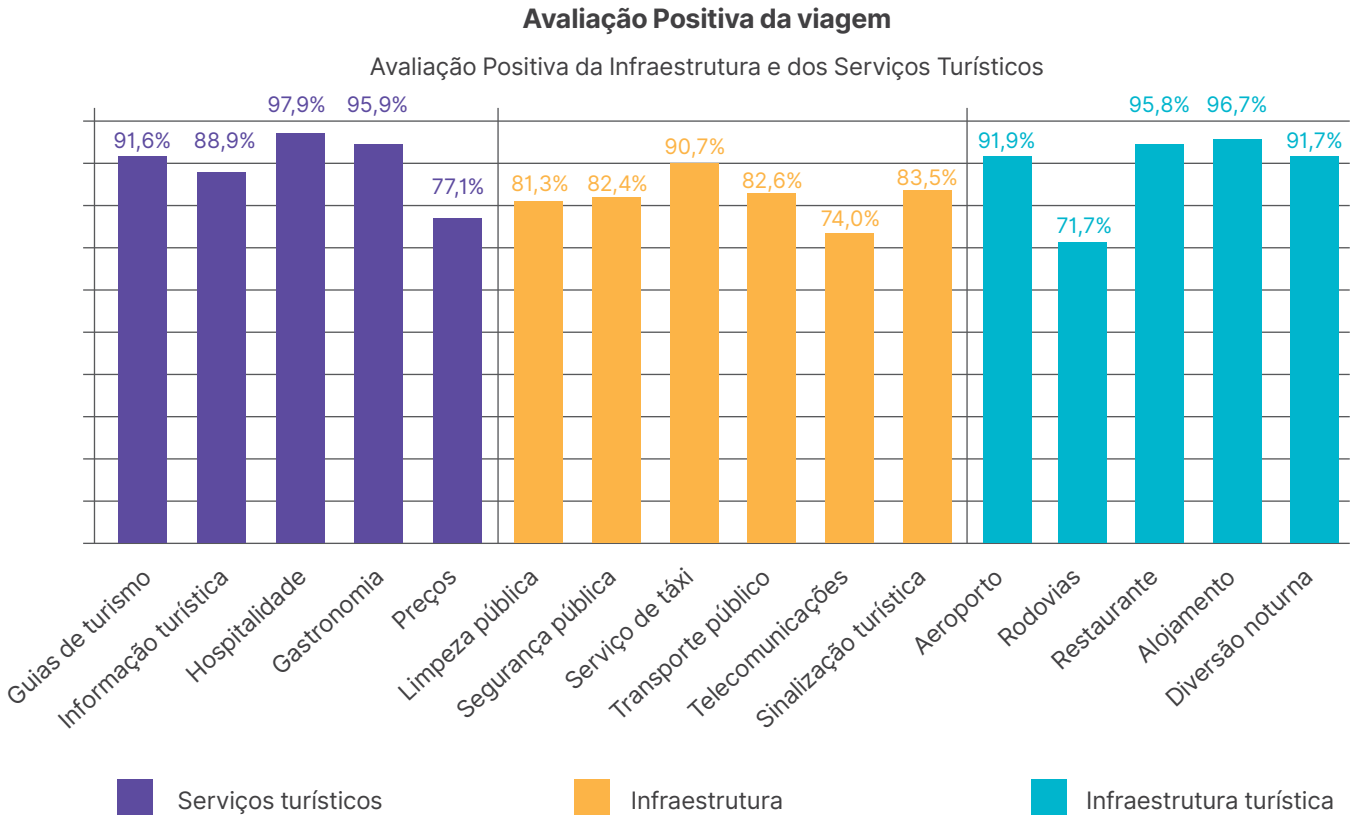
A atividade turística é uma das que mais cresce em nível mundial, movimentando a economia de diversos setores e países. Seu impacto tem se tornado cada vez mais visível e mensurável, contribuindo para o desenvolvimento de diversos locais.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), as atividades envolvendo o setor cresceram cerca de 6% em 2018 e para o ano de 2019 a projeção é aumentar 4%. Esse resultado positivo colabora para o bom desempenho da economia mundial, uma vez que gera empregos e renda.

Conforme dados da pesquisa da consultoria Britânica Oxford Economics, em 2018, o setor turístico movimentou cerca de 10,4% do PIB mundial, sendo responsável por 319 milhões de postos de trabalho, representando 1 em cada 10 vagas de emprego.

Os cenários de expansão e fortalecimento do turismo são prósperos, e, para isso, é necessário investir em criatividade e qualidade de produtos e destinos, além da infraestrutura local. Dessa forma, a atividade turística deve ser gerida pela sustentabilidade, a fim de garantir os recursos para os produtos turísticos como o meio ambiente, a cultura e as populações residentes, contribuindo para a valorização e preservação da identidade local.

Tendência do Turismo no Brasil



EM 2018, A HOSPITALIDADE BRASILEIRA FOI O ITEM COM MAIOR AVALIAÇÃO POSITIVA DADA PELOS TURISTAS INTERNACIONAIS EM SUAS VIAGENS AO BRASIL, ALCANÇANDO 97,9% DAS AVALIAÇÕES.

O país vem investindo e se qualificando para receber cada vez mais turistas internacionais, e também estimulando os brasileiros a conhecerem mais o próprio território. Estas ações mostram resultados positivos de desempenho e crescimento de volumes e receitas comerciais.

Nos últimos anos foram implantadas e desenvolvidas políticas de incentivo e qualificação a ampliação da oferta turística, visto que o país tem grande potencial para ampliar o número de turistas que recebe anualmente. No ano de 2018 foram mais de 6 milhões de turistas estrangeiros que chegaram ao país, apresentando altos índices de satisfação com suas viagens.

O turismo doméstico também vem aumentando nos últimos anos e movimentando a economia brasileira. As viagens internas cresceram cerca de 8%, sendo a região sul do país uma das mais desejadas nas intenções de visita. O perfil desses viajantes busca por viagens de curtas temporadas, em busca de belezas naturais, gastronomia típica, manifestações culturais e religiosas.

Neste sentido, o Estado do Rio Grande do Sul oferece ampla oferta de produtos turísticos com paisagens únicas, belezas naturais, sítios históricos e arqueológicos, além da hospitalidade e tradição que são marcas da cultura gaúcha.

Mapa Turístico Ilustrado do Rio Grande do Sul

Como é hoje?

TURISMO REGIONAL

Destino Região Turística Uva e Vinho

A Serra Gaúcha é formada por fortes destinos turísticos, e a Região Uva e Vinho é um deles na qual Farroupilha está inserida.

A principal experiência de produto desta região é o legado da Imigração Italiana, através da história, arquitetura, produção agrícola, gastronomia, religiosidade, enoturismo, além das belas paisagens naturais da Serra.

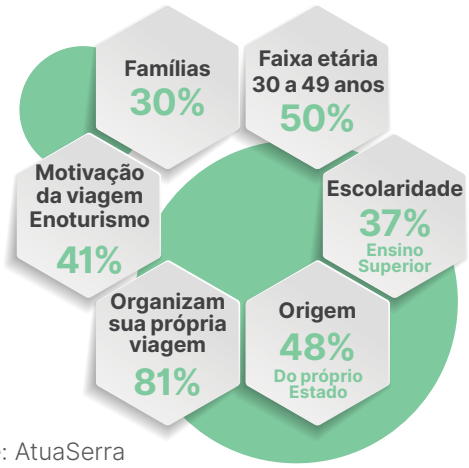
Também destacam-se outros produtos, como as águas termais, turismo de aventura, diversidade cultural e as festas e eventos que atraem milhares de turistas e visitantes anualmente.

Dentre os municípios que compõem a região, atualmente 29 estão associados à Instância de Governança Regional Atuaserra, que desde 1985 vem realizando o trabalho de fomentar e monitorar o desenvolvimento do turismo regional.

Devido a variedade de produtos, a entidade trabalha e promove a região Uva e Vinho através de 5 microrregiões:

- Micro 1: Rota dos Trigais;
- Micro 2: Thermas da Longevidade;
- Micro 3: 1ª Colônia de Imigração Italiana da Serra Gaúcha;
- Micro 4: Vales da Serra;
- Micro 5: Compras e Cultura.

Perfil dos visitantes da Região Uva e Vinho
Dados de 2018



Fonte: AtuaSerra

Turismo em Farroupilha

Para entender o perfil do turismo de Farroupilha, é preciso recordar a história da nossa cidade.

A origem do município se deu a partir da chegada dos imigrantes italianos, que começaram a ocupar o território por volta de 1875. O legado desses pioneiros é presente, até hoje, através da cultura, arquitetura, fé, gastronomia e produção rural, fortemente ligada ao cultivo de uvas e produção de vinhos.

No decorrer do desenvolvimento de Farroupilha, outros imigrantes também contribuíram para a construção da identidade local, como os alemães, austríacos, suecos, entre outros, além dos índios caingangues, que já habitavam a região. Essa diversidade cultural é bem representada nos distritos e comunidades, onde há uma organização para o turismo.

O perfil influente de seus colonizadores foi transformando o município e, atualmente, Farroupilha apresenta uma economia diversificada e está localizada entre cidades importantes para o cenário turístico.

Conforme dados do levantamento do perfil das cidades do Rio Grande do Sul feito pelo Sebrae, o município apresentou alto índice de desenvolvimento socioeconômico (Idese 2015), além de oferecer uma boa infraestrutura urbana e rural, o que propicia o desenvolvimento qualificado e sustentável de produtos e serviços para o turismo.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE – 2015

IDESE	**0,83**
Educação	0,81
Renda	0,78
Saúde	0,89
Desenvolvimento Socioeconômico	**ALTO**
Posição no Estado	**18ª**

Evolução do IDESE 2007 – 2015

IDESE 2007	IDESE 2015
0,7460	0,8259

Acompanhando as tendências de desenvolvimento e organização para atividades turísticas, Farroupilha vem fortalecendo a estrutura do seu território com a qualificação de seus produtos e incentivo à inovação nos serviços e pontos de atendimento. A cidade é reconhecida pelas suas belezas naturais, história e religiosidade, além de ser referência para compras de malhas no atacado e no varejo. A oferta turística do município se apresenta nos segmentos descritos abaixo, conforme apontamento da pesquisa realizada com a comunidade local:

- **Turismo Religioso**
- **Turismo em Áreas Naturais**
- **Compras**
- **Enoturismo**

Os segmentos citados vêm se fortalecendo através de ações de complementação de produto, qualificação da oferta, e principalmente foco na experiência das visitas e atividades.

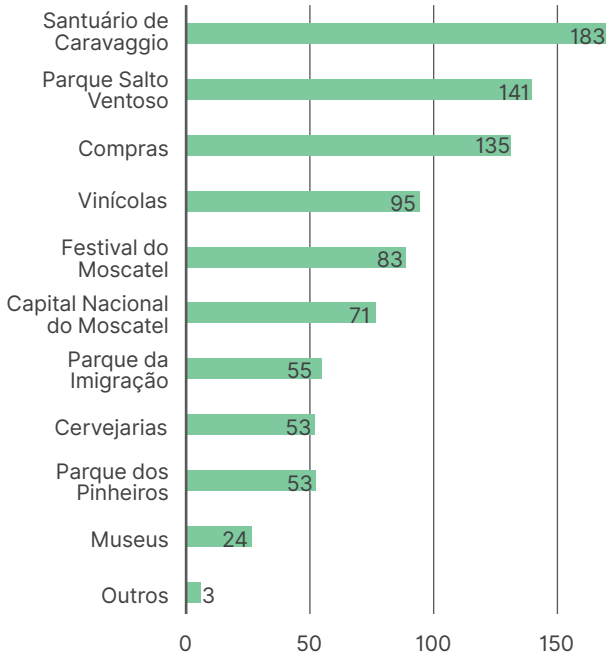
Nosso município foi recentemente reconhecido como a **Capital Nacional do Moscatel**, título que visa fortalecer e promover o enoturismo local, além de ser a cidade com o Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, que atrai milhões de peregrinos e fiéis todos os anos.

Farroupilha também desponta no Turismo Ecológico com o atrativo Parque Salto Ventoso, além de já ser consolidado no turismo de compras. Diante de tantas oportunidades, é preciso organizar o posicionamento turístico do município, levando em conta as oportunidades locais,

alinhadas com as demandas dos turistas e visitantes que buscam a cidade e região para suas atividades de lazer, esportivas, gastronômicas, religiosas, entre tantas outras experiências.

Coleta de Dados

Conforme dados recentemente coletados em pesquisa, os principais atrativos lembrados do município são:



O diagnóstico do Turismo foi realizado com base em uma pesquisa feita com a população, em formulário digital e escrito, além das informações que vêm sendo coletadas desde 2013 através do mapeamento e trabalho constante da Secretaria de Turismo de manter atualizado seu banco de dados.

Também foi realizado um encontro público com o tema "Ciclo de vida do Turismo: a importância da divulgação para consolidação do destino", contando com a participação da comunidade em geral para discutir e analisar o posicionamento do turismo, as ações desenvolvidas e como melhorar a preparação do destino para o turismo.

Além disso, a construção deste projeto se deu através do contato com a comunidade local, empreendedor turístico de Farroupilha, diversas entidades e instituições representativas do setor.

O grupo também contou com o apoio da IGR – Instância de Governança Regional – Atuaserra, e SEGH - Sindicato Empre-

sarial da Gastronomia e Hotelaria Uva e Vinho - entidades que trabalham pelo turismo regional qualificado, as quais colaboraram com seus conhecimentos gerais sobre o desenvolvimento do turismo a nível local e nacional, apontando para as tendências e possibilidades de ampliar a oferta turística no destino. As entidades locais também colaboraram através de seus associados, participando deste processo de construção. A participação do empreendedor turístico local neste plano estratégico também foi fundamental, pois o desenvolvimento das atividades e continuidade dos projetos dependem principalmente do setor privado, onde o turismo acontece, e faz gerar renda e trabalho.

Com a finalidade de conhecermos melhor como os moradores e empreendedores do setor estão avaliando o desenvolvimento do turismo na cidade nos últimos anos, solicitamos que apontassem os principais eventos, projetos, obras e ações que ajudaram a fomentar o turismo na cidade.

Indicação sobre a percepção dos eventos, projetos e obras recentes

Eventos

- Expo Farroupilha
- Farroupilha Bem Gaúcha
- Festival do Moscatel
- Maratona Cultural
- Vivere

Projetos

- Caminhos de Caravaggio
- Capital Nacional do Moscatel
- #PARTIUFARROUPILHA
- Roteiro de Cinema
- Roteiro Histórias e Memórias
- Turismo Rural

Obras

- Museu da Imigração Italiana, Uva e do Vinho
- Pista de caminhada para o Santuário de Caravaggio
- Revitalização do Calçadão da Júlio
- Revitalização dos parques municipais
- Revitalização do Parque Salto Ventoso

Indicação sobre a percepção das ações recentes

Ações

- Melhorias na sinalização
- Ampliação da divulgação
- Qualificação dos atrativos
- Aumento no número de turistas
- Melhorias em infraestrutura
- Melhorias no Turismo Religioso
- Envolvimento do Poder Público e iniciativa privada
- Cooperação com turismo regional
- Qualificação e investimentos
- Diversificação nos atrativos
- Ampliação e qualificação do enoturismo
- Valorização da Cultura Italiana
- Manutenção dos atrativos existentes
- Ampliação das capacitações para o turismo

E para entender o cenário do setor em Farroupilha, mais informações foram apontadas conforme os segmentos abaixo:

- Eventos;
- Infraestrutura e Acesso a Farroupilha;
- Marketing e Divulgação;
- Opções de Turismo;
- Políticas Públicas;
- Sustentabilidade.

EVENTOS	
PONTOS FORTES	ENTRAI – Encontro de Tradições Italianas – evento cultural com potencial de atrair turistas.
	Romaria de Caravaggio: grande celebração religiosa, marcada pelas manifestações de fé e devoção, que atrai milhares de pessoas ao Santuário de Caravaggio.
	Festival do Moscatel: o evento vem se fortalecendo, já sendo referência para divulgação do município. O Festival do Moscatel visa promover melhor o enoturismo de Farroupilha, assim como a visitação nos demais atrativos.
	Espaço para eventos: o município oferece espaço para atividades diversas no Parque do Cinquentenário, onde conta também o centro de eventos Mário Bianchi, que possui estrutura para eventos fechados.
	Vivere – evento de rua com diversos atrativos culturais, gastronomia que movimenta a cidade, possui 2 edições ao ano, com realização no inverno e no verão. Este evento já está consolidado e com potencial de atrair turistas.
	Expo Farroupilha e Fenakiwi: uma das maiores festas do município, recentemente passou por uma proposta de atualização visando a atrair mais visitantes.
	Farroupilha Bem Gaúcha - Semana Farroupilha: evento tradicionalista com ampla participação da comunidade, e programação cultural diversa.
PONTOS FRACOS	ENTRAI: o evento possui atualmente uma infraestrutura limitada, e falta inovação na organização do mesmo o que o torna muito local, também é necessário melhorar a divulgação.
	Demais precisam ser melhor organizados com foco em atrair turistas e divulgar o município.

INFRAESTRUTURA/ACESSO	
PONTOS FORTES	Possui sinalização para chegar aos atrativos, principalmente nas vias do interior.
	O município possui acesso por rodovias asfaltadas, e está a 110 km de distância da capital Porto Alegre, e proximidade da região metropolitana.
	Sistema de transporte do destino regular.
	Com boa oferta de transporte público intermunicipal.
PONTOS FRACOS	Realizar projeto de construção de pórticos nos acessos da cidade.
	Sinalização viária deficitária na estrada para identificar a chegada à cidade e aos atrativos. Foram executados alguns projetos na área urbana e parte da área rural, porém ainda falta sinalização em alguns trechos.
	Situação do terminal rodoviário necessita melhorias.
	Falta de transporte turístico até os principais atrativos turísticos.
	Necessita embelezamento na cidade (responsabilidade inclusive dos moradores e proprietários de comércio no geral).
	Serviço de telefonia e Internet com precariedade, principalmente na zona rural.
	Falta de programas permanentes de preservação das áreas verdes e mobiliário urbano.
	Estado de conservação dos acessos aos atrativos necessita constante manutenção.

MARKETING E DIVULGAÇÃO	
PONTOS FORTES	O município possui diversos segmentos fortes no turismo para oferecer como produto.
	Valorização por parte do empreendedor sobre os produtos existentes.
	Ampliação da participação do empreendedor local em eventos para divulgação do município.
	Boa produção de material gráfico para divulgação dos atrativos.
	Município realiza ações de promoção do destino em feiras de forma institucional e cooperada.
PONTOS FRACOS	Criar a identidade e posicionamento do município quanto ao turismo
	Necessita implementar plano de desenvolvimento de produtos e promoção nos diferentes segmentos.
	A página de informações turísticas foi desenvolvida, porém encontra-se no site da prefeitura, o que pode dificultar a pesquisa.
	Não aproveita roteiros integrados para promoção.
	Implementar um padrão conceitual no material informativo.
	O destino não é atuante nas divulgações nas redes sociais.
	Participa pouco da cadeia de distribuição do turismo (operadoras/agências).

TURISMO	
PONTOS FORTES	Parque Salto Ventoso - atrativo âncora - após a revitalização apresenta melhores condições para visitação com futura ampliação das atividades.
	Nova Milano: Comunidade que preserva em sua arquitetura a história das famílias de seus moradores pioneiros, e a essência da colonização italiana. A localidade é um marco reconhecido e homenageado como "Berço da Imigração Italiana", sendo importante desenvolver projetos turísticos que valorizem o legado desta comunidade.
	Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio: projeto em andamento para a construção da pista de caminhada e ciclovia na Rodovia dos Romeiros facilitando a acesso ao atrativo, e projeto de reestruturação da praça do Santuário.
	Vale Trentino: rota de grande potencial para o Turismo Rural e Enoturismo, que exige maior envolvimento dos Municípios de Caxias e Farroupilha para implementar as demandas necessárias, além de um maior engajamento das vinícolas e os produtores rurais para desenvolver mais atividades turísticas em suas propriedades.
	Parque dos Pinheiros: passou por revitalização, apresentando uma infraestrutura melhor para os usuários.
	Roteiro Histórias e Memórias: fortalecer o grupo de empreendedores através de qualificações, e infraestruturas necessárias a atrair mais visitantes e divulgar mais o projeto.
	Roteiro Farroupilha Colonial: grupo formado a partir de um curso de qualificação que visa desenvolver o turismo rural. Atualmente as propriedades participantes do projeto estão se adequando para implementar o turismo, e o mesmo é visto com potencial de crescimento e atração de público.
	As vinícolas estão se organizando para implementar suas atividades sendo necessária maior integração deste setor.
	Apoio para a criação da Rota Cervejeira, sendo mais um produto turístico do município.
	Possibilidade de implantação de roteiros de Cicloturismo.
	Implementação do projeto Caminhos de Caravaggio, o qual estimula a peregrinação e o autoconhecimento.
	Meios de hospedagem: a rede hoteleira vem ampliando e qualificando seus serviços, de forma a oferecer diversos tipos de hospedagem no município.
	Projeto de expansão da Maria Fumaça – trem turístico, até Farroupilha.
	Grande fluxo de turistas: o município tem forte atração para o Turismo Religioso e Turismo de Compras.
	Estímulo à ampliação da oferta de produtos de empresas de receptivo local.
PONTOS FRACOS	Os segmentos não estão integrados.
	Os turistas de compras não têm contato a cidade, principalmente o segmento de compras no atacado.
	Os turistas que visitam o Santuário de Caravaggio também não tem contato com a cidade. Em sua maioria fazem uma visita rápida ao local, não tendo uma experiência de fé.
	Falta de ponto de atendimento ao turista. Não há CAT – Centro de Atendimento ao Turista.
	Gastronomia: defasagem no atendimento noturno e restrição de horários durante o dia, em finais de semana e feriados.
	Parque Salto Ventoso: precisa melhorar a oferta de serviços e uso do espaço, além de projeto de preservação do seu entorno.
	Parque Santa Rita: atrativo que já foi referência na cidade, e atualmente passa por uma precária gestão, necessitando de investimentos para a recuperação da área ambiental e dos equipamentos do espaço.
	Parque dos Pinheiros demanda implementar mais atividades a fim de atrair turistas e visitantes.
	Melhorar de articulação com agências receptivas da região.

POLÍTICAS PÚBLICAS	
PONTOS FORTES	Participação atuante na governança da Região Uva e Vinho.
	Mantém cooperação com o Governo Federal através de projetos cadastrados no SICONV e emendas parlamentares.
	Participa das ações e programas do Governo Federal e Estadual.
PONTOS FRACOS	No município, o turismo não é reconhecido como uma atividade importante, é preciso estimular a consciência turística da população através de uma sensibilização para a atividade.
	Aumentar a aproximação e participação do empreendedor nas ações e tarefas.
	Não monitora o turista do território, perfil e satisfação.
	Necessita criar Plano de Marketing.
	Carência de mão de obra para o turismo.
	Falta de investimento em equipamentos e produtos turísticos.
	Baixa atratividade para empreendedores externos.

SUSTENTABILIDADE	
PONTOS FORTES	Ampliação da acessibilidade na cidade e nos atrativos.
	Implementação de programas com a participação do trade, aproximando os empresários e aumentando a integração de projetos.
PONTOS FRACOS	Consciência ambiental incipiente.
	Falta de valorização da preservação do Patrimônio Histórico.
	Necessita implementar campanha de conscientização da população para coleta seletiva.
	Degradação ambiental no entorno atrativo Salto Ventoso.
	Discreta política e práticas ambientais, sociais e culturais relacionadas ao turismo.
	Ampliar a valorização da identidade e cultura local.

FARROUPILHA APRESENTA DIVERSIDADE DE ATRATIVOS QUE A TORNAM UM DESTINO COMPETITIVO PARA ATRAIR VÁRIOS SEGMENTOS DE TURISTAS E ESSA É A CARACTERÍSTICA QUE A DESTACA

Visão de Futuro

Vários destinos turísticos vêm se preparando estrategicamente para as futuras demandas do setor.

Seguindo as premissas do PNT – Plano Nacional de Turismo, Políticas Estaduais, o PMT – Plano Municipal de Turismo, entre outras legislações vigentes, Farroupilha almeja estar entre os destinos turísticos mais lembrados da Serra Gaúcha.

E, para isso, é necessário aproximar os moradores ao turismo, envolvendo todos os segmentos, em especial os prestadores de serviço em geral, os quais acabam sendo o principal contato para indicações e informações no atendimento aos turistas.

Outra tarefa importante é aumentar a integração dos atores do turismo, formando uma rede colaborativa. A união da iniciativa privada com a gestão pública e o apoio da comunidade são as ferramentas fundamentais para fortalecer a iden-

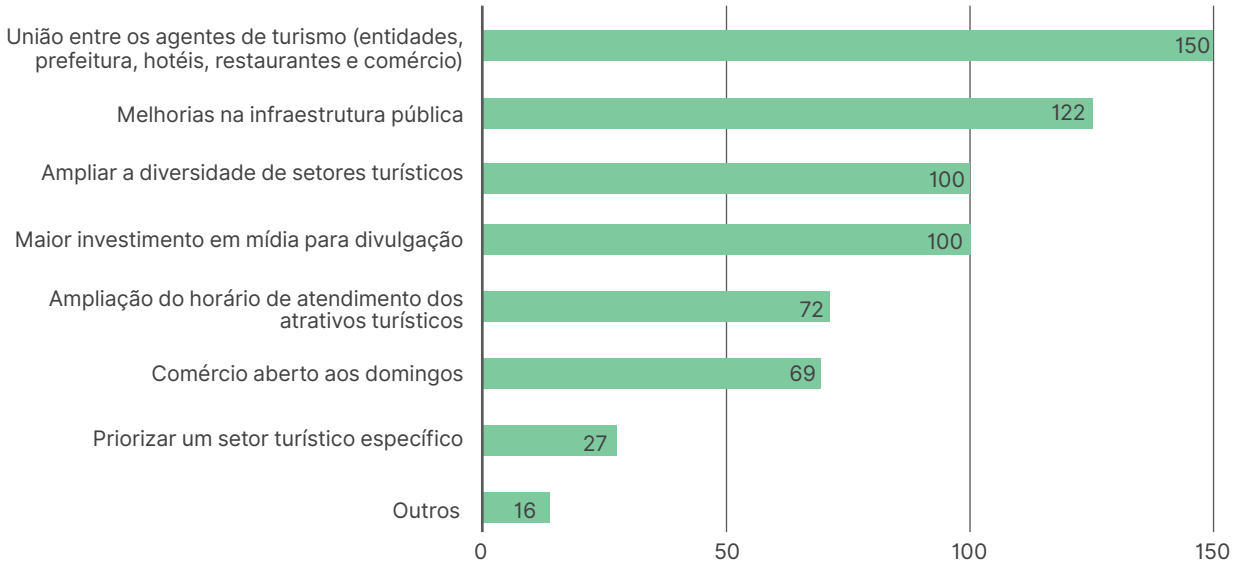
tidade turística do município e a consolidação do turismo.

Oferecer uma cidade organizada, bonita e acolhedora para os visitantes, que em primeiro lugar seja planejada para o bem-estar de seus moradores, é uma ação positiva dentro do planejamento turístico.

Garantir o constante aumento no número de turistas é uma ferramenta importante para o ciclo de vida do turismo no destino, além de buscar uma maior permanência destes no território, pois isso aumenta a utilização de serviços e consumo de produtos, incrementando a economia local.

As ações de divulgação devem ser constantes e sempre ampliadas, pois o interesse pela visita no local é na maioria das vezes despertado pela boa propaganda.

Ações para Desenvolver o Turismo Local



Santuário Nossa Senhora de Caravaggio

Objetivos

Diante de tantas oportunidades existentes, além das diversas novidades que poderão ser implantadas, faz-se necessário organizar o planejamento da atividade turística no território, visando a consolidação como destino turístico no cenário nacional e internacional com a oferta ordenada dos produtos e demanda contínua de visitantes, a fim de garantir a viabilidade dos negócios implantados, movimentando a economia do município e região.

Planos de Ação

Diante das informações gerais, do diagnóstico, das pesquisas com a comunidade e do encontro público do Turismo, as ações para implementação do turismo a fim de tornar o município mais atrativo e visitado, compreendidas para o período 2020 - 2040, são:

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

- Identificar novos serviços que devem ser implantados no município para o turismo – empreendedorismo para o turismo.
- Articular a integração dos segmentos Religioso e de Compras entre si e com os demais atrativos e roteiros do destino.
- Instalação de CATs – Centro de Atendimento ao Turista.
- Manutenção e ampliação do evento Festival do Moscatel.
- Ampliar a participação do município nas redes sociais e na internet.
- Realizar projeto para fortalecer o Enoturismo através de roteiro dos Espumantes Moscatéis e valorizar o título de Capital Nacional do Moscatel.
- Implementar Roteiros de Cicloturismo.
- Realizar projeto de qualificação e estímulo para o Turismo Rural.
- Ampliar o trabalho do COMTUR e propiciar que o Conselho tenha mais ações efetivas na gestão do turismo.
- Criar política de estímulo para o Turismo, com orientações para organização de produtos e apoio a regularização.
- Desenvolver projetos de qualificação e inovação focados no atendimento ao turista.

Ampliar projeto de sinalização nas vias de acesso ao município para identificar os atrativos e locais para visitação.

Estabelecer ações de incentivo ao artesanato típico local, para produção de peças com o tema Farroupilha através da representação dos elementos que identificam o município, e apoio à comercialização.

Implantar um Fórum para sensibilização para o turismo.

Embelezamento das ruas, praças, casas e prédios do município.

Realizar campanhas de incentivo aos moradores e comércio para tornar a cidade mais bonita e bem cuidada.

Elaborar Plano de Marketing.

Criar a marca turística de Farroupilha.

Criar e regulamentar legislação municipal de incentivo para instalação de empreendimentos e equipamentos turísticos.

Criar Programa de Incentivo para legalização de empreendimentos turísticos no município.

Fortalecer o evento Vivere, para torná-lo uma ferramenta de promoção do município e atração de turistas.

Organizar evento para promover segmentos turísticos.

Ampliar e qualificar o Projeto da Rota Caminhos de Caravaggio.

Criar programas de sensibilização da comunidade para o turismo, desenvolvendo estratégias para encontros e demais ações de orientação.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

Promover atividades de sensibilização das crianças para o turismo nas escolas municipais.

Implementar o monitoramento dos turistas de Farroupilha.

Criar um Film Commission para captar e apoiar as produções cinematográficas.

Projeto para desenvolver eventos esportivos em atrativos naturais.

Realizar projeto de qualificação do Enoturismo.

Realizar projeto de qualificação do Turismo de Religioso.

Realizar projeto de qualificação do Turismo Compras.

Aumentar a participação do município nos eventos e feiras de turismo a nível nacional.

Criar e executar política de valorização patrimonial para o turismo.

Criar e executar projeto de valorização ambiental, estimulando moradores e empreendimentos a serem responsáveis com seus resíduos.

Realizar projeto de construção de pórticos, ou outras estruturas de identificação, nas vias de acesso do município, identificando a chegada a Farroupilha.

Projeto de desenvolvimento da produção associada ao turismo, diversificação, qualificação e distribuição (produtos coloniais, artesanato, cultura, espumante, malhas).

Criar e regulamentar legislação e regulamentação municipal para o turismo de aventura.

Criar programas de incentivo ao turismo dos moradores através de benefícios nos locais ou promoções periódicas para ampliar o contato dos residentes com os atrativos.

Melhorar as estruturas disponíveis para eventos.

Projeto de Relacionamento com as agências, transportadoras e guias – Enoturismo.

Projeto de Relacionamento com as agências, transportadoras e guias - Turismo Religioso.

Projeto de valorização da gastronomia local com fomento à gastronomia típica – Italiana/ Colonial.

Projeto de captação de investidores para ampliação da oferta no destino.

Projeto de Relacionamento com as agências, transportadoras e guias – Turismo de compras.

Projeto de desenvolvimento de mão de obra para o turismo – formação de jovens.

Projeto de enogastronomia com o espumante Moscatel.

Distrito de Nova Milano: projeto de fortalecimento da identidade Italiana através do ENTRAI, Filós, Clube de Mães Milanesas e Parque da Imigração Italiana.

Manutenção e ampliação do projeto de desenvolvimento do Turismo Rural: roteiro Farroupilha Colonial.

Manutenção e ampliação da Rota Caminhos de Caravaggio.

Projeto de ativação do Trem Turístico.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

Projeto de valorização dos Eventos Esportivos: Kart, Corridas, Futsal e outros.

Trabalhar a cooperação regional para fortalecer o produto turístico de Farroupilha no portfólio de comercialização da Serra Gaúcha/Uva e Vinho.

Organizar projetos de cooperação regional envolvendo os principais produtos - Turismo Religioso, Compras e Enoturismo, e fortalecer o espumante Moscatel.

Criar projetos de instalação de ciclovias na cidade e entorno dos atrativos.

Recuperação de áreas turísticas degradadas Parque Santa Rita e rio do Parque Salto Ventoso.

Para alcançar os resultados almejados é preciso buscar a concretização das ações propostas, contando sempre com o apoio dos moradores, empreendedores e poder público em sintonia com o trabalho desenvolvido na região entre outras tendências do setor turístico que passa por rápidas transformações. O desafio é constante exigindo parcerias, monitoramento e engajamento de todos para a consolidação do destino.

Síntese do Capítulo

A seguir serão apontados os principais tópicos comentados neste capítulo e que são importantes para ter uma visão abrangente do eixo 5:

AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

Sobre o tema, iniciamos fazendo um diagnóstico qualitativo sobre a situação rural de Farroupilha para então mostramos gráficos e tabelas com dados numéricos sobre a área rural, produtores rurais e também sobre a produção animal e vegetal presente.

Em seguida, analisamos sobre a infraestrutura e os serviços públicos de apoio existentes à Agricultura e Agropecuária. São eles:

- Feira Livre do Produtor;
- Feira de Agroecologia;
- Prestação de serviços diversos (Patrulha agrícola mecanizada, Serviços de silagem, Atendimento Veterinário, Talão do Produtor, entre outros);
- Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

Em seguida apresentamos os dados e informações sobre a produção de uvas moscatéis de Farroupilha.

Por último, explicamos as 12 diretrizes que guiarão os planos de ação para os próximos 20 anos.

1. Manter e aprimorar a infraestrutura rural;
2. Ampliar a participação do setor primário na economia do município;
3. Estimular a organização integrada de produtores, produção e comercialização;
4. Promoção de intercâmbio com outros países para jovens do município, buscando a ampliação de experiências e conhecimento;
5. Buscar a profissionalização da gestão das propriedades como forma de melhorar o aproveitamento dos recursos disponíveis, a diversificação de culturas e a melhora dos resultados obtidos;
6. Estimular a produção agroecológica, e racionalizar o uso de agroquímicos;

7. Fortalecer os mecanismos de comercialização direta;
8. Articular com as instituições ligadas ao setor a criação e implementação de políticas públicas aplicadas no meio rural;
9. Criação de incentivos aos produtores rurais;
10. Estimular projetos de hortas comunitárias (entende-se que desenvolvimento da agricultura e agronegócio também podem ser aplicados no meio urbano, através de hortas e demais ações);
11. Utilização de novas tecnologias;
12. Estimular a conservação e proteção de recursos naturais.

Após isso, apresentamos os programas propostos para cada uma delas.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

O setor de Comércio e Serviços em Farroupilha encontra-se em crescimento, considerando a fonte de mão de obra qualificada e a atração de infraestrutura tecnológica a fim de desenvolver o município, que possui IDH superior à média brasileira. Como contexto atual, temos também que Farroupilha se destaca pelo comércio de malharia e calçados, muito embora seu potencial econômico seja ainda mal explorado. Como objetivo, consideramos a realização das atividades de comércio e serviços como experiências e não mais simples trocas econômicas, bem como o crescimento de atividades que envolvam grande utilização de novas tecnologias, tais quais aplicativos de compras e serviços. É necessário atualizar sempre as dinâmicas de comércio e serviços no município com a finalidade de trazer as vontades e necessidades dos habitantes em primeiro lugar e, simultaneamente, aprimorando o setor como um todo no Município de Farroupilha.

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Podemos perceber que, de acordo com o mapeamento dos meios de comunicação e divulgação existentes em Farroupilha atualmente, o município encontra-se em um momento de consolidação da estrutura existente (jornais e programas de rádio, principalmente) e de desenvolvimento tecnológico.

Ressaltamos a larga utilização de dispositivos mobiles como potencial (e também como um meio atualmente usado) para a dispersão de informações para a população e procuramos desenvolver iniciativas que aproveitem essa onda, evitando notícias falsas e insegurança de dados. Além disso, percebemos que o principal meio de receber informações já envolve o meio digital, tanto através de mídias sociais quanto de sites da Internet. A quantidade de telefones celulares também já ultrapassam o número de habitantes do Brasil, bem como apresentam vantagens em comparação a outros dispositivos eletrônicos, como os próprios computadores.

Como estratégias específicas do subeixo, salientamos a construção de outdoors, a consolidação do Plano Farroupilha 2040 como domínio público, a capacitação digital da população e a comunicação multidirecional. Cremos que tais estratégias auxiliam o desenvolvimento da comunicação apoiada na evolução tecnológica do município, bem como ampliam a participação da população nos acontecimentos de Farroupilha, atingindo-a com a divulgação e fazendo com que esta também seja mais disseminada pelos próprios habitantes.

INDÚSTRIA

Iniciamos o tema contando sobre a história da indústria em Farroupilha.

Mostramos dados da Indústria de Transformação, que transforma aço em máquinas e ferramentas, cana em açúcar e fabrica bens de consumo como automóveis e roupas.

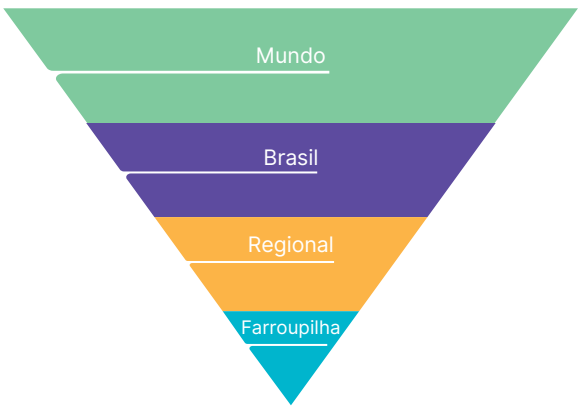
Em seguida, falamos sobre os setores das indústria de Farroupilha e o número de funcionários que possuem, para então colocarmos a opinião da comunidade farroupilhense acerca do tema, além de sua relação com o meio ambiente.

Por fim, vimos que há uma dependência das indústrias e capacidade de Farroupilha em aproveitar os caminhos criados pelas transformações da indústria com o que for feito dentro dos limites do próprio município.

TURISMO

Para tratar do assunto de Turismo iniciamos com um entendimento abrangente para então focarmos em Farroupilha.

Tendências do Turismo:



Após fazer esse diagnóstico mais abrangente, focamos em alguns pontos para entender mais as atrações turísticas de Farroupilha. Foram eles:

- Eventos;
- Infraestrutura e Acesso a Farroupilha;
- Marketing e Divulgação;
- Opções de Turismo;
- Políticas Públicas;
- Sustentabilidade.

Por fim, mostramos as considerações da população acerca do tema e das necessidades que possui para então traçarmos objetivos e planos de ação para os próximos 20 anos

EIXO 6
INOVAÇÃO

INOVAÇÃO

O que torna uma cidade sustentável e inteligente? Você sabe como as novas tecnologias influenciam na sua vida?

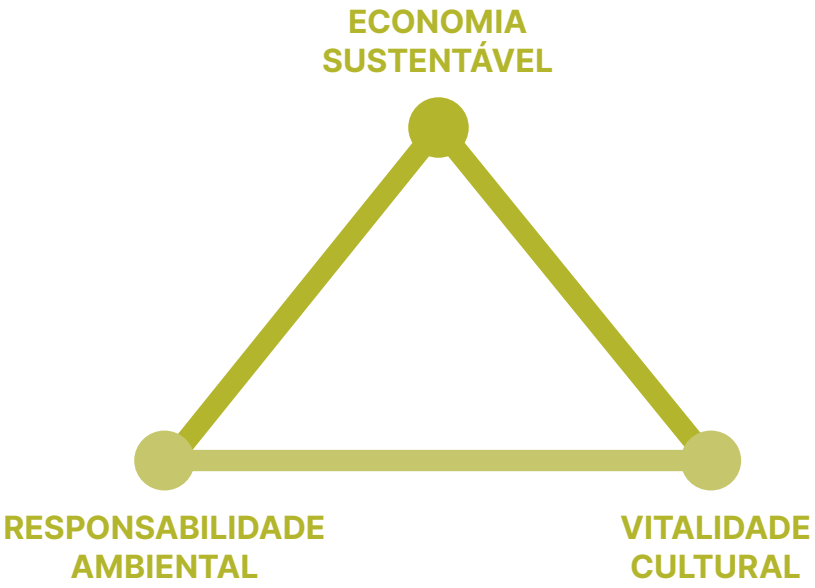
Neste capítulo buscamos demonstrar formas de tornar a nossa cidade mais interligada, eficiente e produtiva, utilizando novas tecnologias para melhorar os serviços oferecidos à população, sendo eles aplicados às áreas de saúde, segurança, desenvolvimento, meio ambiente e outros.

Chegar a esse ponto não é fácil, mas é possível. Para isso precisamos enxergar a tecnologia como uma aliada em nossas atividades e não só como uma forma de entretenimento.

CIDADE SUSTENTÁVEL E NOVAS TECNOLOGIAS

Apresentação

Cidade Sustentável é um conceito que prevê uma série de diretrizes para melhorar a gestão de uma zona urbana e prepará-la para as gerações futuras. Para ser sustentável, a administração da cidade deve considerar três pilares:



O principal objetivo da cidade sustentável é evitar o esgotamento do meio ambiente e garantir sua permanência para gerações futuras. Por isso, as políticas públicas devem pensar sempre no futuro.

Como a maior parte da população mundial vive em zonas urbanas, as cidades tornaram-se o centro de problemas com a poluição e o desperdício de recursos naturais.

Por esta razão, os centros urbanos devem se reinventar para que as próximas gerações vivam em cidades melhores que as atuais.

Uma cidade, para ser considerada sustentável, deve:

- Destinar corretamente e reaproveitar resíduos sólidos;
- Oferecer água de qualidade sem esgotar mananciais;
- Reaproveitar a água da chuva;
- Criar e utilizar de fontes de energia renováveis;
- Ofertar transporte alternativo e de qualidade para a população;
- Garantir opções de cultura e lazer.

Hoje, segundo pesquisadores, economistas e gestores, não há nenhuma cidade no mundo que seja totalmente sustentável. No entanto, mostramos em outros capítulos e, também neste, formas de iniciar um trabalho que caminhe para tornar Farroupilha uma cidade sustentável.

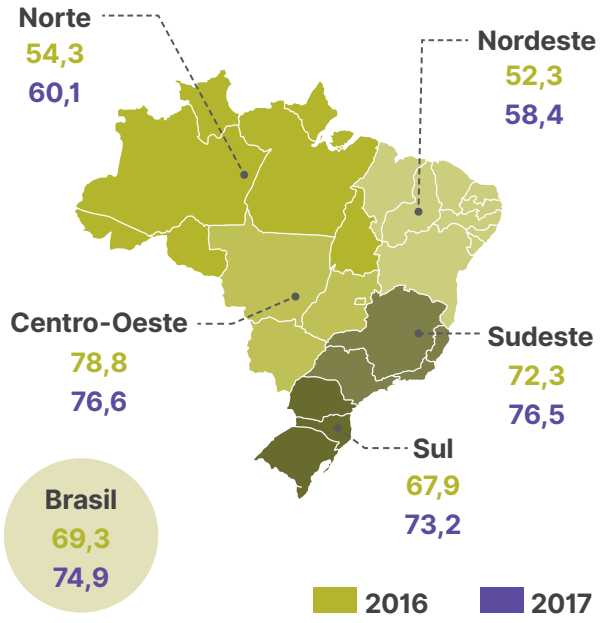
Como é hoje?

Hoje, nossa cidade já busca realizar ações e projetos que visam garantir questões, conforme veremos adiante. Mas durante esse estudo, verificamos que apenas uma parcela pequena da população utiliza esses serviços e que nossa infraestrutura ainda precisa ser melhorada para que possamos atender toda população. Para isso, disponibilizar condições de utilização de todos os projetos e serviços oferecidos.

Acreditamos que os maiores obstáculos a serem superados para tornar nossa cidade mais eficiente, em várias escalas, são a participação efetiva e assertiva, por parte da população nos serviços oferecidos, e a ampliação da disponibilidade de acesso à internet a um custo acessível para empresas e cidadãos, tanto na área urbana como rural.

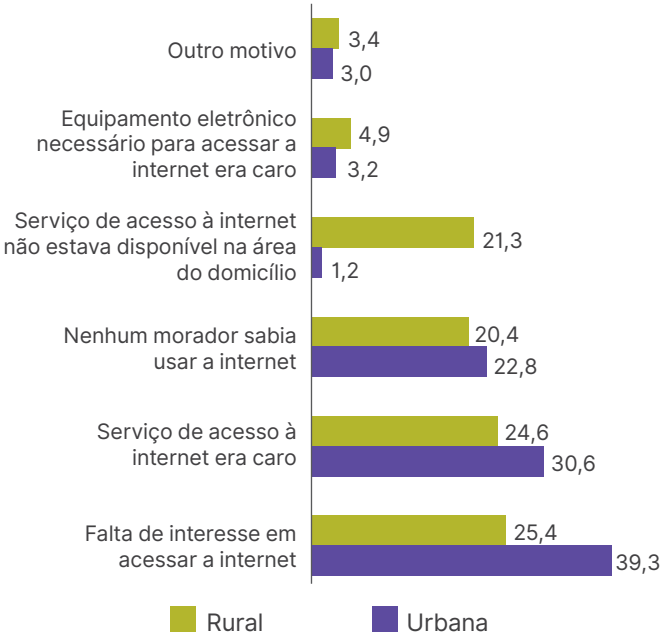
A implantação e expansão dos projetos apresentados dependem do desenvolvimento e melhoria de nossa infraestrutura. Esses projetos têm como objetivo agregar valor e inovação à nossa cidade, facilitando e ampliando o acesso dos serviços oferecidos através da internet.

Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, em 20/12/2018, o percentual de domicílios que utilizavam a internet subiu de 69,3% para 74,9%, de 2016 para 2017, sendo 97% desse acesso realizado por aparelhos celulares. Ainda nessa mesma pesquisa, constatamos que a maior parte da população que não utiliza o serviço, por indisponibilidade, concentra-se na zona rural.



Em nosso município não é diferente. Assim como no restante do país, temos uma grande demanda de solicitações para ampliar e melhorar a disponibilidade de acesso à internet nos bairros e principalmente na zona rural.

Distribuição dos domicílios particulares permanentes em que não havia utilização da internet, por situação do domicílio, segundo o motivo de não haver utilização da Internet-Brasil-2017



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua 2017.

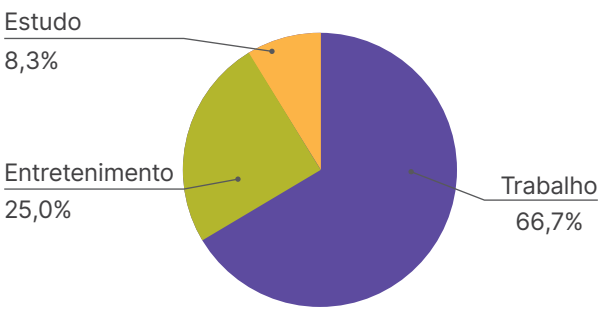
Coleta de dados

Durante os encontros realizados, através de pesquisas entre os participantes, buscamos identificar os segmentos em que a população gostaria que fossem desenvolvidos no município, além das percepções e usos atuais das tecnologias.

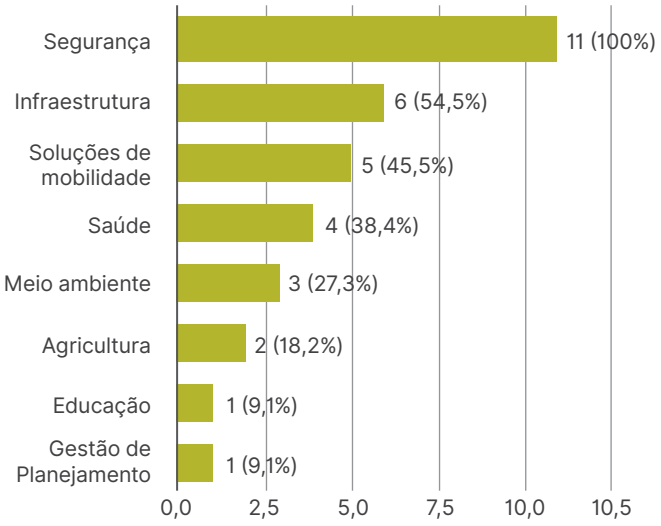
Dentre os projetos que analisamos, os que se enquadram nas áreas apontadas pelos participantes, estão:

- Segurança
  Cercamento Eletrônico
- Infraestrutura
  Energia solar em instalações públicas
  Instalação de antenas IoT
- Meio Ambiente
  Energia solar em instalações públicas
  Mudança gradual da frota para veículo elétricos
  Monitoramento da coleta de lixo
- Saúde
  Teleoftalmo
  Marcações de consultas de Enfermagem
- Gestão e Planejamento
  Alvará Digital
- Mobilidade Urbana
  Transit
  Semáforos inteligentes

Sobre o uso da internet, onde você mais utiliza?



Escolha três áreas no Município de Farroupilha para aplicar o conceito de cidades inteligentes



Visão de futuro

Criar uma consciência coletiva e melhorar a infraestrutura tecnológica são os nossos maiores desafios. Eles são a base para que os projetos que estão em andamento e para os que ainda estão por vir possam ser desenvolvidos de forma eficaz e permanente em nosso município.

As mudanças na tecnologia ocorrem de forma muito rápida, mas é preciso assegurar que seremos capazes de absorvê-la e utilizá-la da forma mais eficiente e produtiva. Para evoluir e consolidar a cidade que queremos e deixar para as futuras gerações é preciso:

- Olhar para as políticas públicas, e que estas sejam desenvolvidas com prioridades na preservação e o uso consciente de seus recursos;
- Desenvolver e incentivar pesquisas, a fim de tornar nossa cidade um centro regional com foco na inovação, tecnologia e educação;
- Garantir a evolução da produção rural, urbana, industrial e cultural, e atrair novos negócios e empreendimentos.

Além disso, como mencionado anteriormente, acreditamos que nosso maior desafio será ampliar significativamente, principalmente na zona rural, nossa cobertura do serviço de internet, além de buscar a efetiva participação e a eficaz utilização dos serviços oferecidos.

Precisamos entender que a internet e outras tecnologias são utilizadas em empresas, escolas, residências, hospitais, mas também podemos estender seu uso:

- À agricultura, para mapear a produção;
- À indústria, para monitorar a produtividade e funcionamento de equipamentos;
- Aos serviços online onde o cidadão não precisa se deslocar para efetuar alguma solicitação;
- Ao compartilhamento de transporte;
- Ao consumo consciente de nossos recursos;
- Ao monitoramento e fiscalização da poluição de ar, água e terra.

Objetivos

Com o objetivo de tornar nossa cidade melhor e nossos serviços mais eficientes para a população, utilizando dados obtidos através de levantamentos, estatísticas e participação do cidadão, destacamos os objetivos, ações e sugestões para o desenvolvimento do subeixo.

- Projeto de Lei 034/2019: buscando alternativas e formas de fomentar a economia, mas também tendo em mente uma visão de futuro, esta lei tem a intenção de expandir a diversificação da matriz econômica, contando com um pacote de incentivos e estímulos para empreendimentos voltados à inovação tecnológica, ambientalmente sustentáveis ou de caráter estratégico para o município.
- Utilização dos serviços de TelesSaúde como o Teleoftalmo, que trouxe maior agilidade no atendimento oftalmológico, através de uma parceria com o Ministério da Saúde, Associação Hospitalar Moinhos de Vento (AHMV) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde a população tem disponível consultas, verificação da acuidade visual, identificação de doenças que se manifestam através dos olhos, entre outros. Este serviço é referência para os 49 municípios da 5ª Coordenadoria Regional de Saúde, sendo que no primeiro ano de funcionamento, atendeu mais de 1,4 mil pacientes.
- Alvará digital: processo digital, que busca agilizar a liberação de alvarás e permite que todo processo de requerimento e liberação seja efetuado pela internet. Desta maneira, o processo acontece de forma online, sem a necessidade de entrega física de documentos.
- Transit: aplicativo lançado pela Biblioteca Pública, em parceria com a ONG Caravan Studios e a empresa Trillium Transit Solutions. Farroupilha é a primeira cidade do Brasil e na América do Sul que tem o sistema de transporte público visível no aplicativo. Este mostra as paradas de ônibus, trajetos e horários de todas as linhas da cidade, facilitando o deslocamento da população pela cidade. Este aplicativo, juntamente com o uso da tecnologia IoT e a instalação de dispositivos GPS nos veículo, permitirá acompanhar em tempo real o deslocamento das linhas.
- Cercamento Eletrônico: busca trazer mais segurança, através da instalação

de câmeras de monitoramento nos principais pontos de entrada e saída do município, agilizando o atendimento de ocorrências e monitoramento de infrações de trânsito. Posteriormente, com a ampliação dessa rede, será possível monitorar arredores de escolas e outros pontos da cidade, com o auxílio de sistema de reconhecimento facial, para identificação de pessoas, veículos e outros.

- Parque Zenit: Parque Científico e Tecnológico da UFRGS (Zenit), que tem como objetivo capacitar e incentivar a população a criar um cultura de empreendedorismo com foco na inovação. Agregar educação e inovação é o objetivo que temos ao realizar parcerias que ampliem a diversificação na economia.
- Coleta de Lixo: que garanta a destinação correta dos resíduos e um tratamento de lixo constantemente aprimorado é um dos pontos principais para evoluirmos como um modelo de cidade sustentável. Para isso, a prefeitura já vem implantando um aplicativo (PACSCRAP), onde o cidadão faz a separação do lixo e informa, neste, o descarte. Além disso, os coletores recebem esta informação com maior agilidade, podendo efetuar a coleta mais rapidamente. Com o avanço da infraestrutura e novas tecnologias, será possível detectar os containers que estiverem com maior volume de resíduos e efetuar a coleta de forma mais eficiente, através do planejamento de rotas de acordo com a demanda. Além de maior eficiência e agilidade, o projeto pode ajudar a reduzir os custos com combustível, diminuindo também a emissão de Dióxido de Carbono (CO_2) no meio ambiente.
- Semáforos inteligentes: surgem como alternativa para dar mais segurança e fluidez no trânsito, sempre pensando em atender de forma eficiente nossa população e visitantes. Eles podem ser utilizados para regular o tempo conforme o número de veículos em cada faixa, e podem ter seus intervalos de tempo diminuídos ou aumentados. Também podem se adequar para o fluxo de pedestres e perfil destes, como idosos e pessoas com necessidade especiais.
- Energia solar em instalações públicas: a utilização de energia limpa nas instalações públicas, além de gerar economia financeira ao município, também pode ser distribuída, ao se instalar postes onde o cidadão poderá carregar aparelhos celulares e até veículos elétricos. Além disso, instalar sensores e lâmpadas led inteligentes que controlam a intensidade da luminosidade gerada.
- Mudança gradual da frota para veículo elétricos: a utilização de veículos elétricos traz grandes benefícios, como a eficiência do motor, condução silenciosa, menos impostos, mais incentivos e redução da emissão de gás carbônico na atmosfera. Esse projeto também incentiva a migração por parte da população para esses veículo, aliando a novas tecnologias e integrando com o projeto de energia sustentável ao utilizar postes inteligentes para carregamento das baterias desses veículos. Seguiremos exemplos de cidades como Curitiba, que desde 2014, utiliza alguns veículos elétricos em sua frota municipal. Além de todos os benefícios ambientais, no estado do Rio Grande do Sul há uma lei que permite a isenção do IPVA para veículos elétricos.

TODOS ESSES PROJETOS ATRAEM NOVOS NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS, GERANDO UM NOVO MERCADO E POSSIBILIDADES PARA EMPREENDIMENTOS. ISSO CRIA UMA NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INTELECTUAL E ABRE NOVAS OPORTUNIDADES PARA TORNAR FARROUPILHA UMA CIDADE CADA VEZ MELHOR.

- Instalação de antenas IoT: equipamentos que permitem a coleta de dados por dispositivos simples e de baixo custo por meio de sensores, criando uma rede inteligente para internet das coisas. Juntamente com o Projeto Zenit, permitiria criar uma infraestrutura para o desenvolvimento e incentivo de novas pesquisas, projetos de inovação e automação de serviços. Além destes benefícios, essa infraestrutura agregaria funcionalidades em projetos já em andamento, como coleta de lixo e Transit.
- Marcações de consultas de enfermagem online: o cidadão poderá realizar o agendamento de consultas de enfermagem ou outras demandas, de acordo com as possibilidades, agilizando o atendimento e evitando deslocamento até a unidade para marcação. A saúde é um dos pontos principais para uma cidade que pensa no seu cidadão e a tecnologia pode ser um instrumento fundamental na evolução deste atendimento, tornando o serviço mais ágil, eficiente e humano. O agendamento online de consultas de enfermagem pode ser o início para a disponibilização do agendamento de outros serviços de forma online à população.

Planos de ação

A busca por uma cidade sustentável e inteligente, num primeiro momento, nos faz imaginar que essa não é uma realidade para nossa cidade e que não temos tecnologia para conseguir desenvolver esses projetos. Mas descrevemos muitas ideias que estão ao nosso alcance. A seguir, mostraremos como elas serão implementadas em ações propostas para curto, médio e longo prazo.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2020-2024)

Ampliar e melhorar os projetos que já estão atividade:
- Teleoftalmo;
- Alvará Digital;
- Transit;
- Monitoramento coleta de lixo;
- Projeto de Lei 034/2019.

Efetuar um estudo sobre os projetos citados, e novas ideias que surgirem, avaliando qual se encaixa nos planos para o futuro da cidade.

Semáforos inteligentes.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2025-2032)

Criar a infraestrutura física e legal com mudanças nas leis, se necessário, para o desenvolvimento dos projetos de cada subeixo.
- Cercamento Eletrônico;
- Parque Zenit;
- Instalação de antenas IoT;
- Marcações de consultas de Enfermagem.

Com a participação da população, definir os novos projetos com maior prioridade para o município e buscar alternativas para o desenvolvimento destes.

Energia solar em instalações públicas.

Mudança gradual da frota para veículo elétricos.

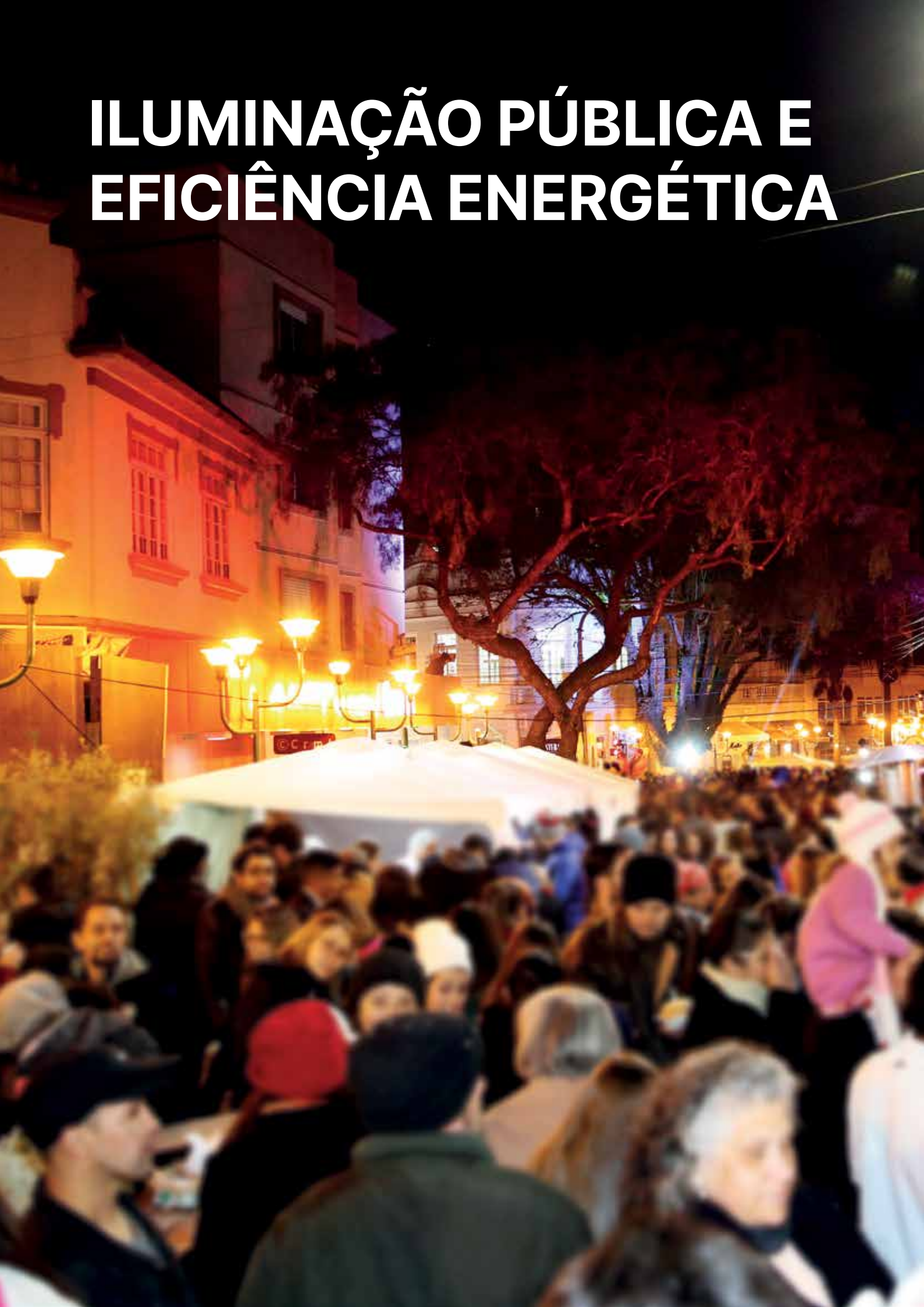
AÇÕES DE LONGO PRAZO (2033-2040)

Mudança gradual da frota para veículo elétricos.

Instalação de antenas IoT.

Marcações de consultas de enfermagem online.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



Apresentação

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos e também em áreas rurais. Atua como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno. Uma iluminação pública de qualidade também propicia o sentimento de segurança para os moradores. Além disso, a eficiência energética é uma atividade que busca melhorar o uso das fontes de energia e utilizá-la de modo racional e eficiente.

Como é hoje? | Coleta de Dados

Para o melhor entendimento da situação atual da Iluminação Pública e Eficiência Energética, o diagnóstico do tema está dividido em tópicos. São eles:

1. Relacionamento com a Rio Grande Energia (RGE);
2. Aprovação de Loteamentos;
3. Planejamento Rural e Urbano;
4. Estrutura do Setor de Iluminação Pública na Prefeitura Municipal de Farroupilha;
5. Processo interno na Prefeitura Municipal de Farroupilha;
6. Legislação Municipal - Tecnologias e sustentabilidade;
7. Aprovação de edificações;
8. Espaços Públicos e Segurança.

A seguir cada um deles será discutido separadamente.

1) Relacionamento com a Rio Grande Energia

RGE

Analisaremos a situação em relação a responsabilidade de podas e cortes de árvores que estão interferindo nas linhas de distribuição em área urbana, que por lei compete à RGE, pois ela possui licença da Fundação Estadual de Proteção Ambiental para executar os serviços.

FEPAM

2) Aprovação de Loteamentos

Nossa Iluminação Pública (IP) atualmente é baseada em lâmpadas dos tipos vapor de sódio e vapor metálico. Ambas com emprego de reator.

Apenas a Rua Humberto de Alencar Castelo Branco possui iluminação em tecnologia LED (*Light Emitting Diode*).

Ainda não há uma instrução normativa municipal que estabeleça os padrões de IP em LED para novos loteamentos e nem uma diretriz de trabalho interna que oriente a substituição de lâmpadas convencionais por LED. Nossa matriz de IP conta com aproximadamente 11.084 lâmpadas (relatório RGE de 2017) e é ineficiente, considerando que somente 17 seriam do tipo LED. Nosso Custeio de Iluminação Pública (CIP) cobre somente a energia consumida e não considera a manutenção do sistema (substituição de lâmpadas queimadas, mão de obra de reposição e luminárias, caminhão, eletricistas e expansão da rede de IP rural).

3) Planejamento Rural e Urbano

A construção de loteamentos urbanos é uma prática comum das cidades e o loteador é responsável pelas redes de energia, iluminação, entre outras. Em zonas rurais essa prática não é tão comum.

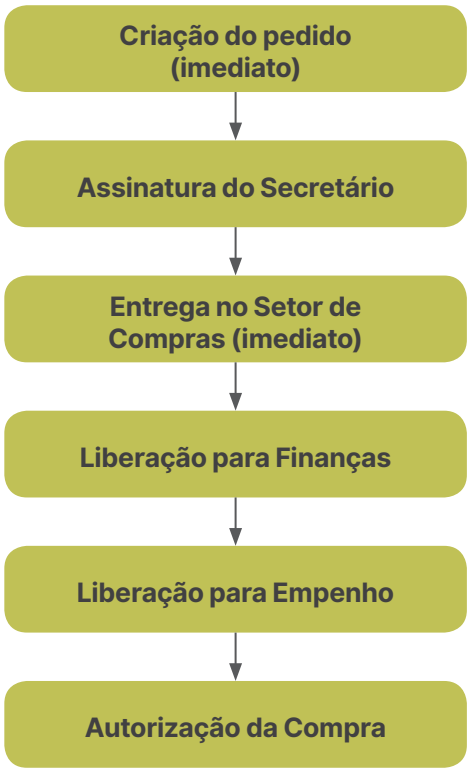
O Município de Farroupilha possui um território de 359,3 km² e possui um interior próspero. As residências do interior, em geral, estão distribuídas afastadas umas da outras e alimentadas, muitas vezes, por um transformador de energia monofásico. Dessa forma, não se consegue fazer a IP por não existir rede de baixa, somente a rede de alta. Existem algumas comunidades onde as casas são próximas e agrupadas em que temos a rede de baixa e dessa forma consegue-se prover a IP. Para a prefeitura, é difícil atender a esses novos pequenos núcleos que se formam no interior em função dos custos expressivos com a confecção da rede de baixa para depois instalar a IP. Tangente à rede urbana de IP, não se tem um planejamento ou estudo abordando expansão, manutenção e aquisição de materiais. Tudo é feito sob demanda.

4) Estrutura do Setor de Iluminação Pública na Prefeitura Municipal de Farroupilha

Atualmente, a equipe de manutenção da PMF é composta por quatro eletricistas e um chefe. Os eletricistas se organizam em duas equipes que atendem durante dois turnos. A existência de somente um veículo apto para o serviço gera a necessidade de divisão em duas equipes com horários alternados.

5) Processo interno na Prefeitura Municipal de Farroupilha

O Setor de Iluminação Pública da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura e Trânsito tem suas solicitações percorrendo o seguinte fluxograma interno na Prefeitura Municipal de Farroupilha:



O responsável pelo setor refere lentidão nos três últimos processos. De acordo com o chefe, o orçamento insuficiente colabora com o retardo na finalização do fluxo.

6) Legislação Municipal- Tecnologias e sustentabilidade

Não há uma formalização, através de uma lei municipal, para a solicitação da instalação de iluminação pública em LED pelos empreendedores (loteamentos/cooperativas). Essas lâmpadas precisam ter um Selo Procel e a certificação do Inmetro, a serem definidas por profissional técnico. Do mesmo modo, é necessário montar uma Instrução Normativa (IT), ou semelhante, para o devido cumprimento das diretrizes impostas pela Municipalidade.

Além disso, também é importante criar o Plano de Substituição e Modernização de Iluminação Pública, com a substituição de refletores menos eficientes por luminárias em LED, sendo as mesmas mais eficientes e econômicas, revertendo na diminuição de custo de energia elétrica ao município. Após a criação do plano, o mesmo deveria receber o respaldo de uma lei municipal.

Também criar mecanismos de geração de energia fotovoltaica, em âmbito municipal, dando incentivos de redução de impostos, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), para quem colaborar com a sustentabilidade.

7) Aprovação de edificações

Os processos de aprovação, recebidos pela Prefeitura Municipal de Farroupilha, passam por estudos do setor de Análi-

se de Projetos para serem efetivamente aprovados, não havendo cobrança com relação à produção de algum tipo de energia limpa que favoreça a eficiência energética nas edificações privadas. Porém, devido à grande problemática ambiental que estamos vivenciando atualmente, a temática da sustentabilidade tem recebido muita ênfase e importância, buscando conscientizar as pessoas da necessidade da adoção de medidas ecologicamente corretas, como a redução do consumo de energia elétrica.

Existem diversas alternativas que auxiliam na redução do gasto de energia por meio da produção limpa, que não causam poluição pela emissão de substâncias e são renováveis. Uma delas é a utilização de painéis fotovoltaicos nas residências, indústrias, edifícios residenciais e comerciais, até mesmo a possibilidade do uso de energia eólica em construções de grande porte.

8) Espaços Públicos e Segurança

A iluminação pública consiste basicamente na iluminação das vias, praças e prédios públicos. Ela atua não apenas no embelezamento das cidades, mas também na valorização das áreas públicas e na segurança. Todo e qualquer espaço público precisa ser bem iluminado para que proporcione aos seus usuários orientação, sentido e segurança, sendo estes requisitos mínimos.

Todos os novos projetos públicos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, quando necessário, preveem iluminação pública, baseados no raio que a luminária atinge, sempre pensando nas atividades que ali acontecerão, para que a mesma seja adequada e não crie pontos de penumbra, justamente pela insegurança que podem causar. Também já se tem optado por lâmpadas de LED, que proporcionam até 80% de economia de energia em comparação com as soluções de iluminação tradicionais e requerem pouca manutenção devido à vida útil extremamente longa.

A partir de um levantamento *in loco*, concentrado prioritariamente na área central do município, foi possível observar que os espaços públicos municipais, em sua maioria, têm uma boa iluminação. Contudo, a maior problemática consiste na falta de manutenção, como a troca de lâmpadas queimadas ou quebradas; na limpeza das mesmas; vandalismo e depredação; e o consumo exagerado de energia.

PRAÇA DA MATRIZ

Localizada na área central do município, junto a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, na quadra formada pelas ruas Rui Barbosa, Independência, Tiradentes e da República.

Recentemente, a Praça da Matriz foi reformulada, contudo, apresenta muitas luminárias danificadas, roubadas e pontos de penumbra, que causam insegurança aos usuários.

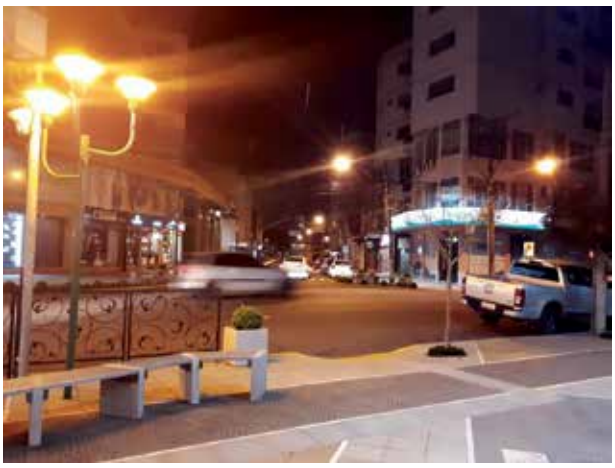
PRAÇA DA BANDEIRA

Localizada na área central do município, junto ao antigo prédio da Biblioteca Pública Municipal, na Rua Coronel Pena de Moraes. É um espaço bastante frequentado pelos munícipes.

Possui uma boa iluminação e apenas precisa de algumas manutenções.

CALÇADÃO DO MUNICÍPIO

O calçadão, junto a Rua Júlio de Castilhos, localizado na área central, é considerado um patrimônio do município, devendo ser preservado e ter sua história preservada. Por ter passado recentemente por reformas, é muito bem iluminado, contudo falta manutenção, pois as luminárias existentes frequentemente não estão acesas.



PRAÇA EMANCIPAÇÃO

Esta praça está localizada junto a Prefeitura Municipal de Farroupilha, construída em 1980, como homenagem a emancipação do município que ocorreu em 11 de dezembro de 1934.

Ela possui uma boa iluminação, porém com alguns pontos de penumbra que causam insegurança aos usuários.

PRAÇA DO MUNDO NOVO COMUNIDADE MUNDO NOVO

Recentemente executada, recebeu nova iluminação de maneira adequada ao espaço, tornando-a um charme.

RUAS E AVENIDAS

Avenidas, canteiros centrais, rótulas e até mesmo os espaços residuais do sistema viário municipal precisam receber uma atenção especial, pois também é necessário garantir a segurança das pessoas que passam por ali não só a pé,

mas também de carro, devendo ter iluminação adequada. Outra problemática presente nas vias é o grande número de fiação elétrica aérea, o que torna a paisagem desagradável e suja.

ENCONTRO PÚBLICO

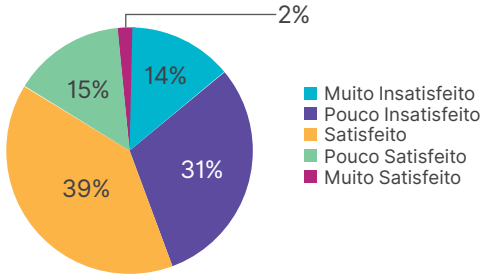
Além deste diagnóstico, foi realizado um encontro para buscar interações com associações, academia, autoridades e a comunidade para a temática de Iluminação Pública e Eficiência Energética.

Luciano Rosito, um dos painelistas abordou a **importância do planejamento público para os projetos de iluminação das cidades**. Rodrigo Salvati, outro convidado presente, dissertou sobre construções sustentáveis e a utilização das estruturas para o melhor aproveitamento da luz natural apresentando *cases* de referência mundial. Em seguida, Sidinei de Andrade Terebinto abordou as vantagens dos sistemas de aproveitamento de energia solar nas residências multifamiliares e na iluminação pública. Na última palestra, Maurício Medeiros demonstrou o que há de mais moderno no mercado de iluminação com placas solares e LED, além de sistemas de automação.

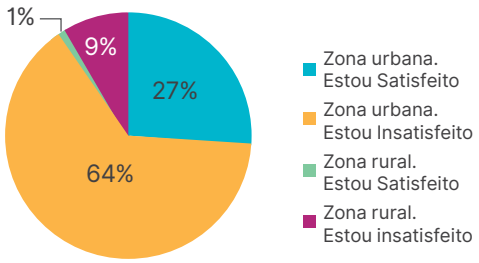
De acordo com os feedbacks coletados ao final do evento, o saldo do encontro foi extremamente positivo para as autoridades presentes, os painelistas e o público que acompanhou o debate.

A partir disso, podemos perceber os pontos principais da visão que a população tem no aspecto da iluminação pública e eficiência energética.

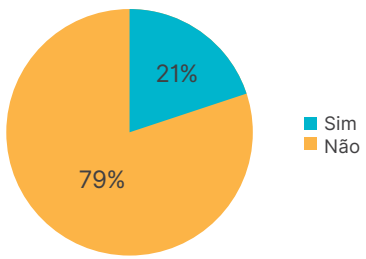
Em geral, como você avalia a iluminação pública de Farroupilha?



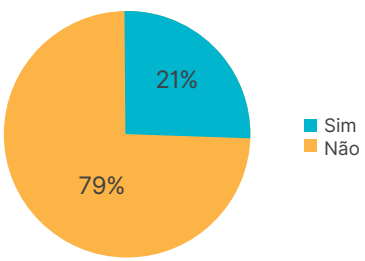
Você reside em que zona no município? Está satisfeito com a iluminação em sua vizinhança?



No que tange aos espaços públicos, a iluminação pública de Farroupilha te proporciona a sensação de segurança?

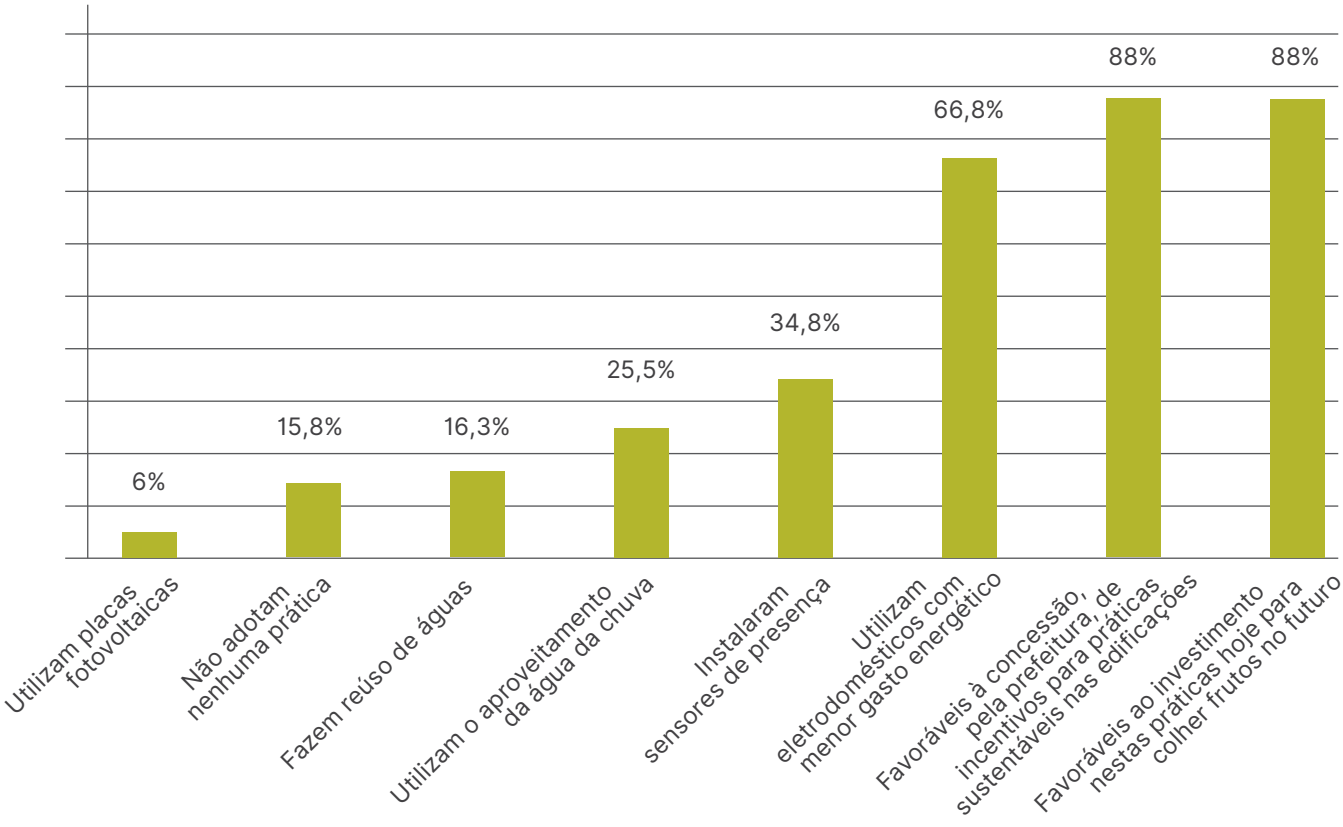


No que tange ao seu bairro ou localidade, a iluminação pública de Farroupilha te proporciona a sensação de segurança?



Como principal problema, no que tange à iluminação pública, predominou a manutenção das lâmpadas que, em muitos casos, estão quebradas, danificadas, queimadas, entre outras situações. Foi sugerida a adoção das seguintes situações como possíveis avanços na área: placas solares; sistema LED; manutenção; energia solar; placas fotovoltaicas; energia eólica e fiação subterrânea.

No que tange à Eficiência energética:



Placas Fotovoltaicas

Além desses diagnósticos, foram realizados comitês de energia elétrica juntamente com Secretários Municipais, empresários da cidade e representantes da RGE, concessionária de distribuição de energia na região da Serra Gaúcha. Na reunião, foram abordados pontos problemáticos que a cidade está passando com a RGE, sendo algum destes a queda de energia, a falta de energia e interrupções. Vários donos de empresas colocaram situações que ocorreram, e foram debatidas formas de solucionar esses problemas.

Também buscamos as sugestões da Associação Farroupilhense Estudantes Intermunicipais (AFEI). As intenções desse grupo são voltadas as qualificações e segurança dos espaços utilizados pelos estudantes farroupilhenses, como as paradas de ônibus, os trajetos até as mesmas e espaços de descontração e lazer dos jovens. Foram citados:

- Desenvolvimento de novos projetos de paradas de ônibus, garantindo maior conforto, praticidade e segurança aos alunos, podendo ser adotada uma padronização;
- Aprimoramento da iluminação no entorno das paradas de ônibus e trajetos percorridos pelos estudantes, garantindo maior segurança. Uma alternativa sugerida foi a utilização de luminárias com placas fotovoltaicas, que possam se auto abastecer. Bem como um projeto luminotécnico para ser adotado neste novo conceito de parada;
- Aprimoramento, qualificação e maior disponibilização de espaços esportivos e de lazer nas áreas públicas, atraindo o público jovem. Uma alternativa para tal sugestão é a adoção de tecnologias como a disponibilização de wi-fi nestes espaços.

Por fim, a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Farroupilha (AFEA) também recebeu convite para colaborar com o projeto em suas diferentes fases. Neste contato, observou-se que alguns profissionais gostaram da temática, pois vários destes trabalham no setor da construção civil da cidade e com obras que impactam e desenvolvem a cidade.

ACREDITAMOS QUE O FUTURO DO NOSSO MUNICÍPIO SERÁ MOVIDO POR ENERGIAS LIMPAS QUE RESPEITEM O MEIO AMBIENTE EM QUE VIVEMOS

Visão de Futuro

Buscar por meio de uma iluminação de qualidade, em paralelo com a adoção de práticas de eficiência energética, tornar-se uma cidade referência no que diz respeito a sustentabilidade energética, iluminação pública, redução de custos, adoção de novas tecnologias e segurança nas próximas décadas.

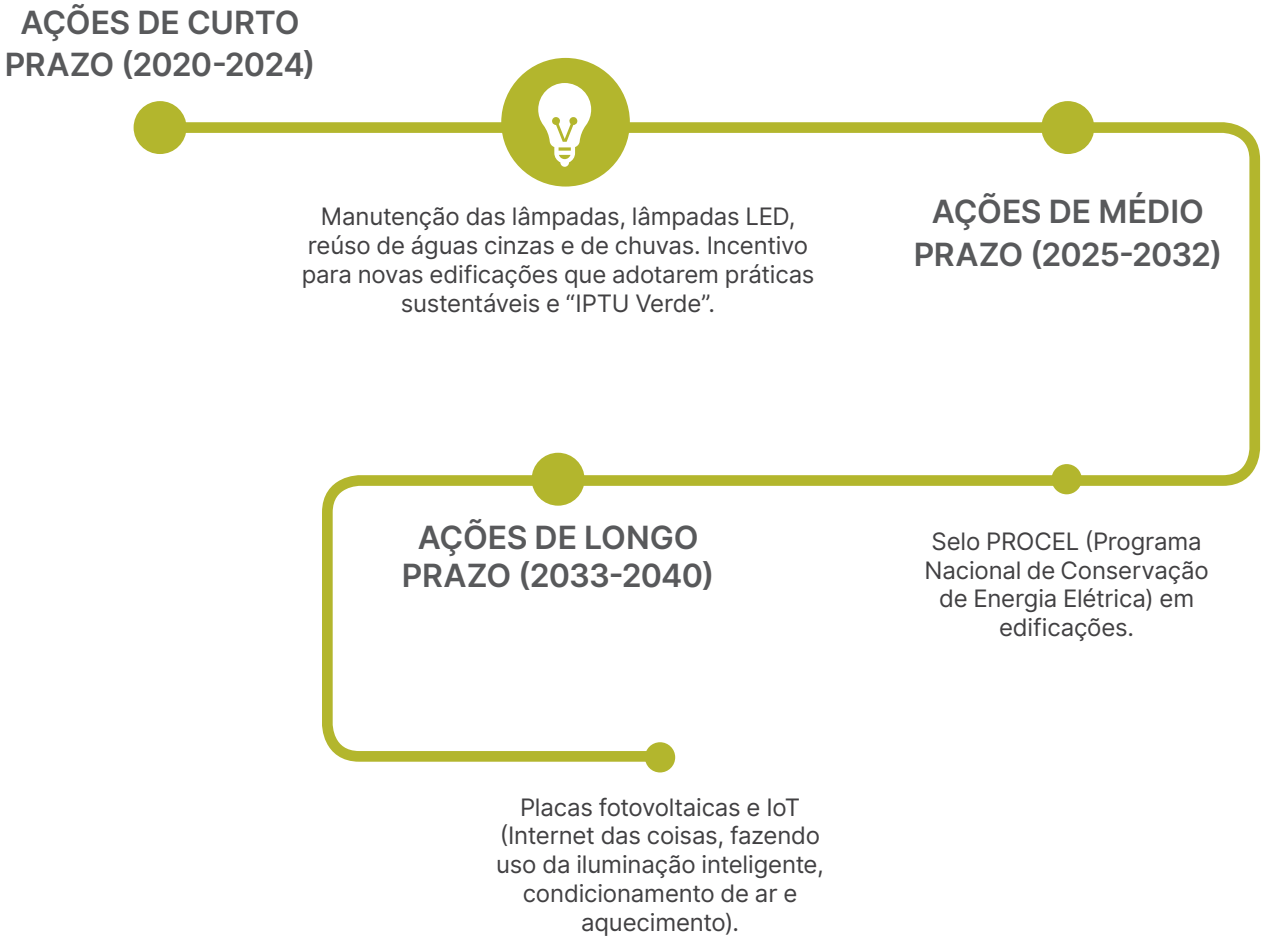
Objetivos

- Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável;
- Buscar e implementar novas tecnologias, reduzindo custos operacionais, consumo de recursos naturais e emissões de gás carbono;
- Atender e propor legislações e normas nesta área;
- Promover segurança, bem-estar e conforto visual.

Planos de Ação

Utilizar este questionário como termômetro das opiniões dos munícipes acerca das áreas. Estudar a possibilidade de adoção das medidas sugeridas. Verificar a viabilidade técnica e econômica das sugestões. Contrastar as sugestões com opiniões de técnicos da área, utilizando o ciclo de debates como ferramenta para este fim.

Com as ações propostas e estudadas, melhorar a satisfação do cidadão farroupilhense com relação à iluminação pública e à eficiência energética. Reproduzir no município iniciativas acertadas de outras cidades, nas referidas áreas.



Os principais desafios para a concretização desse planos de ação são:

- Falta de conhecimento da população quanto à importância da adoção de medidas que busquem a eficiência energética;
- Estagnação do Poder Público como exemplo de eficiência energética para munícipes;
- Problemas no processo de licitação, como o direcionamento de licitação para um ou outro fabricante que possua lâmpadas estipuladas pelo Setor Responsável;
- Decisões políticas e financeiras que prejudiquem o município nas áreas estudadas.

Síntese do Capítulo

A seguir serão apontados os principais tópicos comentados neste capítulo e que são importantes para ter uma visão abrangente do eixo 6:

CIDADE SUSTENTÁVEL E NOVAS TECNOLOGIAS

Iniciamos definindo o conceito de Cidade Sustentável e seus objetivos, que faz esse subeixo aproximar-se de outros, como Lazer, do capítulo 3, Recursos Naturais e Saneamento Básico e Mobilidade Urbana do capítulo 4 e Iluminação Pública e Eficiência Energética do capítulo 6.

Em seguida, mostramos a situação de Farroupilha em relação ao uso de tecnologias e os projetos pensados pela comunidade e técnicos do assunto para alcançarmos uma posição sustentável. Entre eles discutimos sobre:

- Teleoftalmo;
- Alvará Digital;
- Transit;
- Monitoramento coleta de lixo;
- Projeto de Lei 034/2019;
- Cercamento Eletrônico;
- Parque Zenit;
- Instalação de antenas IoT;
- Marcações de consultas de Enfermagem;
- Semáforos inteligentes;
- Energia solar em instalações públicas;
- Mudança gradual da frota para veículo elétricos.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Para iniciar o tema, fizemos um diagnóstico separado por tópicos:

1. Relacionamento com a Rio Grande Energia (RGE);
2. Aprovação de Loteamentos;
3. Planejamento Rural e Urbano;
4. Estrutura do Setor de Iluminação Pública na Prefeitura Municipal de Farroupilha;
5. Processo interno na Prefeitura Municipal de Farroupilha;
6. Legislação Municipal – Tecnologias e sustentabilidade;
7. Aprovação de edificações;
8. Espaços Públicos e Segurança.

Em seguida, mostramos a situação da iluminação pública de alguns espaços públicos e ruas e avenida.

Por fim, mostramos os dados de pesquisas realizadas com a comunidade farroupilhense e a partir deles, as propostas e planos de ação que pretendemos realizar nos próximos 20 anos.

COLABORADORES

Adair Schwantes
Adão de Oliveira
Adelar Cavalheiro
Ademar J. Ansst
Ademir Basso
Ademir Lucas Carvalho
Ademir Vanni
Aderque Carvalho
Adila Vinicius
Adile Maria de Almeida
Adriana de Lima Vargas
Adriana Nunes Soletii
Adriana R. dos Santos
Adriane B da S. Rombaldi
Adriano Borges
Adriano Callegari
Adriano Fontanive
Adriano Lorenzett
Adroir da Silva
Aladia Maria Ferrari Zeni
Alan Girelli
Alan Rasson da Silva
Alana Bacarin
Albertino dos Santos
Alceo Gilberto Bordin
Alcides Luiz Crispin
Aldérico Bones de Matos
Aldir Toffanin
Aléferson de Menez
Alessandra Onzi Peroni
Alessandro da Silva Sturza
Alessandro Sturza
Alex C. Roth
Alex Sandro Sachet
Alexandra Pola Maggioni
Alexandra Silveira
Alexandre Blanco
Alexandre Vigo
Alice Speth
Alicia Mariah A. Serpa
Aline Boniati Fernandes
Aline Fim Santiago
Aline Pasa
Aline Sartori
Aline Taborda Gulorte
Alisson Lídio
Alisson Ridio G. Poloni
Alisson Wenning
Amanda Dall'Agnol
Amanda Mantovani
Amanda Spuldaro
Amanda Vieira
Amarildo Farinela
Amauri A. Doro
Amauri Rosanelo
Ana Carolina Lanes
Ana Carolina Lautert
Ana Cristina Oliveira
Ana Cristina P. Castro
Ana Cristina Rehbein
Ana Elisa Tartarotti Todesco
Ana Elisa Varisco
Ana M. D. Butelli
Ana M. Ducar Maciel
Ana Maria C. Gasperin
Ana Maria Cruzot
Ana Maria Franchi Pincolini
Ana Maria Gasperin
Ana Maria Pacini
Ana Maria Ramos Velasque
Ana Maria Rincolini
Ana Paula Moro Borges
Ana Paula Nonemacher
Ana Paula Trevelin
Ana Paula Trevisan
Ana Paula Zeni
Anabresia de G. Narali
Ancelmo B. de Souza
Anderson Bahia
Anderson de Araujo Ramalho
Anderson Panosso
Anderson Roman
André Basotti
André da Rosa
André Fernando Vigolo
Andrei da Rosa
Andrei Vigolo
Andressa de Oliveira Nardi
Andressa Gorngnton
Andressa Sudarte
Andrew Gobbato
Andriele Willers
Andrieli Lemos
Andrieli Olcheski
Andrigo Vienebra
Anelcio Tarigo
Anelise de Souza Santos
Anelise Santos
Angela G. F. Macedo
Angela Gabrielli
Angela Maria Strucker
Angélica Flach
Angelina Peretti Miranda
Angelina T. Vargas
Angelita Dutra Santos
Angelita M. P. dos S. V.
Angelo Danot
Anilto Terella da Costa
Antoninho Lorenzatti
Antonio C. G. Fanton
Ari Nicolini
Ariane Colombo
Arielson Arsego
Arielson Colombo
Arlinda Zam
Arlindo Zalin
Arthur Perini Pretto
Arthur Perini Pretto
Ary Chiele
Bárbara Yanka
Bazilia Maciel
Beatriz Paulus
Benhur Jorge Bertani Jr
Bernadete Paesi
Bianca Kukmarski
Bianca Vieira
Brenda Andreoli
Bruna Beal de Andrade
Bruna Frantz Pegoraro
Bruna Gron
Bruna Meira de Jesus
Bruna Pozza
Bruna Sonza Venturella
Bruna Vieira de Oliveira
Bruno C. Maia
Bruno Maia
Bruno Mallot
Bruno Ruaro Varisco
Bruno Tiago Ferreira Rodrigues
Bryan Barros
Bryan Silva Teje

Caiani Lopes Martins
Caliane Raota
Calnete Poleto
Camila Chaparini
Camila Conceição de Oliveira
Camila dos Santos
Camila Eduarda Chaparini
Camila L. Ferreira
Camila L. Privadello
Camilly de Oliveira
Carael Pinto da Cunha
Carinês Giongo
Carla Menti
Carla Tortelli Baggio
Carlaile Dall'agnol
Carlos A. F. Klein
Carlos A. N. da Cruz
Carlos Alberto Zambiazi
Carlos Alexandro Ferreira
Carlos Cezar Mennet Leal
Carlos E. Pasquale
Carlos Eduardo Susti
Carlos Grasseli
Carlos Pasqual
Carlos R. Custódio
Carlos Willian Raust
Carolaine de Oliveira
Carolina B. de Cezaro
Carolina B. Stefanello
Carolina Bozetti Olioni
Carolina Bozzetti Olioni
Carolina C. Benvenuti
Carolina C. Covolan
Carolina Lourdes Pergher
Carolina Oliveira
Carolina W. Chaves
Caroline Antoniazzi
Caroline Cerino da Silva
Caroline Gasparin
Caroline Stockmanns Henz Colle
Cassiano Calegari
Cassiano S. dos Santos
Célio Luis Duso
Cemadar Chiaradia Freitas
César Alexandre da Silva
Cesar Augusto Moler
Cesar Luiz Suzim
Chaiane Magrini
Charlene Silvestrin Celi Garcia
Charles Machado Halpner
Charles Machado Hoepner
Cidiane Rita Bel
Cíntia Campos Lima
Clarinanda Grendene
Claudenise Maristela Ines Ribeiro
Claudia Chiele
Claudia Serrao
Claudia Slomp
Claudio A. Belico
Cláudio Amaral
Cláudio Gabriel Junior Rosenbach
Cleito Feraboli
Cleiton Luís Giehl
Cleiton Luiz Moterle
Cleiton Nodari
Cleiton Pereira
Cleiton Roberto G. Forni
Clemar da Silva
Cleonice T. Gonçalves P.
Cleonir Roque Servegnini
Cléria de Sousa
Cleusa da Silva Antunes
Cleusa Tosin
Cleuza Miri
Clovis Papuis
Conselheiros do Conselho Municipal das Pessoas Com Deficiência – CMDPD
Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Conselheiros do Conselho Municipal do Idoso – COMID
Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Cristian Fagundes
Cristiane Girelli Chiele
Cristiane Rodrigues
Cristiano Bonato
Cristiano Gervasoni
Cristina Maioli
Daiane Bertuol Masiero
Daiane Peroza
Dalva B. Borges da Silva
Daniel Avallore Paes
Daniel Bampi
Daniel Finkenauer
Daniel Gandolfi
Daniel Menegat
Daniel Troes
Daniela D'Avila da Cunha
Daniela Gonçalves
Daniela Nunes
Daniela Zanco
Daniele Baccin
Daniele R. Driazza
Daniele Ravanello
Danielly Draszewski
Danielly Menegat
Danilo Torcheto
Davi Andrade de Boni
Débora Raquel Ceretta
Degle T. Barbieri Ferronato
Deivid Argenta
Deivid Cauã Dellanol
Dener Saldanha
Denis Konrad
Denise Paula Colombo
Derick Carlos Martins
Diana Luana Lopes
Diana S. Campetti
Diane Szancowski Gasperin
Diego Felli
Diego Tormes
Diego Trubian
Diele da S. da Silva de Oliveira
Dinei Loss
Diogo Marques Dias
Diogo Soprana
Dionatha Rick Rocha
Diser Aparecida Rossetto
Divane Campagnaro
Domenica Zanella Anghinoni
Douglas Binke
Douglas J. Schauren
Eberth Vinicius Silva de Farias
Edegar Junior Oliveira Rodrigues
Éder Ryan Graciosa Lopes
Eder Sandro da Silva
Edilaine Decarli
Edina L. S. Bonifácio
Edite Feltrin

Edson Freitas
Eduarda Martins de Andrade
Eduarda Mattos da Rosa
Eduardo Bonatto
Eduardo Faccini Lucietto
Eduardo Faé
Eduardo Issler
Eduardo Kilian de Paula
Eduardo Lazzari
Eduardo Lazzari de Moraes
Eduardo Luiz Lume
Eduardo Matiello
Eduardo Padilha
Eduardo Pizoni
Eduardo R. Zitter
Eduardo Rossi Zitter
Eduardo Schutze
Elaine Bartelle
Elaine Verona
Eledo Feraboli
Eliezer de Andrade Cavalheiro
Elisandra Belusso
Elisete Pasqual
Elizabete Félix da Conceição
Elvira Maria S. Chiele
Emanuel Orlandi
Emater - Ascar Farroupilha
Emilly Carolina L.Santiago
Emilly Caroline
Emily Pedroso
Emily Pozzebon dos Santos
Emily Vitória Noetzold
Eminéia Balestrin
Eneida Maria Ariotti
Eni Furlanetto
Éric Chiarello
Érica Goulart de Pariz
Érica Piana Pontel
Erick Nateus N.D
Erico Razzera
Erik da S. Vieira
Erik da Silva Vieira
Érik da Silva Vieira
Erik Santos
Érika Pontel
Erilda Alves
Eugênio Razzera
Euller Adão Peres Machado
Eva Alzira Ferreira
Eva Maria Serpa
Evandra Scolta
Evandra Scotta
Evandro Carlos Lewy
Evandro Mansike
Everson Machado
Everton Col Martins
Fabiana Bertani Zucco
Fabiana das O. Wawrzyniak
Fabiana Inês Bertani Zucco
Fabiane Mendes
Fabiano André Piccoli
Fabiano Monteiro e Silva
Fábio de Arruda Mezadri
Fabricio Luiz Sunni
Faria Sebben
Felipe A. Bonzanini
Felipe A. Catani
Felipe Baldez
Felipe da Rocha Paesi
Felipe Lazzari
Felipe Mateus Trivelin Jr.
Felipe Oliveira da Silva
Felipe Reichert
Felipe S. Brustolin
Felipe Zeni Erico
Felomena de S. Pereira
Fernanda Borkhardt
Fernanda Camargo da Silva
Fernanda Corrêa
Fernanda Pereira Dias
Fernanda Santos Pescador
Fernanda Schmitz
Fernando Alves da Silva
Fernando C. Silva
Fernando Dal Ponte
Fernando H. dos Santos
Fernando Miguel Corrêa
Fernando Postingher
Flavia Pohl
Flávia Portolan
Flávio Amaral
Flavio Campetti
Flávio de Souza
Flavio Lopes
Flavio Schauren
Francieli Dodi
Francieli Machado
Francieli Maldonado
Francielle de Lima
Francielly de Paulo Carati
Frederico Casara Antoniazzi
Gabriel André Frana
Gabriel Bertochi Gasparetto
Gabriel dos Santos Oliveira
Gabriel dos Santos Rocha
Gabriel F. Tognon
Gabriel Fernando
Gabriel Morais Ramos da Silva
Gabriel Puhl
Gabriel R. Ramos
Gabriela Carbonera
Gabriela da Silva de Andrade
Gabriela Dutra de Oliveira
Gabriela Gambato
Gabriela Lima
Gabriela Pereira da Silva Maciel
Gabriele Luísa de Lima
Gabrielly Quadros
Geancarlo Feltrin
Geisson F. dos Santos
Gelso Molon
Gelson Parodes
Genuino Zucco
Geórgia do P. Bellaver
Gervásio Silvestrin
Giancarlo Feltrin
Giane Teresinha Cappellari Bin
Gilberto do Amarante
Gilberto Fontanella
Gilberto Galafassi
Gilberto José Galafassi
Gilcemara Williges
Gilmar Balbinot
Gilmara Lúcia Tortelli
Gilse A. Lopes
Giovana Pereira
Gisele Gandolfi
Gisele Sena
Giselle Rombaldi
Giulian Pelegrini
Gladis de Oliveira

Grasiela Maria Savi
Graziela Inês Alves
Graziele Rockenback
Greice Giacomini
Guilherme Barros
Guilherme Brendo
Guilherme Dolne
Guilherme Francisco Pizzioli
Guilherme Guilla Sebben
Guilherme Levis
Guilherme Machado
Guilherme Masiero
Guilherme Pelicioli
Guilherme Peroni
Gustavo A. Tomazini
Gustavo Bartelli
Gustavo Cavalheiro
Gustavo Covolan
Gustavo de Oliveira
Gustavo H. Chiele
Gustavo Heineck
Gustavo Melin
Gustavo Menzen
Gustavo Pedro Zucco
Gustavo Pegoraro
Gustavo Salla Antoniolli
Gustavo Suzzin
Hans Luiz Fassbinder
Heber Ribeiro
Helder Sachs
Helena C. Tonin
Helena Comin
Helena de Quadra
Helenza de Guadra
Hélio Pasqual
Heller Barcelos
Helvys Maciel
Helvys Maciel Ribeiro
Henrique Lazzari Couto
Hérica Fernanda Dietzmann da Rosa
Idaiara Moraes de Souza
Iede Maria de Avila B.
Iegle Teresinha Barbieri Ferronatto
Iherik Martin Lima Vieira
Ilza Cantarelli
Indianara Sehaparini
Iohana Gatti Lopes
Irineu Idamin Cezar
Iris Ferreira
Isabel Cristina Verona Minossi
Isaias R. Girardi
Ivanete Correa
Ivani Gregori Tonin
Ivanor Farel Romagna
Ivo Luiz Serpa
Jaloar F. Henerich
James Bono
Janaina Bitencourt
Jandir Schicetz
Jandira A. de Oliveira
Janete da S. S. Lonfi
Janete T. Sabedot
Janete Teresinha Sabedot
Janete Toigo D'Agostini
Janir Leomar Guth
Jaqueline da Silva Xavier
Jaqueline de Lima
Jean Fábio Bortolini
Jean Jader Armani
Jeferson Cavalheiro Maciel
Jeni Oliveira
Jenifer Dornelles
Jenifer Winicki
Jêniffer R. Lopes Borges
Jennifer Cigerza
Jerônimo Brum
Jéssica Borsoi
Jéssica Hoffmann Martins
Jéssica Orcusci
Jessika Dias da Silva Capeletti
Joana L. Boff
João Batista Bastos Pereira
João Carlos Chiele
João Pedro Barbosa
João Pedro Freitas
João Pedro Pressato Freitas
João Vicente Godolphir
João Zamboni
Jocelito Knebel
Jocelma J. Krebel
Jocimar Lomo
Joel Zanco
Jonatan Augusto da Silva
Jonathan Camatti
Jordan Willian de Souza da Silva
Jorge Cenci
Jorge Elemar Bruxez
Jorge Oliveira
Jorge Varela
Jorje Luis de Oliveira
José Alencar Barbosa
José Antônio Jardim de Souza
José Antônio Pancotto
Jose Carlos Siqueira Jr
José da Silva Filho
José Valmir Dornelles
José Vanderson da Silva Filho
Josecarla Signor
Josué Chiele
Jovelina K. Bertoni
Juan S. Oliveira
Juceli Cleonice Althaus Schavis
Júlia Furlanetto
Julia Roberta Armani
Juliana da Silva Xavier
Juliana Machado dos Santos
Juliane Maria Bassani Dias
Juliano Kunz
Juliano L. Porto
Juliano Rutz
Juliano Santos
Juliano Settin
Juliano Sonia
Juliano Volenhaupt Pereira
Julio Cesar Soda
Julio Cesar Zago
Julio Cezar Pastori
Julio Eloi Hozl
Júnior Machado
Justina Colonhese
Juvelina Bertollo
Kaliane V. Dal Aqua
Kamila Levis Lón
Kamilla Bheatriz Pereira
Kamily Vitória Araújo Ramalho
Karen Cristina
Karine D. Trentin
Karine Lazzari
Karine Manfradi
Katia Borges Dutra
Kauê Karpes Stoderlski

Kauê Lima
Keila Gayeski
Keli Cristina Arsego
Kétlin Werner
Kevin Gabriel de Matos
Klaiton Taschetto
Laís Moreira dos Santos
Laiza Minelle Nascimento Paiva
Lari Amélia Medeiros
Larissa Remus
Laryssa Araújo
Laura Ledur
Laura Macena
Leanderson Selves
Leandro Adamatti
Leandro Balbinot
Leandro C. Rulkoski
Leandro Colognese
Leandro R. da Cruz
Leandro V. De Bona
Leila Oliveira
Lenon J. da Rosa
Leo L. Cará
Leocir Piaia
Leonardo Costa Miranda
Leonardo Giacomel Marcansoni
Leonardo Rosin
Leonardo S. de Souza
Leonardo Saldanha
Leonardo T. Beltrami
Letícia K de Goes
Leticia Romani
Letícia X. Venturin
Lewton Diogo de Souza
Liana L. Comin
Lidiane Domingues
Liliane Santos
Liliane Sene Luz
Liliane Soares Pinto
Lisiane Ribeiro
Lisiê Fabro
Livia A Albreche dos S.
Logan Meotti
Loiva Zukavski
Lorenzo L. Nunes
Lorrane Eduarda
Lougan Meotti
Louise Maria da Rocha de Aguiar
Lourdes M. Lorenzatti
Lourdes Somacal Biegelmeyer
Lourdes Tereza Lodi
Luan de Oliveira
Luan Vaz
Luana Araújo
Luana Dalzochio
Luana Ghedini
Luani dos Santos Paim
Lucas A. R. Tomasini
Lucas Bonaci de Matos
Lucas Carrer
Lucas Colleine de Britto
Lucas Dal Pizzol Crippa
Lucas de Oliveira
Lucas dos Santos
Lucas Giongo de Oliveira
Lucas Kurmann
Lucas Machado Escobar
Lucas Parizotto
Lucas Rammi
Lucas Salenas
Lucia Dutra do Amarante
Luciane Santin
Luciano Antunes Somacal
Luciano Diel
Luciano Galiazzi
Luciano Rosito
Luciano Zanchin
Luciano Zatti
Lucimar Laércio Koch
Luis Andre
Luis André Schuster
Luis Aron Oliveira Rodrigues
Luís Carlos Müller
Luis Claudio Staudt
Luis Fernando Stassak
Luis Paulo Guarnieri
Luiz Felipe B. Rancan
Luiz Nichetti
Luiza Mazzotti Sari
Lurdes Somacal
Maiara Martins
Maíra Fagundes Castro
Maíra Valmorbida
Manoelle Busetti
Manuela Onzi
Manuella Heing
Marcela Tramazoli
Marcelino Blacena Sella
Marcello Torquato
Marcelo Bach Jr
Marcelo Covolan
Marcelo Possamai
Marcelo Volpato
Marcia Carolina Geisel
Márcia F. Nóbile
Márcia Galafassi
Márcia Georg
Márcia Inês Berti Georg
Marcia Slomp
Márcia Souza
Marciano Zapalai
Marcio Ado Amaral
Márcio Ferrari
Márcio Güilden
Marcio J. F. Oliveira
Marcio Kuse da Silva
Marcos Filipe
Marcos M. da Silva
Marcos Paulo Zanco
Marcos Pretto
Marcos R. Pretto
Marcos Ricardo Pretto
Mari Oliveira
Maria C. Lopes Neves
Maria Carolina Geisel
Maria da Graça Potricos Leite
Maria Eduarda da S. Benvenutti
Maria Eduarda Sestari
Maria Janete Neves Pfeifer
Maria Juliana Gomes dos Santos
Maria N. Burlani
Maria Tereza Couto Magrani
Maria Terezinha Pipueira
Maria Thomas
Mariele Dana Lorenzi
Marilane Sichelero
Marina Verona
Marinês Giacomo
Marisete Bisuti
Maristela Fischer
Maristela Fischer

Maristela Zamberlan
Marlei S. Mecci
Marlene Maria Zeni
Marli Fátima Teresa da Rosa
Marli Teresinha da Silveira
Marta Galafassi
Mateus Bottin de Vargas
Mateus Comin
Mateus Deliberalli
Mateus Honorato da Cruz
Mateus Roth de Vargas
Mateus Thomas da Luz de Matos
Mateus Zanon Possa
Matheus Giuber
Matheus Maggioni Busetti
Maurício Oliveira
Mauro R. Ribeiro da Silva
Melissa Pessato Cornutti
Micael Garcia
Michele Consorti
Michele Otobelli Berteli
Michelle Santiago de Almeida
Miguel Ângelo Silveira de Souza
Miguel Pereira da Silva
Milena Beatriz Bellaver Romani
Milena Bono
Milena Sobierai
Mirela Miorim
Miriane Herber
Mirtes Verona Vanni
Mônica Agazzi
Mônica Correa
Monica de Lourdes
Morgana Pelicioli
Morgana T. Paz Parizotto
Morgana Torcheto
Morgana Zanoni Zanchin
Nádia Antonielli
Nádia Hammerschmidt
Nadir Deliberai
Natalia Datafono Menti
Natália Lima Pimentel Ribeiro
Natália Madalosso Chieli
Natália Malfatti
Natália Oliveira
Natália Pimentel
Natália Ribeiro
Natanael C. Mello
Natanna Bom Peltz
Neimar Tres
Neiva Todeschini
Nelci D. Crocoli
Neli Martins Zahn
Nelso Molon
Nelson Werner
Neri A. Maioli
Nerik Martin
Nicolas Lucia
Nicole de Miranda
Nicoli da Silva
Nicoli Henz
Nicolly Prati
Nicolly Rodrigues
Nicoly Paiz
Nilva Antenório Seará
Norival da Silva
Obdan Camati
Oclides Tasca
Odacir Luis de Jesus
Odair José Sobierai
Odelino Natal Menzen
Oderson Panosso
Odinar Giacomin
Ortelina Trentin
Ozéias Rodrigo Rosa Melo
Paola C. R. Garcia
Paola C.R. Garcia
Paola Garcia
Paola Vanzin Lisboa
Patrícia Bertollo
Patrícia Campos
Patrícia Dorneles dos Santos
Patrícia Muneveg
Patrick Fonseca
Patrick Machado
Paula da Silva Rosa
Paula G. Haefliger
Paula Rosa
Paulina Ines Guisso
Paulo André Fetter
Paulo de Castro
Paulo F. Vetorazzi
Paulo José de Cezaro
Paulo Paim
Pedro Czamanski Schwalm
Pedro Henrique G. Ferreira
Pietra Prux Zucco
Poliana Oliveira da Silva
Priscila Campeol
Priscilla Fogaça Pinto
Priscilla Luckmann
Rafael Augusto Amis
Rafael Augusto Antunes
Rafael de Lima
Rafael Haupt Canziani
Rafael Severgnini
Rafaela Barbosa
Rafaela Somacal Biegelmeyer
Ragnad Raota
Raian S. Haas
Raíssa Poloni
Ramon de Oliveira
Ramon de Souza
Raquel B. Saraiva
Raquel Bohnert Saraiva
Raquel Bragagnol
Regina Sgarbi
Rejane R. de Moraes
Rejane Raquel de Morais
Rejane Trubian
Renan T. Barbosa
Renata Farina Minosso
Renata Ferreira
Renata Hoff
Renata Rossler
Renata Trubian
Renato Ferrari Tartarotti
Renato Tartarotti
Representantes da Associação de Pais e Amigos do Autista de Farroupilha – AMAFA
Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Farroupilha
Representantes da Associação Farroupilhense de Deficientes Visuais - AFADEV
Representantes da Associação Farroupilhense Pró-Saúde – Casa Lar Padre Oscar Bertholdo
Representantes da Associação Municipal de Deficientes Físicos – AMDEF
Representantes da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR

Representantes da Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Farroupilha – CICS

Representantes da Casa de Repouso Recanto das Borboletas

Representantes da Comunidade Terapêutica Fazenda Esperança de Farroupilha

Representantes da Coordenadoria Municipal da Mulher

Representantes da Farmácia Solidare

Representantes da Fundação de Assistência Social – FAS de Caxias do Sul

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB de Farroupilha

Representantes do Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal

Representantes do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE Unidade Farroupilha

Representantes do Instituto Maria Galbusera – Casa Mater Dei

Representantes do Núcleo Regional de Serviço Social - NUCRESS de Caxias do Sul

Representantes do Programa Bolsa Família – PBF

Representantes do Programa Criança Feliz

Representantes do Serviço Social do Comércio – SESC de Farroupilha

Representantes Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON de Farroupilha

Ricardo Airton Ribas

Ricardo Arpini

Ricardo Lerninoski

Ricardo Machado

Ricardo Magnabosco

Ricardo Pereira

Ricardo Rosini

Ricardo Silva Menezes

Ricarlo Ló

Riciene P. Fagherazi

Rita Maria Formaglion

Rita Maria T. Cecato

Ritchielly Kurmann

Roberta Deimomi

Rocheli Pretto

Rodrigo Alex da Silva

Rodrigo Antônio De Luca

Rodrigo dos Santos

Rodrigo F. Zeni

Rodrigo Godinho

Rodrigo M. Fanto

Rodrigo Martins

Rodrigo Santos

Róger Filipe Cappelletti

Roger Wesley Rodrigues

Rogério Cortelletti

Rogir Centa

Ronaldo Brandão Heinzelmann

Ronei Tonet

Rosa Caroline de Pellegrini

Rosa Helena Lovatel

Rosana Ferreira

Rosane Custódio

Rosane Knont

Rosane Taparo

Rosangela Menegazzi

Rosimare Velones

Ruan Bruss

Rúbia Ferronato

Rudi Perini

Rukaya Hasan

Sabina Pacheco

Sabrina Lorrane Arruda

Sabrina P. Portolan

Sabrina R. Weirich

Samara da S. Bem

Samira dos Santos

Samuel Rulle M. Souza

Samuel S. Pedra

Sandra Grandi

Sandra Maria de Bortoli

Sandra R. de Almeida

Sandro Trevisan

Saulo A. L.

Saulo André Arrial

Scheila Lara

Ségio Rossi

Sérgio Canei

Sergio Gilg

Sérgio L. Rossi

Sérgio Luiz Sanfelice

Shauana Canei

Shirlei da Silva Vargas

Siana Rissi

Sideclei Daczkowski

Sidnei Trombini

Silvana Guilden

Silvania Ramos

Silvia Francischini

Silvia M. Mandeli Trevisan

Silvia Somenzi

Silvio Sanfelice

Simone Vagelin Monego

Sindel Silveira

Sintrafar - Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Farroupilha

Stéfani da Silva Barth

Suely Martins

Suzane S. Souza

Suzete M. Tarigo

Tafarel do Vale

Tainan Braga

Tais Dellavalle de Paula Portolan

Tais Ferreira

Taís Rossetto

Taís Turatti

Tamires Costa

Tania Bertholdo

Tania Wilhelms

Tassiane Britto

Tatiane Moraes Klein

Tauane Getens

Teresinha Sosnoski

Terezinha M. Baller

Thalia Galli

Thanira Thomazini

Thelma Bebber

Thiago de Azevedo

Thiago Ronzo

Thomaz José Martins Neto

Thuyse Magom B. De Boni

Tiago Brunet

Tiago C. C. da Silva

Tiago Mello

Tiago Pereira Silva

Tiago S. dos Santos

Trabalhadores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Trabalhadores do Centro de Convivência Idosos São José

Trabalhadores do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I

Trabalhadores do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II

Trabalhadores do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Ubiara Boito

Ueliton Serpa

Usuários da Política de Assistência Social

Valcir Luiz Trento

Valdir Flores

Valéria Eduarda Miranda

Valéria Vettorazzi

Valmir Coelho

Vanderléia Miranda

Vanessa Crestani

Vanessa da Rosa

Vanessa Dias

Vanessa Fortes

Vanessa Jucoski

Vanessa Piffer

Vanessa Schmidt Fortes

Vania Maria Lunardi

Vanusa D. M. Severgnini

Vanusa R. Posso

Vanusa Rodrigues

Vanusa Tavares de Oliveira

Vanzenir C. Ferreira

Venicius Fochesatto

Veridiana A. Scapinillo

Veridiana Argenta Scapinelo

Verônica Onzi Peroni

Vespasiana Almeida Castro

Vinícius de Barros

Vinicius Fontoura

Vinícius Marçal

Vinícius Pigozzi

Vinícius S. Oliveira

Vinicius Zanchet de Lima

Virginia Pruper

Vitor Fagherazzi

Vitor Menegotti

Vitor Zucolotto

Vitória de Vargas da Silveira

Vitória Gonçalves Prestes

Vitória Vettorrazzi

Viviana da Silva

Viviane Balk

Viviane Tureatto

Volmi J. Granseli

Volmir Severgnini

Volmir Z. Granzoli

Wellington Luis

Wesley Matieli

William Alexis Hauschildt

William Alves Rom Krapes

William C. Rasche

William Lusa da Silva

William R. Aguiar

Williane Pegoraro Cignachi

Wini Vanzetto

Yasmin Muller

Yasmin Nova K.

Zélia A. Maciel Ferreira

Zelio R. da Silva

Zelmo Mile

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com um mundo completamente dinâmico, onde tudo muda o tempo todo, não é tarefa fácil. Trabalhar com o sonho das pessoas, no entanto, é ainda mais difícil. O Farroupilha 2020-2040 passou por diversos desafios até que o seu primeiro módulo fosse concluído. Muitas mentes pensaram juntas, muitas mãos construíram o caminho que aqui foi descrito. E esse é o fator mais importante deste Plano: unir desejos, anseios e desafios com coragem. O ideal é que todos que consultarem este livro se sintam abraçados, se sintam pertencentes deste processo - que é constante.

O 2040 não encerra aqui, pelo contrário. Com a permissão do pleonasmo, ele acaba de começar. As pessoas continuarão a ter sonhos e a visão de mundo será renovada constantemente. A mobilidade urbana tomará novos rumos e, talvez, não tenhamos conseguido prever tudo durante a pesquisa intensa que foi realizada sobre o tema. As novas tecnologias poderão surpreender Farroupilha de uma forma aquém do esperado. Sim, sabemos disso. Começamos a construção do 2040 sabendo que poderíamos não concluir com a sensação de complexidade total. E esse é o objetivo: estar aberto às mudanças e querer trazê-las para a nossa Farroupilha. É fundamental pensar que este livro é uma síntese e há muito o que se pensar ainda, muito o que se ouvir e planejar.

Esta etapa foi concluída e, com muito esforço, entregamos o que a comunidade, o mundo acadêmico e técnico nos trouxeram. Agora, o desafio segue. Este livro foi entregue, mas uma nova etapa nos espera. O Plano será revisto constantemente, novos assuntos serão contemplados conforme demanda, afinal, o 2040 transitará entre nós sempre. Ele não está indo embora.

Gentilmente,

Coordenação.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 de ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 07/2010, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil**. Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008.

BICICLETAR. Bicicletar, 2019. **O Projeto**. Disponível em: http://www.bicicletar.com.br/. Acesso em: 28/05/2019.

CAMPOS, G. W. S.; DOMITTI, A. C. **Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, fev. 2007.

CASAGRANDE, Renato J. **Contradições da escola: uma análise da cultura organizacional instaurada nas escolas**. São Paulo. Editora Esfera, 2014.

CECCIM, Ricardo Burg. **Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde**. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2005.v10n4/975-986/pt. Acesso em 19/06/2019

Censo Agropecuário 2017

Cidades Sustentáveis. Disponível em https://www.todamateria.com.br/cidade-sustentavel/. Acesso em 15/08/2019

CUNHA, Andréia... [et al.]. **Crescer em Rede - Inovações na prática pedagógica: formação continuada de professores para competências de ensino no século XXI**. São Paulo. Instituto Crescer, 2018

Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012, Fundação João Pinheiro, 2015.

EDIÇÕES IPLANFOR – SÉRIE FORTALEZA 2040 - Nº 7 – ANO III, 2016

Economia, UOL. **O futuro do mercado de trabalho é grisalho**. Disponível em: https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/daniela-lago/2017/12/09/populacao-idosa-aposentadoria-leis-trabalhistas-carreira.htm. Acesso em 11/07/2019

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Equipe eCycle. **Energia solar: o que é, vantagens e desvantagens**. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/2890-energia-solar. Acesso em 22/05/2019

FERRARETTO, Luiz Artur. Rádio: **Teoria e Prática**. São Paulo, Summus, 2014.

FERREIRA, Marco Aurélio; DIAS, Luciano. **Eugov.com.br: a nova política em tempos de redes sociais**. Brasília: Z Comunic, 2014.

FIDELIS, Pedro. **Intenção de viajar cresce 8% no último ano**. Disponível em: http://www.dadosefatos.

turismo.gov.br/component/content/article.html?id=2663. Acesso em: 25/04/2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

GRAVATÁ, André... [et al.]. **Volta ao mundo em 13 escolas**. São Paulo: Fundação Telefônica : A. G., 288 p. ; 16 cm, 2013

GONZALES, Lucilene. **Linguagem publicitária: análise e produção**. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.

GRUPO RBS. **Guia de ética e auto-regulamentação jornalística**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2011.

IDA FARROUPILHA – Inspetoria Veterinária

LEI Nº 7671/1991 – DATA 10/06/1991. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1991/767/7671/lei-ordinaria-n-7671-1991-dispoe-sobre-a-reorganizacao-administrativa-do-poder-executivo-do-municipio-de-curitiba-faz-alteracoes-nas-leis-n-4545-73-2660-65-2188-62-2347-63-2585-65-revoga-a-lei-n-6817-86-e-da-outras-providencias. Acesso em: 7/04/2019

LONGO, Walter. **Marketing e Comunicação na era pós-digital: as regras mudaram**. São Paulo, HSM do Brasil, 2014.

Ministério da Saúde: **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: estudos e proposições**. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUQUETTI, Carlos. **Legislativo aprova projeto de lei que determina a utilização de lâmpadas LED em prédios, vias e espaços públicos**. Disponível em: http://www.camaranovaalvoradadosul.ms.gov.br/index.php/noticias/item/285-legislativo-aprova-projeto-de-lei-que-determina-a-utilizacao-de-lampadas-led-em-predios-vias-e-espacos-publicos. Acesso em:16/05/2019

Ministério da Saúde: **Norma Operacional Básica - SUS 01/1996**. Portaria 2.202 de 05 de novembro de 1996.

MACHADO, Andreia de Bem... [et al.]. **Práticas inovadoras em metodologias ativas**. Florianópolis: Contexto Digital, 174 p, 2017

Ministério da Saúde, **Política Nacional de Educação Permanente (PENEPS)**. Disponível em: http://www.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da-educacao/qualificacao-profissional/40695-politica-nacional-de-educacao-permanente-pneps). . Acesso em 19/06/2019

Ministério da Saúde, **PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 2, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em 19/06/2019

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dados e Fatos**. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/#. Acesso em: 03/05/2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dados e Fatos**. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html. Acesso em: 11/ 06/2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dados e Fatos**. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-nacional.html. Acesso em: 11/06/2019.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

MULLER, Natália. **Energia solar em obras públicas: 4 possibilidades transformadoras**. Disponível em: https://www.solarvoltenergia.com.br/blog/energia-solar-em-obras-publicas/. Acesso em: 07/04/2019.

NEIVA, Eduardo. **Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia**. São Paulo, Publifolha, 2013.

OLEQUES, Liane Carvalho. www.infoescola.com.br: **Comunicação Visual**. Disponível em: https://www.infoescola.com/comunicacao/comunicacao-visual/. Acesso em: 10/06/2019.

PERRENOUD, Philipe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed Editorial, 2001.

Portal Solar. **Município do Piauí anuncia projeto de energia solar em prédios públicos**. Disponível em: https://www.portalsolar.com.br/blog-solar/energia-solar/municipio-do-piaui-anuncia-projeto-de-energia-solar-em-predios-publicos.html. Acesso em 07/04/2019

PREFEITURA DE CURITIBA. **Instituto Municipal Curitiba Turismo, 2019**. Curta Curitiba a Pé. Disponível em: http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/curta-curitiba-a-pe/1797. Acesso em: 28/05/2019.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Instituto Municipal Curitiba Turismo, 2019**. Curta Curitiba Bem Estar. Disponível em: http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/curta-curitiba-bem-estar/2052. Acesso em: 28/05/ 2019.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Instituto Municipal Curitiba Turismo, 2019**. Curta Curitiba Piazada. Disponível em http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/curta-curitiba-piazada/2048. Acesso em: 28/05/ 2019.

PREFEITURA DE CURITIBA. Notícias, 2019. **Curitiba apresenta três roteiros de lazer em feira de Santa Catarina**. Disponível em: https://esportelazer.fortaleza.ce.gov.br/atleta-cidad%C3%A3o.html. Acesso em: Acesso em: 28/05/ 2019.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Esporte e Lazer, 2019. **Atleta Cidadão**. Disponível em: https://esportelazer.fortaleza.ce.gov.br/atleta-cidad%C3%A3o.html. Acesso em: 28/05/ 2019.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Notícias, 2019. **Prefeitura de Fortaleza realiza Ciclofaixa de Lazer com rotas tradicionais em direção ao Centro**. Disponível em: https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-realiza-ciclofaixa-de-lazer-com-rotas-tradicionais-em-direcao-ao-centro. Acesso em: 28/05/ 2019.

Referencial Curricular Gaúcho

Referencial Curricular de Ensino da Rede Municipal de Farroupilha, 2012

Revista Nova Escola

Relatório de Gestão Integrada. Hospital de Clínicas de Porto Alegre, 2018.

Revista Exame. **62% da População Brasileira está Ativa nas Redes Sociais**. Disponível em: https://exame.abril.com.br/negocios/dino/62-da-populacao-brasileira-esta-ativa-nas-redessociais/. Acesso em: 19/10/2018.

SAMPAIO, Vanessa. **Cresce a participação do Turismo no PIB nacional**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12461-cresce-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-turismo-no-pib-nacional.html. Acesso em: 02/04/ 2019.

SILVA, Adriana da; LIMA, Ana Paula de; ROBERTO, Clarice; BARFKNECHT, Kátia S.; VARGAS, Lisiane Falleiro; KRANEN, Mônica e NOVELLI, Sandro. **Matriciamento na Atenção Básica: Apontamentos para a III Conferência Municipal de Saúde Mental**. Ano: 2010.

SILVA, Raphael. **OMT: alta no turismo inter supera expectativa em 2018**. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/pesquisas-e-estatisticas/2018/06/omt-alta-no-turismo-internacional-supera-expectativa-em-2018_156646.html Acesso em: 11/04/2018.

Site Agrocomunica

Soveral, Eduardo Silvério Abranches de. **Pedagogia para a era tecnológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TONINI, Nelsi Salete. **O planejamento em saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica: um estudo dos municípios da região oeste do Paraná**. Ribeirão Preto. 2005.

VALENTE, Jonas. **Número de turistas estrangeiros fica estagnado, mas satisfação é alta**. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/numero-de-turistas-estrangeiros-fica-estagnado-mas-satisfacao-e-alta Acesso em: 17/06/2019

VIEIRA, Rodrigo. T**urismo responde por 8,1% do PIB Brasil**; veja dados globais. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais_162774.html Acesso em: 20/04/2019.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Infographics**. Disponível em: http://media.unwto.org/content/infographics Acesso em: 18/06/2019.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **UNWT Tourism Highlights 2018 Edition**. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419876 Acesso em: 18/06/ 2019.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. T**ravel & Tourism Economic Impact 2019 World**. Disponível em: https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/regions-2019/world2019.pdf Acesso em: 10/04/2019.

Reiteramos que além das referências usadas, a produção textual do plano foi realizada pelas equipes técnicas mencionadas anteriormente.